

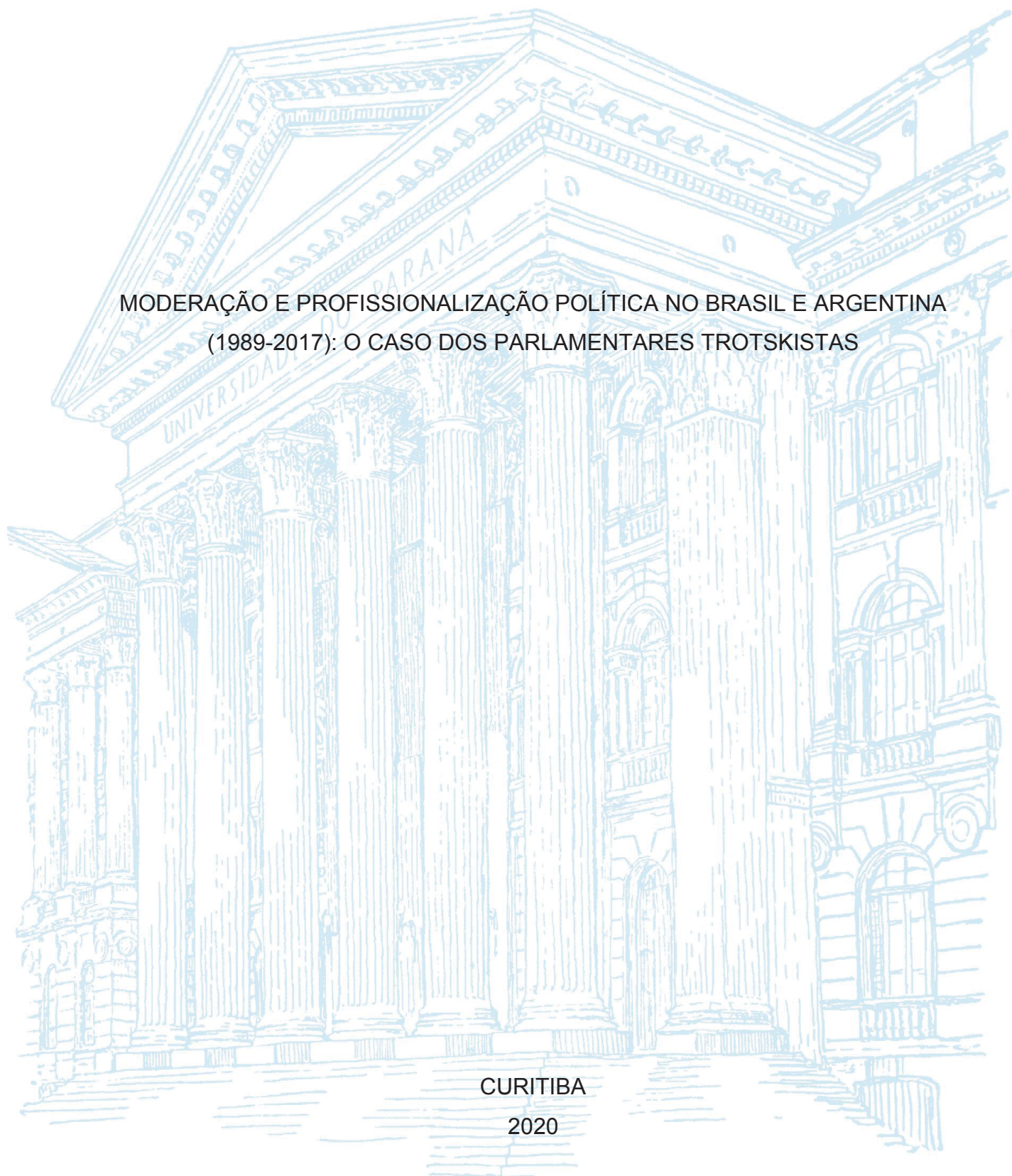
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDMAR ALMEIDA DE MACEDO

MODERAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E ARGENTINA
(1989-2017): O CASO DOS PARLAMENTARES TROTSKISTAS

CURITIBA

2020



EDMAR ALMEIDA DE MACEDO

MODERAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E ARGENTINA
(1989-2017): O CASO DOS PARLAMENTARES TROTSKISTAS

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Ciência Política, Setor de Letras e Ciências
Humanas, Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de Doutor em
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Macedo, Edmar Almeida de

Moderação e profissionalização política no Brasil e Argentina (1989 - 2017) :
o caso dos parlamentares trotskistas. / Edmar Almeida de Macedo. – Curitiba,
2020.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

1. Deputados - Atividades políticas - Brasil. 2. Deputados – Atividades
políticas – Argentina. 3. Políticos – Carreiras Públicas. 4. Trotski, Leão, 1879 -
1940. I. Perissinotto, Renato M. (Renato Monseff), 1964 -. II. Título.

CDD – 320.980



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **EDMAR ALMEIDA DE MACEDO**, intitulada: **MODERAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E ARGENTINA (1989-2017): O CASO DOS PARLAMENTARES TROTSKISTAS**, sob orientação do Prof. Dr. RENATO MONSEFF PERISSINOTTO, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 14 de Abril de 2020.


RENATO MONSEFF PERISSINOTTO
Presidente da Banca Examinadora


PAULO ROBERTO NEVES COSTA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


ALVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)


HERNÁN CAMARERO
Avaliador Externo (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES)

Aos meus pais, Alceu e Leonilda.
Aos meus filhos, Vinícius e Eduardo.

AGRADECIMENTOS

Ainda que um curso de doutorado seja uma empreitada relativamente solitária, sem dúvida, várias pessoas foram importantes nesse percurso e aqui registro os devidos agradecimentos. Primeiramente, sou muito grato ao meu orientador, professor Renato Perissinotto, um exemplo de professor, pesquisador, intelectual e uma figura humana inspiradora. Agradeço também a todos os professores do curso, em especial àqueles com quem pude ter aulas, como Adriano Codato, Amanda Machado, Bruno Bolognesi e Paulo Costa.

Sou grato também aos membros da banca de defesa, professores Álvaro Bianchi, Hernán Camarero e, novamente, Paulo Costa. Agradeço também aos membros da banca de qualificação, professores Gonzalo Rojas e Bruno Bolognesi, que contribuíram para que este trabalho tomasse um melhor rumo.

Agradeço também à colega e professora do IFPR Mabele Bandolli e ao professor Alexsandro Eugênio Pereira, da UFPR, pelos conselhos e escuta que ajudaram a pensar na possibilidade de entrar no doutorado. Uma série de professores, militantes e pesquisadores foram de grande valia pela troca de informações, por sanarem dúvidas ou compartilharem bibliografia, e aqui registro meus agradecimentos ao professor Rodrigo Ricupero, da USP, ao colega e professor da Uninter, Lucas Massimo, ao Alexandre Linhares (PT-SP), ao Alexandre Alves (PSOL-SP), ao Bernardo Pilotto (PSOL-RJ), ao Jeferson Choma (PSTU-SP), ao Cesar Fernandes (PSOL-Curitiba), e ao Júlio Turra (PT-SP), bem como também aos colegas do PPGCP, em especial à Karolina Mattos Roeder e ao Eric Gil Dantas. Na Argentina, agradeço à pesquisadora Alicia Rojo, do IPS/PTS, e à professora Ariadna Gallo (UBA) e, novamente, ao professor Hernán Camarero, da UBA, por toda a ajuda, como também ao Sebastian Frederico Paris (PO) e ao Gustavo Carlos Reynoso (MST).

Concederam entrevistas ou preencheram instrumentos de pesquisa para a tese, fornecendo valiosas informações, os ex-deputados brasileiros Luciana Genro (RS), Maria Laura (DF), Dr. Rosinha (PR) e Raul Pont (RS), assim como a ex-deputada Soledad Soza, na Argentina. Tive a oportunidade de entrevistar também os dirigentes trotskistas João Machado, da Comuna, e Alejandro Bodart, do MST argentino. Sou muito grato a todos.

Agradeço ainda à Alice Lorencetti pela ajuda com a coleta dos últimos dados, à Antoniele, Juliana e Fátima pelas revisões e traduções, bem como aos funcionários das Câmaras dos Deputados brasileira e argentina pela ajuda com os dados.

Meus agradecimentos também a todos os colegas de trabalho da UFPR, Ana Paula, Débora, Madlaine, Márcia, Marilene, Rafaela, Tahis, Vinícius, Viviane, professora Maria Tereza e tantos outros que muito me incentivaram e, de uma maneira ou outra, deram suporte a esta empreitada. Um agradecimento especial à professora Maria Amélia Sabagg Zainko e à professora Glaucia Brito, pela autorização do meu afastamento do trabalho para o estudo, o que me permitiu dedicar dois anos exclusivamente à feitura desta tese.

Um agradecimento institucional também à Universidade Federal do Paraná, pública, gratuita e de qualidade, minha casa, lugar que frequento desde antes de estudar aqui, onde concluí a graduação, fiz o mestrado e concluo agora o doutorado. Lugar de frustrações e alegrias, com seus defeitos e qualidades, é onde escolhi passar minha vida intelectual e laborativa, lutando sempre em sua defesa e para que ela seja melhor e sirva melhor ao povo que a sustenta. Agradeço também àqueles que, mesmo de forma quase invisível, fazem esta universidade funcionar e permitem que uma pesquisa e quatro anos de estudo se desenvolvam com sucesso: os servidores da biblioteca, da secretaria do PPGP, da limpeza, da vigilância, da manutenção e todos àqueles anônimos que fazem esta enorme universidade funcionar diariamente.

Meu agradecimento também à Cinira de Meira, Claudia Senra e Simone Soares, pelo suporte, almoços, cuidados com meus filhos e toda ajuda que deram - voluntária e involuntária - para que eu pudesse concluir esta tese.

Por fim, agradeço à Leticia, que fez parte de todos os momentos desta tese. Sem ela, eu nem teria começado. Pessoa de uma inteligência e capacidade ímpares, mesmo dedicada ao seu doutorado em Educação, foi capaz de me ajudar (e me suportar) em cada momento. Meu mais profundo agradecimento.

Vim pelo caminho difícil,
A linha que nunca termina,
A linha bate na pedra,
A palavra quebra uma esquina,
Mínima linha vazia,
A linha, uma vida inteira,
Palavra, palavra minha.
(LEMINSKI, 1991, p. 18)

RESUMO

A profissionalização política, em sua forma mais desenvolvida, é caracterizada pela dedicação integral à atividade política e pela sua transformação em fonte exclusiva de renda. Do ponto de vista da conduta, essa profissionalização comporta um processo de moderação dos agentes políticos. Nesse contexto, o objetivo desta tese é testar a teoria a respeito da profissionalização em um caso extremo, admitindo que, se ela for verdadeira para esse caso, muito provavelmente será em qualquer outra situação. O objeto em que investigaremos a validade da teoria da profissionalização é o conjunto dos parlamentares trotskistas brasileiros e argentinos que ocuparam cargos nas respectivas câmaras federais, de 1989 a 2017, orientados por ideias antissistêmicas típicas do trotskismo. A hipótese que orientou a pesquisa é a de que, mesmo nesse caso extremo, a profissionalização política seria capaz de gerar moderação política e diminuição das condutas e ideias antissistêmicas. O método consistiu em analisar a composição social do grupo, suas carreiras e as propostas legislativas apresentadas por esses deputados, utilizando a análise de conteúdo e estatísticas descritivas. Os resultados foram compatíveis com a hipótese inicial, captando mudanças nas ideias políticas desse conjunto de parlamentares. O grupo se mostrou afetado pelo processo de profissionalização, apresentando-se mais moderado e menos antissistêmico à medida que os deputados se profissionalizavam como políticos de carreira.

Palavras-chave: Profissionalização política; Trotskismo; Deputados; Brasil; Argentina.

ABSTRACT

Political professionalism, in its most developed stage, is characterized by political activity full-time dedication and turning it into the only source of income. Considering conduct, professionalism involves political agents moderation. In this context, the aim of this thesis is testing the professionalism theory in an extreme case, inferring that if it is proved accurate in this extreme context, it is likely to be accurate in any other situation. The target investigation group to test the professionalism theory accuracy is the group of trotskyst Brazilian and Argentine parliamentarians who held positions in their respective federal chambers from 1989 to 2017, guided by anti-systemic biases of trotskyst political views. This research orienting hypothesis is that, even in this extreme case, political professionalism would promote political moderation and anti-systemic conduct decrease. The method consisted of analyzing the group social composition, their careers and their presented proposals applying content analysis and descriptive statistics. The results were compatible with the initial hypothesis, perceiving changes in the parliamentarians political ideas. The group was affected by the professionalism process, presenting themselves as more moderate and less anti-systemic as they became professional as career politicians.

Keywords: Political professionalism; Trotskysm; Deputies; Brazil; Argentina.

RESUMEN

La profesionalización política, en su forma más desarrollada, se caracteriza por la dedicación integral a la actividad política y por su transformación en fuente exclusiva de ingresos. Desde el punto de vista de la conducta, esta profesionalización comporta un proceso de moderación de los agentes políticos. En ese contexto, el objetivo de esta tesis es probar la teoría con respecto a la profesionalización en un caso extremo, admitiendo que, si es verdadera para ese caso, muy probablemente será en cualquier otra situación. El objeto en el que investigaremos la validez de la teoría de la profesionalización es el conjunto de los parlamentarios trotskistas brasileños y argentinos que ocuparon cargos en las respectivas cámaras federales, de 1989 a 2017, orientados por ideas antisistémicas típicas del trotskismo. La hipótesis que orientó la investigación es la de que, incluso en ese caso extremo, la profesionalización política sería capaz de generar moderación política y disminución de las conductas e ideas antisistémicas. El método consistió en analizar la composición social del grupo, sus carreras y las propuestas legislativas presentadas por dichos diputados, utilizando el análisis de contenido y estadísticas descriptivas. Los resultados fueron compatibles con la hipótesis inicial, captando cambios en las ideas políticas de ese conjunto de parlamentarios. El grupo se mostró afectado por el proceso de profesionalización, presentándose más moderado y menos antisistémico a medida que los diputados se profesionalizaban como políticos de carrera.

Palabras clave: Profesionalización política; Trotskismo; Diputados; Brasil; Argentina.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Matriz das organizações e partidos trotskistas com representação parlamentar no Brasil (1979 – 2017).....	62
FIGURA 2 - Matriz dos partidos trotskistas com representação parlamentar na Argentina (1982 – 2017).	73
FIGURA 3 - Deputados federais trotskistas e suas organizações no Brasil e Argentina (1988-2017).	76

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Desempenho dos partidos e candidatos trotskistas nas eleições presidenciais brasileiras, de 1998 a 2018.	64
GRÁFICO 2 - Desempenho dos partidos e coligações trotskistas nas eleições presidenciais argentinas, de 1983 a 2019.....	72
GRÁFICO 3 - Taxa de menções a trabalhadores entre deputados argentinos.	110
GRÁFICO 4 - Taxa de menções a trabalhadores entre deputados brasileiros.	111
GRÁFICO 5 - Taxa de menções a cidadãos na Argentina.....	113
GRÁFICO 6 - Taxa de menções a cidadãos no Brasil.	113
GRÁFICO 7 - Diferença da taxa de menções a trabalhadores e cidadãos na Argentina.....	114
GRÁFICO 8 - Diferença da taxa de menções a trabalhadores e cidadãos no Brasil.	115
GRÁFICO 9 - Taxa de menções a imperialismo na Argentina.	119
GRÁFICO 10 - Taxa de menções a imperialismo no Brasil.	120
GRÁFICO 11 - Taxa de menções a capitalismo na Argentina.	121
GRÁFICO 12 - Taxa de menções a capitalismo no Brasil.....	121
GRÁFICO 13 -Taxa de menções a exploração na Argentina.....	122
GRÁFICO 14 - Taxa de menções a exploração no Brasil.	123
GRÁFICO 15 - Taxa de menções a “internacional” na Argentina.....	123
GRÁFICO 16 - Taxa de menções a “internacional” no Brasil.	124
GRÁFICO 17 - Assuntos das proposições legislativas dos deputados trotskistas no Brasil e Argentina.....	131
GRÁFICO 18 - Taxa de desemprego na Argentina, de 2014 a 2018.	149
GRÁFICO 19 - Percentual de projetos com potencial antissistêmico apresentados nos quatro primeiros anos de mandato dos deputados com esse tipo de ocorrência.	155

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Algumas organizações internacionais trotskistas em 2018.	48
QUADRO 2 - Principais organizações trotskistas no Brasil em 2018 e seus vínculos internacionais.	63
QUADRO 3 - Principais organizações trotskistas na Argentina em 2018 e seus vínculos internacionais.	74
QUADRO 4 - Resumo das diferenças entre deputados trotskistas brasileiros e argentinos.	91
QUADRO 5 - Resumo das diferenças entre os deputados das diferentes tradições trotskistas.	92
QUADRO 6 - Resumo das diferenças entre deputados profissionalizados e não profissionalizados.	93
QUADRO 7 - Deputados trotskistas e carreira parlamentar enquanto trotskistas no Brasil e Argentina.	94
QUADRO 8 - Escala de profissionalização e relação com o trotskismo.	99
QUADRO 9 - Locuções ideológicas e atores/sujeitos.	106
QUADRO 10 - Variação das locuções ideológicas e atores/sujeitos.	125

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Propostas legislativas por ano.....	18
TABELA 2 - Verbetes e frequências de menções a Trotsky ou trotskismo no dicionário de política de Bobbio (2008).	40
TABELA 3 - Ano, idade média de engajamento e tempo de investimento no Brasil e Argentina.....	80
TABELA 4 - Ano, idade média de engajamento e tempo de investimento de acordo com as distintas tradições trotskistas.	81
TABELA 5 - Ano, idade média de engajamento e tempo de investimento, segundo a profissionalização.....	82
TABELA 6 - Escolaridade, de acordo com as diversas tradições trotskistas.	83
TABELA 7 - Escolaridade no Brasil e Argentina.....	84
TABELA 8 – Escolaridade, segundo a profissionalização.	84
TABELA 9 - Ocupações dos deputados no Brasil e Argentina.....	86
TABELA 10 - Ocupações dos deputados, de acordo com as diversas tradições trotskistas.	86
TABELA 11 - Ocupações dos deputados, de acordo com a profissionalização.	87
TABELA 12 - Associativismo e capital mobilizado para a primeira eleição, por país.	89
TABELA 13 - Capital eleitoral de acordo com as distintas tradições trotskistas.....	90
TABELA 14 - Associativismo e capital mobilizado para a primeira eleição de acordo com a profissionalização.	90
TABELA 15 - Mandatos de deputados federais de acordo com a tradição trotskista a qual estão vinculados.....	95
TABELA 16 - Taxa de desemprego no Brasil, de 2003 a 2008.....	149
TABELA 17 - Projetos com potencial antissistêmico no Brasil e Argentina.....	151
TABELA 18 - Projetos com potencial antissistêmico no Brasil e Argentina, segundo o nível de profissionalização.	151
TABELA 19 - Projetos com potencial antissistêmico entre deputados morenistas, no Brasil e Argentina.....	152
TABELA 20 - Projetos com potencial antissistêmico entre deputados morenistas no Brasil e Argentina, segundo o nível de profissionalização.	153

TABELA 21 - Projetos com potencial antissistêmico entre deputados morenistas da mesma organização internacional, no Brasil e Argentina.	154
TABELA 22 - Total de projetos propostos por trotskistas, aprovados na Câmara, Senado e convertidos em Lei.	158
TABELA 23 - Percentual de projetos aprovados na Câmara, Senado e convertidos em Lei, em relação ao total apresentado.	158
TABELA 24 - r de Pearson entre o percentual de projetos aprovados na Câmara por deputado e a escala de profissionalização.	159
TABELA 25 - r de Pearson entre o percentual de projetos aprovados na Câmara por deputado e o número de dias de mandato de cada deputado.	159
TABELA 26 - r de Pearson entre o percentual de projetos aprovados na Câmara por deputado e o total de projetos apresentados por cada deputado. ...	160
TABELA 27 -Percentual de projetos aprovados por grupo de parlamentares.	160

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

IV-SU	- IV Internacional – Secretariado Unificado
AcIT	- Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos
AJD	- Associação de Juízes para a Democracia
AP	- Ação Popular
AyL	- <i>Autodeterminación y Libertad</i>
BLA	- Bureau Latino-americano da IV Internacional
CA	- Centro Acadêmico
CIT	- Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores
CMI	- Corrente Marxista Internacional
CO	- Causa Operária
COLINA	- Comando de Libertação Nacional
CPDOC	- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
CRCI	- Coordenação pela Refundação da IV Internacional
CS	- Convergência Socialista
CSOL	- Coletivo Socialismo e Liberdade
CST	- Corrente Socialista dos Trabalhadores
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
Diap	- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DS	- Democracia Socialista
EM	- Esquerda Marxista
EUA	- Estados Unidos da América
FBT	- Fração Bolchevique Trotskista
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FIT	- <i>Frente de Izquierda y de los Trabajadores</i>
Frepaso	- <i>Frente País Solidario</i>
FT	- Fração Trotskista
GOM	- <i>Grupo Operario Marxista</i>
IF	- <i>Izquierda al Frente por el Socialismo</i>
JUC	- Juventude Universitária Católica
LC	- Liga Comunista
LER	- Liga Estratégia Revolucionária

Libelu	- Liberdade e Luta
LIT	- Liga Internacional dos Trabalhadores
LO	- Liga Operária
LSR	- Liberdade, Socialismo e Revolução
LV	- Luta Vermelha
MAIS	- Movimento por uma Alternativa Independente Socialista
MAS	- <i>Movimiento al Socialismo</i>
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MEP	- Movimento pela Emancipação do Proletariado
MES	- Movimento de Esquerda Socialista
MIR	- <i>Movimiento de Izquierda Revolucionario</i>
MNR	- Movimento Nacionalista Revolucionário
MR8	- Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT	- Movimento Revolucionário dos Trabalhadores
MST	- <i>Movimiento Socialista de los Trabajadores</i>
Nuevo MAS	- <i>Nuevo Movimiento al Socialismo</i>
O.	- Organização
OC 1º maio	- Organização Comunista 1º de maio
OMB	- Organização Marxista Brasileira
OMO	- Organização Marxista Operária
OSI	- Organização Socialista Internacionalista
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PCBR	- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PCI	- <i>Parti Communiste Internationaliste</i>
PCO	- Partido da Causa Operária
PC	- Partidos Comunistas
PDC	- Projeto de Decreto Legislativo
PEC	- Proposta de Emenda Constitucional
PGR	- Procuradoria Geral da República
PL	- Projeto de Lei
PLP	- Projeto de Lei Complementar
PLP	- Partido da Libertação Proletária
PO	- <i>Partido Obrero</i>

POL	- Partido Operário Leninista
POR	- <i>Partido Operario Revolucionario</i> (Argentina)
POR	- Partido Operário Revolucionário (Brasil)
PP	- Ponto de Partida
PR	- <i>Partido Radical</i>
PSOL	- Partido Socialismo e Liberdade
PSR	- Partido Socialista Revolucionário (Brasil)
PSR	- <i>Partido Socialista Revolucionario</i> (Argentina)
PSR	- <i>Parti Socialiste Révolutionnaire</i> (Bélgica)
PST	- <i>Partido Socialista de los Trabajadores</i> (Argentina)
PST	- Partido Socialista dos Trabalhadores (Brasil)
PSTU	- <i>Partido Socialista de los Trabajadores Unificado</i> (Argentina)
PSTU	- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (Brasil)
PT	- Partido dos Trabalhadores
PUC-SP	- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SoB	- Socialismo ou Barbárie
SPD	- <i>Sozialdemokratische Partei Deutschlands</i>
STF	- Superior Tribunal Federal
SWP	- <i>Socialist Worker Party</i>
TSI	- Tendência Socialista Internacional
UBA	- <i>Universidad de Buenos Aires</i>
UCR	- <i>Unión Cívica Radical</i>
UFF	- Universidade Federal Fluminense
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UIT	- Unidade Internacional dos Trabalhadores
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	- Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	- Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1 TROTSKISMO.....	23
2.2 PROFISSIONALIZAÇÃO E MODERAÇÃO	28
3 TROTSKISMOS E TROTSKISTAS	36
3.1 IDEIAS E ORGANIZAÇÕES TROTSKISTAS.....	36
3.2 O TROTSKISMO NO BRASIL.....	50
3.2.1 Primeiro ciclo: 1930-1968.....	50
3.2.2 Segundo ciclo: 1968 aos dias atuais	52
3.2.2.1 Lambertismo.....	53
3.2.2.2 Altamira e o Brasil	55
3.2.2.3 Morenismo.....	55
3.2.2.4 Mandelismo e a DS	59
3.2.2.5 O cenário de ontem até hoje	61
3.3 O TROTSKISMO NA ARGENTINA	64
3.3.1 Primeiro ciclo: 1929-1942.....	65
3.3.2 Segundo ciclo: 1943 aos dias atuais	68
3.3.2.1 O morenismo da Argentina para o mundo.....	68
3.3.2.2 O PO com Altamira.....	70
3.3.2.3 Eleições e atualidade.....	71
4 MILITANTES E DEPUTADOS	75
4.1 PERFIL SOCIAL.....	76
4.2 CARREIRAS PARLAMENTARES	93
5 TROTSKISTAS NO PARLAMENTO	105
5.1 ATORES E IDEOLOGIA NAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS.....	105
5.2 SISTEMA, ANTISSISTEMA E PROPOSTAS LEGISLATIVAS.....	126
5.2.1 O que propõem os deputados trotskistas?	131
5.2.2 Projetos com potencial antissistêmico.....	139
5.3 TAXA DE SUCESSO LEGISLATIVO	156
6 CONCLUSÃO	162
REFERÊNCIAS.....	167
APÊNDICE 1 ESCALA DE PROFISSIONALIZAÇÃO.....	184

1 INTRODUÇÃO

O Índice de Competitividade Global de 2018, do *World Economic Forum* (World Economic Forum, 2018), mediu, dentre outros aspectos a confiança da população de diversos países em seus representantes políticos. Dentre os 137 países pesquisados, os seis últimos colocados são latino-americanos e o Brasil ocupa a última colocação. Nossos vizinhos argentinos não estão muito melhores, na posição 118. Em outra pesquisa, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2017), foi possível identificar que, no Brasil, os partidos políticos e o Congresso Nacional gozam da confiança de apenas 7% da população (em contraste com os 53% que confiam na Igreja Católica, por exemplo). O político profissional, é, portanto, uma das profissões de menor confiabilidade. Ainda assim, 29.101¹ pessoas candidataram-se a algum cargo nas eleições de 2018 no Brasil. Desse total, pelo menos 2.000² eram deputados e vereadores já em exercício de mandato.

Esta tese tem como tema esse conjunto de pessoas que vive da política e para a política. O ponto de partida será a noção de profissionalização política, tal como Weber (1993, p. 64) enunciou, como aquele que vive *da* política e *para* a política. Para o autor, não basta ser interessado na política e viver *para* ela, mas também viver *da* política, obtendo daí rendimentos de forma mais ou menos permanente. Não se trata de condições excludentes (viver *da* ou *para* a política), mas como diz o próprio Weber (1993, p. 65), viver para a política pode significar colocar-se a serviço de uma causa, dando significado à própria vida e, ao mesmo tempo, dela obter o seu sustento.

Deixar de ser um cidadão comum e alçar-se à profissão política coloca esse cidadão sob novas condições de exercício da política e de relação com ela. O que antes era uma participação mais ou menos constante no partido político, em associações representativas, ou qualquer outra forma conexa com o mundo da política, de onde tenha alavancado seu capital eleitoral, coloca agora este cidadão no exercício *full time* da política. Mas não só isso. Coloca-o nos parlamentos, sob as regras e sociabilidades típicas do mundo político-parlamentar. As negociações, acordos, o transitar pela linha sempre tênue entre enfrentar ou conciliar, entre ceder uma parte do que se acredita para fazer prosperar outro aspecto de suas crenças.

¹ <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

² Id.

Some-se a isso ainda o salário, o séquito de assessores, as pequenas e grandes estruturas postas à disposição de quem exerce um mandato legislativo, o passaporte especial e demais distinções, nem sempre apreciadas pelo público, mas que, ao mesmo tempo, fazem da carreira política a que inspira menos confiança por parte da população, mas também um lugar de relativo prestígio social e econômico.

Assim, a questão de fundo que orientará nossa pergunta de pesquisa é sobre a capacidade da profissionalização política produzir mudanças nas crenças dos profissionais da política. O que o senso comum identifica como “promete uma coisa na campanha e faz outra depois de eleito”, e a fama de “mentiroso” que acompanha o profissional da política podem ter relação com o baixo nível de confiança da população nos políticos. Mas será que o processo de profissionalização operado na passagem do cidadão interessado na política para a condição de profissional implica o arrefecimento de suas crenças, ideias e valores anteriores e a adoção de outros, ou ao menos a mitigação dessas crenças, ideias e valores iniciais?

É essa a questão que está presente mais especificamente no estudo das trajetórias e condutas dos partidos e parlamentares de esquerda, que, não poucas vezes, foram capazes de passar da ideia do “assalto aos céus” para a condescendente administração e legitimação do *status quo*.

Postas essas questões, é possível delimitar a pergunta de pesquisa, já apontando para nossa opção de mirar a esquerda do espectro político, onde será possível contrastar ideias e condutas de maneira mais clara. Finalmente, o que buscaremos saber é: o parlamento como local de exercício profissional da política é capaz de mitigar ou fazer desaparecer o radicalismo político de esquerda em seu interior?

Mas aqui, mais um problema se coloca: onde medir essa transformação do político profissional? Qual objeto de pesquisa adotar para que seja possível delinear com razoável clareza um conjunto de ideias/valores/crenças anteriores à profissionalização, para que se possa perceber se essas mudanças ocorrem no curso da profissionalização ou não? Chegamos então à definição do objeto. Nossa opção foi buscar um grupo ancorado em uma ideologia expressa em um programa claramente distinguível no mundo das ideias políticas: os trotskistas. Se já não é possível encontrar marxistas em geral com relativo sucesso eleitoral, não se pode dizer o mesmo desses marxistas em particular. No Brasil, ocuparam cargos no legislativo federal de 1989 até 2010 e retornam ao parlamento nacional em 2019. Na

Argentina, também é possível encontrá-los no parlamento federal em intervalos menos regulares, desde os anos 90 até os dias de hoje. Além de no Brasil e na Argentina, já houve parlamentares nacionais trotskistas, em períodos anteriores, ao menos na Inglaterra, na França, em Portugal, no Peru, na Espanha, no Sri Lanka, no processo constituinte da Bolívia, na Argélia e no Paquistão.

Os trotskistas possuem traços distintivos ideológicos muito particulares, expressos por suas organizações e literatura, podendo ser o objeto em que é possível identificar características antissistema, que podemos verificar se serão ou não modificadas pela profissionalização. Sartori (1982) define os partidos antissistema como aqueles que, em sua ação, enfraquecem a legitimidade do regime ao qual se opõem (Sartori, 1982, p. 158). Claro está que as organizações trotskistas são, de início, antissistema nos termos da definição de Sartori (1982), assim como seus parlamentares.

Nesse contexto, este trabalho não trata especificamente da compreensão dos efeitos da profissionalização nos profissionais da política em geral, mas na esquerda em particular, e em um de seus setores mais radicais, o que nos possibilita ver os efeitos da profissionalização em um caso extremo. É o que nos permite enunciar que esta tese é um estudo de caso, ou seja, trata-se de buscar a validade de uma premissa em um caso extremo, de modo que se ela for válida para esse caso, provavelmente será para os demais.

Assim, tomamos como objeto 16 parlamentares no Brasil e nove na Argentina, sendo que no Brasil a participação dos trotskistas no parlamento ocorre com a assunção de um suplente em 1989, e depois, de modo ininterrupto, de 1991 até 2010³, enquanto na Argentina se dará de 1989 a 1993, de 2001 a 2005, e de 2013 até os dias atuais.

No Brasil, de 1980 até os dias atuais, o trotskismo divide-se em quatro grandes linhas: o Partido da Causa Operária (PCO) e suas cisões; os lambertistas da Organização Socialista Internacionalista (OSI, posteriormente “O Trabalho”) e suas cisões; os posadistas do Partido Operário Revolucionário (POR); os morenistas da Convergência Socialista (CS), formando posteriormente o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), e suas cisões; e os mandelistas da Democracia

³ Retornam ao parlamento com três deputados apenas na eleição de 2018.

Socialista (DS)⁴ e suas cisões. Agruparam-se todas essas organizações e suas descendentes, de 1980 a 1989, no Partido dos Trabalhadores (PT), e, a partir da década de 1990, passaram a participar de outras agremiações partidárias ou mesmo dar origem a elas, como o PSTU, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e o PCO, enquanto outras permanecem ainda no PT.

No período estudado (1989-2017), cinco organizações trotskistas lograram eleger parlamentares federais no Brasil. Foram 16 parlamentares na Câmara dos Deputados, cinco do ramo morenista (Corrente Socialista dos Trabalhadores, Movimento de Esquerda Socialista, Convergência Socialista e PSTU), um do ramo lambertista (“O Trabalho”) e dez do ramo mandelista (Democracia Socialista). Esses parlamentares chegaram à Câmara dos Deputados pela primeira vez pelo PT (15) e um deles migrou do PCdoB para o PSTU. Exerceram seus mandatos pelo PT, PSTU e PSOL. Suas eleições ocorreram pelos estados do Rio Grande do Sul (seis), Rio de Janeiro (dois), São Paulo (dois), Distrito Federal (um), Pará (um), Paraná (um), Minas Gerais (um), Paraíba (um) e Bahia (um).

Na Argentina, da década de 1980 até os dias atuais, apresentam-se três grandes linhas pelas quais o trotskismo se organiza: o morenismo, compreendendo o antigo *Movimiento al Socialismo* (MAS) e suas cisões, o posadismo com o *Partido Operario Revolucionario*, e uma organização independente, o *Partido Obrero* (liderado por Jorge Altamira). Foram eleitos deputados federais pelo ramo morenista, através do MAS (um), do *Movimiento Socialista de los Trabajadores* (um), do *Partido de los Trabajadores Socialistas* (três) e da *Izquierda Socialista* (um), e fora do morenismo, pelo Partido Obrero (três), totalizando sete deputados federais. Todos exerceram seus mandatos pelos mesmos partidos pelos quais foram eleitos. Desses parlamentares, seis foram eleitos pela província de Buenos Aires, dois por Mendoza e um por Salta.

É possível reconhecer o surgimento do político profissional nas organizações trotskistas, não só pelo *staff* de militantes que se ocupa da liderança dessas

⁴ A DS surgiu no início dos anos 80 e logo se tornou um agrupamento trotskista dentro do PT, com sua filiação à IV Internacional (Secretariado Unificado). Hoje (2020), sem dúvida, não possui mais Trotsky como um referencial exclusivo, tendo se afastado da IV Internacional a partir de 2003. O ex-deputado federal Dr. Rosinha (da DS) afirmou, em entrevista (Rosinha, 2016), que provavelmente nenhum deputado da DS tenha sido trotskista. Por outro lado, ao menos três trabalhos acadêmicos (GUTIERREZ, 2004; KAREPOVS; LEAL, 2007; MIRANDA, 2014) tratam da DS nos anos 90 ou 2000 como uma organização trotskista. Assim, optamos por incluir os deputados da DS, adotando uma linha de corte no ano de 2003, (quando a DS se desliga da IV Internacional) para a entrada de deputados dessa organização em nossa pesquisa.

organizações, mas também na medida em que alguns de seus membros são levados aos postos parlamentares.

A hipótese que orientou esta pesquisa é de que a profissionalização política é capaz de mitigar ou fazer desaparecer o radicalismo político. Esperávamos poder captar um movimento de moderação dos políticos profissionais (deputados, no caso concreto), a partir de sua profissionalização política. Nossa hipótese dialoga com o achado de Putnan (1993), que verificou a mudança de atitude dos conselheiros regionais italianos, entre 1970 e 1980, que diminuía a adesão às posturas extremas à medida que passavam pelo que o autor chama de socialização institucional.

Dialogaremos também com a análise de Panebianco (2005, p. 426) a respeito do SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) alemão, quando afirma que “com o sucesso eleitoral de 1884 o SPD dá um salto de qualidade de ‘seita’ para ‘partido’, adquirindo, pela primeira vez, um potencial de manipulação (mas também de coalizão)”. Nesse sentido, verificaremos a conduta dos parlamentares trotskistas, procurando observar em que casos foi possível (e se foi mesmo possível) passar da condição de simples tribuno negativo, usando o parlamento como local de propaganda das ideias partidárias, para uma “política positiva” (PANEBIANCO, 2005, p. 426), capaz de adquirir potencial de influenciar decisões.

Muito se tem pesquisado sobre a atividade parlamentar no Brasil. Recortes partidários ou regionais têm dado grande contribuição ao estudo da atividade legislativa e do parlamento como local de poder. No entanto, procurar estudar como um grupo, que em geral não prioriza a participação parlamentar como principal espaço de disputa política, se coloca no parlamento apresenta vivo interesse, não só do ponto de vista de uma análise do parlamento, senão da própria reflexão sobre a esquerda. A pesquisa ainda contribuirá para testar o uso da categoria profissionalização política no caso concreto de parlamentares oriundos de uma das mais radicais tradições políticas (o trotskismo), permitindo verificar a extensão de sua validade e as consequências de seu emprego.

Comparar Brasil e Argentina significa olhar para as duas maiores democracias e as duas maiores economias da América do Sul, cujas semelhanças podem ser fatores relevantes na explicação pretendida. Tomar os casos brasileiro e argentino justifica-se ainda por serem países em momentos semelhantes em sua história política: ambos saíram de ditaduras militares em fins do século passado e, a partir de então, passaram a contar com representantes do trotskismo no parlamento, de modo

mais ou menos simultâneo, e conjunturas macroeconômicas e políticas mais ou menos semelhantes até os dias de hoje. Cardoso e Gindin (2017, p. 13) defendem que existe uma “convergência estrutural” que facilita a comparação de fenômenos sociais em sentido amplo entre os dois países nos últimos anos. Eles acrescentam que a história política recente de Brasil e Argentina também guarda semelhanças gerais, com os dois países saindo de ditaduras, para depois conhecerem um período de “hegemonia e depois à erosão do neoliberalismo; e, em seguida, à consolidação de governos com fortes vínculos com os movimentos sociais e com os sindicatos” (CARDOSO; GINDIN, 2017, p. 13), ao que acrescentaríamos o fim deste último ciclo, com a ascensão nos dois países de governos de direita (Macri e Temer/Bolsonaro)⁵. Enfim, a opção por comparar o fenômeno da profissionalização nesses dois países permite minimizar a influência dos fatores ambientais, podendo concentrar nossa atenção nos atores. Não seria possível, por exemplo, tomar os parlamentares que hoje existem na Argélia e no Paquistão como objeto, sem introduzir uma variável histórica, social e institucional de larga influência na pesquisa.

Como primeiro passo para aferir os efeitos da profissionalização nos parlamentares selecionados, procederemos a sua classificação em dois grupos: a) profissionalizados, e b) não profissionalizados. A constituição desses dois grupos leva em conta o tempo de profissionalização, considerado aqui como a sequência de cargos ocupados na trajetória política de cada parlamentar. Verificaremos primeiramente se diferenças do ponto de vista do perfil social entre os dois grupos podem ajudar a explicar sua profissionalização.

As fontes para essa etapa da pesquisa proposta consistem em dicionários biográficos parlamentares, em informações disponibilizadas sobre a biografia parlamentar nos próprios sites dos parlamentos brasileiro e argentino, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV) e dos tribunais eleitorais.

O segundo passo consistiu na análise da produção legislativa dos parlamentares, em que pudemos medir a permanência ou mudança da conduta

⁵ A eleição e posse dos peronistas na Argentina no final de 2019 coloca para nós a expectativa acerca da continuidade ou não deste macro alinhamento histórico entre os dois países, a depender do desenvolvimento do cenário político e eleitoral brasileiro.

antissistema. As proposições legislativas, no entanto, são um objeto de estudo relativamente recente na Ciência Política. Santos e Amorim Neto (2003a, p. 665) já apontavam que até então (2003) nenhum estudo havia analisado a fundo a produção legislativa dos deputados federais brasileiros. Nesse estudo seminal, os autores utilizaram o Modelo do Segredo Ineficiente para medir o alcance desse mesmo modelo para explicar o comportamento parlamentar no que se refere à produção de normas legais. Eles chegaram à conclusão de que o modelo precisa ser adequado, em especial no que se refere à diferença entre partidos de oposição e situação, que operam distintamente quanto a suas estratégias de produção legislativa, com os primeiros primando pela apresentação de projetos de impacto nacional e os segundos utilizando-se menos de projetos com essas características, em razão de ocuparem mais tempo com negociações com o executivo para o atendimento de suas demandas e de seus eleitores.

Em outro trabalho, publicado no mesmo ano, os mesmos autores (AMORIN NETO; SANTOS, 2003) procuram discutir a abrangência e alcance da produção legislativa dos deputados brasileiros. A questão que os mobilizou foi se a produção legislativa possui um tom paroquial, de atendimento a demandas localizadas, ou possui predominantemente uma abrangência e alcance nacional. A conclusão dos autores é que a maioria dos projetos possui um alcance e abrangência nacionais, mostrando que não é através dos projetos de lei que os deputados exercitam uma conduta clientelista. No entanto, também afirmam que as leis propostas pelos parlamentares “não afetam o *status quo* econômico e social do país, sendo mais propriamente intervenções tópicas em questões pertinentes à vida cotidiana do cidadão comum.” (AMORIN NETO; SANTOS, 2003, p. 134). O que recoloca a pertinência de nossa questão de pesquisa: estariam os parlamentares trotskistas alinhados a essa mesma lógica? Haveria modificação em sua conduta à medida que se profissionalizam no parlamento?

Independente do paradigma analítico utilizado, um ponto importante salientado pelos autores é que as propostas legislativas são predominantemente de abrangência nacional e não “paroquialistas”, já que o tipo de ação clientelista voltada às suas bases eleitorais se dá predominantemente em outros âmbitos, como, por exemplo, as emendas ao orçamento ou os decretos legislativos que concedem autorizações de emissão radiofônicas. Assim, é possível tomar as propostas

legislativas como expressão do que pensam os parlamentares em termos de soluções legislativas para as grandes questões nacionais, setoriais ou regionais.

Em nossa pesquisa serão analisadas 663 propostas legislativas, sendo 378 na Argentina e 285 no Brasil. No intervalo dos 29 anos analisados (1989-2017), considerando apenas os anos em que havia parlamentares trotskistas no Brasil ou Argentina (25 dos 29 anos), temos uma média de 26,5 propostas legislativas apresentadas a cada ano, mas com uma sensível diferença entre o Brasil e a Argentina. Aqui, foram apresentadas 13,6 propostas, em média, em cada um dos 21 anos de representação no parlamento. Já na Argentina, foram apresentadas 29,1 propostas, em média, em cada um dos 15 anos em que trotskistas estiveram presentes na câmara baixa. O volume total de propostas por país em cada ano está na tabela 1.

TABELA 1 - Propostas legislativas por ano.

Ano	Brasil	Argentina	Total
1989	04	02	06
1990	00	15	15
1991	15	11	26
1992	09	13	22
1993	20	00	20
1994	03	00	03
1995	15	00	15
1996	06	00	06
1997	08	00	08
1998	04	00	04
1999	26	00	26
2000	21	00	21
2001	42	08	50
2002	22	17	39
2003	42	29	71
2004	08	40	48
2005	07	50	57

2006	06	00	06
2007	06	00	06
2008	12	00	12
2009	01	00	01
2010	08	00	08
2011	00	00	00
2012	00	00	00
2013	00	00	00
2014	00	47	47
2015	00	27	27
2016	00	85	85
2017	00	34	34

Fonte: elaboração própria do autor.

A tipologia das proposições legislativas brasileiras e argentinas também guarda importantes diferenças que tivemos que considerar ao escolher o *corpus* documental da pesquisa. Enquanto no Brasil existe uma intrincada hierarquia de leis, que resulta em uma multiplicidade de possibilidades de proposições parlamentares, indo desde a Emenda à Constituição até as Propostas de Instruções Normativas, o arcabouço legislativo argentino é relativamente mais simples, compreendendo basicamente os Projetos de Lei.

Assim, de todas as possibilidades, excluimos aquelas que tratam apenas das normas de funcionamento das próprias câmaras, bem como pedidos de informações, ou manifestações na forma de moções. Desse modo, ficamos apenas com aqueles tipos de projetos capazes de gerar ou modificar leis, que por sua natureza podem ter impacto no arcabouço legal nacional. Como resultado dessa opção, no Brasil, analisamos Propostas de Emendas à Constituição (PEC), Projetos de Lei Complementar (PLP), Projetos de Lei (PL) e Projetos de Decretos Legislativos (PDC), enquanto na Argentina, apenas Projetos de Lei. Efetivamente, os Projetos de Lei argentinos abarcam as mesmas possibilidades legais que os PDC, PL e PLP brasileiros. No entanto, na Argentina não se realizam ordinariamente emendas à

constituição⁶. Ainda assim, mesmo correndo o risco de gerar alguma assimetria na comparação entre brasileiros e argentinos, optamos por manter as emendas à constituição no arcabouço de proposições brasileiras a serem analisadas por entendermos que, por sua natureza, a emenda à constituição pode revelar importantes aspectos de uma conduta antissistema por parte dos proponentes.

No Brasil, são 27 Projetos de Decretos Legislativos, destinados a anular decretos do Poder Executivo. Os Projetos de Lei Complementar são em número de 19, tendo sido destinados a criar normas complementares à Constituição ou alterar outras Leis Complementares. Quanto aos Projetos de Lei, são 226, versando sobre os mais diferentes temas. Por fim, as Propostas de Emendas à Constituição apresentam menor ocorrência, somando 13 proposições. Na Argentina, como já explicado, são apenas Projetos de Lei a serem analisados, mas ao menos 20 deles correspondem ao que seriam os Projetos de Decretos Legislativos brasileiros versando sobre a anulação de decretos, contratos e concessões do poder executivo. Os restantes se assemelham aos Projetos de Lei e Projetos de Lei Complementar brasileiros.

Postas essas questões iniciais de descrição do *corpus* documental, foi preciso estabelecer os critérios de análise das proposições legislativas. Trata-se de responder à pergunta: o que olhar nas proposições que possa fornecer evidências quanto à moderação ou não moderação dos parlamentares?

Nossa resposta compreende três dimensões de análise:

A- Análise de recorrência de locuções/termos significativos, divididas em duas ordens:

a1- Atores: quem são os atores sociais presentes nas propostas legislativas dos deputados trotskistas?

a2- Locuções ideológicas/sistêmicas: mensurar a ocorrência de termos que expressem os valores ideológicos dos trotskistas, buscando ver se com o passar do tempo modifica-se a quantidade de menções feitas a esses termos.

⁶ O que se explica, segundo Arantes e Couto (2010, 553-554), em razão da Constituição brasileira possuir maior detalhamento de políticas governamentais, que faz com que permanentemente seja necessário modificá-la para alterar essas políticas a cada mudança de orientação governamental. Já no caso argentino, a constituição é bem menos ordenadora das políticas governamentais, o que explica também que, nesse país, as leis ordinárias tenham um papel mais decisivo na orientação da ação estatal em termos de políticas públicas.

Esse item nos permite verificar quais atores e locuções ideológicas aparecem nos textos das proposições legislativas. Aqui, assumimos que construções discursivas que colocam como beneficiário do projeto de lei os trabalhadores indicam a manutenção da vinculação dos deputados à sua ideologia original, enquanto a aparição de outros atores, como por exemplo cidadãos, significa um distanciamento dessa ideologia original. Também a ocorrência de termos como “revolução”, “imperialismo”, “capitalismo” e “exploração” são marcadores de manutenção da ideologia original. Nesse segundo caso, mediremos a taxa de ocorrência dessas locuções, sendo que sua manutenção ou aumento indicará manutenção da ideologia original e sua diminuição indicará um afastamento dessa ideologia original.

B- Impacto: qual a capacidade da proposta legislativa colocar em xeque o sistema ou a ordem estabelecida, caso seja aprovada?

Nesse item, buscaremos medir se os projetos apresentados são antissistêmicos, ou seja, se as proposições legislativas colocam, em alguma medida, em risco a ordem econômica e social, propõem reformas significativas nessas ordens, ou ao contrário, se as mantêm dentro de um padrão regulatório normativo, relativamente inofensivo. A produção de uma legislação antissistêmica denotaria manutenção de sua ideologia original, enquanto uma produção legislativa adaptada à ordem indicaria um afastamento de sua ideologia original.

C- Taxa de sucesso: quantidade de propostas legislativas transformadas em norma jurídica.

Nesse item assumimos que a aprovação de projetos de lei de sua autoria materializa a influência de um deputado, supondo que aqueles mais moderados possuirão uma taxa de aprovação maior do que os mais radicais, podendo tomar a taxa de sucesso como um indicador de moderação.

Os projetos de lei e demais proposições parlamentares encontram-se disponíveis no site da Câmara dos Deputados e do *Congreso de la Nación Argentina*. Formam uma massa documental volumosa que foi analisada com o auxílio do *software* Nvivo12.

Considerando que a profissionalização pode ser expressa pela equação entre tempo de profissionalização e dedicação à política, verificaremos a variação no tempo de cada quesito acima, ou seja, realizaremos uma análise diacrônica de cada variável, percebendo se no transcorrer do tempo houve alteração significativa para o conjunto dos deputados no Brasil e Argentina, divididos entre profissionalizados e não

profissionalizados, buscando aferir se o grupo profissionalizado modera-se ou não, assim como também o grupo não profissionalizado. Encerrar a análise aqui, entretanto, deixaria de fora outras variáveis que não podemos ignorar: as diferentes nacionalidades e as diferentes tradições em que se divide o trotskismo. Assim, além de dividir nossa análise entre profissionalizados e não profissionalizados (nosso recorte principal), será preciso aferir como a análise se comporta no corte entre Brasil e Argentina, países que podem ensejar impactos distintos dos processos de profissionalização, bem como também operar o recorte entre as diversas tradições em que se divide o trotskismo, que podem ser impactadas em diferentes intensidades em relação à profissionalização. Combinando esses três níveis de análise (Profissionalizados X não profissionalizados, Brasil X Argentina e Mandelistas X Morenistas X Lambertistas X Altamiristas) esperamos poder oferecer a conclusão a respeito dos efeitos da profissionalização. No entanto, as características das fontes (projetos de lei), as diferentes línguas (português e espanhol), bem como as possibilidades operacionais e técnicas demandaram eventuais adaptações que nem sempre permitiram realizar a comparação dessa maneira, sem, no entanto, impedir que chegássemos a conclusões válidas.

A tese está organizada em seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução. No segundo capítulo, faremos a revisão de literatura acerca do trotskismo e da profissionalização política. No terceiro, analisaremos as ideias, história e personagens do trotskismo, com foco na Argentina e no Brasil, buscando estabelecer o quão antissistema é esse conjunto de ideias⁷. No quarto capítulo, discutiremos a trajetória, o perfil e a carreira parlamentar desses deputados. No quinto capítulo, discutiremos e analisaremos suas produções legislativas. No sexto e último, apresentaremos as considerações finais.

⁷ Para fazer as figuras de matrizes do trotskismo no Brasil e Argentina, usamos o *Lucidchart* on line.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, passaremos em revista a produção bibliográfica a respeito do trotskismo e da profissionalização política. No entanto, as duas revisões apresentam métodos e características diferentes. Na primeira parte, a respeito do trotskismo, procuraremos levantar o que se produziu acerca do trotskismo na academia e também demonstrar que as pesquisas a respeito dessa corrente do marxismo superaram os círculos de simpatizantes e iniciados. O marxismo possui uma inegável legitimidade como objeto de estudo e defendemos aqui que suas subdivisões podem ter uma abordagem semelhante. Se por um lado o trotskismo como objeto de estudo não possui a amplitude temática do marxismo, por outro lado, proporcionou uma ampla agenda de pesquisa no que se refere à história política, à sociologia ou à história das ideias e à política *stricto sensu*.

Nossa revisão procurou passar em revista essa produção, com foco principalmente no Brasil e Argentina. Partimos da publicação de Bianchi (2005) que apresentou uma rigorosa revisão de todas as dissertações e teses publicadas no Brasil a respeito do trotskismo. Seu robusto trabalho é nosso ponto de partida, mas não o de chegada, por dois motivos: não inclui os artigos acadêmicos e foi publicada em 2005, carecendo de atualização referente às publicações posteriores a essa data. Demos sequência ao trabalho a partir do acompanhamento realizado já há alguns anos por nós, por meio das publicações via Google acadêmico, e do acompanhamento constante das produções nessa área.

Já a revisão a respeito da profissionalização política apresenta características diferentes. Partimos de autores paradigmáticos na discussão do conceito para, após uma rápida passagem (não exaustiva) por algumas pesquisas recentes, chegarmos à discussão desse conceito em alguns autores marxistas, pelo óbvio interesse que a abordagem desses autores apresenta para nossa tese. Assim, se temos aqui uma revisão menos sistemática e exaustiva, por outro lado, conseguimos debater o conceito de profissionalização de modo mais produtivo para os objetivos do nosso trabalho.

2.1 TROTSKISMO

Revisitar a produção bibliográfica sobre o trotskismo apresenta algumas

particularidades. Uma delas é a necessidade de distinguir a produção acadêmica da produção militante. Por ser o trotskismo um conjunto de ideias defendido por militantes e organizações políticas, uma parte significativa da produção sobre o tema é de cunho militante, destinada a propagar as ideias de Trotsky ou a historiar, do ponto de vista militante, recuperando a memória das organizações e militantes, numa forma de narrativa preocupada com os antecedentes históricos, no sentido de dar legitimidade à atuação no presente. Esse tipo de literatura foi deixada de lado, salvo raríssimas exceções.

As produções acadêmicas sobre o trotskismo, no âmbito dos programas de pós-graduação brasileiros, concentram-se nos campos da história, ciência política, sociologia e filosofia. Como regra, os trabalhos possuem um corte político mais acentuado, enquadrando-se na história política, na filosofia política ou na sociologia política. Predominam ainda os trabalhos sobre os trotskistas da década de 1930, período inaugural desse movimento de ideias no Brasil. Nesse recorte temporal, estão inscritos os trabalhos de Almeida (2003), Campos (1998), Castro (1993), Karepovs (1996), Lisboa (2013), Lisboa (2014), Marques Neto (1993) e Silva (2002). São trabalhos bastante diversificados em relação ao enfoque, sendo dedicados a reconstruir as trajetórias dos grupos trotskistas e a revisitar suas interpretações sobre o Brasil, onde se sobressaem as polêmicas dos trotskistas contra o PCB, suas interpretações sobre a revolução de 1930, dentre outros assuntos. As mais variadas fontes foram utilizadas, desde cartas pessoais dos militantes até a própria produção teórica desses sujeitos e sua relação com a produção acadêmica.

Para o intervalo entre os anos 1940 e 1960, contamos com as obras de Ferreira (1985) e Pereira Neto (1997). Abrangendo os anos 1940, o primeiro autor, e os anos 1950 e 1960, o segundo, esses pesquisadores produziram trabalhos que têm por objeto as organizações trotskistas. O primeiro trabalho analisa, a partir do conceito de ideologia, a produção de ideias do Partido Socialista Revolucionário. O segundo desenha a trajetória do Partido Operário Revolucionário. As fontes mais destacadas são as publicações desses partidos e as entrevistas com militantes. Recentemente, os trabalhos de Gallindo (2010) e Dias (2013) trouxeram novos aspectos à discussão desse período, com o primeiro autor discutindo implantação dos trotskistas entre os camponeses de Pernambuco na década de 1960. De cunho biográfico, o trabalho usa a trajetória de um militante trotskista para redesenhar o contexto do campo pernambucano. O segundo trabalho, no âmbito da Ciência Política, discutiu as

definições programáticas de organizações marxistas nos anos 1950, inclusive trotskistas. Tratando do intervalo entre 1968 e 1976, o trabalho de Oliveira (2013) discute o que chama de reorganização dos trotskistas brasileiros, em especial o surgimento da Organização Socialista Internacionalista.

Cobrando os anos 1970, temos o trabalho de Pereira Neto (2013), que também segue a linha biográfica para discutir o contexto da repressão ao movimento operário (em especial aos trotskistas) durante a ditadura militar, enfocando a morte do operário Olavo Hansen, militante trotskista. Faria (2005), por sua vez, discute a experiência do Movimento Convergência Socialista, animado pelos trotskistas com vistas a criar um partido político no período final da ditadura militar. O trabalho de Ridenti (1997) discute a relação das organizações trotskistas com a luta armada durante a ditadura militar. Ainda tratando do final da década, Pellicciotta (2012) discutiu a rebeldia juvenil através da análise de uma organização de jovens impulsionada pelos trotskistas na USP, a Liberdade e Luta.

É nesse período que também se localiza nosso trabalho de mestrado em sociologia (MACEDO, 2011). Essa pesquisa também já originou um artigo (MACEDO, 2013) em que se analisa o debate sobre o surgimento do PT em um jornal (Em Tempo), cujo controle era disputado pelos trotskistas no final dos anos 70. Em outro trabalho (MACEDO, 2015), procuramos analisar o discurso dos posadistas no momento de sua adesão ao PT.

Discutindo os anos 1980, temos o trabalho de Angelo (2007), que procura reconstruir a trajetória da Democracia Socialista, discutindo sua visão do Brasil e sua relação com o Partido dos Trabalhadores, nos primeiros anos de funcionamento deste partido. Por sua vez, o trabalho de Silva (1998) é um grande apanhado do conjunto de organizações marxistas brasileiras, incluindo as trotskistas, suas trajetórias e pensamento político, no período de 1987 a 1994. Já Miranda (2014), em sua dissertação de mestrado em Ciência Política, analisa com base nos conceitos de tática e estratégia as diferentes condutas de duas organizações trotskistas no PT, de sua fundação até 1991.

Tratando do século XXI, temos o trabalho de Gutierrez (2004), no campo da Ciência Política, que faz um comparativo entre as posições do PSTU, da Corrente “O Trabalho” e da DS frente às eleições de 2002 e 2004. Discutindo o recrutamento de candidatos de um partido trotskista (PSTU), ainda nesse período mais recente, temos o trabalho de Dantas e Roeder (2015), que apresenta as particularidades desse

partido, que nas eleições de 2010 recrutou o maior número de candidatos negros e mulheres.

Na tentativa de produzir visões panorâmicas e introdutórias ao trotskismo como corpo de ideias e organizacional, podemos destacar as obras de Campos (1981), de Karepovs e Leal (2007), Karepovs e Marques Neto (2007) e Coggiola (2003), referenciais sobre o tema, do ponto de vista da síntese histórica e política. Obra referencial sobre a esquerda em geral é a de SILVA (s/d), que apresenta vivo interesse também sobre as organizações de matriz trotskista. Mais especificamente no plano da análise das ideias trotskistas no Brasil e sobre o Brasil, apresentam interesse as obras de Karepovs, Marques Neto e Löwy (1995) e Ferreira (2005), que discutiram as suas interpretações sobre o Brasil. Outra obra nessa esteira é o “guia” elaborado por Alexander (1991), que tenta mapear todas as organizações trotskistas no mundo, no período de 1929 a 1985.

Outra ordem de produções abrange a discussão de aspectos mais verticais no pensamento de Trotsky, como, por exemplo, Bianchi (2013), que discutiu Trotsky como historiador e sua teoria da revolução. E ainda o mesmo Bianchi (2007), que procura discutir qual a originalidade do marxismo de Trotsky.

O trotskismo latino americano em geral foi discutido no trabalho de Zambrosi (2017) sobre a trajetória intelectual e política do líder trotskista peruano Hugo Blanco. Ainda sobre o caso boliviano, sua revolução de 1952 e a participação dos trotskistas nesse evento histórico, temos o trabalho de Monteiro (2017b) e de Andrade (1997). E ainda Andrade (2010), em sua análise das interpretações de Trotsky sobre a política mexicana, ou Demier (2005) e Demier (2012) discutindo a influência das ideias de Trotsky no conceito de populismo. Nessa seara, temos ainda Chilcote (2009a e 2009b) discutindo as relações e influência entre as teorias de Trotsky e o conceito de subdesenvolvimento, em especial na América Latina, assunto explorado também, posteriormente, por Guimaraes Jr. e Lopes (2016).

O trotskismo argentino, por sua vez, possui uma obra de referência histórica (González, 2006) que é uma grande narrativa factual e de análise ideológica da corrente morenista do trotskismo e, que desse ponto de vista, apresenta limites para uma apreensão calcada em qualquer tipo de problemática. Ainda é preciso ressaltar que se trata da obra de um militante trotskista e que sofre, por isso, de uma parcialidade assumida pelo próprio autor. A corrente morenista do trotskismo argentino também foi discutida no trabalho de Osuma (2015), que analisa a conduta

do PST e do MAS durante a última ditadura militar argentina.

Outras duas obras referenciais são de Coggiola (1984) e Coggiola (1985), em que o autor traça o panorama e a história do trotskismo na América Latina e na Argentina. Essas obras também se enquadram na categoria de obras narrativas e introdutórias. Outro autor, também no campo das obras de referência histórica, é Galasso (2007), que empreendeu um estudo do trotskismo argentino, também narrativo e factual, mas passando por análises de suas posições políticas.

Ainda no campo das obras referenciais, a obra de Rojas (2011) merece destaque. Trata-se de uma tese de doutorado em Ciência Política, na Universidade de São Paulo, em que o autor fez um balanço da evolução dos partidos políticos de orientação socialista na Argentina, de 1880 a 1980. Socialistas, comunistas e trotskistas são objeto de sua análise, construindo um rico panorama da esquerda argentina.

Saindo agora das sínteses históricas, temos a obra de Carnovale (2011), que analisa, a partir de fontes documentais, a breve aproximação entre um grupo trotskista argentino e um grupo guerrilheiro, na década de 1960. O mesmo tema, objeto e recorte estão no trabalho de Mangiantini (2014).

Outro trabalho fora das grandes sínteses é o de Camarero (2013a), que buscou discutir a formação intelectual de Milcíades Peña, um líder trotskista argentino das décadas de 1940 e 1950, com um método tributário da história intelectual. Em outra obra, Camarero (2014) discute o “entrismo” (tática usada pelos trotskistas de se “abrigarem” em partidos maiores) praticado pelos morenistas argentinos no peronismo, na década de 1950. Em mais uma produção, Camarero (2013b) analisou, a partir de fontes primárias, a participação dos trotskistas na revolta popular que ficou conhecida como “*cordobazo*”, em 1969. Ainda na área de história, o trabalho de Rojo (2012) busca resgatar as origens do trotskismo argentino, discutindo o pensamento e vínculos sociais dos primeiros trotskistas daquele país.

Por fim, o desempenho eleitoral dos partidos trotskistas na Argentina vem sendo objeto de estudo na Ciência Política. Especial atenção tem sido dada aos impactos das mudanças eleitorais que instituíram as primárias abertas e simultâneas na legislação argentina, como no trabalho de Gallo (2015), que sustenta que o surgimento de uma coalização de partidos trotskistas, empenhados em somar forças para superar os pisos restritivos das primárias, possibilitou que esses mesmos partidos colhessem um inédito bom desempenho eleitoral nas eleições de 2013,

mostrando como as mudanças de regras eleitorais impactam a conduta dos partidos em questão. Já com relação às eleições de 2015, em outros trabalhos, Gallo (2017a, 2017b) sustenta que a adaptação ao “eleitoralismo”, entendido aqui como a utilização das regras das primárias para resolver conflitos internos na Frente de Esquerda, trouxe resultados negativos do próprio ponto de vista eleitoral, agravando as divergências e diferenças no interior da coalizão. Com uma abordagem parecida, Polischuk (2016) discutiu o desempenho da FIT constatando, dentre outras conclusões, que a formação dessa frente fez os trotskistas argentinos passarem de uma participação eleitoral apenas testemunhal para uma participação como uma opção viável ao eleitorado. Nessa seara, também o trabalho de Moura (2015) lançou hipóteses sobre a constituição da Frente de Esquerda argentina.

Na ampla bibliografia acerca do trotskismo, muito já foi escrito na área do pensamento político e da história política, sendo em menor quantidade as abordagens que se utilizam dos recursos e métodos disponíveis na Ciência Política. As incursões nessa seara ficaram restritas a um tipo de Ciência Política histórica ou de recorte eleitoral, não existindo estudos a respeito de sua conduta parlamentar ou mesmo interrogações a respeito da mudança dessa conduta no tempo, lugar onde se localiza nossa tese.

2.2 PROFISSIONALIZAÇÃO E MODERAÇÃO

Já dissemos anteriormente, e retomamos aqui, que nosso ponto de partida para discutir a profissionalização política é o enunciado de Weber (1993, p. 64): “aquele que vive *da* política e *para* a política”. Isso quer dizer que não basta ser interessado na política e viver *para* ela, mas também viver *da* política, obtendo daí rendimentos de forma mais ou menos permanente. Não se trata de condições excludentes (viver *da* e *para* a política), mas, como diz o próprio Weber (1993, p. 65), viver *para* a política pode significar colocar-se a serviço de uma causa, dando significado à própria vida e ao mesmo tempo obter seu sustento a partir dessa dedicação permanente.

Perissinotto e Veiga (2014, p. 50) por sua vez, em diálogo com a definição weberiana, identificam os profissionais da política como “um grupo de pessoas assalariadas integral e permanentemente dedicadas à atividade política”. Essa especialização está relacionada a uma relativa autonomização do campo político, que,

com regras próprias, impõe que seus profissionais dominem esses códigos e regras de conduta (Bourdieu, 1989).

Isso não é diferente do que enfatiza Santos (2000, p. 85), mesmo que olhando o processo a partir das instituições e não dos agentes:

à medida em que adota uma dinâmica mais profissionalizada, a instituição legislativa exige, de seus aspirantes, dedicação em tempo integral e especialização em assuntos públicos, excluindo, voluntariamente ou não, aqueles que não se adaptam às suas rotinas. Instituições políticas possuem rotinas e normas próprias, não diretamente assimiláveis às de outras esferas, que, quando sedimentadas, constituem padrão para a conduta de seus integrantes individuais.

Se procuramos aqui definir o conceito de profissionalização é porque essa ideia nos permite distinguir os profissionais dos não profissionais ou amadores. O conceito de profissionalização possui uma inequívoca associação de duas características: tempo e remuneração. Seguindo ainda Perissinotto e Veiga (2010, p. 50), a conjugação dessas duas características nos permite diferenciar os profissionais dos amadores da seguinte maneira: além de terem a política como fonte de remuneração, os profissionais tendem a se dedicar a ela continuada e integralmente. “Continuada” indica a duração no tempo, enquanto “integralmente” refere-se a não concomitância com outra profissão. Assim, um exercício teórico poderia propor gradações de dedicação à política, a partir de diferentes conjugações entre tempo (em suas duas dimensões, de continuidade/descontinuidade e integralidade/parcialidade) e remuneração (concomitância ou exclusividade). Essas conjugações possíveis nos dariam diversas possibilidades, mas somente uma resultaria no profissional ideal da política, a saber, aquele que conjuga dedicação integral, contínua e rendimento exclusivo.

Em outras palavras, somente aquele que consegue conjugar as condições ideais de tempo (contínuo e integral) e de rendimento exclusivo da política pode ser enquadrado na condição de “político profissional”. Mas é claro que a atividade política pode abrigar outras espécies e modos de dedicação ao esforço de participar do poder ou influenciar na sua divisão (Weber, 1993, p. 56). Dessa forma, existe lugar para o exercício da política como atividade amadora, voluntária ou remunerada, na figura de militantes partidários, cabos eleitorais, ativistas e apoiadores de políticos profissionais, desde que em sua atividade a questão do exercício do poder ou de sua divisão esteja colocada.

Assim, o que propomos aqui não é diferente do que já sugeriu Czudnowski (1975, p. 167-68), para quem a passagem do amadorismo à profissionalização é a passagem da “ocasionalidade” à continuidade, da parcialidade à integralidade, o que tende a gerar remuneração exclusiva por parte da atividade política. Mas não podemos perder de vista também o caráter processual, que nos permite ver que um indivíduo pode passar da condição de não profissional para profissional e, ainda, trilhar o caminho inverso. Assim, como já salientado por Souza (2017, p. 93), a profissionalização política, no caso concreto dos senadores que o autor estudou, é “uma qualidade adquirida gradualmente pelos indivíduos que compõem o pequeno universo dos que chegaram até a câmara alta do Parlamento.”

Panebianco (2005, p. 437) também vai nessa linha, ao caracterizar o profissional da política como aquele que “dedica toda, ou grande parte, de sua atividade de trabalho à política e dela retira sua principal fonte de subsistência”.

Outro autor a empreender esforços para a caracterização do político profissional é Alcántara (2016), que define o profissional da política como ocupante de um dos seguintes espaços:

cargos por eleição popular; altos cargos de livre designação ou de confiança na administração do Estado (...); cargos de responsabilidade (...) [ou] assessoria no interior dos partidos políticos (...); (...) aqueles que (...) continuam exercendo influência mediante um “efeito sombra” por seu prestígio pretérito. (ALCÁNTARA, 2016, p. 95).

Mas além dessa definição a respeito do que é o político profissional, para Weber, esse indivíduo específico guarda ainda algumas características intrínsecas de conduta: “paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporcionalidade” (WEBER, 1993, p. 106). Por paixão, entende-se um propósito a realizar, uma causa pela qual lutar. Já o senso de responsabilidade e de proporcionalidade seriam o contrapeso da paixão, permitindo que ela não se torne excitação estéril, e que garantiriam, assim, ao homem político o necessário recolhimento, calma interior e manutenção da distância entre o político e os homens e coisas. Temos aqui um paralelo da relação complementar entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade.

Outro enfoque sobre o qual é possível enxergar a profissionalização foi o proposto por Michels (1972) em sua famosa lei de ferro da oligarquização, segundo a qual existe uma tendência inexorável à burocratização e oligarquização dos partidos

de massa. Para Michels (1972), mesmo uma organização democrática de massas, como o SPD alemão - sua base de análise empírica -, estaria sujeita, a partir das características psicológicas dos chefes e das massas, a esse processo de oligarquização que esvaziaria a forma originalmente democrática do partido de massas. Sarti (2012, p. 77) salienta que, a partir dessa proposição de Michels, a questão do tamanho da organização é uma variável que tem sido levada em conta, com as organizações menores apresentando maior coesão, mais participação e menos burocracia, enquanto as maiores e mais complexas, mais burocratização, menos coesão e menos participação.

Michels, entretanto, não é suficiente para a análise que pretendemos desenvolver. Por um lado, por estar olhando do ponto de vista da organização, e nosso ponto de vista aqui são os agentes. Por outro lado, por estar partindo de um partido socialdemocrata de massas, de natureza diversa do que nossa particular elite está envolvida⁸.

A questão da profissionalização política como foi posta por Damamme (1999) está mais próxima da abordagem que estamos empreendendo. Conforme o autor

A especialização resulta na formação de um corpo de profissionais – há menos diferenças, escreve Jouvenel, entre dois deputados, um dos quais é revolucionário e outro não, do que entre dois revolucionários, um dos quais é deputado e outro não – que goza de privilégios jurídicos (inviolabilidade) e econômicos (remuneração) com interesses específicos da carreira (reeleição, mandatos múltiplos, acesso a um cargo ministerial ou a cargos públicos) (DAMAMME, 1999, p. 58).

Um enfoque ainda mais próximo de nosso objeto nos exige passar em revista os autores que discutiram o profissional político específico da esquerda revolucionária. Nesta seara foi Lenin (1975) a estabelecer os paradigmas que seriam seguidos por comunistas em todo o mundo. Partindo das dificuldades de organizar um movimento revolucionário em um regime autocrático, como era a Rússia no início do século XX⁹, que perseguia fortemente os seus opositores, ele afirmou que “é muito mais difícil capturar uma dezena de homens inteligentes do que uma centena de patetas” (LENIN, 1975, p. 141). E explicou que por homens inteligentes, entende, no contexto da

⁸ Organizações menores e com menos burocracia.

⁹ O contexto da produção destas ideias, na virada do ano de 1901 para 1902 é a polêmica na socialdemocracia russa a respeito das melhores formas de organização e em relação ao “espontaneísmo” das massas em oposição ao partido de vanguarda defendido por Lenin.

organização, os “revolucionários profissionais, quer sejam estudantes ou operários de origem” (LENIN, 1975, p. 141), e ainda refletindo sobre o tipo de organização que defende, afirmou que ela deve ser “formada, fundamentalmente, por homens entregues profissionalmente à atividade revolucionária” (LENIN, 1975, p. 141).

Por fim, para estabelecer em definitivo as características desse revolucionário profissional, afirmou que

Todo agitador operário que tenha algum talento, que “prometa”, não deve trabalhar onze horas na fábrica. Devemos arranjar uma maneira dele viver por conta do partido, de poder passar à atividade clandestina no momento preciso, de mudar de localidade, porque de outro modo não adquirirá grande experiência, não alargará seu horizonte, não se poderá manter sequer uns anos na luta contra a polícia. (LENIN, 1975, p. 151).

A figura do revolucionário profissional leninista não oferece obstáculos para sua identificação com a do político profissional de Weber, no que se refere à conjugação de tempo e remuneração, ou de viver *para* e *da* política. No entanto, no que se refere à conjugação da paixão e seus contrapesos, o que dá conteúdo a esse profissional político weberiano, o sociólogo alemão fez questão de deixar marcada sua incompatibilidade com os revolucionários russos, do qual é contemporâneo, em especial quando diferencia a paixão necessária da “excitação estéril” (WEBER, 1993, p. 106) que, para ele, é a marca da intelectualidade russa que promove o “carnaval ao qual se concede o pomposo nome de ‘revolução’” (WEBER, 1993, p. 106).

Mas mesmo contrariando Weber, não podemos deixar de perceber que a equação *viver da política e para a política* é bem resolvida no caso dos revolucionários profissionais, mesmo que o balanço entre a paixão e a responsabilidade/proporcionalidade não seja aquele prescrito por Weber. Talvez seja possível falar de um tipo específico de político profissional, um “político profissional revolucionário”, que conjuga o viver da política e para a política, mas que possui um acento maior na “paixão” em detrimento da “responsabilidade”.

É necessário também passar pelas pistas que o próprio trotskismo lançou sobre a temática da profissionalização política. O manifesto de fundação da IV Internacional consigna que

Na IV Internacional não há e não haverá lugar para o carreirismo, este câncer das velhas internacionais. Somente encontrarão acesso a nós aqueles que quiserem viver para o movimento e não viver dele. Os operários

revolucionários devem sentir-se mestres. A eles as portas de nossa organização estão amplamente abertas. (IV INTERNACIONAL, 1979, p. 117).

Primeiramente, trata-se de uma crítica a uma situação concreta, ou tomada como concreta, da existência de “carreirismo”, que consistiria em querer viver do movimento. Em um programa onde abundam críticas ao *status quo* da esquerda, não é de se estranhar o teor dessa crítica. Por outro lado, se essa crítica diz muito em termos da motivação esperada dos aderentes, não diz muito a respeito de uma possível crítica a respeito do modelo leninista do revolucionário profissional, uma vez que não é a mesma coisa afirmar que não se quer atrair quem busca, em primeiro lugar, viver do movimento e negar que uma parcela dos militantes, especialmente sua elite dirigente, viva do movimento. Lembremos que Trotsky é, assim como Lenin, um modelo de revolucionário profissional nesse sentido (ou de “político profissional revolucionário”, como propusemos anteriormente), tendo dedicado toda sua vida, desde a juventude, ao movimento revolucionário, não tendo outras fontes de renda senão o partido, o Estado - no curto período em que esteve no poder -, e artigos ou livros publicados, que guardam profunda conexão com sua atividade política.

Já dedicando-se ao estudo dos parlamentares trotskistas argentinos que atualmente encontram-se em mandato, Rojas e Wanderley (2018) apresentam a categoria de “parlamentarismo revolucionário” para descrever a conduta desses deputados. Partindo de um balanço histórico de parlamentares revolucionários, como os bolcheviques russos, na Duma¹⁰ de 1907, até chegar a Karl Liebknecht¹¹, na Alemanha de 1914, os autores enumeram três características desses mandatos parlamentares: 1- subordinação da atividade parlamentar à atividade extraparlamentar do partido; 2 – uso da tribuna parlamentar para “desmascarar a burguesia e seus lacaios” (ROJAS E WANDERLEY, 2018, p. 13); 3 – o internacionalismo. Os autores não identificam neles qualquer traço de adaptação ao sistema ou moderação.

Um quadro geral desse breve balanço bibliográfico indica como ponto comum entre os autores que possuem a profissionalização como tema (WEBWER, 1993; PERISSINOTTO, VEIGA, 2010; CZUDNOWSKI, 1975; PANEBIANCO, 2005) as

¹⁰ Espécie de parlamento convocado pelo Czar.

¹¹ Único parlamentar do SPD a votar contra os créditos de guerra e depois fundar a Liga Spartaquista, antecessora do Partido Comunista alemão.

características da dedicação em tempo integral e contínua, associada à remuneração exclusiva, como traços determinantes do que se pode chamar de profissional da política. Vimos como, de certa forma, a própria literatura marxista identifica essas mesmas características na figura do revolucionário profissional (LENIN, 1975).

Do ponto de vista da moderação, vimos como Webber (1993) e Damamme (1999) apontam também uma conduta específica desses profissionais, cuja moderação e disciplinamento das paixões seria o traço distintivo. No entanto, vimos como a própria literatura revolucionária (IV INTERNACIONAL, 1979) e Rojas e Wanderley (2018) apontam um sentido diverso, seja em relação à profissionalização, seja em relação à moderação, como característica dessa conduta. Nesse contexto, nosso trabalho se insere nesta lacuna a respeito da mudança de orientação de conduta causada pela profissionalização em um grupo ideologicamente bem definido, que pode ou não se deixar afetar por ela.

A temática específica da moderação, por sua vez, já foi abordada por alguns autores. Wickham (2004), investigando partidos islâmicos no Egito, parte do pressuposto que, mesmo aberturas democráticas restritas, podem induzir à moderação na medida em que permitem aos partidos radicais alguma forma de expressão institucional e eleitoral.

Tezcür (2010, p. 73), estudando o processo de moderação de partidos islâmicos na Turquia e Irã, defende que a mudança de conduta depende da mudança prévia de ideias. Esse não é um processo automático advindo da maior participação nas instituições representativas. Para ocorrerem essas mudanças de ideias, é necessário que a elite partidária possua os recursos intelectuais necessários (um conjunto de ideias prévias que possa transitar em direção à moderação).

Sprenkels (2019), em seu estudo específico acerca do processo de moderação da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FFMLN), o primeiro movimento guerrilheiro a chegar ao poder pelo voto, percebe como a partido emite sinais contraditórios de moderação para o público externo e de manutenção do radicalismo para o público interno, em um processo que o autor chama de “moderação ambivalente” (SPRENKELS, 2019, p. 553), que produz um bom resultado eleitoral, mas provoca o esgarçamento do partido por conta das resistências a esse processo de moderação.

Whiting (2016), em seu estudo sobre o processo de moderação do Exército Republicano Irlandês, sustenta que é possível haver moderação quanto à conduta

sem ocorrer a moderação quanto aos objetivos, ou seja, para alcançar um objetivo radical, seria possível adotar uma conduta radical ou moderada, a depender de outras variáveis que não os fins almejados.

Os estudos de Wickham (2004), Tezcür (2010), Whiting, (2016) e Sprenkels (2019) colocam questões importantes no debate acerca da moderação: ela ocorre primeiro no campo das ideias e depois na conduta? É possível moderar-se quanto à sua conduta e não em relação aos fins? O fator institucional (as regras eleitorais mais permissivas e democráticas) pode desencadear a moderação? Que conflitos a moderação pode causar no partido que passa por esse processo?

No curso deste trabalho, não iremos responder a todas essas perguntas, mas acrescentaremos mais uma variável, ausente nos trabalhos mencionados, para explicar a moderação, que é a profissionalização política.

3 TROTSKISMOS E TROTSKISTAS

Neste capítulo, seguiremos o fio da história do trotskismo a partir do fundador desse movimento de ideias, passando pelas principais teses presentes na constituição da IV Internacional, chegando até a história dessa organização e de alguns dos líderes, que após a morte de Trotsky e as cisões da Internacional continuaram animando organizações e militantes baseadas nas ideias do revolucionário russo. Depois, narraremos brevemente a história das organizações trotskistas no Brasil e na Argentina, para que possamos entender como se constituíram e o que pensavam aquelas organizações e partidos que conseguiram chegar ao parlamento no período estudado.

Esperamos assim, neste capítulo, além de dar ao leitor o panorama histórico e ideológico acerca dos trotskistas que mais adiante veremos no parlamento, verificar o conteúdo de seu pensamento antissistêmico. Isso porque temos como ponto de partida a premissa de que a classificação dos parlamentares como trotskistas carrega consigo essa característica antissistêmica, que só pode ter mensurada sua mudança se soubermos o ponto a partir do qual a moderação pode (ou não) acontecer.

3.1 IDEIAS E ORGANIZAÇÕES TROTSKISTAS

Apresentar brevemente as ideias de Trotsky¹² e seu legado político, que inspira os deputados estudados nesta tese, não é tarefa simples. Trata-se de um militante revolucionário que construiu o conjunto teórico que podemos chamar de trotskismo em uma longa carreira, que incluiu períodos e produções teóricas díspares.

Antes de nós, alguns autores já enfrentaram essa tarefa. Fazendo um balanço do trotskismo e de sua contribuição ao marxismo, Bianchi (2007, p. 62) apontou “o internacionalismo metodológico e a centralidade da política nos processos revolucionários” como grandes traços distintivos de Trotsky. Com seu internacionalismo metodológico, o revolucionário colocava os nexos entre o nacional

¹² Trotsky nasceu em 7 de novembro de 1879, na área rural próxima a cidade de Bobrinetz, no sul da Ucrânia, e morreu na Cidade do México, em 21 de agosto de 1940, assassinado por um agente secreto soviético.

e o internacional no centro da explicação da formação social russa e de seu capitalismo, bem como na base de todas as explicações marxistas que empreendia. Em seu outro aspecto distintivo – a centralidade da política –, afastava-se das concepções economicistas que reduziam o movimento histórico ao desenvolvimento das forças produtivas. Defendia a importância dos atores políticos como capazes ou não de agirem sobre determinada situação. Para Trotsky, o socialismo não seria o sucessor automático do capitalismo, mesmo que o capitalismo estivesse em crise terminal. Seria necessária a luta política para trazer um outro sistema à tona.

Pasquino (2008) enumera o que seriam as cinco temáticas centrais do trotskismo em sentido lato: (a) teoria da revolução permanente, (b) a lei do desenvolvimento combinado e desigual, (c) a crítica à degeneração do Estado soviético e em particular à sua burocratização, (d) a elaboração das características constitutivas da sociedade socialista e (e) o internacionalismo.

Segundo Pasquino (2008, p. 1261), “Não existe nenhuma dúvida de que o nome de Trotsky e o Trotskismo ficarão para sempre identificados, no bem e no mal, com a teoria da revolução permanente”. Para o próprio Trotsky, essa teoria pode ser assim resumida:

Ela demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países burgueses atrasados, conduziria diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas em primeiro lugar. (TROTSKY, 1979, p. 24).

Trata-se aqui de um posicionamento crítico de Trotsky a respeito da ideia, em voga na época entre os marxistas, de que um país “atrasado”, ou seja, que ainda guarda grandes quantidades de relações sociais pré-capitalistas, teria que passar necessariamente por uma revolução burguesa, e liderada pela burguesia, que implantasse o capitalismo definitivamente, para só então ter início a luta pelo socialismo, agora liderada pela classe operária. Mencheviques e bolcheviques russos tinham visões relativamente distintas dessa problemática, como explica Bianchi (2013, p. 70). No entanto, o que distinguia Trotsky dessas duas visões é que, para ele, a dinâmica do capitalismo mundial e a situação de dependência política e econômica das burguesias dos países atrasados em relação aos desenvolvidos deixava para a classe operária a dupla tarefa de - em um mesmo movimento - eliminar as relações

sociais pré-capitalistas (a chamada tarefa democrática) e iniciar a transição ao socialismo.

No que se refere à lei do desenvolvimento desigual e combinado, trata-se da possibilidade de entender os países da periferia do capitalismo como portadores, em um mesmo tempo, de formações sociais que combinam o moderno e o arcaico, o capitalismo e formas pré-capitalistas, e não um espelho do passado dos países centrais, mesmo que os países de capitalismo desenvolvido possam ser o espelho do futuro dos países “atrasados”.

Além disso, no que tange ao internacionalismo, destaca-se a ideia de que existe uma unidade mundial do capitalismo. Portanto, o socialismo só poderia se realizar em escala internacional, e, se restrito a uma ou algumas nações, não teria um prognóstico de desenvolvimento muito positivo.

Se os três aspectos analisados anteriormente podem compor em conjunto uma teoria da revolução em Trotsky, o próximo aspecto, da crítica à burocratização, se insere em uma outra ordem de ideias. Trata-se da crítica ao desenvolvimento do socialismo na União Soviética sob o comando de Stálin. Nessa crítica ao que se considerava a base social do stalinismo, um conjunto de pessoas que, alçadas a papéis dirigentes na economia, no conjunto do Estado e no partido, desenvolveram interesses próprios, diferentes do restante da sociedade. Para Trotsky, não se tratava de uma nova classe social, mas de uma casta parasitária que tinha Stálin como líder.

A origem do domínio político da burocracia estaria nas mudanças pelas quais o partido bolchevique passara, com a fusão entre os órgãos do partido e do Estado, que teria gerado “um certo prejuízo à liberdade e à elasticidade do regime interno do partido” (TROTSKY, 1980, p. 69). A adoção como permanentes de medidas excepcionais tomadas durante o período de estabilização do regime, como a proibição de frações e tendência no partido, também cobraria seu preço e criaria o caldo autoritário que foi funcional para a estabilização do poder da burocracia.

O último aspecto do trotskismo destacado por Pasquino (2008) é sobre a construção da sociedade socialista. Aqui, o autor destaca o que chama de incoerências de Trotsky, que no período logo após a assunção do poder pelos bolcheviques, e durante a guerra civil que se seguiu, defendeu o chamado “comunismo de guerra”, um conjunto de medidas que depois justificaria em face da

excepcionalidade dos acontecimentos, que iam da subordinação dos sindicatos ao Estado, à militarização do trabalho, até o sufocamento da oposição¹³.

O trotskismo pode ser visto também pelos diferentes conteúdos que o termo “trotskismo” assumiu durante a própria vida de Trotsky. Quem percorre esse trajeto é Marie (1990), que classifica um “antigo trotskismo” anterior à revolução de 1917, marcado pelas diferenças entre Lenin e Trotsky, em especial no que se refere ao formato do partido, e um trotskismo construído a partir da luta contra o stalinismo. O fio de continuidade desses dois trotskismos é, para a autor, a teoria da revolução permanente.

Já Deutscher (1984a, 1984b e 1968), o biógrafo mais famoso de Trotsky, divide sua trajetória em três momentos: a ascensão (1879 a 1921), a queda (1921-1929) e finalmente os anos de exílio (1929-1940). Sua proposta de periodização da vida do revolucionário russo apresenta grandes marcos divisórios: 1921, com o início do endurecimento interno no Partido Comunista, com a colaboração do próprio Trotsky, e 1929, com a derrota de Trotsky na disputa política com Stálin e o início de seu exílio. A essas distintas fases correspondem momentos diferentes na produção do marxismo de Trotsky.

Tomarmos a obra de Trotsky como um todo e seu impacto no pensamento político não é tarefa fácil e nem o objetivo deste capítulo. Mas, para termos uma pista dos temas e problemas com os quais o legado do autor se viu e se vê defrontado, tomamos como medida o número de citações aos termos “Trotsky” ou “trotskismo” em uma das mais populares obras de divulgação da Ciência Política, o Dicionário de Política de Norberto Bobbio (1998). Nela, os termos procurados apresentam as frequências nos verbetes registrados na Tabela 2¹⁴:

Trotsky seria, assim, por um lado, o próprio profeta da revolução (dez ocorrências), e, por outro lado, o antiestalinista, (se somarmos as menções a stalinismo, burocracia e burocratização, temos oito ocorrências). Seguiremos essa pista.

¹³ Este “outro” Trotsky também é discutido por Zizek (2016).

¹⁴ Excluído o próprio verbete “Trotskismo”.

TABELA 2 - Verbetes e frequências de menções a Trotsky ou trotskismo no dicionário de política de Bobbio (2008).

Verbetes	Ocorrências
Revolução	10
Stalinismo	04
Burocratização	03
Leninismo	03
Autogestão	02
Extremismo	02
Internacionalismo	02
Sociologia política	02
Burocracia	01
Cesaropapismo	01
Jacobinismo	01
Modernização	01
Terrorismo político	01

..... Fonte: elaboração própria do autor.

Desde as disputas com Stálin, Trotsky organizou seus seguidores na Oposição de Esquerda. Expulso do Partido em 1927, confinado no Cazaquistão em 1928, e finalmente expulso da URSS em 1929, teve exílio temporário na Turquia, França e Noruega, até finalmente se estabelecer no México, de onde animou uma oposição de esquerda internacional, opondo-se à condução política da direção da III internacional. A ascensão do Partido Nazista ao governo da Alemanha marcou, para Trotsky, a falência definitiva da III internacional (que não havia conseguido impedir a chegada de Hitler ao poder), e, em 1938, a IV Internacional foi fundada, reunindo delegados de dez países e mais um pela América Latina, adotando o documento que ficaria conhecido como “Programa de Transição” como seu manifesto/programa.

O “Programa de Transição” será o documento de identidade política de todos quantos se identificarem como trotskistas, de 1938 em diante. Assim, se podemos falar em trotskismo nos dias de hoje, se trata de um conjunto de organizações/partidos/militantes que toma esse programa como referencial para suas interpretações a respeito do mundo político e social. Dividido em 20 subtítulos, o documento inicia-se com uma frase que diz muito sobre a maneira dos trotskistas

enxergarem a disputa política pela revolução: “A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado.” (IV INTERNACIONAL, 1979, p. 73). Para os trotskistas reunidos na IV Internacional, nada explicaria a não ocorrência da revolução socialista, senão a capitulação da direção histórica do proletariado. Segundo o Programa de Transição, todas as condições “objetivas” para a superação do capitalismo já estariam dadas, e, por isso “A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária.” (IV INTERNACIONAL, 1979, p. 74).

O documento propõe também a luta por reivindicações transitórias, que não seriam o programa mínimo (direitos democráticos, etc.,) nem o programa máximo (o socialismo), mas reivindicações que, para além do programa mínimo, possam colocar em questão o próprio capitalismo, servindo de mediação entre o programa mínimo e o máximo.

O programa de transição trata ainda da guerra iminente, dos soviets, dos chamados “países atrasados” e fascistas, do campesinato, do desenvolvimento do socialismo na URSS e do stalinismo, dos métodos de organização e da luta das mulheres e dos jovens. Em suma, o grande norte do programa de transição é uma questão política *stricto sensu*: é preciso substituir a liderança do movimento comunista por outra.

No entanto, a IV Internacional conheceu mais dissensos do que consensos sobre como fazer essa substituição frente às novas questões que se apresentaram depois da 2ª Guerra Mundial. Trotsky foi assassinado em 1940 e a guerra desarticulou a nova internacional temporariamente. Durante os primeiros anos, a IV Internacional tivera grande influência de sua seção norte-americana (o *Socialist Worker Party*) e fora dirigida pelo holandês Jean Van Heijenoort. Após a guerra, assumiram a liderança da internacional o grego Michel Pablo, secundado pelo belga Ernest Mandel. Sobre a liderança de Pablo e Mandel, a Internacional buscou respostas para o contexto do pós-guerra marcado pela crescente oposição entre os EUA e a URSS no plano mundial.

Passados dez anos da fundação da IV Internacional, alguns debates permaneciam acesos. Era o caso de como caracterizar a URSS. Mesmo tendo sido fundada com uma posição a respeito, de que se tratava de um estado operário degenerado, essa posição não era unânime dentro da internacional. Em 1948, sob a liderança do inglês Tony Cliff, um grupo saiu da internacional por achar que essa

definição estava errada. O grupo dissidente acreditava que uma nova classe social já havia surgido na URSS, que poderia ser designada como um capitalismo de Estado.

A polarização no cenário mundial e o prestígio da URSS pelo papel desempenhado na II Guerra Mundial fez com que a IV Internacional passasse a ver possibilidades de o stalinismo cumprir um papel positivo na difusão do socialismo pelo mundo. Assim, concluiu “que os trotskistas deveriam ingressar nos PCs para auxiliar ao máximo, da melhor maneira, o processo revolucionário.” (CAMPOS, 1981, p. 54). Tal orientação não foi adotada sem polêmica. O III Congresso Mundial de 1953, que adotou essa posição, despertou a oposição da maioria da seção francesa da IV Internacional, liderada por Pierre Lambert. Além da oposição a essa tática (de aproximação e mesmo entrada nos partidos comunistas), os seguidores de Lambert defendiam a primazia da luta de classes contra a luta entre blocos capitalista e socialista. A expulsão dos franceses que se insurgiram contra a nova orientação causou divisões em várias seções nacionais, consolidando uma segunda corrente dissidente internacional, que adotaria várias formas organizativas ao longo dos anos e que existe até os dias atuais.

É possível afirmar que essa divisão de 1953 originou uma fragmentação em escala internacional, que nunca mais será revertida por completo. A maioria da seção norte americana, francesa, inglesa, austríaca, chinesa e o grupo de Nahuel Moreno, na Argentina, formaram o dissidente Comitê Internacional da Quarta Internacional.

O V Congresso Mundial da IV Internacional, em 1957, impactado pelo processo de descolonização da África e Ásia, reorienta a prioridade dos grupos e partidos trotskistas no apoio a esses processos, representando o que ficou conhecido na época como um giro “terceiro-mundista”.

O Congresso Mundial de 1963 (7º) logrou reunir boa parte daqueles que haviam ido embora com a cisão de 1953, à exceção da maioria da seção francesa e inglesa, dando origem ao Secretariado Unificado da IV Internacional. No entanto, mesmo que nominalmente a IV Internacional estivesse reunificada, isso não significou o fim da dinâmica de cisões das organizações trotskistas.

A eclosão da revolução cubana em 1959 e os movimentos guerrilheiros (principalmente na América Latina) inspirados por ela também tiveram apoio da IV Internacional, que no IX Congresso de 1969 orientou o apoio das seções latino-americanas a esses movimentos.

Após essa pequena introdução acerca da história e das ideias do trotskismo e de sua internacional, para podermos apresentar de melhor maneira as ideias e bases de pensamento as quais os parlamentares por nós estudados estão vinculados, vamos passar a analisar alguns dos fundadores das tradições trotskistas que inspiraram as organizações de maior relevância no Brasil e Argentina. Desse modo, não nos perderemos em uma narrativa que poderia continuar seguindo o fio da história da IV Internacional, mas que muito possivelmente se perderia em uma infinidade de detalhes menos importantes para nossos objetivos.

Ernest Mandel (1923-1995), Nahuel Moreno (1924-1987) e Pierre Lambert (1920-2008) são os líderes trotskistas que poderíamos denominar de uma “segunda geração” após a morte de Trotsky e que, a partir da diáspora iniciada em 1953, irão liderar as principais tradições dentro do trotskismo com forte influência no Brasil e Argentina¹⁵. A esses líderes devemos acrescentar Jorge Altamira (1942 -), que mesmo fazendo parte de uma geração posterior a essa segunda, também logrou influência nesses dois países no período estudado. Assim, os termos “Mandelistas”, “Morenistas”, “Lambertistas” serão corriqueiros no trotskismo desses dois países.

Quem foram estes quatro, quais suas relações com o trotskismo e a IV Internacional e quais as diferenças de pensamento político entre eles?

Ernest Mandel, cuja biografia mais completa é de Stutje (2009), nasceu em Frankfurt no ano de 1923, em uma família de judeus emigrados da Polônia. Seu pai era próximo aos trotskistas alemães e migrou para a Bélgica, onde Mandel iniciou seu engajamento político aos 15 anos, no *Parti Socialiste Révolutionnaire*, seção belga da IV Internacional. Participante da resistência contra a ocupação alemã, foi preso em 1944 e deportado para a Alemanha, sendo libertado somente em 1945.

O jovem Mandel destacou-se na reorganização da IV Internacional sob a liderança de Michel Pablo¹⁶ (1911-1996), formou-se em economia pela *École Pratique des Hautes Études* da Sorbonne, em 1967, depois de já ter publicado livros de teoria econômica marxista, tema sobre o qual continuou a escrever e a pesquisar durante toda a vida e que lhe permitiu lecionar na Universidade Livre de Bruxelas e

¹⁵ Poderíamos incluir ainda o inglês Ted Grandt e o boliviano Guillermo Lora na lista dos que influenciaram trotskistas no Brasil e Argentina em um período mais recente e, também, certamente, o argentino J. Posadas em um período anterior. Mas, como nosso objetivo aqui é escrutinar as tradições trotskistas que obtiveram representação parlamentar, eles ficarão fora dessa relação.

¹⁶ Um dos fundadores da IV Internacional, grego exilado em Paris, foi secretário geral da IV Internacional, de 1948 a 1960.

na Universidade Livre de Berlim. Assim, duas abordagens poderiam ser feitas sobre esse personagem, o Mandel intelectual e o militante político.

O Mandel intelectual publicou 23 livros, 42 capítulos em livros, além de contribuir com diversos periódicos, como a *New Left Review*. Sua contribuição mais original é a “teoria das ondas longas do desenvolvimento capitalista”, a partir do livro *III do Capital*, e com base no debate entre Trotsky e Kondratiev a respeito dos ciclos de crescimento e retração do capitalismo¹⁷. Com base nas contribuições de Lenin a respeito da fase imperialista do capitalismo, Mandel ainda cunhou o termo “capitalismo tardio”, que indica uma etapa mais recente do capitalismo, a partir de 1940, de crise mais aguda desse sistema¹⁸.

O Mandel militante confunde sua trajetória com a própria organização que dirigiu, a IV Internacional. Assim, ao substituir Michel Pablo como secretário-geral da IV Internacional em 1960, Mandel se tornou a figura proeminente dessa organização até sua morte, em 1995. De modo geral, podemos afirmar que o problema que orientou a ação política de Mandel foi responder à pergunta: como ter acesso às “massas” e liderá-las em direção à revolução? De modo geral, essa é a questão que os diversos grupos trotskistas estiveram preocupados em responder. A diferença entre eles está na resposta a esta questão. Sob orientação de Pablo e Mandel, a IV Internacional praticou inicialmente o “entrismo” nos diversos partidos socialistas, comunistas, etc. Passou a apoiar os movimentos de descolonização a partir de seu congresso de 1963, tendo apostado no caminho da guerrilha latino-americana a partir de 1969, o que é substituído no congresso de 1979 pela aposta renovada no movimento operário tradicional, somada à luta das novas vanguardas (feminismo,

¹⁷ Segundo Granato Neto (2012, p. 06), “durante a fase de crise dos ciclos de rotações ocorre um subinvestimento de capital que proporciona condições de recuperação e saída da crise; com a taxa de lucro em queda (onda longa de enfraquecimento), ocorre um período de subinvestimento prolongado que é interrompido com um aumento súbito da taxa média de lucro, que, se for uma ascensão estável, devido à força de ação dos fatores contrários à queda da taxa de lucro, dá início a um longo período de expansão do capitalismo (onda longa expansiva) que permite a aplicação de novas tecnologias na produção (ocorre uma revolução tecnológica). Durante a onda longa expansiva, os períodos de crescimento são vigorosos e as crises são amenas.”

¹⁸ “O conceito de capitalismo tardio como uma nova fase do imperialismo ou da época do capitalismo monopolista é caracterizado por uma crise estrutural do modo de produção capitalista [...] A marca distintiva do imperialismo e de sua segunda fase, o capitalismo tardio, não é um declínio das forças produtivas, mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da 3ª revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, fome nas semicolônias e ruptura do equilíbrio ecológico” (MANDEL, 1985, p. 150-151).

ecologismo, etc.). Finalmente, hoje, trabalha pela construção de “partidos anticapitalistas”¹⁹. Sob orientação de Mandel, a IV Internacional não construiu, em geral, partidos próprios públicos, mas quase sempre constituiu grupos no interior de outros partidos e/ou movimentos.

Pierre Lambert (1920-2008) foi outro importante líder trotskista. Filho de pai imigrante russo-judeu e alfaiate em Paris, foi preso durante a ocupação nazista da França, pois já militava desde os 16 anos (JARREAU, 2008). Engajou-se na juventude comunista, logo passando ao *Parti Socialiste*, onde foi recrutado para o trotskismo (que nessa época tinha seus militantes neste partido). Após a guerra passou a trabalhar na área da previdência social, tornando-se sindicalista e um dos responsáveis por essa área no *Parti Communiste Internationaliste* (PCI) francês, a seção francesa da IV Internacional. Após a ruptura do PCI com a IV Internacional em 1953, por conta do “entrismo” nos partidos comunistas, tornou-se o principal dirigente de seu partido e liderou, com as seções inglesa e norte-americana, a dissidência contra a orientação de Michel Pablo na IV Internacional. Sob diversas denominações (Comitê Internacional da IV Internacional, Comitê Internacional para a Reconstrução da IV Internacional), Lambert agrupou boa parte dos dissidentes da IV Internacional, que ora rompiam, ora retornavam à organização de origem, até que, em 1993, decidiu “reproclamar” a IV Internacional, considerando que a internacional havia sido destruída em 1953 e agora era reconstruída sob sua liderança.

Outras diferenças acabaram surgindo com o tempo em relação aos mandelistas. Primeiramente, uma avaliação de que no atual estágio do capitalismo as forças produtivas pararam de crescer, acentuando a necessidade de uma revolução para substituir esse sistema social, que nada mais poderia oferecer senão a barbárie (diferente de Mandel, que via ciclos no atual estágio do capitalismo). Do ponto de vista do “acesso às massas”, Lambert pregou a construção de Partidos Operários Independentes, que pudessem ser alternativa aos partidos comunistas e socialistas, mas não necessariamente trotskistas. Nos últimos anos de sua vida, insistiu muito na questão democrática e da soberania nacional (contra as instituições europeias e a globalização, por exemplo), e na defesa de todo tipo de organizações operárias, como os sindicatos e partidos construídos por esta classe. Coerente com sua orientação de

¹⁹ Como o PSOL no Brasil e o NPA (*Nouveau Parti Anticapitaliste*) na França.

buscar uma “terceira via” entre o stalinismo e a social democracia, a IV Internacional lambertista criou o Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT), que reúne partidos e personalidades sindicais de vários lugares do mundo.

Já o argentino Nahuel Moreno (1924-1987) era filho de um contador, militante do *Partido Radical* (PR). Seus tios também frequentavam os círculos conservadores (GONZÁLES, 1995, p. 77). Aos 15 anos, mudando-se para Buenos Aires para estudar (CAMARERO, 2013a, p. 11), começou a participar de discussões literárias e políticas no *Teatro del Pueblo*, em Buenos Aires, onde logo tomou contato com os trotskistas, passando a aderir às suas ideias. No tumultuado e boêmio contexto do trotskismo argentino, Moreno acabou por se afastar das organizações existentes e fundou seu próprio grupo (*Grupo Operario Marxista*), imprimindo uma orientação “obreirista”, de prioridade no recrutamento de operários e de distanciamento dos debates intelectuais que marcavam o trotskismo argentino desse período. Como a seção da IV Internacional na Argentina era o *Partido Socialista Revolucionario* de Juan Posadas, o grupo de Moreno permaneceu como simpatizante da IV Internacional durante um longo período, aliando-se ao Comitê Internacional de Lambert, a partir de 1953. Moreno entrou efetivamente para a IV Internacional em 1962, com seu grupo passando a ser reconhecido como sua seção na Argentina, a partir do rompimento de Posadas com a Internacional. Permaneceu na Internacional até 1978²⁰, quando voltou a se reunir com o grupo de Lambert para, logo depois, deixá-lo e fundar a Liga Internacional dos Trabalhadores, seu próprio grupo internacional, em 1982.

Do ponto de vista das ideias de Moreno que o diferenciavam do restante dos demais líderes trotskistas, é possível, primeiramente, identificar uma série de idas e vindas ideológicas, seja em relação ao peronismo, em um período combatido duramente, seja praticando o “entrismo” nesse movimento, em outro período. Moreno acompanhou a IV Internacional em seu giro em direção aos movimentos guerrilheiros e compôs um partido em comum com adeptos dessa forma de luta, rompendo depois com esse partido e criticando a guerrilha como método. Do ponto de vista de como ter “acesso às massas”, a sua Liga Internacional dos Trabalhadores formou-se criticando

²⁰ O afastamento da IV Internacional ocorreu em meio à Revolução Sandinista nicaraguense, quando apoiadores de Moreno constituíram uma brigada de voluntários que lutaram ao lado da Frente Sandinista, sendo posteriormente expulsos do país. A direção da IV Internacional não se opôs à expulsão em nome das boas relações com a Frente Sandinista, levando Moreno a romper com a Internacional.

severamente a aproximação dos lambertistas com o *Parti Socialiste* na França, propondo que os trotskistas se apresentassem com cara própria na disputa política.

Por fim, Jorge Altamira²¹ (nascido em 1942) é de uma geração mais recente que os outros três apresentados aqui e aquele com uma participação internacional menor. Filho de judeus imigrantes em Buenos Aires, que trabalhavam como operários e simpatizavam com o peronismo, engajou-se na militância política no *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), liderado por Sílvio Frondizi²². Afastou-se do MIR quando o movimento passou a ser influenciado pela revolução cubana, fundando o *Palabra Obrera* (atualmente o *Partido Obrero*), em 1964, já sobre a influência do trotskismo²³.

O altamirismo, do ponto de vista de como ter “acesso às massas”, caracterizou-se pela insistência em manter partidos próprios, com apenas breves períodos (como no Brasil) de adesão a partidos mais amplos. Na própria Argentina, o altamirismo manteve e mantém uma orientação de combate sem tréguas ao peronismo. Assim como quando teve seguidores no Brasil, esses foram os primeiros a romper com o PT.

Em suma, as divergências e desencontros entre os grupos trotskistas geraram uma extensa família de organizações internacionais. A seguir, o quadro 1 apresenta algumas delas, sendo as cinco primeiras as maiores existentes hoje e as seguintes, ainda que não sejam as maiores, possuem importância para nossa pesquisa, pois contam com aderentes no Brasil e Argentina.

Mas resta enfrentar uma questão: Qual a explicação para tantas divisões entre os trotskistas? Essa questão não escapou ao debate dos próprios trotskistas e uma resposta a ser registrada é de Bensaid (2002), que defende, primeiramente, que, mesmo que pareçam irrisórias ou exageradas, as polêmicas entre os trotskistas

²¹ Este é seu pseudônimo, pois seu nome de nascimento é José Saúl Wermus. Possui ao menos mais dois irmãos de trajetórias igualmente representativas de um contexto social, histórico e familiar singular. Um deles, chamado Ismael Bermúdez, é um importante jornalista argentino. Outro irmão, Luiz Favre, fundou com Altamira o “*Palabra Obrera*”, mudou-se para Paris, onde tornou-se dirigente da organização trotskista de Pierre Lambert. Morou no Brasil, onde exerceu grande influência entre os lambertistas brasileiros. Rompeu com o trotskismo ao aproximar-se do grupo lulista no PT. Casou-se diversas vezes, dentre elas com a herdeira da construtora Andrade Gutierrez e com a ex-senadora Marta Suplicy

²² Doutor em direito, foi reitor da Universidade de Buenos Aires e irmão do presidente argentino Arturo Frondizi.

²³ Não nos escapa que Altamira teve uma proximidade com Pierre Lambert, que, no entanto, não conseguimos precisar como e em que termos se deu.

guardavam um núcleo racional evidente e eram reflexo das grandes questões de sua época: como entender os países comunistas stalinistas? Que atitude adotar frente à luta pela descolonização? Como interpretar as novas revoluções do século XX? Ao que poderíamos acrescentar: como interpretar o colapso do socialismo real?

QUADRO 1 - Algumas organizações internacionais trotskistas em 2018.

Nome	Referência	Fundação	Países ²⁴	Sede
IV Internacional (SU)	E. Mandel	1938	40	França
Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores (CIT)	Ted Grant / Peter Taaffe	1974	38	Inglaterra
Corrente Marxista Internacional (CMI)	Ted Grant / Alan Woods	1992	33	Inglaterra
IV Internacional (1993)	Pierre Lambert	1993	31	França
Tendência Socialista Internacional (TSI)	Tony Cliff	1948	27	Inglaterra
Unidade Internacional dos Trabalhadores (UIT)	Nahuel Moreno	1997	14	Argentina
Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT)	Nahuel Moreno	1982	12	Brasil ²⁵
Fração Trotskista (FT)	Nahuel Moreno ²⁶	1993	10	Argentina
Socialismo ou Barbárie (SoB)	Nahuel Moreno ²⁷	2004	7	Argentina
Corrente Movimento (Participa como simpatizante da IV-SU)	Nahuel Moreno	2014	7	Argentina
Coordenação pela Refundação da IV Internacional (CRCI)	Jorge Altamira	1997	4	Argentina

Fonte: elaboração própria do autor

²⁴ Os números de países em que as organizações estão presentes foram obtidos das seguintes fontes: <http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article1826> ; <http://internationalsocialists.org/wordpress/groups/> ; <http://www.socialistworld.net/index.php/links> ; <https://www.marxist.com/links.htm> ; <https://litci.org/es/> ; <http://uit-ci.org/index.php/inicio> ; http://ft-ci.org/spip.php?page=2013_gruposft&lang=es ; <http://otbalho.org.br/declaracao/> ; <http://www.po.org.ar/prensaObrera/online/internacionales/contribucion-del-partido-obrero-al-debate-de-la-conferencia-internacional> ; <http://corrientemovimiento.org/quienes-somos/> ; <http://www.socialismo-o-barbarie.org/?cat=1322> .Consulta feita entre os dias 15 e 27 de março de 2018.

²⁵ Foi fundada na Argentina pelo próprio Moreno e, após a crise que dividiu os morenistas nos anos 1990, teve sua sede transferida para o Brasil.

²⁶ Os membros da FT realizaram uma dura crítica do legado de Moreno quando ele ainda era vivo. Certamente, não se identificam como morenistas. Mas vieram dessa tradição.

²⁷ A situação do SoB em relação à herança morenista também é de negação, embora sejam filhos da diáspora morenista.

Mas a explicação de Bensaid não se encerra nisso. Uma existência minoritária tão longa e os hábitos de luta contra a corrente geraram “patologias grupusculares” (BENSAID, 2002, p. 17). Ou nas palavras do próprio autor

A desproporção entre a actividade teórica e a possibilidade de verificação prática levam a um exacerbar das disputas doutrinárias e ao fetichismo dogmático da letra. Assim como existe um povo do livro, há de facto um comunismo do livro para o qual as divergências tácticas surgem como questões de vida ou de morte. (BENSAID, 2008, p. 17).

A questão pode ser resumida em: como continuar um “revolucionário sem revolução” (BENSAID, 2002, p. 18)? E mais ainda, a

estética da derrota e o protesto moral superam por vezes a preocupação da eficácia imediata, a história dos trotskismos manifesta uma exigência eminentemente política de não ceder, não renunciar, não entregar as armas (BENSAID, 2002, p. 18).

Uma conclusão não muito diferente da que já havíamos apontado em trabalho anterior:

O militante trotskista está incluso no rol daqueles que operam com a fé, a disciplina e a hierarquia, e são, portanto, militantes políticos, mas também que possuem uma conjugação particular destes fatores, demonstrando uma relação diferenciada com a fé e o que defendem como verdadeiro, com uma “coerência” incomum, e por que não dizer inadequada, para os moldes de uma política baseada na eficiência. Os trotskistas defendem sua fé particular de um modo ancestral e primitivo, mesmo que recebendo como pagamento a derrota, o isolamento, a deficiência numérica, e a fragmentação de suas organizações. (MACEDO; SILVA, 2009, p. 386).

E toda essa circunstância e natureza terá reflexo no recrutamento das organizações trotskistas, que selecionaram comumente “personalidades desconfiadas, rebeldes e ‘outsiders’ de cabeça dura, mais aptos para a insubmissão e a dissidência do que para a construção e a conjugação” (BENSAID, 2002, p. 17).

Tal conclusão é semelhante a que chegou J. Cannon, um dos fundadores do trotskismo nos EUA, discutindo os primeiros tempos do trotskismo norte-americano, ao afirmar que

Tínhamos disputas ferozes e pequenas, muito frequentemente sobre minúsculas coisas. Havia razão para isso. Nenhum movimento pequeno e isolado foi capaz de escapar disso. Um pequeno grupo que gira em torno de

si próprio, com o peso do mundo inteiro pressionando sobre si, não tendo nenhum contato com o movimento das massas operárias e, portanto, sem poder ser corrigido por ele, está condenado, no melhor dos casos a ter um tempo duro. (CANNON, 2013, p. 114).

Em trabalho anterior, identificamos também a própria construção da figura de Trotsky como parte desse processo de fragmentação.

Morto no exílio, no refluxo de seu poder pessoal e da própria onda revolucionária que seguiu a revolução de outubro. E foi este Trotsky do exílio o criador da IV Internacional, que agruparia os militantes trotskistas que hora estudamos. Portanto, são militantes que carregam esta marca, da derrota e do nadar contra a corrente. (MACEDO; SILVA, 2009, p. 383).

Por fim, uma questão organizativa não escapa dessa explicação. Para os trotskistas, o partido não é nacional; é, sim, internacional. Assim, seu centro de gravidade política são as organizações internacionais trotskistas. Desse modo, uma divisão, ruptura ou dissidência se estabelece em relação a essa organização internacional, multiplicando-se em todos os países em que ela se fizer presente.

3.2 O TROTSKISMO NO BRASIL

O trotskismo no Brasil conheceu um período inicial, que vai de 1930 até 1968, quando existiu apenas uma organização trotskista em terras brasileiras. De 1968 em diante, houve uma espiral de cisões e fragmentação, acompanhando os alinhamentos e realinhamentos internacionais do movimento trotskista, que constituem hoje mais de uma dezena de grupos que reivindicam as ideias de Trotsky no Brasil.

3.2.1 Primeiro ciclo: 1930-1968

O primeiro período do trotskismo é inaugurado pela saída de militantes do Partido Comunista do Brasil, nos anos de 1928 e 1929, e que se reúnem em 1930, sob a liderança do intelectual Mario Pedrosa, formando o Grupo Comunista Lenin (GCL), primeiro grupo da oposição de esquerda no Brasil²⁸. Em 1931, esse grupo

²⁸ Quem estuda esse processo de formação do trotskismo no Brasil é Marques Neto (1993), que detalha essas cisões do PCB, explicando que se tratava de divergências quanto ao Bloco Operário Camponês impulsionado pelo PCB, que deveria reunir trabalhadores e a burguesia nacional. Somaram-se a isso divergências em relação ao trabalho sindical, que fizeram sair do PCB dirigentes sindicais da União

passa a se chamar Liga Comunista, como parte de seu reconhecimento formal pela Oposição Internacional de Esquerda (COGGIOLA, 2003, p. 244).

Mantendo principalmente uma atividade de crítica à direção do PCB, esse grupo existirá até 1935, quando a repressão que atingiu a esquerda, a partir da fracassada Intentona Comunista de 1935, desarticula também os trotskistas²⁹, ainda que não tenham tido nenhuma participação no *putsch* prestista. Nessa fase inicial do trotskismo brasileiro, destaca-se a produção de análises inovadoras no contexto marxista, em especial no que se refere à interpretação da chamada revolução de 30³⁰. Também merece destaque a realização da frente única antifascista, que se enfrentou com os integralistas na praça da Sé, em São Paulo, em 7 de outubro de 1934 (COGGIOLA, 2003, p. 249-250).

Ainda sob a liderança de Mário Pedrosa, é fundado em 1936 o Partido Operário Leninista (POL), agrupando os remanescentes da Liga Comunista (LC). No ano seguinte, o novo partido é também colhido pela repressão varguista, o que prejudica seu funcionamento³¹. Nesse curto período de existência, o POL realizou uma dura crítica à Intentona Comunista.

Em 1939, o trotskismo é reforçado por mais uma cisão do PCB, que se junta aos remanescentes do POL para formar o Partido Socialista Revolucionário (PSR). Foi nesse período que Mário Pedrosa afastou-se do trotskismo e foi substituído na liderança do novo partido pelo jornalista Hermínio Sacchetta, que se tornou o principal nome do trotskismo brasileiro a partir de então. O PSR lançou-se na luta política, editando o jornal *Orientação Socialista*, polemizando com o PCB, defendendo a frente única e o lançamento de candidatos comunistas nas eleições.

dos Trabalhadores Gráficos. Por fim, diferenças políticas em relação à orientação geral do PCB em sua fase esquerdista fazem saltar os militantes da célula 4R. Serão esses dissidentes que se encontrarão sob a liderança de Pedrosa e formarão a primeira geração de trotskistas brasileiros.

²⁹ Campos (1981, p. 70) e Silva (s/d, p. 66) falam também em “divergências” no interior da Liga como motivo para seu desaparecimento, sem referirem-se a seu conteúdo. Coggiola (2003, p. 251) aponta que tais divergências referiam-se a críticas ao “aventureirismo” e “militarismo” da LC por parte de alguns militantes. No entanto, Leal (2004, p. 24-25) não fala nas tais “divergências”. Karepovs e Marques Neto (2007, p. 132) se referem à repressão e ao baixo número de aderentes da Liga, sem, no entanto, falarem em dissolução dessa Liga.

³⁰ Para maior detalhamento desta discussão, indicamos Silva (2002).

³¹ Campos (1981, p. 70) defende que o POL extinguiu-se em 1937; Leal (2004, p. 24-25) só fala na extinção do POL em 1939, fundindo-se com uma dissidência do PCB, assim como Coggiola (2003, p. 254). SILVA (s/d, p. 66-67) afirma que o POL “desaparece em 1937”, e, mais à frente, que se funde com uma dissidência do PCB, em 1939 (sic).

O recém-fundado partido perdeu contato com a direção internacional, no contexto da desorganização da IV Internacional durante a 2ª Guerra Mundial, só vindo a retomá-lo a partir de 1943 (KAREPOVS; MARQUES Neto, 2007, p. 144). No entanto, a crise da IV Internacional de 1951/52 abalou o PSR, que se dissolveu em 1952³².

Em 1953, ex-militantes do PSR se reuniram e organizaram o Partido Operário Revolucionário (POR), que passou a editar o periódico Frente Operária. Sob a supervisão do Bureau Latino Americano da IV Internacional (BLA), o POR praticou tanto o “entrismo” no PCB quanto a aproximação com partidos e políticos nacionalistas, em conformidade com as orientações da IV Internacional. No plano sindical, lutou pela ruptura dos laços entre Estado e sindicatos, e pela convocação de uma Assembleia Constituinte. Nas eleições, alternou o apoio a candidatos considerados nacionalistas e a candidatos comunistas.

O POR se desligou da IV Internacional em 1962, acompanhando a direção do BLA comandado por J. Posadas. Para Silva (s/d, p. 91), esse é o período de maior audiência dos trotskistas junto ao movimento de massas. Segundo Leal (2004), o partido mantinha também uma importante atuação junto às Ligas Camponesas no Nordeste, junto a militares de baixa patente, a estudantes e sindicatos. Após o golpe de 1964, o POR sofreu ao menos sete processos penais até 1966 (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 116), o que resultou na prisão de muitos dirigentes e militantes³³.

3.2.2 Segundo ciclo: 1968 aos dias atuais

Segundo Leal (2004, p. 251), em 1968, por causa de críticas à direção monolítica de Posadas, surgem duas cisões no POR, inaugurando o ciclo de fragmentação do trotskismo no Brasil. Se no plano internacional esse ciclo se originou antes, no início dos anos 1950, no Brasil, por conta da centralização monolítica de

³² Coggiola (2003, p. 262-264) sustenta a centralidade da crise da IV Internacional como motivo da extinção do PSR, pois seu principal dirigente, Hermínio Sacchetta, divergia da orientação pablista. Leal (2004, p. 29-34) sustenta ainda que outras divergências de caráter nacional também tiveram relevância no desaparecimento do PSR. Karepovs e Marques Neto (2007, p. 147) arrolam três motivos, que provavelmente se combinaram: Esvaziamento do partido após o fim de seu jornal; a recusa às orientações do II Congresso da IV Internacional (crise da IV Internacional a qual já nos referimos); e repercussão ainda das críticas de Mário Pedrosa, que julgava impossível defender a URSS.

³³ Uma segunda onda repressiva contra o POR ocorrerá entre 1969 e 1972, quando são anotados mais cinco processos contra militantes do partido (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 116).

Posadas, essas diferenças internacionais custarão mais a aparecer, ocorrendo aqui apenas no contexto movimentado do ano de 1968. Surgiram nesse ano a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) e a Organização Comunista 1º de maio (OC 1º de maio). A partir desse período, o POR decresceu rapidamente, fruto das posições cada vez mais extravagantes³⁴ de Posadas, passando, por exemplo, da defesa da URSS para a defesa da própria camada dirigente soviética.

A FBT, que tinha entre seus líderes Vitto Letizia e Vera Lúcia Stringhini, estava implantada, em especial, no Rio Grande do Sul, mas também em São Paulo e, posteriormente, no Nordeste, e se diferenciou do POR principalmente pelo restabelecimento do centralismo democrático como norma de funcionamento, além da proposta de retomada do trabalho junto à classe operária (LEAL, 2004, p. 218). Entre 1970 e 1972, vários de seus militantes foram presos pela repressão política³⁵, passando por um período de desorganização, superado apenas no ano seguinte. Alguns de seus membros acabaram tomando o caminho do exílio e, em Paris iniciaram contatos com a corrente dirigida por Pierre Lambert (SILVA s/d., p. 137), formando, a partir de 1970, o grupo Outubro³⁶, que edita uma revista de debates com o mesmo nome, na capital francesa, a partir de 1971. A OC 1º de maio, liderada por Fábio Munhoz, praticamente circunscrita a São Paulo e de base estudantil, apresentou uma proximidade muito grande com as críticas feitas pela FBT. Em 1972, a OC 1º de maio também estabeleceu contato com o lambertismo, em uma conferência de trotskistas no Chile (LEAL, 2004, p. 222).

3.2.2.1 Lambertismo

³⁴ São exemplos ainda dessas posturas “extravagantes” a dedicação de Posadas a temas tão diversos quanto a vida sexual dos revolucionários, a probabilidade de vida em outros planetas, a educação das crianças etc. Há registro na bibliografia consultada de atividade do POR pelo menos até 1978 (SILVA s/d, p. 212), mas é certo que os seguidores de Posadas ingressaram no PT, quando de sua formação, mesmo que estivessem já em um número extremamente reduzido. (SILVA s/d., 190).

³⁵ O Projeto Brasil Nunca Mais registra dois processos na justiça militar envolvendo a FBT. Os dois no ano de 1970, um aberto no Rio Grande do Sul e outro em Pernambuco (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 114).

³⁶ O grupo Outubro, que tinha como um de seus expoentes Vitor Paes de Barros Leonardi, foi formado por egressos da FBT, e por outros militantes brasileiros que passaram a fazer a crítica da luta armada, como é o caso de Markus Sokol, que de secundarista simpatizante do PCB, em 1967, passou a militante da VAR-Palmares, em 1969, integrando o Outubro a partir de 1972 (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 227).

Entre idas e vindas, a partir de 1968 esses dois grupos (OC 1º de Maio e FBT) passaram por processos de fragmentação e unificação. Em 1976, se unificaram em definitivo, formando a Organização Socialista Internacionalista (OSI), já alinhada à liderança do francês Pierre Lambert, inaugurando o chamado lambertismo no Brasil. A OSI ficará muito conhecida também em razão da corrente estudantil que animava, a Liberdade e Luta (Libelu)³⁷, que “acabou sendo incorporada ao vocabulário da época como um adjetivo, qualificando o jovem radical, quase típico do momento” (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 160).

Frente ao surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), no final dos anos 1970, a OSI teve inicialmente uma postura muito crítica, defendendo a impossibilidade de um partido surgido a partir do sindicalismo atrelado ao Estado ser uma representação legítima dos trabalhadores. No entanto, na campanha de filiações para a legalização do PT no início dos anos 1980, já podemos ver a OSI engajada na construção desse partido, após uma mudança na maneira de encarar esse partido. De ala esquerda do petismo, a OSI caminhou cada vez mais em direção ao seu núcleo central de sindicalistas liderado por Lula, até que em 1987 a maioria da organização decidiu se dissolver e participar da “Articulação”, a corrente majoritária do PT.

Os militantes que se recusaram a seguir esse curso mantiveram uma organização com o nome de “Corrente O Trabalho”³⁸ (OT), que passou a buscar proximidade com setores mais à esquerda no partido³⁹, chegando até mesmo a se declarar “oposição petista ao governo Lula”, até inverter este curso, em especial após a ruptura de quase metade da organização, em 2006⁴⁰. No último encontro nacional do PT, em 2016, “OT” voltou a ocupar uma vaga na direção nacional do Partido, compondo chapa com o Campo Majoritário lulista.

Na eleição de 1990, OT elegeu uma parlamentar federal por Brasília, a partir de um trabalho duradouro entre os servidores federais da capital. Também em Brasília

³⁷ Eram figuras de destaque nesse período na Libelu os estudantes da USP Josimar Melo, atualmente crítico gastronômico em São Paulo, sem atividade política, e Júlio Turra, atualmente da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e filiado ao PT. Na USP, os cursos em que a Libelu tinha mais presença eram os de Arquitetura, Comunicação, Filosofia, Economia e Ciências Sociais (AZEVEDO, 1997, p. 3).

³⁸ “O Trabalho” é o nome do jornal editado pela OSI a partir de 1978 e que segue sendo editado até os dias atuais. Seu principal líder, a partir de então, é economista paulista Markus Sokol.

³⁹ Em 1993, formou um agrupamento chamado “Na Luta PT”, reunindo também a “Força Socialista” (FS) e outras correntes menores da esquerda petista, que logrou algum êxito nas disputas internas.

⁴⁰ Essa ruptura de 2006 deu origem ao grupo “Esquerda Marxista”, que em 2015 saiu do PT e, em 2016, passou a integrar o PSOL.

chegou a ter a vice-governadora eleita em 1994, além de vereadores em algumas cidades brasileiras em outras eleições. Nas eleições de 2018, conquistou uma vaga de deputado estadual em Minas Gerais.

3.2.2.2 Altamira e o Brasil

De dentro da OSI, surgiu um dos grupos trotskistas mais duradouros do cenário brasileiro. Trata-se da Causa Operária (CO), que acompanhou o *Partido Obrero* argentino em sua ruptura internacional com o lambertismo em 1979. Inicialmente compondo o PT como uma de suas tendências internas, acabou saindo desse partido em 1991, por julgar como intoleráveis as estratégias de alianças eleitorais petistas, bem como a conduta administrativa do PT ao chegar aos governos municipais.

Conseguindo o registro provisório como partido político (agora Partido da Causa Operária), vem participando das eleições quase sempre sem coligações, nem mesmo com outros partidos de esquerda, desde 1996. Em quase todas as eleições desde 2002, apresentou como candidato a presidente seu presidente nacional, o jornalista Rui da Costa Pimenta⁴¹. Por volta de 2010, o PCO rompeu os laços políticos com Altamira e iniciou uma virada, passando de feroz crítico do PT e de seus governos, em direção à defesa do governo federal petista, tendo sido bastante ativo na campanha contra o *impeachment* de Dilma Rousseff, contra a prisão de Lula e publicando abundantes textos e vídeos com críticas a outros agrupamentos e partidos de esquerda menos convictos da defesa do PT. Em toda sua história eleitoral, o PCO elegeu apenas alguns vereadores.

3.2.2.3 Morenismo

O morenismo brasileiro surgiu a partir de militantes de esquerda que se encontravam reunidos na embaixada do Chile em busca de exílio em 1970. Eles foram apresentados ao trotskismo por Mário Pedrosa, ainda na embaixada, e posteriormente

⁴¹ Rui da Costa Pimenta é neto de João da Costa Pimenta, linotipista fundador do PCB em 1922 e um dos primeiros aderentes do trotskismo em 1931.

mantiveram vínculos no exílio chileno, constituindo o grupo Ponto de Partida⁴². Desde o princípio, esteve alinhado às ideias do morenismo em sua crítica às teorias guerrilheiras que grassavam na direção do Secretariado Unificado da IV Internacional.

Com o golpe de Estado no Chile, em 1973, parte do grupo que conseguiu escapar se dirigiu à Argentina e lá começou a editar o jornal *Independência Operária*. Nesse país, fundam também, em dezembro daquele ano uma nova organização, com o nome de Liga Operária (LO)⁴³. No ano seguinte, já estavam no Brasil, onde apoiaram o candidato do MDB nas eleições indiretas à presidência da república, General Euler Bentes, e fizeram campanha para os candidatos “socialistas” do MDB⁴⁴ (SILVA, s/d., p. 185).

A Liga Operária, na esteira do que pregava Moreno, deslocou militantes estudantis para as fábricas na tentativa de “proletarizar” a organização a partir de 1975 (SILVA, s.d., p. 185). Na segunda metade da década de 1970, tinha implantação em fábricas em Santo André, Jundiaí, Rio de Janeiro, entre professores em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, bem como entre Bancários do Rio Grande do Sul. No movimento estudantil, tinha presença na PUC-SP, na USP, UFRJ e UFF (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 159).

Em 1977, a Liga Operária⁴⁵ lançou o Movimento Convergência Socialista, destinado a lutar pela construção de um Partido Socialista. Em 1979, mudou seu nome para Partido Socialista do Trabalhadores (PST). A Liga teve também uma atuação marcante no campo da imprensa alternativa. A partir de 1977, seus militantes participaram do jornal *Versus* de São Paulo. Esse jornal, fundado em 1975, com uma inovadora proposta estética⁴⁶, foi sendo gradativamente controlado pelos trotskistas, que em 1978 já dominavam integralmente a publicação. O *Versus* foi o órgão de

⁴² Os militantes brasileiros que se reuniram em torno de Mário Pedrosa e, posteriormente, do morenismo, por acaso reunidos na embaixada chilena, eram das mais variadas origens políticas. Eram alguns deles: Jorge Pinheiro e Maria José Lourenço – ex-militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), ex-dirigentes estudantis do Centro Acadêmico (CA) de Comunicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro e jornalistas do jornal alternativo “O Sol”, Ênio Bucchioni, ex-militante da AP, e Túlio Quintiliano, ex-militante do PCBR. (CERDEIRA, 2008).

⁴³ Militantes egressos da FBT participaram também da fundação da Liga Operária. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 108).

⁴⁴ O que será caracterizado, muitos anos depois, por um dos principais dirigentes da então Liga como “um erro oportunista, um erro de direita” (ARCARY, Apud: HARNECHER, 1994, p. 154).

⁴⁵ A Liga Operária será objeto de um processo dentre os pesquisados pelo Projeto Brasil: nunca mais. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 109).

⁴⁶ “De visual dramático, transmitindo ao mesmo tempo beleza e tensão, valendo-se de todos os recursos, do quadrinho a foto, *Versus* difere esteticamente de tudo o que já havia sido feito antes na imprensa alternativa.” (KUSINSKI, 2003, p. 255).

divulgação da Convergência Socialista e da campanha pela fundação de um Partido Socialista.

A articulação inicial da ideia de fundação de um Partido dos Trabalhadores por parte do sindicalismo brasileiro ganhou o apoio imediato dos morenistas, que participam da redação dos documentos fundacionais do novo partido no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Com a consolidação do grupo sindicalista lulista em uma corrente própria, a “Articulação” em 1983, a Convergência Socialista - CS⁴⁷ (nome pelo qual atendem os morenistas de então) se colocou na ponta esquerda do espectro ideológico petista, em oposição ao grupo lulista.

Os anos que se seguiram foram de contínuo enfrentamento entre a CS e a direção majoritária do PT, seja por conta da política de alianças nas eleições, seja por conta do que se fazia nos governos petistas. Esse acúmulo de diferenças chegou a seu ponto máximo em 1991/92, com o 1º Congresso do PT e a discussão sobre a adoção ou não da palavra de ordem pelo “Fora Collor” no PT, e a regulamentação do direito de tendências. Em 1992, já fora do PT, a CS e o Partido da Libertação Proletária (PLP)⁴⁸ fundaram a Frente Revolucionária, que no ano seguinte dará origem ao PSTU.

O PSTU apoiou a candidatura de Lula em 1994 e lançou candidato próprio em 1998⁴⁹ e 2002. Apoiou Heloísa Helena, do PSOL, em 2006, e depois disso lançou candidatura própria em todas as eleições presidenciais, sem qualquer coligação. A trajetória geral do PSTU desde a sua fundação foi cada vez mais à esquerda, seja do ponto de vista da dificuldade em encontrar parceiros eleitorais ou mesmo das propostas que defende, como, por exemplo, a postura frente ao *impeachment* de Dilma Rousseff, quando defendeu a palavra de ordem de “Fora Todos” ou a prisão de Lula, que segundo o PSTU acabou por pagar pelas opções que fez.

A Convergência Socialista elegeu um deputado federal e teve mais um suplente que assumiu rapidamente um mandato, além de deputados estaduais e vereadores. O PSTU, por sua vez, contou com alguns vereadores eleitos e obteve a adesão de um deputado federal eleito pelo PCdoB⁵⁰.

⁴⁷ Cujas principal liderança foi o ex-metalúrgico paulista José Maria de Almeida, atualmente o principal líder do PSTU.

⁴⁸ Dissidência do PCB ocorrida no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

⁴⁹ Quando colheu seu melhor resultado eleitoral, com pouco mais de 400 mil votos, ou 0,4%.

⁵⁰ Lindberg Farias.

Um capítulo à parte na história do morenismo é a diáspora que envolveu seus seguidores brasileiros a partir da morte de Moreno, em 1987, mas, principalmente, após a queda do socialismo real, entre 1989/91. A primeira ruptura significativa foi do grupo “Estratégia Revolucionária”⁵¹, que realizou uma crítica ao próprio morenismo, abandonando a figura de Moreno como referencial. Essa organização apresentou um relativo crescimento, fruto de sua inserção nas manifestações que varreram o país em 2013. Desde 2015, mudaram seu nome para Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT) e chegaram a pleitear, sem sucesso, sua entrada no PSOL. No entanto, mesmo que não tenha sido admitido no partido, o PSOL “empresta” a legenda para que o MRT lance candidatos nas eleições.

Outro grupo da diáspora morenista é a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)⁵², que surgiu em 1992, como uma divisão da Convergência Socialista que recém saíra do PT. A CST decidiu retornar ao PT e compor sua ala esquerda, só saindo do partido em 2003, quando o partido decidiu expulsar os deputados que votaram contra a reforma da previdência proposta pelo governo Lula, o que foi o caso do deputado da CST, Babá. Com a expulsão de seu deputado, a CST será uma das protagonistas na formação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), onde permanece até hoje.

Nas eleições, a CST elegeu um deputado federal, deputados estaduais, vereadores e um prefeito em uma pequena cidade do interior do Rio de Janeiro.

A CST deu origem a outra organização importante no contexto do trotskismo, o Movimento de Esquerda Socialista (MES)⁵³. Esse grupo desligou-se da CST em 1999 e foi expulso do PT no contexto da votação da Reforma da Previdência de 2003 (sua deputada federal era Luciana Genro), vindo a ser um dos protagonistas da formação do PSOL, partido em que permanece até hoje.

Nas eleições, o MES logrou eleger vereadores, deputados estaduais e uma deputada federal, Luciana Genro, que também foi candidata a presidente da república. Nas eleições de 2018, o MES elegeu, além de novos deputados estaduais, duas deputadas federais, uma por São Paulo e outra pelo Rio Grande do Sul,

⁵¹ Depois chamada de LER (Liga Estratégia Revolucionária).

⁵² A principal liderança da CST é o professor da UFRJ, ex-deputado federal e atual vereador conhecido como Babá.

⁵³ O MES tem como um de seus principais líderes o vereador porto alegre e ex-bancário Roberto Robaima.

reintroduzindo, após 18 anos de ausência, os trotskistas ao parlamento federal brasileiro.

A última grande cisão do morenismo foi um grupo de militantes que saiu do PSTU em 2016, formando o Movimento por uma Alternativa Independente Socialista (MAIS). A cisão, que tirou do PSTU aproximadamente 40% de seus militantes, ocorreu devido aos debates no interior do PSTU face ao *impeachment* de Dilma Rousseff e a existência, ou não, de uma onda conservadora no Brasil. Em 2017, o MAIS ingressou no PSOL como uma de suas correntes internas. O MAIS herdou os dois únicos vereadores que o PSTU tinha na época e que não se reelegeram no pleito seguinte. Fruto da unificação com outros grupos menores, hoje o MAIS chama-se “Resistência”.

3.2.2.4 Mandelismo e a DS

No Brasil, o mandelismo só se viu representado com a fundação da Democracia Socialista (ANGELO, 2008, 81), em dezembro de 1979, a partir de dois grupos anteriores, a “Organização” (O.)⁵⁴, um agrupamento de militantes, principalmente estudantis, de Minas Gerais, e um grupo gaúcho de militantes de esquerda que estavam no MDB capitaneados por Raul Pont⁵⁵. Esses dois grupos passaram a conviver na administração e redação do Jornal “Em Tempo”, que abrigava diversos jornalistas mais ou menos desligados de qualquer organização política⁵⁶, ex-militantes de organizações políticas⁵⁷, e militantes do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), da OSI, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), e de uma articulação mais informal, chamada Subfrente⁵⁸.

A Organização mineira começou sua aproximação com o trotskismo de modo aparentemente espontâneo, “com leituras dos livros de Issac Deutscher, do próprio

⁵⁴ Liderada por Flávio Andrade, Aluísio Marques e João Machado (ANGELO, 2008, p. 62). Alguns de seus militantes já haviam passado pela Ação Popular (AP), outros pelo Comando de Libertação Nacional (Colina) e outros pela Juventude Universitária Católica (JUC) (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 162).

⁵⁵ Ex-militante do Partido Operário Comunista, posteriormente foi deputado federal e estadual.

⁵⁶ Como, por exemplo, Chico de Oliveira, Flávio Aguiar, Bernardo Kusinski e Maria Rita Khel. (KUSINSKI, 2003, p. 406).

⁵⁷ Como Tibério Canuto e Emiliano José (Ação Popular), João Batista dos Mares Guia e Jorge Baptista (Comando de Libertação Nacional) (KUSINSKI, 2003, p. 406).

⁵⁸ Como Maria Moraes e Guido Mantega. (KUSINSKI, 2003, p. 406).

Trotsky, como História da Revolução Russa, e de Ernest Mandel.” (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 163).

Segundo Karepovs e Leal (2007, 163), o grupo gaúcho era o que mantinha contatos mais estreitos com o Secretariado Unificado da IV Internacional. Essa aproximação certamente veio de exilados do POC em Paris, que, em 1972, estabeleceram laços com o SU (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 108).

A Democracia Socialista (DS) surgiu já engajada no processo de formação do PT. Constituiu a ala esquerda mais moderada do partido, se compararmos sua conduta com a da CS ou a de “O Trabalho” durante sua fase mais à esquerda. Sempre se opondo ao grupo majoritário petista, também nunca se furtou de participar das administrações do partido. Logrou ser, ao longo de toda a história do PT, o contraponto à esquerda mais viável ao grupo lulista, em razão do seu maior tamanho frente as outras correntes trotskistas, em especial a partir do final dos anos 1980.

Com a vitória da candidatura de Lula em 2002 e a reforma da previdência no ano seguinte, o mandelismo entrou em crise no Brasil. Mesmo sendo contra a reforma da previdência proposta pelo governo Lula, os deputados e senadores da DS decidiram se submeter à disciplina partidária, votando a favor da medida, com exceção de sua senadora por Alagoas, Heloísa Helena. A consequente expulsão de Heloísa Helena do PT não foi acompanhada pela DS, em que pese tenha votado contra a expulsão. Ainda assim, uma série de militantes da DS em todo o Brasil acompanhou a senadora expulsa enquanto a direção da DS insistiu em ficar no PT. A IV Internacional acabou por avalizar o grupo que saía do PT e, em pouco tempo, a DS já não era mais a seção da IV Internacional no Brasil. O ano de 2003 marcou, portanto, o desligamento da DS do trotskismo organizado em nível internacional. Se a identidade trotskista da DS já não era algo muito claro nessa época (preferiam ser chamados de marxistas revolucionários), em que pese o meio circundante da esquerda os considerasse trotskistas, com o afastamento da IV Internacional, podemos afirmar que essa identidade trotskista já não pertence mais à DS.

Os que saíram da DS também não se mantiveram agrupados em uma única organização. Heloísa Helena constitui um grupo chamado Luta Vermelha (LV), enquanto outra parte dos militantes que saíram da DS formaram o Enlace. Grupos regionais e personalidades individuais também compõem o cenário da explosão do mandelismo. Enlace e Liberdade Vermelha se tornaram componentes de primeira hora do PSOL. Em 2013, essas duas organizações, mais o Coletivo Socialismo e

Liberdade (uma dissidência do PSTU que entrara no PSOL), compuseram a Insurgência, que passou a unificar então os mandelistas brasileiros. No entanto, cinco anos depois, em 2017, a Insurgência foi afetada por uma nova crise, que resultou na dissidência de dois grupos, o Comuna e o Subverta. Os três grupos mantêm relações com a IV Internacional mandelista (SU).

A DS foi, de todos os grupos trotskistas, a de maior sucesso eleitoral, tendo eleito uma governadora, senadores, deputados federais, estaduais, vereadores e prefeitos, além de ocupar ministérios e secretarias de governo. Já a Insurgência e suas cisões alcançaram câmaras municipais e assembleias legislativas. Nas eleições de 2018, o Subverta elegeu uma deputada federal pelo PSOL do Rio de Janeiro, fazendo voltar a figurar uma “bancada” trotskista no parlamento federal (ao lado das duas deputadas eleitas pelo MES).

3.2.2.5 O cenário de ontem até hoje

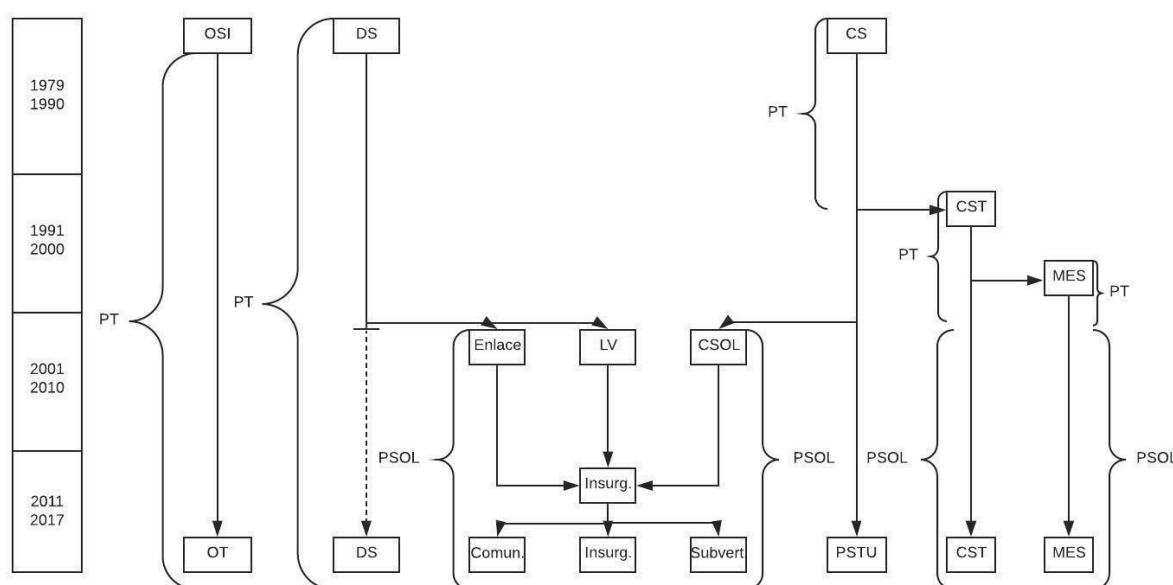
A fragmentação do trotskismo produziu ainda mais de uma dezena de micro-organizações, algumas que se dedicam quase exclusivamente a polemizar com outras micro-organizações. No entanto, fora do eixo mandelismo / lambertismo / morenismo, os mais significativos no Brasil, existem ainda representantes da tradição inglesa do trotskismo, como as correntes do PSOL, Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR) e a Esquerda Marxista (EM), que possuem alguma relevância.

Uma representação gráfica das principais organizações trotskistas, como se pode ver na figura 1, mostra como o segundo ciclo do trotskismo brasileiro é rico em termos de fragmentação. Note-se que a fragmentação internacional do trotskismo se deu na primeira metade dos anos 1950 do século XX, enquanto no Brasil esse fenômeno só se produziu a partir de 1968, consolidando as principais tendências apenas no final dos anos 1970 e início da década seguinte. Isso deve-se ao peso que teve aqui a liderança de J. Posadas, que manteve os trotskistas brasileiros unidos na crise dos anos 1950, só tendo sua liderança desafiada a partir do final dos anos 1960.

Dentre essas organizações, as mais relevantes a partir do esvaziamento do POR, nos anos 1970, foram a OSI, até metade dos anos 1980, a CS e a DS, de meados da década de 1980 até meados dos anos 1990, quando a DS despontou acima das outras no cenário. Durante os governos petistas, após a saída da DS do campo do trotskismo, o PSTU passou a ser a maior organização, registrando mesmo

um crescimento nesse período, até sua divisão em 2016, quando perdeu cerca de metade dos seus militantes, mantendo-se ainda como a maior organização trotskista, mas seguida de perto pelo MES (que é, atualmente, a organização de melhor desempenho eleitoral dentre todas) e pela Resistência.

FIGURA 1 - Matriz das organizações e partidos trotskistas com representação parlamentar no Brasil (1979 – 2017).⁵⁹



Fonte: elaboração própria do autor.

Por fim, esse segundo ciclo, marcado pela fragmentação, não pode ser compreendido também sem colocarmos em relevância a existência de dois partidos emblemáticos na esquerda brasileira, o PT e o PSOL. De sua fundação até 2003, o PT abrigou todas as organizações trotskistas mais significativas. Aliás, de 1980 (com a entrada da OSI, a última a aderir ao PT), até a saída da Causa Operária (CO), em 1991, o PT teve em seu interior todas as organizações trotskistas existentes no Brasil. A CS saiu do PT para formar o PSTU no ano seguinte (1992). A DS e OT permanecem no PT até hoje, com a DS mudando, inclusive, sua orientação política para isso. Já no ano de 2003, com a reforma da previdência do governo Lula, foi inaugurado outro ciclo

⁵⁹ As linhas contínuas indicam a continuidade da existência de uma organização trotskista quando verticais. Quando horizontais, uma dissidência ou unificação. A linha pontilhada indica a continuidade de uma organização que perdeu seu vínculo com o trotskismo. As chaves com os nomes dos partidos (PT ou PSOL) indicam o período que essa organização pertenceu a um destes partidos como uma de suas correntes/tendências internas.

de saídas do PT, mas, dessa vez, em direção à formação ou fortalecimento do PSOL. Esse movimento de saída do PT permaneceu em curso ao menos até 2015, quando a última corrente trotskista (Esquerda Marxista) saiu do PT em direção ao PSOL.

O cenário das principais organizações trotskistas em 2018 é o descrito no quadro 2, com suas respectivas vinculações internacionais.

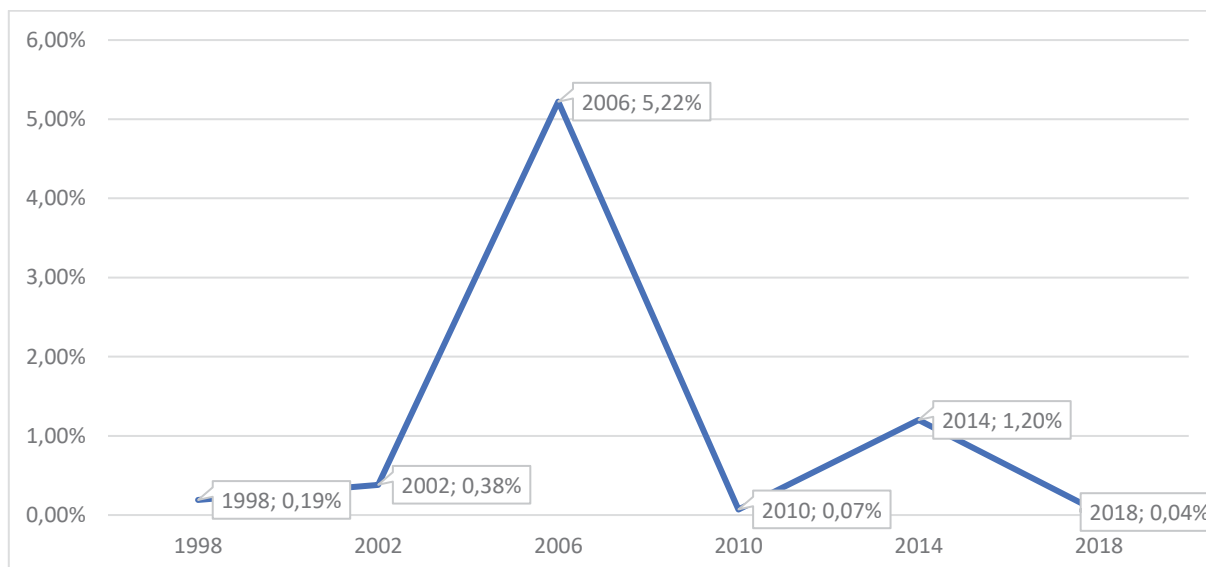
QUADRO 2 - Principais organizações trotskistas no Brasil em 2018 e seus vínculos internacionais.

Vínculo internacional	Organização/partido
IV Internacional (SU)	Insurgência / Subverta / Comuna (PSOL)
Corrente Movimento (simpatizante da IV-SU)	Movimento de Esquerda Socialista (PSOL)
Observador na IV Internacional SU	“Resistência” (PSOL)
Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT)	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
Unidade Internacional dos Trabalhadores (UIT)	Corrente Socialista dos Trabalhadores (PSOL)
Fração Trotskista (FT)	Movimento Revolucionário dos Trabalhadores
Corrente Marxista Internacional (CMI)	Esquerda Marxista (PSOL)
IV Internacional (1993)	“O Trabalho” (PT)
Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores (CIT)	Liberdade, Socialismo e Revolução (PSOL)
Sem vínculo internacional	Partido da Causa Operária
Socialismo ou Barbárie (SoB)	Socialismo ou Barbárie (PSOL)

Fonte: elaboração própria do autor.

No PT, os trotskistas sempre foram o setor minoritário à esquerda, estando agora praticamente extintos do partido, com exceção da corrente “O Trabalho”. No PSOL, fundaram o partido (2004) e o dirigiram em seu início, até que a chamada “crise do mensalão” (2005/2006) fez com que novos setores petistas não trotskistas (como a Alternativa Popular Socialista) se mudassem para o PSOL, alterando o equilíbrio de forças no partido e colocando os trotskistas em minoria nesse novo partido.

GRÁFICO 1 - Desempenho dos partidos e candidatos trotskistas nas eleições presidenciais brasileiras, de 1998 a 2018.



Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE.

Do ponto de vista da participação nas eleições presidenciais (gráfico 1), é possível encontrar candidatos trotskistas desde a eleição de 1998 (antes disso, os trotskistas sempre apoiaram o candidato do PT, Lula). Quando trotskistas lograram ser candidatos pelo PSOL, obtiveram sua melhor marca eleitoral com Heloísa Helena (Liberdade Vermelha) e Luciana Genro (MES), com 5,22% dos votos, em 2006, e 1,2%⁶⁰, em 2014, respectivamente. Nas outras eleições, mesmo a soma dos votos de PSTU e PCO sequer alcançou 0,5%, como se vê no gráfico 1.

3.3 O TROTSKISMO NA ARGENTINA

Seguindo aqui uma divisão já proposta por Alessio (2017, p. 208), o trotskismo argentino conheceu dois ciclos relativamente distintos. Um inicial, marcado pelo aparecimento do primeiro grupo aderente às ideias de Trotsky, em 1929 (O *Comité Comunista de Oposición*), onde o debate sobre as interpretações marxistas acerca da realidade argentina sobrepujava a própria capacidade organizativa, resultando na

⁶⁰ Todos os percentuais de votação que mostraremos aqui são relativos ao total de votantes e não um percentual relativo aos votos válidos, como usualmente se faz. A vantagem de medir o percentual de votos frente ao total de eleitores inscritos é que, assim, é possível considerar o não voto, como as abstenções, como um dado político em determinada eleição.

constituição de pequenos grupos compostos basicamente por intelectuais. E uma segunda etapa, a partir de 1943, com a fundação do Grupo Obrero Marxista por Nahuel Moreno, aos dias atuais, marcada por um crescimento e influência do trotskismo argentino até chegar a uma situação de proeminência na esquerda local.

As duas etapas são marcadas pela fragmentação, ou seja, durante a maior parte dos dois períodos o trotskismo argentino conheceu mais de uma organização que, simultaneamente, representavam as ideias de Trotsky nesse país. Ainda assim, em que pese essa fragmentação, o trotskismo argentino logrou produzir lideranças que influenciaram todo o trotskismo latino-americano e mesmo mundial. Juan Posadas, Nahuel Moreno e, em menor escala, Jorge Altamira, compõem uma segunda geração após a morte de Trotsky que encabeçará distintas tradições trotskistas. Note-se aqui a diferença para com o Brasil, que não produziu lideranças similares, estando sempre organizando seus dissensos a partir de lideranças francesas, inglesas ou argentinas. Desse ponto de vista, a Argentina colocou-se no cenário do trotskismo mundial no mesmo patamar de França, Inglaterra e EUA, como geradora de centros internacionais que marcaram a fragmentação do trotskismo mundial.

3.3.1 Primeiro ciclo: 1929-1942

Nos treze anos iniciais do trotskismo argentino, grupos muito pequenos tentavam fazer frente ao domínio dos Partidos Comunistas na Argentina, reunindo basicamente intelectuais e alguns trabalhadores, com os quais constituíram-se diversos grupos, como o *Comité Comunista de Oposición, a Izquierda Comunista Argentina (ICA)*, a *Liga Comunista Internacional (LCI)*, *Liga Comunista Internacionalista (LCI)*, *Partido Obrero de la Revolución Socialista (PORS)*⁶¹. Eventualmente, alguns desses grupos existiram simultaneamente, concorrendo entre si pela representação do trotskismo argentino.

⁶¹ Este partido será a primeira seção argentina da IV Internacional, ou seja, reconhecida pela internacional como seu partido na Argentina, durante sua breve existência (1942-1943).

Nomes como os de Liborio Justo⁶², Héctor Raurich⁶³, Antonio Gallo⁶⁴, Pedro Millesi⁶⁵, Jorge Abelardo Ramos⁶⁶ e Mateo Fossa⁶⁷, em geral expulsos de um dos dois Partidos Comunistas existentes, ou dissidentes do Partido Socialista, foram os principais líderes trotskistas desse período.

Marcado por grande fragmentação, uniões, cisões e recomposições, essa primeira etapa desperta interesse especial, em razão dos debates acerca das interpretações marxistas da realidade argentina, mais do que pela inserção efetiva dos trotskistas nas disputas políticas. Exemplo desse debate foi a polêmica acerca da caracterização do capitalismo na Argentina e da consequente tarefa colocada para os revolucionários daquele país, conforme Alessio (2017, p. 204-205):

Mientras que Gallo sostenía que la Argentina constituía un país semicolonial avanzado, en el que sólo cabía impulsar la revolución socialista, Justo caracterizaba a la Argentina como un país semicolonial *tout court* en el que necesariamente debían completarse las tareas democrático—burguesas pendientes, a los fines de concretar la emancipación nacional con miras al socialismo.

Esse debate, que polarizou os trotskistas argentinos no princípio de sua história, é que revestiu de conteúdo as divisões e o exacerbado fracionalismo. Tratava-se de saber se a luta na Argentina era diretamente pela revolução socialista (como nos chamados “países avançados”), ou ao contrário, à semelhança de outros países “atrasados”, deveria a revolução argentina dar conta das chamadas “tarefas nacionais” ligadas ao estabelecimento da soberania e da solução da questão agrária, no mesmo movimento de luta pelo socialismo.

Mas, certamente, chama a atenção a fragmentação a que esteve submetido o trotskismo argentino desde sua fundação, em um contexto em que o próprio Trotsky

⁶² De antepassados proprietários de terras, seu pai foi militar e presidente da república. Liborio nasceu em 1902 e foi militante do Partido Comunista da Região Argentina (PCRA) até aproximar-se do trotskismo.

⁶³ Advogado e ex-militante do Partido Comunista Argentino (PCA) adere ao trotskismo no final da década de 1920, a partir do contato com trotskistas espanhóis, em Madri.

⁶⁴ Também recrutado para o trotskismo na Espanha, no final da década de 1920.

⁶⁵ Sua mãe era professora e seu pai um pequeno construtor civil. Millesi frequentou apenas três anos de escola. Tornou-se sindicalista e foi filiado ao Partido Socialista e ao Partido Comunista Argentino, de onde saiu, em 1932, para aderir ao trotskismo.

⁶⁶ Recrutado aos 15 anos de idade para o grupo trotskista de Liborio Justo. Seu pai era simpatizante do anarquismo.

⁶⁷ Sindicalista e fundador do Partido Comunista Argentino, aderiu ao trotskismo em 1938, a partir de um encontro com o próprio Trotsky, no México.

ainda era vivo (morreu apenas em 1940) e a própria Oposição de Esquerda Internacional e sua sucessora, a IV Internacional, não tinham conhecido ainda grandes cisões ou divergências.

Essa questão já foi objeto de reflexão, como a de Broué (2005, p. 184):

muitos dos episódios destacados na história dos grupos que, na Argentina, se reclamam do trotskismo, revelam uma irresponsabilidade política que tem incontestavelmente raízes sociais e só pode introduzir-se no seio do movimento operário, ao qual ela é estranha, sob a cobertura das chamadas tradições “nacionais”.

O trotskismo argentino era, nessa época, “esmigalhado em frações rivais e inundado de epítetos coloridos e vigorosos” (BROUÉ, 2005, p. 184). Mas, mesmo que a Argentina fosse um caso limítrofe de fracionalismo, não era o único:

O fracionalismo argentino não me pareceu mais virulento que o dos austríacos, e que o épico duelo entre os mexicanos Galicia e Fernández só sobrepujou o que opôs Molinier a Naville pela superioridade das cores mexicanas e a incontestável e infinita variedade da injúria e da diatribe. (BROUÉ, 2005, p. 190).

Mas, mesmo esse fracionalismo exacerbado não impediu que o trotskismo argentino recebesse, com frequência, pequenas diásporas dos partidos comunistas locais (COGGIOLA, 2006, p. 32), que foram alimentando as pequenas organizações. Na segunda metade da década de 1930, os trotskistas argentinos, mesmo divididos, entraram para o *Partido Socialista Obrero* (uma cisão de esquerda do Partido Socialista), onde colheram algum sucesso, para logo serem expulsos (praticando o que era conhecido como “entrismo”).

No final de 1941, o efêmero *Partido Obrero de la Revolución Socialista* (PORS) foi fundado, sob influência direta de um enviado da IV Internacional, o norte-americano Sherry Mangan (conhecido pelo codinome de Phelan)⁶⁸, unificando todos os grupos trotskistas argentinos e sendo reconhecido como a primeira seção argentina da IV Internacional. Aparentemente, o partido nasceu com pouco mais de 100 militantes (COGGIOLA, 2006, p. 71), mas não conseguiu romper com a dinâmica das diferenças pessoais e políticas que o fizeram ter fim logo, em 1943.

⁶⁸ Jornalista correspondente na Argentina das revistas norte-americanas *Time*, *Life* e *Fortune*.

Dos movimentos centrípetos do trotskismo do início dos anos 1940, agravados por um golpe militar, pela Guerra Mundial e pela recente morte de Trotsky, viriam dois dirigentes que reorganizariam o trotskismo argentino com influência em toda a América Latina: Moreno e Posadas.

3.3.2 Segundo ciclo: 1943 aos dias atuais

Rojas (2006, p. 170) divide, dessa maneira, o trotskismo a partir da década de 1950: “a corrente morenista, a trotskista nacional, a trotskista pablista-mandelista (...) a trotskista posadista e a trotskista altamirista (...)”. Dentre todas essas tradições trotskistas, nos concentraremos, por motivos óbvios, naquelas que possuíram representação parlamentar nacional, o que é também, de alguma maneira, um indicador de sua importância e implantação na Argentina, de modo que não trataremos aqui do trotskismo nacional, dos pablistas e dos posadistas⁶⁹.

Se é possível falar da existência de um segundo ciclo na história do trotskismo argentino, é por que, a partir de meados da década de 1940, começaram a se estruturar as correntes que organizarão as divisões, debates e interpretações da realidade argentina a partir de uma clara divisão entre os seguidores de Nahuel Moreno, Juan Posadas e Jorge Altamira, além, é claro, do trotskismo nacional, organizado no *Partido Socialista de la Izquierda Nacional* (PSIN). Esse partido foi fundado em 1962, se aproximando continuamente do peronismo, até que em 1994 dissolveu-se no Partido Justicialista.

3.3.2.1 O morenismo da Argentina para o mundo

O morenismo argentino constituiu-se, como já vimos, a partir da crítica ao “trotskismo boêmio” e propondo implantar-se entre os trabalhadores. As atividades do Grupo Operário Marxista (fundado em 1944) de Moreno junto aos trabalhadores do frigorífico Anglo Ciabasa e no bairro de Villa Pobladora, na cidade de Avellaneda, alcançaram o intento da aproximação com os trabalhadores (CAMARERO, 2013a, p. 11). O recém-fundado partido em 1946 e 1947 realizou o chamado “entrismo” na

⁶⁹ Para um “mapa” completo dos trotskistas argentinos e demais correntes marxistas e socialistas naquele país, deixamos indicado o trabalho de Rojas (2006).

juventude do PS local, como estratégia para recrutar novos militantes. No final desse período, possuía cerca de 50 aderentes divididos em 11 células (CAMARERO, 2013a, p. 12).

Em 1948, o grupo de Moreno formou um partido em comum com o grupo de Posadas, o *Partido Operario Revolucionario*. No entanto, alguns anos depois, o grupo de Moreno já se encontrava no filo-peronista *Partido Socialista de la Revolucion Nacional* (PSRN), onde dirigiu sua seção bonaerense. Em 1956, a ditadura de turno na Argentina decretou a ilegalidade do PSRN e Moreno lançou um novo agrupamento político, a *Palavra Obrera*.

Na década de 1960, influenciado pelas ideias guerrilheiras em voga na esquerda mundial e na América Latina, em particular (da qual os trotskistas não estiveram imunes, como já vimos), Moreno fundiu seu grupo com a *Frente Indoamericana Popular* (FRIP), liderada por Roberto Santucho, que aproximara-se do trotskismo, com vistas a lançar um grupo guerrilheiro, formando o *Partido Revolucionario dos Trabalhadores* (PRT), em 1965. Mas a simpatia do morenismo pelas ideias guerrilheiras não durou muito e, em 1968, o novo partido cindiu-se em torno dessa questão, restando os morenistas com a denominação *PRT - La verdad*.

Já no ano de 1972, uma cisão do Partido Socialista juntou-se ao partido de Moreno, que passou a se chamar *Partido Socialista dos Trabalhadores* (PST). Um novo golpe militar, seguido de uma cruel ditadura, e a proeminência dos seguidores do PRT-Combate (de Roberto Santucho) diminuíram o espaço político do PST, que apesar da repressão governamental, continuou existindo.

O início da década de 1980 marcou uma virada para o morenismo na Argentina, com a fundação da Liga Internacional dos Trabalhadores (a corrente internacional dirigida por Moreno) e o seu partido argentino, o *Movimiento al Socialismo* (MAS), ambos em 1982, no contexto do *débâcle* da ditadura militar. O MAS tornou-se o mais importante partido da esquerda argentina (Rojas, 2006, p. 179), e um dos mais populares partidos trotskistas de toda a história. Seu bom desempenho eleitoral no final da década de 1980, que resulta na eleição do primeiro parlamentar trotskista argentino, bem como os grandes atos públicos realizados por esse partido expressam a relevância de seu lugar na política argentina, onde chegou a ser a quarta força eleitoral, em aliança com o Partido Comunista Argentino (PCA). Nahuel Moreno morreu um pouco antes desse ápice, em 1987.

Em um espaço temporal de menos de seis anos após a morte de Moreno, seu grande partido restou estilhaçado em mais de dez pedaços, alguns deles, inclusive, criticando seu legado político. A morte de Moreno não é a única chave para entendermos o motivo da diáspora morenista. Devem ser consideradas também as polêmicas em torno das táticas e estratégias, inclusive eleitorais, com as quais o MAS esteve confrontado, além da dificuldade de interpretar e oferecer respostas para a chamada crise do socialismo real de 1989/90, que não afetou apenas os comunistas tradicionais, mas também os trotskistas, mesmo que de outro ponto de vista.

Dos cinco maiores partidos trotskistas argentinos da atualidade, quatro tiveram origem no MAS⁷⁰. O primeiro a surgir foi o *Partido de los Trabajadores Socialistas* (PTS), que rompeu com o MAS em 1988. Opunham-se à aliança com o PCA nas eleições, mas a evolução de sua trajetória levou-os a romper com o próprio legado de Moreno. O segundo partido originado no MAS foi o *Movimiento Socialista de los Trabajadores* (MST) em 1992, que seguiu morenista e obteve relativo sucesso eleitoral, elegendo uma deputada nacional em 2001. Em 2007, uma cisão à esquerda no MST deu origem à *Izquierda Socialista*, que manteve forte vínculo com a tradição morenista e sua memória, sendo o terceiro partido da diáspora morenista. Por fim, o próprio MAS ainda sobreviveu até 2003, quando encerrou suas atividades legais, sendo substituído pelo *Nuevo MAS*, que se desvinculou do legado morenista.

3.3.2.2 O PO com Altamira

Fora do legado morenista, um outro partido ocupa um lugar de destaque no trotskismo argentino: o *Partido Obrero* (PO). Liderado por Jorge Altamira, o partido surgiu em 1964, com o nome de *Política Obrera*, descendendo de grupos de esquerda não-trotskistas. Adotou o nome de *Partido Obrero* em 1982, para obter sua legalização partidária em 1983. No plano dos alinhamentos internacionais, manteve certa proximidade com o lambertismo, mas logo inaugurou uma corrente própria no plano internacional. É o mais longo dos partidos trotskistas argentinos, tendo disputado várias eleições desde 1983 e apresentado um crescimento contínuo, que os levou à eleição dos parlamentares objeto desta pesquisa.

⁷⁰ Além destes quatro partidos, ROJAS (2006, p. 181) menciona ao menos mais 11 organizações direta ou indiretamente herdeiras do MAS.

Recentemente, em 2019, no entanto, o *Partido Obrero* conheceu uma cisão incomum. Jorge Altamira, seu principal líder e fundador, ficou fora do Comitê Central eleito no congresso desse ano, por conta de divergências quanto à linha política adotada pelo setor majoritário do partido. Altamira já vinha há algum tempo criticando a própria *Frente de Izquierda y de los Trabajadores* (FIT) e a sua ampliação para a eleição de 2019, com o que também não esteve de acordo. Julgava que o Partido deveria adotar a consigna de “Fora Macri”, ao contrário da maioria do partido⁷¹. Alijado dos órgãos de direção partidária, Altamira constituiu uma fração pública do PO, que logo foi expulsa e que mantém agora uma atividade independente.

Os acontecimentos de 2019 que terminaram por cindir o PO colocam em questão a possibilidade de falarmos em “Altamirismo”, já que esse líder foi alijado do controle do seu próprio partido. Como tal cisão ocorreu após o período de coleta de dados desta tese (que vai até o fim de 2017), consideramos que é possível falar em altamirismo sem maiores problemas nesta tese, tendo claro que o movimento posterior da história fará necessário uma futura reflexão sobre o emprego desse termo.

3.3.2.3 Eleições e atualidade

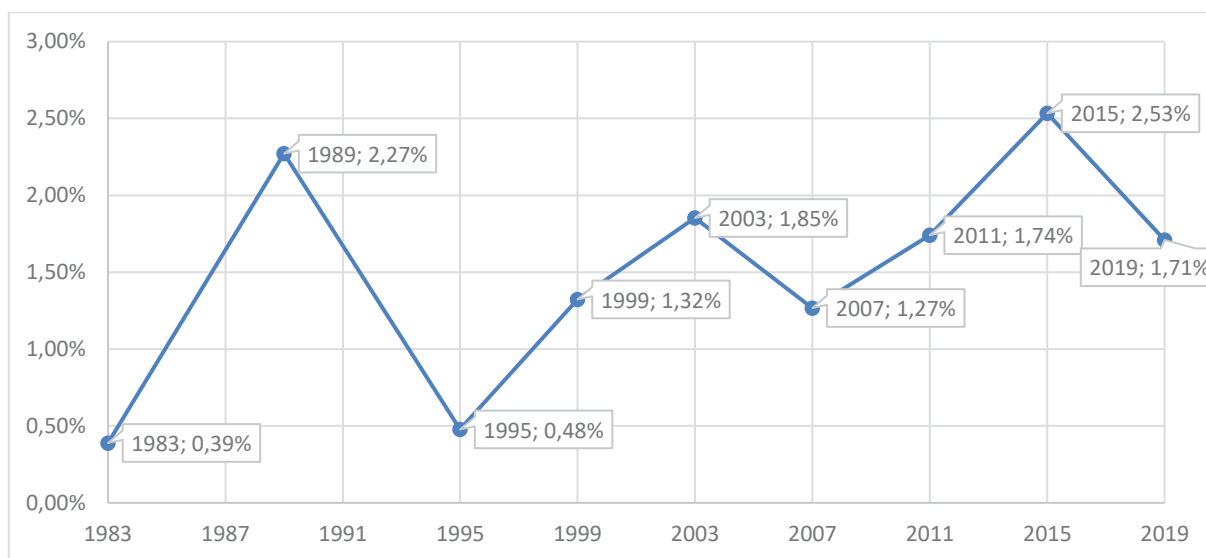
Do ponto de vista eleitoral, os partidos trotskistas argentinos apresentam-se nas eleições com regularidade. Desde as eleições de 1983, que encerraram o último ciclo ditatorial, estiveram representados em todos os pleitos. O *Partido Obrero* foi o que mais se apresentou nas eleições presidenciais, concorrendo isoladamente desde 1983 até 2007 (seis eleições). Seu melhor desempenho quando concorreu isoladamente foi de 0,55%⁷², em 2003. Outro partido que também se apresentou em várias eleições foi o MST, eventualmente coligado com o Partido Comunista, eventualmente concorrendo solitariamente. Sua melhor votação foi um percentual de 2,04% nas eleições de 1989, tendo participado com candidatos de cinco das nove eleições presidenciais de 1983 até 2019. Com exceção da eleição de 1983, em todas

⁷¹ O debate também contou com críticas sobre como o PO lida com o feminismo, com o grupo de Altamira vendo uma certa rendição da atual direção frente ao feminismo.

⁷² Todos os percentuais de votação que mostraremos aqui são relativos ao total de votantes e não um percentual relativo aos votos válidos, como usualmente se faz. A vantagem de medir o percentual de votos frente ao total de eleitores inscritos é que, assim, é possível considerar o não voto, como as abstenções, como um dado político em determinada eleição.

as outras pelo menos uma coligação de partidos trotskistas se apresentou nas eleições, o que comprova que a existência de frentes eleitorais, como a FIT, não é uma novidade para os trotskistas argentinos.

GRÁFICO 2 - Desempenho dos partidos e coligações trotskistas nas eleições presidenciais argentinas, de 1983 a 2019.



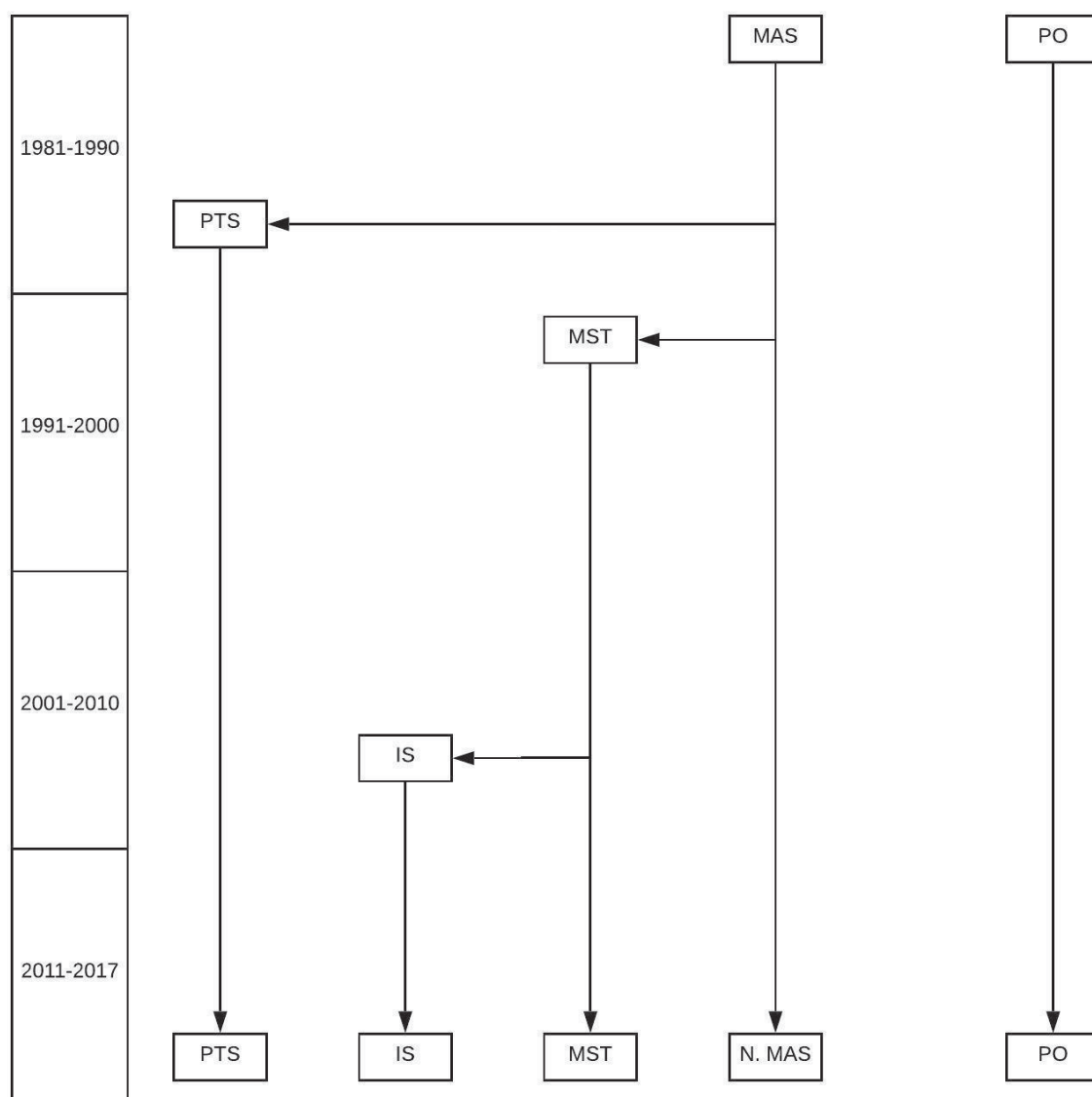
Fonte: elaboração própria do autor.

A eleição de 2011 marcou um momento de virada nas regras eleitorais na Argentina, com a criação das *Primarias Abiertas Simultaneas e Obligatorias* (P.A.S.O), que obriga os partidos a realizarem eleições abertas e prévias para escolha de seus candidatos e também estabelece um piso de 1,5% do eleitorado a ser conquistado nessas prévias, sob pena de não participação nas eleições daqueles partidos que não a atingirem. O efeito dessa mudança na legislação, como já apontou Gallo (2015), foi a formação da FIT (PO, PTS e IS) e seu estabelecimento como única força de esquerda capaz de superar o piso proscritivo de 1,5% e apresentar-se no primeiro turno das eleições. MST e *Nuevo MAS*, por exemplo, que ficaram fora dessa frente, acabaram retidos na cláusula de barreira nas eleições de 2011 e 2015, enquanto a FIT logrou eleger parlamentares nacionais e colocar-se no debate político nacional, agora restrito, nas eleições, a um menor número de concorrentes.

Dessa forma, a FIT na Argentina ocupa um lugar sem paralelo com os partidos e grupos trotskistas no Brasil. No cenário local das três últimas eleições, marcado por peronistas de centro-esquerda e antiperonistas de direita, é a FIT que personifica uma

terceira via no cenário eleitoral, monopolizando a representação da esquerda nas eleições nacionais, mesmo que o percentual de votos obtidos acabe sendo modesto.

FIGURA 2 - Matriz dos partidos trotskistas com representação parlamentar na Argentina (1982 – 2017).



Fonte: Elaboração própria do autor.

O relativo sucesso da FIT acabou atraindo outros grupos e partidos de esquerda e mesmo trotskistas para seu entorno. No entanto, os três partidos fundadores mantêm o controle da Frente através de sua “mesa nacional”, órgão diretivo que congrega representantes do PO, PTS e IS. Outros sócios são aceitos ocasionalmente e integram as listas da FIT para eleições específicas, mas sem

compor sua “mesa nacional”. Nas eleições de 2019, o MST (segundo ou terceiro maior partido trotskista) conseguiu ver aprovada sua entrada na FIT, que se apresentou nessas eleições com o nome FIT-Unidade.

Por fim, os alinhamentos internacionais dos trotskistas argentinos são aqueles que se apresentam no quadro 3.

QUADRO 3 - Principais organizações trotskistas na Argentina em 2018 e seus vínculos internacionais

Vínculo internacional	Organização/partido
Fração Trotskista (FT)	Partido de los Trabajadores Socialistas
Coordenação pela refundação da IV Internacional	Partido Obrero
Corrente Movimento (simpatizante da IV-SU)	Movimiento Socialista de los Trabajadores
Socialismo ou Barbárie (SoB)	Nuevo Movimiento al Socialismo
Unidade Internacional dos Trabalhadores (UIT)	Izquierda Socialista
Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT)	Partido Socialista de los Trabajadores Unificado
Corrente Marxista Internacional (CMI)	Corriente Socialista Militante

Fonte: elaboração própria do autor.

Das organizações mencionadas no quadro 3, ao menos quatro possuem como sede a própria Argentina e como principal partido o argentino, confirmando o lugar que o trotskismo desse país ocupa no cenário dos seguidores de Trotsky no mundo, com maior destaque para sua influência na própria América Latina.

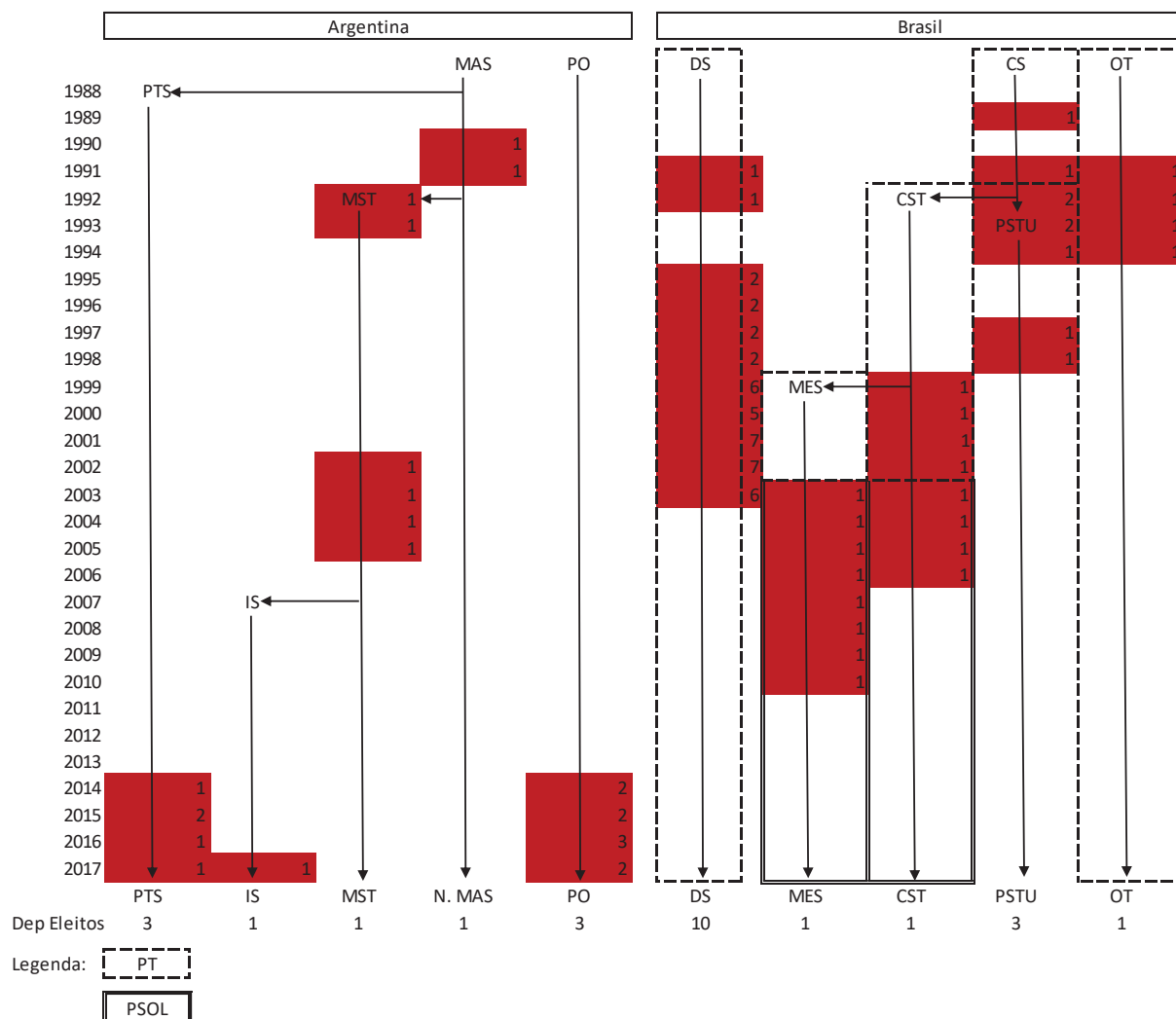
4 MILITANTES E DEPUTADOS

Neste capítulo, trataremos do perfil social dos deputados e de suas carreiras. Um objetivo aqui é verificar as diferenças de perfil em relação aos deputados brasileiros e argentinos, dos deputados em relação às tradições a que pertencem dentro do trotskismo e do ponto de vista dos grupos profissionalizados e não profissionalizados, para que possamos aferir se características como escolaridade, idade, ocupação e outras tradicionalmente usadas na sociologia política podem ajudar a explicar o processo de profissionalização. Outro objetivo é investigar as diferenças de padrões de carreira, em especial em relação ao grupo profissionalizado e não profissionalizado⁷³, procurando, além de descrevê-los, buscar relações entre a profissionalização e a manutenção ou abandono do trotskismo.

A figura 3, abrangendo o Brasil e Argentina, já nos adianta algumas informações conjugando os anos em que esses deputados ocuparam suas cadeiras legislativas, bem como as organizações/partidos políticos ao qual pertenceram, e também a vinculação dessas organizações/partidos com as distintas tradições no qual o trotskismo se divide.

Os momentos em que essas organizações/partidos se fizeram presentes no parlamento estão assinalados em vermelho. O número dentro do espaço em vermelho é a quantidade de deputados que ocuparam o mandato naquele ano respectivo e as linhas mostram as ligações (dissidências) que geraram as organizações em questão. No caso brasileiro, em que majoritariamente os trotskistas exerceram seus mandatos por partidos não trotskistas, ainda agregamos a informação a respeito do partido, sendo o traço pontilhado o PT e a linha contínua o PSOL.

⁷³ A construção desses dois grupos está explicada mais à frente, no item 4.2 desta tese, mas adiantamos aqui que o grupo profissionalizado é aquele em que os deputados tiveram uma extensa carreira política e o grupo não profissionalizado é aquele em que essa carreira foi menor e mais irregular

FIGURA 3 - Deputados federais trotskistas e suas organizações no Brasil e Argentina (1988-2017)⁷⁴.

Fonte: Elaboração própria do autor.

4.1 PERFIL SOCIAL

Olhar para uma pequena fração parlamentar, marcada por uma ideologia ímpar no campo institucional, buscando as semelhanças e diferenças entre seus componentes, nos coloca no campo do estudo das elites políticas. Como afirmaram Bolognesi e Medeiros (2014, p. 100):

As investigações voltadas para a análise das elites políticas buscam, em geral, identificar os atributos (econômicos, sociais, atitudinais, profissionais, associativos, políticos) dos indivíduos que chegam aos postos de mando em

⁷⁴ Os números ao lado das linhas indicam a quantidade de deputados que cada organização/partido trotskista possuía em cada ano dentre os que estão no recorte temporal de nossa pesquisa.

uma comunidade política qualquer. De maneira muito simplificada, podemos dizer que tais estudos pretendem atingir dois objetivos, ainda que não concomitantemente: (i) estabelecer alguma relação entre as características da estrutura social e a morfologia da elite em análise e (ii) conectar os atributos dos membros de um grupo dirigente ao seu comportamento e/ou estilo político.

Mas, além de investigar certos atributos dos membros desse grupo específico, buscando a relação desses atributos com a tradição política a que pertencem, a sua origem nacional e também ao seu grau de profissionalização, também dialogaremos com uma das variáveis mais importantes dos estudos de recrutamento, as posições e recursos sociais, ou que se pode chamar também de variável “estrutural” (BOLOGNESI; MEDEIROS, 2014, p. 116). No entanto, isso será feito diferentemente do estudo citado, que buscou a outra variável, a “individual”, composta pelos cálculos e motivações dos agentes (BOLOGNESI; MEDEIROS, 2014, p. 102), que aqui não nos interessa.

Por certo, nosso trabalho também é tributário da investigação de Gaxie (2012), que assentou que

Embora a correspondência entre partidos políticos e frações de classes não deva ser entendida de modo muito estrito, existem laços muito claros entre os grandes polos que estruturam as classes superiores e as organizações políticas. (GAXIE, 2012, p. 192).

Mas, no caso específico em análise, de um pequeno grupo de deputados na ponta esquerda do espectro ideológico, o esperado é que encontremos vínculos menores com as classes superiores, e ao contrário, vínculos mais estreitos com as classes inferiores, podendo reescrever a assertiva de Gaxie (2012, p. 192), em termos da busca dos laços específicos entre os segmentos em que se estruturam as classes inferiores e o trotskismo parlamentar.

Marenco e Serna (2007), em seu estudo a respeito das diferenças de carreiras políticas na esquerda e na direita, articularam suas explicações, dentre outros elementos, na “mobilização de recursos políticos eleitorais individuais ou partidários derivados da posição social, tendo em vista a ocupação profissional e a mobilização de recursos coletivos de organizações e associações sociais” (MARENCO; SERNA, 2007, p. 93). Mesmo que não tenhamos como objetivo lançar um olhar nas carreiras *stricto sensu*, certamente esses elementos apontados pelos autores são

imprescindíveis no correto desenho do perfil social que nos permita entender a mobilização de capital eleitoral para a empreitada eleitoral.

Aliás, os autores propõem, com base nesse caminho, que se trace um quadro de condições para o ingresso na carreira política, composto por

1) origem social, ocupação profissional; 2) redes sociais e capital associativo; e 3) experiência e carreira política (período de ingresso na carreira política, filiação e fidelidade partidária, cargos ocupados). (MARENCO; SERNA, 2007, p. 94)

Quadro do qual nos apropriaremos parcialmente, com vistas à análise pretendida. Assim, nossas variáveis, construídas a partir do diálogo com os autores retro mencionados, serão: (A) ocupação profissional, (B) escolaridade, (C) capital eleitoral / associativo, (D) idade de recrutamento e tempo de filiação até o primeiro cargo.

Essas variáveis, típicas da sociologia política, nos permitem identificar clivagens sociais entre os grupos de trotskistas, entre brasileiros e argentinos, e entre profissionalizados e não profissionalizados, permitindo inferir se o perfil de recrutamento e de profissionalização diferente pode contribuir para a formatação de um grupo de maior sucesso político e mais tendente à moderação, e outro de menor sucesso e menos propenso à moderação.

Não consideramos a variável étnica (cor/raça), uma vez que que na Argentina, segundo o censo de 2010, a população afrodescendente (termo usado no censo) não chega a somar 150 mil indivíduos em uma população de mais de 40 milhões de habitantes. Além disso, os *pueblos originarios* (indígenas) não chegam a um milhão de pessoas no país. Nenhum dos deputados argentinos é integrante dessas minorias étnicas, assim como no Brasil apenas dois são negros, não sendo necessário muito esforço analítico para percebermos que tanto no Brasil quanto na Argentina, também na extrema-esquerda, as minorias raciais estão sub-representadas, mas com destaque ao Brasil, onde a população negra é mais da metade do contingente populacional e apenas dois de dezesseis parlamentares são negros, computando 12,5% dos deputados, enquanto entre os eleitos para a Câmara dos Deputados em 2014 no Brasil, por exemplo, 20,1% eram negros (CAMPOS; MACHADO, 2017, p. 127).

Damos início à análise do perfil social com a discussão de três variáveis que se combinam para indicar maior ou menor fidelidade ao trotskismo: idade de recrutamento, ano de recrutamento e tempo de investimento. Tomamos a idade de recrutamento no mesmo sentido que Marengo e Serna (2007), como um marcador de propensão à fidelidade partidária, sendo que quanto mais precoce o recrutamento, maior a chance de manutenção das ideias ao longo da vida. Também mediremos o tempo de investimento (diferença entre o ano de recrutamento e o ano do primeiro cargo eletivo, mais uma vez concordando com Marengo e Serna (2007, p. 104):

Intervalos temporais mais longos sugerem lealdades mais fortes, bem como revelam a importância das organizações partidárias como estruturas de treinamento político dos quadros que são recrutados para carreiras políticas e as oportunidades para o incremento na coesão partidária

Aqui, o pressuposto é que quanto mais tempo de intervalo entre o início do engajamento político e o primeiro cargo eletivo, maior é o tempo de socialização partidária, de estabelecimento de vínculos, de estabelecimento de lealdades pessoais e políticas com os líderes partidários, as estruturas partidárias e a ideologia partidária. Assim, em tese, quanto maior o intervalo entre o início do engajamento e a investidura em um cargo parlamentar (que tende a dotar o investido de maior poder e autonomia frente ao partido), menor a probabilidade de ruptura com esse partido ou mesmo moderação causada por efeitos externos ao próprio partido, como a profissionalização.

Por fim, no caso da comparação entre brasileiros e argentinos, será possível distinguir o ano de recrutamento, o que nos trará informações acerca do contexto político de cada país, e, principalmente, nos permitirá distinguir aqueles que foram recrutados em períodos ditatoriais ou democráticos. Isso nos indica também maior propensão à fidelidade daqueles recrutados durante períodos repressivos, já que a opção de militância política nessas condições pode representar um risco à sua própria liberdade e vida⁷⁵.

Para estabelecermos o lapso temporal em que esse risco esteve presente na Argentina, o problema é menos complexo, já que durante todo o período ditatorial os

⁷⁵ “Provavelmente, vincular-se ou manter-se vinculado a um partido sob contexto autoritário e repressivo pode ser revelador de uma adesão mais sólida e durável, em virtude dos riscos que esta militância representa, quando comparado a uma filiação partidária exclusivamente em períodos democráticos” (MARENGO; SERNA, 2007, 102).

trotskistas foram cruelmente perseguidos, presos e assassinados (MIRANDA, 2006). Já no Brasil, a ditadura teve desenvolvimento mais complexo e nuançado, mas que registrou o ápice da repressão política contra as organizações de esquerda entre 1968 e 1975 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1984, 114-116). Um importante marco na retomada das liberdades democráticas e início da abertura foi a revogação do Ato Institucional Nº 5, em 1978 (MATHIAS, 1995), e a aprovação da lei da Anistia no ano seguinte. No entanto, até 1980, ainda é possível registrar mortes de militantes de organizações de esquerda nas mãos do aparato repressivo⁷⁶. Assim, podemos considerar que quem foi recrutado até 1980 no Brasil ainda corria um grave risco e seu engajamento denotava uma profunda convicção.

Os parlamentares que ocuparam cadeiras legislativas federais no Brasil e Argentina vinculados ao trotskismo em geral iniciaram sua participação partidária no início dos anos 1980 (na média em 1983), e muito jovens, com uma mediana e uma média etária coincidentes em 23 anos. A divisão dos deputados por faixas etárias mostra uma maior concentração na faixa entre 20 e 24 anos como mais significativa. Se considerarmos que Marengo e Serna (2007, p. 101) tomaram como referência a idade de 30 anos para definir o corte a partir do qual se pode caracterizar o ingresso precoce na política, temos aqui que 21 dos 25 indivíduos tiveram entrada precoce na política, o que pode indicar maior fidelidade aos princípios partidários.

TABELA 3 - Ano, idade média de engajamento e tempo de investimento no Brasil e Argentina.

	Brasil	Argentina
Idade de recrutamento	25,3	19,6
Ano de recrutamento	1981	1986
Tempo de investimento	10	22

Fonte: elaboração própria do autor.

⁷⁶ Depois de 1980, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014) ainda registra mais quatro mortes imputadas à Ditadura Militar, sendo dois suicídios (resultado da tortura praticada contra essas pessoas em anos anteriores) e dois diretores de sindicatos de trabalhadores rurais assassinados por pistoleiros a mando de fazendeiros, envolvendo inclusive um prefeito. Sem pretender colocar em discussão a responsabilidade do Estado brasileiro em relação a essas mortes, apenas filtramos aqui o assassinato cometido pelo aparato repressivo de membros de organizações de esquerda, e com esse critério podemos afirmar que, após 1980, não existiram mais execuções de militantes de organizações de esquerda pelo fato de serem militantes de organizações de esquerda. Os últimos a serem mortos pela repressão, em razão de pertencerem a organizações de esquerda, foram dois militantes Montoneros argentinos que tentavam regressar àquele país pela fronteira brasileira na altura de Foz do Iguaçu, no ano de 1980.

Tomando agora a divisão entre brasileiros e argentinos no que se refere ao ano de recrutamento, a idade de recrutamento e ao tempo de investimento para chegarem ao primeiro posto eletivo, temos as médias expressas na tabela 3. Como visto, temos diferenças significativas entre os dois grupos nacionais em análise, com os brasileiros recrutados mais tarde e com menor tempo de investimento para chegarem ao primeiro cargo eletivo, enquanto na Argentina, a idade média de recrutamento é sensivelmente menor que no Brasil e o tempo de investimento é mais que o dobro.

O ano médio de recrutamento nos apresenta dados que remetem à história do próprio trotskismo em cada um desses países, com o início da militância dos brasileiros coincidindo com o início da organização do PT, e os argentinos com um recrutamento mais à frente, no decorrer da década de 1980, quando, após ganharem legalidade, os partidos trotskistas podiam recrutar com mais liberdade. No entanto, nesse caso, as médias escondem um dado importante, relativo à distinção do recrutamento em um período democrático ou ditatorial. Desse ponto de vista, na Argentina, 44% dos futuros deputados foram recrutados durante a última ditadura militar (1976-1983). Já no Brasil, foram recrutados antes de 1980 (data de corte para tratarmos de uma ditadura realmente repressiva contra as organizações de esquerda) apenas 25% dos futuros deputados.

TABELA 4 - Ano, idade média de engajamento e tempo de investimento de acordo com as distintas tradições trotskistas.

	Mandelismo	Morenismo	Altamira	Lambertismo
Idade de recrutamento	26,1	20,9	17,3	39
Ano de recrutamento	1981	1983	1989	1980
Tempo de investimento	11,5	16,9	20	11

Fonte: Elaboração própria do autor.

Ao observarmos essas mesmas variáveis em função das distintas tradições do trotskismo, temos o resultado apresentado na tabela 4 evidenciando o recrutamento mais precoce entre os seguidores de Altamira, seguido dos morenistas, enquanto o recrutamento mais recuado no tempo ocorre entre os mandelistas

(ignorando aqui o lambertismo, com uma só deputada). E aqueles com maior tempo de investimento são os altamiristas, com os mandelistas na outra extremidade.

No que se refere à divisão dos deputados em profissionalizados e não profissionalizados, o ano médio de recrutamento, a idade média de recrutamento e o tempo de investimento estão expostos na tabela 5.

TABELA 5 - Ano, idade média de engajamento e tempo de investimento, segundo a profissionalização.

Capital / associativismo	Profissionais	Não profissionais
Idade de recrutamento	26,0	20,2
Ano de recrutamento	1982	1984
Tempo de investimento	10,9	19,1

Fonte: Elaboração própria do autor.

Se o ano de recrutamento não apresenta grande discrepância, a idade média de recrutamento mostra sensível diferença, com os não profissionalizados recrutados muito mais cedo, em idade compatível com os estudos de graduação, enquanto os profissionalizados, mais tarde. E em relação ao tempo de investimento, temos que os não profissionais esperam quase o dobro de tempo em relação aos profissionais para terem acesso ao primeiro cargo eletivo.

Temos então, como resumo dessas primeiras variáveis, que são indicadores de lealdade, em um polo de maior lealdade, os argentinos, altamiristas e não profissionalizados. Em outro polo, de menor lealdade, temos os mandelistas, brasileiros e profissionalizados.

Traço comum aos deputados trotskistas brasileiros e argentinos é que, rigorosamente, todos ingressaram no ensino superior. Isso é um traço importante do perfil desses deputados, que reforça a ideia de que “a educação superior se constitui numa das mais importantes credenciais para se ter acesso aos postos de elites nas democracias ocidentais” (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009, p. 308).

No entanto, sete (29%) parlamentares não concluíram seus cursos até o ingresso em seu primeiro mandato, que é nosso momento de referência para essa análise. Dois parlamentares concluíram dois cursos superiores antes do primeiro mandato. A predominância dos formados em Direito (35% do total de cursos

concluídos) está em consonância com a ampla bibliografia que identifica essa formação prévia como requisito facilitador do ingresso e permanência na carreira política. Na sequência, Ciências Sociais/Sociologia, História e Engenharia Mecânica apresentam alguma relevância (30% dos cursos concluídos).

Ao organizarmos os cursos concluídos por área do conhecimento⁷⁷, percebemos a clara predominância da formação jurídica, seguida pela área de humanidades, dentre os cursos concluídos. Do ponto de vista da dependência administrativa, os cursos foram concluídos majoritariamente (74%) em instituições de ensino superior mantidas pelos governos federais de Brasil e Argentina (nenhum em instituições estaduais ou provinciais), e apenas 26% em instituições não públicas.

Considerando agora as diferentes tradições em que se divide o trotskismo, passaremos para a análise da conclusão ou não do curso superior (informação sistematizada na tabela 6), onde percebe-se que existe uma sensível diferença. Por um lado, mandelistas e morenistas apresentam a mesma taxa de conclusão do ensino superior (80%), enquanto nenhum dos militantes do *Partido Obrero* (Altamira) que chegaram ao parlamento concluiu esse grau de ensino. Já a única deputada pertencente ao lambertismo concluiu o ensino superior.

TABELA 6 - Escolaridade, de acordo com as diversas tradições trotskistas.

Tradição	Sup. Completo	Sup. Incompleto
Mandelismo	80%	20%
Morenismo	80%	20%
Lambertismo	100%	---
Altamira	---	100%

Fonte: Elaboração própria do autor.

Do ponto de vista nacional, o Brasil apresenta um percentual maior de concluintes do ensino superior do que a Argentina, como se vê na tabela 7, mesmo que em ambos os países os concluintes de curso superior sejam maioria.

⁷⁷ Organizamos as áreas do conhecimento, tanto no Brasil quanto na Argentina de acordo com a Capes, na tabela disponível no endereço <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>

TABELA 7 - Escolaridade no Brasil e Argentina

	Sup. Completo	Sup. Incompleto
Brasil	75%	25%
Argentina	67%	33%

Fonte: Elaboração própria do autor.

Quando a divisão é entre profissionalizados e não profissionalizados, a situação é a retratada pela tabela 8.

TABELA 8 – Escolaridade, segundo a profissionalização.

	Sup. Completo	Sup. Incompleto
Profissionalizado	69%	31%
Não profissionalizado	75%	25%

Fonte: Elaboração própria do autor.

Aqui, percebemos que as diferenças são pequenas, com uma leve vantagem na conclusão do ensino superior para os não profissionalizados, mesmo que em números absolutos, a quantidade de concluintes de curso superior entre profissionalizados e não profissionalizados seja igual (nove), e a diferença entre os que possuem superior incompleto seja de apenas um indivíduo.

Em resumo, quando levamos em consideração a conclusão ou não de um curso superior, temos, de um lado, lambertistas, morenistas e mandelistas e brasileiros conformando um polo, e, de outro lado, altamiristas e argentinos. Não sendo relevante aqui a profissionalização ou não.

No que se refere à ocupação prévia, primeiramente é importante fazermos uma observação: 13 dos 25 parlamentares estavam no exercício de mandatos sindicais ou na condição de dirigentes partidários, vivendo remunerados pelo partido quando de sua primeira eleição. Ou seja, mais da metade dos parlamentares não estava exercendo a ocupação prévia que iremos analisar. Ainda assim, a ocupação é importante, pois indica a vinculação social desses indivíduos, o que já foi ressaltado por Marenco e Serna (2007, p. 95):

O status ocupacional constitui uma variável muito relevante para comparar a origem e a classificação das posições sociais das elites políticas. A posição social dos políticos no âmbito do trabalho e da produção é tanto uma fonte de estratificação social no acesso à riqueza material e ao bem-estar social, como uma fonte para a legitimação de classificações hierárquicas do capital social.

Isso também vai na mesma direção do estudo clássico de Rodrigues (2002, p. 11), que afirma que há uma relação consistente e coerente entre os meios sócio-ocupacionais de recrutamento partidário e as orientações político-programáticas dos partidos na escala ideológica direita-centro-esquerda.

Para fazermos a identificação e agregação das ocupações, partimos do já mencionado trabalho de Rodrigues (2002, p. 206-209) e fizemos a junção de algumas categorias, de modo a produzir agregados mais significativos, dado o número de casos (N) reduzido de nossa pesquisa. Assim, classificamos o que Rodrigues (2002) chama de “Empregados não manuais em serviços” (no nosso caso, bancários, auxiliar administrativo e telefônico), conjuntamente com os “Trabalhadores industriais qualificados” (no nosso caso, metalúrgicos e operário gráfico) e “Funcionários públicos” (que, no nosso caso, é apenas uma ocorrência de alguém que trabalha em funções administrativas semelhantes ao auxiliar administrativo), produzindo a categoria por nós nominada como “Trabalhadores de nível médio”. Uma segunda categoria foi produzida a partir da junção do que Rodrigues (2002) chama de “Profissionais Liberais” (no nosso caso, advogados e um médico) com “Profissões Intelectuais” (no nosso caso, uma estilista e uma psicóloga), produzindo a categoria “Profissionais liberais e intelectuais”. Deixamos os professores, seja do magistério superior ou da educação básica, em uma categoria separada, assim como também faz Rodrigues (2002), de modo a evidenciar a importância desse meio de recrutamento. Chamamos essa categoria de “Magistério”. Por fim, criamos uma nova categoria, para dar conta da realidade que se apresentou e sem correspondência com o trabalho de Rodrigues (2002), chamada de “Estudantes”, uma vez que essa condição ocupacional específica não nos pareceu corresponder a nenhuma das anteriores.

Do ponto de vista da ocupação prévia ao mandato parlamentar, considerando as profissões exercidas antes do exercício do mandato ou da condição de dirigente partidário profissionalizado, do ponto de vista da divisão nacional, as ocupações se apresentam conforme a tabela 9.

TABELA 9 - Ocupações dos deputados no Brasil e Argentina.

Ocupação	Brasil	Argentina
Trabalhadores de Nível Médio (N=11)	50%	33%
Profissionais liberais e intelectuais (N=06)	13%	44%
Magistério (N=5)	25%	11%
Estudantes (N=3)	13%	11%

Fonte: Elaboração própria do autor.

Dentre as ocupações de nível médio que predominam no Brasil, destaca-se a de bancário, que possuindo um sindicalismo ativo, foi espaço de recrutamento de pelo menos metade dos deputados brasileiros. Já na Argentina, destacam-se as profissões intelectuais e liberais, com destaque para os advogados.

Já do ponto de vista das distintas tradições em que o trotskismo se apresenta, as ocupações dividem-se da maneira expressa na tabela 10.

TABELA 10 - Ocupações dos deputados, de acordo com as diversas tradições trotskistas.

Ocupação	Mandelismo	Morenismo	Altamirismo	Lambertismo
Trabalhadores de Nível Médio (N=11)	60%	27%	67%	---
Profissionais liberais e intelectuais (N=06)	20%	36%	---	---
Magistério (N=5)	20%	18%	---	100%
Estudantes (N=3)	---	18%	33%	---

Fonte: Elaboração própria do autor.

Aqui, é possível notar que as ocupações de nível médio são as mais predominantes no altamirismo e no mandelismo, com destaque para os bancários entre os mandelistas, em contraste com os morenistas que apresentam como ocupação mais recorrente as profissões liberais e intelectuais, com destaque para os advogados.

Quando o recorte é relativo ao grupo profissionalizado e não profissionalizado, as ocupações se dividem da maneira como a expressada na tabela 11.

TABELA 11 - Ocupações dos deputados, de acordo com a profissionalização.

Ocupação	Profissional	Não profissional
Trabalhadores de Nível Médio (N=11)	46%	42%
Profissionais liberais e intelectuais (N=06)	15%	33%
Magistério (N=5)	23%	17%
Estudantes (N=3)	15%	8%

Fonte: Elaboração própria do autor.

Percebe-se que a principal distinção entre o grupo profissionalizado e não profissionalizado está na grande diferença da presença de profissionais liberais e intelectuais. De maneira divergente da maior parte da literatura, que aponta as profissões liberais como propensas ao recrutamento de políticos profissionais, na nossa amostra, ao contrário, o grupo dos não profissionais possui uma quantidade maior de profissionais liberais e intelectuais do que o grupo profissionalizado. Se observarmos o detalhamento dessa categoria, temos que os três advogados da amostra estão entre os não profissionalizados e são argentinos.

Das profissões em questão, nota-se que são aquelas com sindicatos relativamente fortes e ativos no período analisado que mais forneceram parlamentares para a extrema esquerda. Bancários, professores e metalúrgicos são importantes atores no movimento sindical brasileiro e argentino. Dentre os quatro professores, por exemplo, todos estavam afastados da sala de aula como dirigentes sindicais quando de sua primeira eleição. Ainda o movimento estudantil, também tradicional lugar de recrutamento da esquerda no Brasil e Argentina, foi o lugar de ascensão de três parlamentares.

Nesse quesito, as conclusões não fogem muito do já assentando na literatura a respeito da origem ocupacional. Marengo e Serna (2007, p. 93-94), por exemplo, afirmam que

os partidos à esquerda, de origem ideológica e mais longevos, recrutam suas bancadas predominantemente no setor público, na classe média assalariada,

entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais (...)

O balanço geral da distribuição das ocupações desenha dois grupos distintos, um profissionalizado, brasileiro, mandelista e de ocupações de nível médio e outro, não profissionalizado, argentino, morenista e de ocupações liberais e intelectuais.

Quando falamos de parlamentares trotskistas, certamente a participação associativa não pode estar ausente como variável, uma vez que 23 dos 25 indivíduos, no Brasil e Argentina, possuem atividade associativa prévia a suas eleições. Os dois que não possuíam atividade associativa no momento de sua primeira eleição tiveram essa participação anteriormente, no movimento estudantil, mas se elegem fundamentalmente por conta de seu capital partidário, ou seja, do lugar que ocupavam na estrutura partidária, que os levou a galvanizarem apoio, seja para suas campanhas, seja para ocupar o primeiro lugar na lista partidária, no caso argentino, de modo que classificaremos esses indivíduos como possuidores de capital partidário.

Mesmo que capital eleitoral e participação associativa sejam ideias distintas, trataremos ambas aqui como equivalentes, uma vez que a participação associativa é, no caso específico desses parlamentares, convertida também em capital eleitoral fundamental para suas primeiras eleições. Assim, é indiferente para nós que eles mobilizem capitais de ordens diferentes, como o associativo ou o partidário, para suas eleições, uma vez que ambos resultam o mesmo efeito, qual seja, a sua eleição para o primeiro cargo legislativo.

A importância da mobilização desse tipo de recurso já foi discutida na literatura concernente, como exemplifica esta passagem de Marengo e Serna (2007, p. 97):

A mobilização de recursos associativos representa um tipo de capital social que pode ser encontrado nas trajetórias de acesso ao poder político de dirigentes e representantes partidários. Isso pode ser entendido como um mecanismo de estabelecimento de redes sociais e organizações de representação coletiva ligada a interesses e questões sociais.

Tomando a divisão entre brasileiros e argentinos em relação ao capital eleitoral/associativo, temos o que nos mostra a tabela 12.

TABELA 12 - Associativismo e capital mobilizado para a primeira eleição, por país.

Capital / associativismo	Brasil	Argentina
Sindicalismo (N=16)	76%	33%
Direitos humanos (N=4)	---	44%
Movimento Estudantil (N=3)	12%	11%
Partido (N=2)	6%	11%
Parental (N=1)	6%	---

Fonte: Elaboração própria do autor.

Aqui, temos uma clara diferença entre os capitais mobilizados no Brasil e Argentina. Enquanto no Brasil predomina o sindicalismo, na Argentina, os diferentes movimentos em defesa dos direitos humanos foram o lugar de ascensão de 44% dos parlamentares.

Os contextos históricos e políticos distintos de Brasil e Argentina podem oferecer uma explicação para essa distinção. Enquanto na Argentina os partidos pelos quais os trotskistas se elegeram possuem uma influência apenas marginal no movimento sindical, dominado pelo peronismo⁷⁸, a situação é diversa no Brasil, em que o Partido dos Trabalhadores, por onde elegeram-se quase todos os trotskistas brasileiros, é o partido com mais simpatizantes no movimento sindical, tendo no sindicalismo, inclusive, uma de suas bases fundacionais.

Por outro lado, a Argentina possui um importante movimento ligado à defesa dos direitos humanos, cuja maior expressão são as *Madres de la Plaza de Mayo*, que levou centenas de torturadores aos tribunais, e que ainda mobiliza considerável parcela da opinião pública argentina, como demonstram os protestos de maio de 2017 (CUÉ, 2017). Já no Brasil, onde os torturadores foram anistiados ao final da ditadura militar, os movimentos de direitos humanos não apresentam a mesma dinâmica do país vizinho.

Note-se que a tabela 12, que expõe o resumo desses capitais, apresenta a soma de 26 ocorrências, posto que uma parlamentar agregou em sua primeira eleição tanto os capitais provenientes do movimento estudantil quanto o que classificamos

⁷⁸ Que na esfera política é o canal privilegiado de participação política dos sindicalistas. Sobre esse tema deixamos indicado Armelino (2017).

como capital parental, posto que é filha de um político que, à época de sua primeira eleição, emprestou prestígio à sua candidatura (GENRO, 2017).

Do ponto de vista das diferentes tradições em que o trotskismo se divide, os distintos capitais mobilizados para a primeira eleição de cada parlamentar apresentam-se como expresso na tabela 13.

TABELA 13 - Capital eleitoral de acordo com as distintas tradições trotskistas.

Capital / associativismo	Mandelismo	Morenismo	Altamira	Lambertismo
Sindicalismo (N=16)	90%	33%	67%	100%
Direitos humanos (N=4)	---	33%	---	---
Mov. Estudantil (N=3)	---	17%	33%	---
Partido (N=2)	10%	8%	---	---
Parental (N=1)	---	8%	---	---

Fonte: Elaboração própria do autor.

A análise da variável de acordo com as tradições trotskistas mostra o amplo predomínio dos sindicalistas no mandelismo, a pluralidade de capitais mobilizados no morenismo (mas com destaque para o sindicalismo e Direitos Humanos) e o predomínio do sindicalismo junto aos seguidores de Altamira.

Por fim, na variável capital eleitoral, nos resta verificar como fica a distribuição do ponto de vista do grupo profissionalizado e não profissionalizado. É o que nos mostra a tabela 14.

TABELA 14 - Associativismo e capital mobilizado para a primeira eleição de acordo com a profissionalização.

Capital / associativismo	Profissionais	Não profissionais
Sindicalismo (N=16)	71%	50%
Direitos humanos (N=4)	---	33%
Movimento Estudantil (N=3)	14%	8%
Partido (N=2)	8%	8%
Parental (N=1)	4%	---

Fonte: Elaboração própria do autor.

Como se percebe, o capital eleitoral vinculado ao sindicalismo é um grande impulso para eleição de todos os parlamentares, mas apresenta mais importância em relação aos profissionalizados. Por outro lado, a participação em movimento de Direitos Humanos foi um capital que impulsionou a eleição de alguns parlamentares, mas não levou nenhum à profissionalização.

No que tange ao capital eleitoral e participação associativa, temos um polo de sindicalistas, mandelistas e brasileiros, de um lado, e outro polo, de não profissionalizados, altamiristas e morenistas argentinos, de outro lado.

Sistematizando os dados biográficos levantados, o perfil dos deputados trotskistas brasileiros e argentinos é o que se contempla no quadro 4.

QUADRO 4 - Resumo das diferenças entre deputados trotskistas brasileiros e argentinos.

	Brasil	Argentina
Idade de recrutamento	25	19
Tempo até o 1º cargo	10	22
Escolaridade	Superior completo	Superior completo
Ocupação prévia	Trab. Nível médio	Prof. Liberais e intelectuais
Capital eleitoral / associativismo	Sindicalismo	Direitos Humanos

Fonte: Elaboração própria do autor.

Quando separamos os deputados de acordo com as tradições a que pertencem dentro do trotskismo, temos a configuração expressa no quadro 5, que desenha grupos de deputados com algumas particularidades, do ponto de vista das suas características sociais e de recrutamento.

QUADRO 5 - Resumo das diferenças entre os deputados das diferentes tradições trotskistas.

	Mandelismo	Morenismo	Altamira	Lambertismo
Idade de recrutamento	26	20	17	39
Tempo até o 1º cargo	11,5	16,9	20,0	11
Escolaridade	Superior completo	Superior completo	Superior incompleto	Superior completo
Ocupação prévia	Trab. Nível médio	Profis. Liberais e intelectuais	Trab. Nível médio	Magistério
Capital eleitoral / associativismo	Sindicalismo	Sindicalismo / Direitos Humanos /	Sindicalismo	Sindicalismo

Fonte: Elaboração própria do autor.

Essa análise, no entanto, não pode ser refém unicamente dos dados biográficos, ignorando o contexto social, histórico e político no qual está inserida a extrema esquerda nesses dois países e que ajuda a explicar as diferenças constatadas. No caso brasileiro, a fundação do Partido dos Trabalhadores e a unificação da extrema esquerda no seu interior durante muito tempo garantiu aos trotskistas um canal eficiente de eleição de seus parlamentares, desenhando também um perfil de elite parlamentar próximo do perfil petista, principalmente no que se refere ao capital eleitoral mobilizado (participação sindical), gerando um conjunto de deputados de extrema-esquerda muito mais homogêneo do que no caso argentino. Assim, no caso brasileiro, não é grande a diferença entre mandelistas e morenistas.

A Argentina, por sua vez, não viu nascer um partido que unificasse a esquerda e a extrema esquerda no final da ditadura militar daquele país. Os grupos trotskistas compuseram uma série de partidos próprios pelos quais lançaram seus candidatos, partidos que correspondiam a tradições de longa data no trotskismo argentino, e que geraram elites parlamentares bastante diversas, se comparamos morenistas e altamiristas.

Lembremos que deputados mandelistas só existem no Brasil, enquanto altamiristas somente na Argentina, e morenistas, em ambos os países. Assim, é possível usar os morenistas como “grupo de controle”, que comprova que a dinâmica nacional importa mais na conformação do perfil social dessa elite parlamentar do que

o fator ideológico, em que pese, na Argentina, em razão das suas particularidades nacionais, as diferenças sejam importantes.

Por fim, do ponto de vista da divisão entre profissionalizados e não profissionalizados, compuseram-se dois grupos com as características gerais conforme expresso no quadro 6:

QUADRO 6 - Resumo das diferenças entre deputados profissionalizados e não profissionalizados.

	Profissionalizados	Não profissionalizados
Idade de recrutamento	26	20
Tempo até o 1º cargo	10	19
Escolaridade	Sup. Completo	Sup. Completo
Ocupação prévia	Trab. Nível médio	Trab. Nível médio
Capital eleitoral / associativismo	Sindicalismo	Sindicalismo

Fonte: Elaboração própria do autor.

Percebemos aqui que os grandes traços distintivos entre os grupos profissionalizado e não profissionalizado estão na idade de recrutamento e tempo de investimento. Essa diferença indica que o grupo profissionalizado pode apresentar menos fidelidade ao trotskismo, o que pode compor a explicação do seu próprio sucesso na carreira política.

4.2 CARREIRAS PARLAMENTARES

Os parlamentares analisados possuem em comum o fato de pertencerem a organizações e/ou partidos trotskistas durante o exercício de seus mandatos parlamentares nas respectivas Câmaras Baixas do Brasil e Argentina. Alguns chegaram aos mandatos federais por outras organizações políticas que não as trotskistas, outros abandonaram o trotskismo durante o mandato. Uns permaneceram em suas organizações e não se reelegeram, outros tiveram melhor sorte. No entanto, o traço comum que individualiza nosso objeto é o fato de terem exercido, ao menos em parte, seus mandatos federais vinculados a uma organização trotskista.

Nesse sentido, os parlamentares objeto da pesquisa, bem como suas trajetórias parlamentares, estão detalhados no quadro 7. Os dados se referem aos

mandatos exercidos por esses parlamentares apenas enquanto eram aderentes a alguma organização trotskista, ignorando os cargos antes de sua adesão (caso existam), ou posteriores ao seu desligamento do trotskismo (caso isso tenha acontecido e eles tenham permanecido ocupando cargos parlamentares).”

QUADRO 7 - Deputados trotskistas e carreira parlamentar enquanto trotskistas no Brasil e Argentina.

Parlamentar	Vereador	Dep Estadual	Dep federal	Estado	Partido (Organização)	
Raul Pont	0	1	1	RS	PT (DS)	Brasil
Dr. Rosinha	0	2	2	PR	PT (DS)	
João Grandão	1	0	2	MS	PT (DS)	
Ana Corso	2	0	1	RS	PT (DS)	
Ana Júlia	1	0	1	PA	PT (DS)	
Tarcísio Zimmerman	0	0	2	RS	PT (DS)	
Walter Pinheiro	1	0	3	BA	PT (DS)	
Avenzoá Arruda	1	0	1	PB	PT (DS)	
Orlando Desconsi	0	0	2	RS	PT (DS)	
Miguel Rosseto	0	0	1	RS	PT (DS)	
Babá	1	2	2	PA / RJ	PT (CST) - PSOL (CST)	
Luciana Genro	0	2	2	RS	PT (CST-MES) - PSOL (MES)	
Cyro Garcia	0	0	1	RJ	PT (CS) - PSTU	
Ernesto Gradella	1	0	1	SP	PT (CS)	
Lindemberg Farias	0	0	1	RJ	PSTU	
Maria Laura	0	0	1	DF	PT (OT)	
Luiz Zamora	0	0	1	Buenos Aires	MAS	Argentina
Nicolás Del Caño	0	0	1	Mendoza	PTS	
Mirian Bregman	0	0	1	Buenos Aires	PTS	
Nathalia Ines G. Seligra	0	0	1	Buenos Aires	PTS	
Juan Carlos Giordano	0	0	1	Buenos Aires	Izquierda Socialista	
Patricia Walsh	0	0	1	Buenos Aires	MST	
Pablo Sebastian Lopez	0	2	1	Salta	PO	
Nestor Pitrola	0	0	2	Buenos Aires	PO	
Soledad Souza	0	0	1	Mendoza	PO	

Fonte: Elaboração própria do autor.

Considerando os países que investigamos, o grupo mais numeroso é aquele de deputados que se elegeram pela corrente interna do Partido dos Trabalhadores brasileiro chamada Democracia Socialista (DS) e que se alinha com o mandelismo, em número de 10. O segundo grupo mais numeroso é composto pelos deputados que pertencem a organizações morenistas brasileiras (Convergência Socialista, Corrente Socialista dos Trabalhadores, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado e Movimento de Esquerda Socialista), em número de 5. Outro grupo de deputados com igual número de 5 é aquele composto pelas organizações morenistas argentinas

(*Movimiento al Socialismo, Partido de los Trabajadores Socialistas, Izquierda Socialista e Movimiento Socialista de los Trabajadores*). Outro grupo são os deputados eleitos pelo *Partido Obrero*⁷⁹ argentino, totalizando 3 deputados. Por fim a corrente “O Trabalho”, de filiação lambertista elegeu neste período uma deputada. Assim, se agruparmos os deputados por suas filiações internas ao trotskismo temos a situação descrita pela tabela 15.

TABELA 15 - Mandatos de deputados federais de acordo com a tradição trotskista a qual estão vinculados.

	Brasil		Argentina		Total	
	Deputados	Mandatos	Deputados	Mandatos	Deputados	Mandatos
Mandelistas	10	16	00	00	10	16
Morenistas	05	07	06	06	11	13
Altamira	00	00	03	04	03	04
Lambertistas	01	01	00	00	01	01
Total	16	24	09	10	25	34

Fonte: Elaboração própria do autor

Se tomarmos o conceito de carreira política como a sucessão de cargos eletivos ocupados em um espaço temporal, temos que voltar aos dados apresentados no quadro 7 para apresentarmos algumas conclusões preliminares. Primeiramente, a de que apenas um deputado galgou desde o início todos os cargos parlamentares possíveis, iniciando sua carreira como vereador, passando a deputado estadual, depois federal e, finalmente, senador. Do total de parlamentares, 13 iniciaram sua carreira diretamente na Câmara dos Deputados, sendo que, na Argentina, apenas um não o fez dessa maneira.

Assim, temos, do ponto de vista da carreira parlamentar, dois grupos distintos: aqueles que iniciaram diretamente sua carreira na Câmara dos Deputados, que são seis no Brasil e nove na Argentina, e aqueles que galgaram algum cargo (seja de vereador ou deputado estadual) antes de chegarem ao legislativo federal, que são em número de dez no Brasil e um na Argentina.

⁷⁹ Capitaneado por Jorge Altamira.

Se já vimos que a conjugação entre tempo e remuneração vinculados à política são definidores da profissionalização, podemos, grosso modo, dividir os deputados em análise em dois grupos. Um deles formado por aqueles que já estavam em processo de profissionalização (ou profissionalizados) antes de chegarem ao mandato federal (dez no Brasil e um na Argentina), e outro por aqueles que iniciam sua profissionalização no mandato federal (seis no Brasil e nove na Argentina).

Para o primeiro grupo (dos que possuíam mandato anterior ao de deputado federal), a média de anos de carreira, considerando todo o tempo de carreira parlamentar, seja como parlamentar trotskista ou não, é de 17,6 anos, enquanto para o segundo grupo, que teve como primeiro mandato o de parlamentar federal, a média é bem menor, de apenas 5,85 anos. Se excluirmos do segundo grupo os parlamentares ainda no exercício do mandato, e que podem ou não ter uma longa carreira pela frente, ainda assim temos uma média de carreira total inferior ao primeiro grupo, de apenas 6,9 anos. O resultado do teste de correlação de Pearsons obtido entre o tempo total de carreira e o tempo de mandato anterior ao mandato federal é de 0,616, indicando uma correlação positiva moderada entre as duas variáveis.

Mas tomar apenas a carreira pregressa ao cargo de deputado federal como indicador de maior profissionalização, resultando em possível maior moderação, deixa de lado um conjunto de experiências pelas quais os deputados em análise passam ao longo de toda sua carreira (antes, durante e depois do mandato de deputado). Mesmo que a correlação entre carreira pregressa e tempo total de carreira seja um indicador importante, pensamos que é possível uma análise mais abrangente. Os mecanismos de continuidade da carreira política apontados por Alcántara (2006, p. 148) são a participação em processos eleitorais, com a consolidação de uma carreira representativa, nomeação para cargos de confiança, com a diminuição da autonomia, e uma combinação dos dois casos anteriores. Levando em conta essa proposição, e para não ficarmos reféns apenas do indicador “carreira pregressa”, construímos uma escala de profissionalização levando em conta o conjunto da carreira política de cada parlamentar, tomando como componentes dessa escala as seguintes ocorrências com as seguintes mensurações:

- a- Ocupou o cargo de vereador antes do mandato federal? Se ocupou, atribuímos 0,8 pontos, independentemente do tempo ou quantidade de mandatos. Se não ocupou, nenhuma pontuação é atribuída. Esse quesito

nos permite pontuar a existência de carreira pregressa a de deputado federal.

- b- Ocupou cargo de deputado estadual antes do mandato de deputado federal? Se sim, atribuímos 0,9 pontos, independentemente da quantidade ou duração dos mandatos. Se não ocupou, nenhum ponto é atribuído. Esse quesito também permite valorar a carreira pregressa, diferenciando ainda o cargo estadual do municipal, com mais peso para o primeiro (estadual).
- c- Quando deputado federal obteve reeleição? Se obteve, atribuímos um ponto para cada reeleição. Esse quesito permite valorizar a recondução do parlamentar que obteve sucesso em permanecer como deputado federal.
- d- Por quantos anos ocupou o cargo de deputado federal? Atribuímos 0,1 pontos para cada ano de mandato. Esse quesito permite diferenciar aqueles que cumpriram mandatos inteiros daqueles que assumiram na condição de suplentes e também atribuir mais valor àqueles que obtiveram mais mandatos.
- e- Foi vice-prefeito depois do mandato federal? Se foi, recebe 0,5 pontos, premiando a continuidade da carreira, mas com valor mais reduzido, uma vez que ocupar a vice-prefeitura não representa uma ascensão na carreira.
- f- Foi prefeito depois do mandato federal? Se foi, recebe um ponto, igualando a pontuação por reeleição, uma vez que o posto principal no executivo municipal não pode ser tomado como descenso na carreira política.
- g- Foi vice-governador depois do mandato federal? À semelhança da vice-prefeitura, também pontuamos a ocupação desse cargo, mas para diferenciá-lo do de vice-prefeito, atribuímos 0,6 pontos.
- h- Foi Governador de Estado após o mandato de deputado federal? Se foi, atribuímos dois pontos, premiando essa ascensão na carreira.
- i- Foi senador após o mandato de deputado federal? Em caso positivo, atribuímos 2 pontos, por tratar-se também de uma ascensão.
- j- Foi Ministro de Estado após o mandato federal? Em caso positivo, foi atribuído 1,5 pontos, por se tratar de uma ascensão relativa na carreira.
- k- Foi secretário de estado após o mandato federal? Se sim, atribuímos 0,5 pontos para premiar a continuidade da carreira, mas com menos peso que o de Ministro de Estado, considerando aqui um relativo descenso.

- l- Ocupou cargo de terceiro escalão nos âmbitos federal ou estadual? Em caso positivo, atribuímos 0,2 pontos indicando a continuidade da carreira, mas com uma forte perda de autonomia.
- m-Foi deputado estadual depois do mandato federal? Em caso positivo, atribuímos 0,3 pontos, indicando um descenso na carreira, em que pese a continuidade.
- n- Foi Vereador depois do mandato federal? Em caso de registro da ocorrência, atribuímos 0,2 pontos, indicando a continuidade e descenso na carreira.
- o- Anos de mandatos eletivos. Atribuímos 0,1 ponto para cada ano de exercício de mandatos eletivos, de modo a premiar as carreiras mais longevas no plano representativo. Para valorizar ainda mais esse aspecto, que denota a conquista e permanência em cargos eletivos com mais autonomia, multiplicamos o resultado por 1,5, de modo a acrescer 50% na pontuação, principalmente para contrastar com o item “p”, especificado a seguir.
- p- Anos de carreira total. Atribuímos 0,1 ponto para cada ano de carreira, considerando tanto os cargos representativos quanto aqueles obtidos por nomeação. Esse quesito premia a longevidade total da carreira, mas com um peso menor do que o item “o”.

A tabela completa encontra-se no Apêndice desta tese. Mas ainda é preciso ressaltar que a escala por nós elaborada não pretende ser uma medida universal de profissionalização, uma vez que a presença ou ausência de quesitos pontuados foi definida tendo em vista a carreira desses deputados em particular. Assim, por exemplo, não existe pontuação para um cargo de secretário estadual antes do cargo de deputado federal, pois nenhum dos deputados de nossa amostra ocupou esse cargo antes da eleição para deputado federal. Portanto, essa escala se presta a comparar a carreira de uns com outros, considerando os deputados que são objeto de nossa pesquisa, permitindo aferir quais são mais ou menos profissionalizados no decorrer de suas carreiras, sem expressar uma medida universal de profissionalização.

QUADRO 8 - Escala de profissionalização e relação com o trotskismo.

Deputado	Valor	Vinculação ao trotskismo
Nathalia Ines Gonzalez Seligra	0,35	Permanência
Juan Carlos Giordano	0,35	Permanência
Cyro Garcia	0,70	Permanência
Nicolás Del Caño	0,70	Permanência
Mirian Bregman	0,70	Permanência
Soledad Souza	0,70	Permanência
Patrícia Walsh	2,40	Ruptura
Nestor Pitrola	2,40	Permanência
Luiz Zamora	2,80	Ruptura
José Avenzoár Arruda	3,20	Permanência
Pablo Sebastian Lopez	4,30	Permanência
Ernesto Gradella	5,30	Permanência
Maria Laura Sales Pinheiro	5,65	Ruptura
Ana Corso	5,70	Ruptura
Orlando Desconsi	5,80	Ruptura
Miguel Rosseto	5,90	Ruptura
Luciana Genro	6,70	Permanência
João Grandão	6,85	Ruptura
Lindemberg Farias	8,35	Ruptura
Tarcísio Zimmerman	8,75	Ruptura
Babá	8,80	Permanência
Raul Pont	9,10	Ruptura
Ana Júlia Carepa	10,90	Ruptura
Dr. Rosinha	13,30	Ruptura
Walter Pinheiro	13,80	Ruptura

Fonte: Elaboração própria do autor.

O quadro 8 apresenta o resultado final da escala, relacionando ainda a medida de profissionalização com a permanência da filiação do deputado ao trotskismo durante toda essa carreira, ou ao contrário, a ocorrência de uma ruptura com o trotskismo durante a carreira.

Os dados da tabela permitem afirmar que existe relação entre a permanência ou não no trotskismo e a maior ou menor profissionalização política, de forma que quanto mais profissionalizado, menor é a possibilidade de permanecer fiel ao trotskismo, e ao contrário, quanto mais profissionalizado, maior a chance de abandonar o trotskismo. O teste de correlação de Pearsons indicou uma correlação positiva moderada (0,611) entre essas duas variáveis (profissionalização e moderação). Ou em outros termos, a maior profissionalização pode significar maior moderação, conforme nossa hipótese inicial.

Ao observarmos os resultados expressos no quadro 8, podemos notar que um grupo de parlamentares, em número de seis, não alcança sequer um ponto de profissionalização. Esse primeiro grupo é composto principalmente pelos parlamentares argentinos que estavam no mandato até 2017, ou que tinham acabado de abandonar suas cadeiras parlamentares. Por força do sistema de rodízio adotado pelos parlamentares argentinos da *Frente de Izquierda y de los Trabajadores*, esses indivíduos não chegam a completar um mandato inteiro de quatro anos em seus cargos. Um deputado brasileiro, que era suplente e foi alçado à legislatura, também está nesse grupo. Traço unificador desse grupo é também a ausência de carreira anterior ao mandato de deputado federal. Em comum ainda, todos esses deputados mantiveram vinculação ao trotskismo durante toda sua carreira.

O segundo grupo é formado por parlamentares que alcançaram valores de profissionalização maiores que 1, mas menores que 5. Nesse grupo, os parlamentares chegam a completar um mandato inteiro na cadeira de deputados, alguns voltando a ser eleitos após um intervalo sem mandato, ou possuem uma carreira em descenso, ocupando cargos mais baixos. Dos cinco parlamentares desse grupo, dois romperam com o trotskismo ao longo de suas carreiras, enquanto outros três permaneceram fiéis ao longo de toda sua trajetória.

O terceiro grupo é formado por parlamentares com valor de profissionalização maior que 5, mas menor que 8, compondo um grupo que em sua maioria possuiu carreira anterior a de deputado federal. Quase todos exerceram mais de um mandato federal e cargos no executivo, sejam eletivos ou nomeados. Nesse grupo, formado

por sete parlamentares, apenas dois permaneceram vinculados a organizações trotskistas durante toda sua carreira, enquanto outros cinco acabaram se desvinculando.

Por fim, o quarto e último grupo, formado por parlamentares que alcançaram valor de profissionalização maior do que 8 até 13,8, é composto por sete elementos. Cinco tiveram carreira pregressa antes do parlamento federal. Cinco também contaram com passagens pelo executivo em cargos eletivos ou nomeados, ou eventualmente nessas duas condições. Aqui, encontramos também os três únicos que chegaram ao Senado e a única que chegou a um cargo de governadora. No topo da profissionalização, destacam-se o baiano Walter Pinheiro e o paranaense Dr. Rosinha (ambos da DS), com carreiras totais de 24 e 26 anos, respectivamente, com várias reeleições como deputados federais, com passagens por cargos parlamentares em diversos níveis e rápidas passagens pelo executivo em cargos não eletivos. Nesse grupo de sete parlamentares, seis romperam com o trotskismo durante suas carreiras e apenas um parlamentar (Luciana Genro) permaneceu vinculada a esse corpo de ideias.

Na divisão nacional, chama atenção também que os argentinos só estão presentes no primeiro e no segundo grupos da escala, não tendo nenhum representante no terceiro e quarto grupo, dos mais profissionalizados. O parlamentar com maior valor de profissionalização na argentina é Pablo Sebastian Lopez, o único a possuir uma carreira anterior a de deputado federal e o único da FIT a cumprir os quatro anos de seu mandato ocupando a cadeira, sem renunciar para que o próximo da lista assumisse⁸⁰.

Outra relação importante é que, do grupo de 13 deputados com maior valor de profissionalização, 11 passaram pelo executivo, seja como vice-prefeitos, prefeitos, vice-governadores, governadores, ministros, ou cargos nomeados de menor escalão. Nenhum deputado com valor de profissionalização abaixo do 13º deputado (Maria Laura) teve passagem pelo executivo. Assim, dos 13 mais profissionalizados, restam apenas dois sem passagem pelo executivo (Babá e Luciana Genro) e que também

⁸⁰ Isso se deve a uma situação excepcional e particular. Na província de Salta, por onde o deputado foi eleito, o único partido da FIT que possui legalidade é o seu partido, o Partido Obrero, de forma que, naquela província, a FIT se resume a esse partido, não se aplicando ali o acordo de rotação de cadeiras para possibilitar que os demais partidos ocupem um tempo de mandato, posto que esses outros partidos não existem em Salta.

são os únicos dois, dentre esses 13, que permaneceram fiéis ao trotskismo durante toda sua carreira. Assim, podemos afirmar que existe uma forte relação entre a ocupação de cargos no executivo e o abandono do trotskismo.

E o sentido dessa relação é: primeiro abandona-se o trotskismo e depois se é alçado a um cargo no executivo, seja ele eletivo ou por nomeação. Esse é o caso de oito dos 11 parlamentares que vieram a ocupar cargos no executivo. O abandono do trotskismo precede (não imediatamente) a chegada a algum cargo executivo. É possível concluir que o processo de moderação é um pré-requisito para ocupar um cargo executivo mais do que um legislativo. Poderíamos acrescentar a esses oito parlamentares um nono caso, o da deputada Ana Júlia Carepa, do Pará, que foi vice-prefeita de Belém antes de se desligar do trotskismo. Após o seu desligamento, no entanto, chegou à governadora do Estado, um cargo de maior relevância.

Um outro caso, fora desses oito iniciais, também é significativo e vai na mesma direção: trata-se de Miguel Rosseto, do Rio Grande do Sul. Enquanto vinculado a uma organização trotskista, ele se tornou vice-governador e imediatamente após o término de seu mandato, depois de ser derrotado na disputa para o cargo de governador, se tornou ministro no primeiro governo Lula. Durante sua estada no ministério, se desligou do trotskismo conjuntamente com a DS, sua organização. Aqui, mais uma vez está clara a relação entre abandono do trotskismo e a ocupação de cargo no executivo.

Por fim, o único caso realmente desviante nessa relação é o de Raul Pont, que foi vice-prefeito e prefeito de Porto Alegre. Ele manteve, durante todo esse período, sua vinculação ao trotskismo, o que só abandonará mais tarde (juntamente com a DS).

Embora já a tenhamos exposto anteriormente, a ideia de que a explicação desse fenômeno não se completa sem considerarmos a realidade ambiental, histórica e conjuntural de Brasil e Argentina, além dos arranjos da esquerda nesses dois países frente a essas realidades merece ser retomada. Na Argentina, sucederam-se governos de direita e peronistas contra os quais a esquerda em geral e os trotskistas em particular fizeram oposição. Por força dessa conjuntura, cargos no executivo nacional não estavam acessíveis a esses parlamentares e grupos. Eles tão pouco lograram sucesso em eleições provinciais que os fizessem estar nesses executivos. Além disso, capacidade (e vontade) de coalizão desses grupos com outras forças políticas foi muito baixa e não contribuiu para vitórias em eleições majoritárias.

Lembremos que é a mudança da legislação eleitoral de 2009 que propicia a formação de uma frente entre os próprios partidos trotskistas (GALLO, 2017a, p. 241) e que passa a viabilizar a eleição regular de parlamentares federais a partir de 2013.

Dessa forma, os parlamentares argentinos não estavam submetidos a qualquer pressão de participação ou sustentação de um governo, podendo manter sua ideologia inicial com menos dificuldade em sua atuação exclusivamente parlamentar.

No Brasil, ao contrário, o sucesso eleitoral do PT, onde estão mergulhados os trotskistas desde sua fundação, abre oportunidades de ocupação não só de postos parlamentares, mas também no executivo, durante toda a década de 1990 e 2000, culminando com a eleição do próprio executivo federal em 2003. Das organizações trotskistas que possuíram deputados a partir de 1989, todas apoiaram a eleição de Lula em 2002 (seja a DS, MES, CST e OT, que estavam dentro do PT, seja o PSTU, que estava fora). No entanto, apenas a DS participou do novo governo com cargos, inclusive ministeriais. A reforma da previdência de 2003 acirrou a oposição do PSTU ao novo governo e colocou para fora do PT a CST e o MES, que teve seus deputados expulsos⁸¹. A DS, em que pese tenha se posicionado contra a reforma e mesmo contra a expulsão dos deputados rebeldes, submeteu-se à disciplina partidária e votou favoravelmente à reforma da previdência, desligando-se do trotskismo a partir de sua consequente ruptura com a IV Internacional, motivada por essa votação.

Assim, para a DS, que já era a organização trotskista de maior sucesso eleitoral antes mesmo da eleição de Lula para presidente, em especial no Rio Grande do Sul, de onde vieram cinco dos dez deputados que tivera até então, e já tendo ocupado a prefeitura da capital e diversos cargos no governo estadual, tomar assento no gabinete ministerial petista representou mais um forte contrapeso à sua ideologia inicial, abandonando, em bloco, o campo do trotskismo, em nome da disciplina partidária e da própria governabilidade.

Por fim, para efeito operacional desta pesquisa, realizamos a divisão dos parlamentares em dois grupos, profissionalizados e não profissionalizados, optando por considerar aqueles com valor de profissionalização maior do que 5,5 como

⁸¹ A OT, que não possuía parlamentar federal algum nesse período, foi contra a reforma e a expulsão dos rebeldes, mas não sofreu qualquer punição por não ser responsável por nenhum voto contrário à reforma na bancada federal, mas tampouco acompanhou voluntariamente as organizações expulsas do PT, permanecendo nesse partido até hoje.

profissionalizados e os restantes como não profissionalizados. Tal corte formou dois grupos numericamente quase equivalentes, com 13 profissionalizados e 12 não profissionalizados, e permitiu operacionalizar as análises pretendidas.

5 TROTSKISTAS NO PARLAMENTO

Neste capítulo, faremos a análise da produção legislativa dos deputados trotskistas enquanto permaneceram vinculados ao trotskismo, segundo os critérios de pertencimento que já expusemos anteriormente e que detalharemos à frente. A intenção é perceber variações de conteúdo que remetam à maior moderação relacionada com a profissionalização (profissionais x não profissionais), com o pertencimento nacional (Brasil x Argentina) e com as distintas tradições do trotskismo.

Para desenvolver o objetivo em questão, dividimos este capítulo em três subitens. No primeiro, avaliaremos a possível variação dos atores (ou sujeitos) das proposições legislativas e também de determinados termos que são por nós considerados marcadores ideológicos do trotskismo. No segundo, discutiremos o conteúdo dos projetos em si, o que nos dará uma indicação do quão antissistêmicas são essas propostas e como se dividem entre parlamentares profissionalizados e não profissionalizados. Por fim, o último subitem medirá a taxa de sucesso das propostas legislativas, verificando o quanto efetivamente os deputados aprovam, tomando isso como medida de seu sucesso legislativo, que pode indicar uma maior moderação.

5.1 ATORES E IDEOLOGIA NAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Neste subitem da tese, analisaremos as justificativas/fundamentações que acompanham as proposições legislativas. Assinadas pelos deputados, mesmo que não necessariamente escritas por eles, as propostas trazem um arrazoado de argumentos que buscam convencer outros deputados da necessidade de aprovar aquele determinado projeto. Como se trata de um texto, contendo ideias e argumentos, é possível tomá-lo como expressão do que pensam os deputados e deputadas a respeito de diversos assuntos e temas.

Para interpretar esses textos, fizemos uma operação relativamente simples: definimos, com base nas ideias do trotskismo, uma série de “marcadores” de conteúdo que podem indicar o pertencimento a esse conjunto de ideias, partindo do que já definimos como sendo o trotskismo no item 3.1 desta tese, e realizamos a análise de frequência da aparição desses termos/locuções/marcadores. Assim, o que faremos adiante não é diferente do método proposto pela Análise de Conteúdo (BARDIN,

2006), que propõe basicamente a codificação dos dados, a categorização e a inferência.

A codificação implica na construção de categorias a partir de enumeração e agregação, criando-se elementos que representem o conteúdo observado (...). A categorização compreende a construção de critérios e a classificação dos dados em conjuntos a partir deles. A inferência é a interpretação dos dados e das categorias a partir dos contextos da análise. (RECUERO, ZAGO e BASTOS, 2014, p. 202-203).

Identificaremos também a ocorrência de menções a atores/sujeitos significativos nas proposições legislativas (seja em suas justificativas ou no corpo da proposição), partindo do pressuposto que, como filiados ao marxismo, o corte de classe compõe a visão de mundo dos deputados trotskistas. Assim, por exemplo, menções a trabalhadores apontariam para uma vinculação mais estreita com os princípios marxistas, enquanto menções a categorias mais universais para referir-se aos atores apontariam para uma menor vinculação a esses princípios. Em outras palavras, propostas legislativas que mencionam os trabalhadores confirmam a vinculação ao trotskismo. Já as propostas que mencionam “cidadãos” ou outros termos genéricos para referir-se à população em geral e não à classe trabalhadora em particular confirmam o afastamento dos princípios do trotskismo, indicando uma moderação discursiva condizente com o processo de profissionalização e com nossa hipótese

QUADRO 9 - Locuções ideológicas e atores/sujeitos.

Categoria	Termo
Atores/sujeitos	Trabalhadores
	Cidadãos
Locuções ideológicas	Revolução
	Imperialismo
	Internacional
	Capitalismo
	Exploração

Fonte: Elaboração própria do autor.

O conceito de cidadania é essencialmente um conceito do campo político, vinculado à posse de direitos políticos e, em segundo plano, também direitos sociais (FERREIRA; SANTOS, 2014). Mas em que pese esse núcleo definidor relativamente estável, no mais, “para cada interpretação dos princípios ético-políticos, corresponde um entendimento diferente de cidadania: liberal, neoliberal, conservador, socialdemocrata, radical-democrata, etc.” (MOUFFE, 2003, p. 17).

A esquerda se bate com esse conceito que iguala a todos (trabalhadores e proprietários), sendo possível registrar esse debate a partir de duas perspectivas. Uma delas é a partir da hierarquização entre cidadania e emancipação humana, como faz Tonet (2005). Ele defende que a cidadania

representa uma forma de liberdade, certamente muito importante, mas essencialmente limitada. Ao nosso ver, a efetiva emancipação humana é, por seus fundamentos e sua função social, algo radicalmente diferente e superior à cidadania, que é parte integrante da emancipação política. (TONET, 2005, p. 1)

A outra perspectiva consistiria em um conceito em transformação e disputa, como o proposto por Dagnino (2003). Ela sugere a existência de uma noção ampliada de cidadania, ou Nova Cidadania, dada pela emergência dos movimentos sociais em sua demanda de acesso “aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc. Inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (...)” (DAGNINO, 2003, p. 103).

A proeminência do conceito de cidadania no discurso da esquerda vem sendo alvo de críticas por deslocar a contradição entre capital e trabalho para segundo plano, em nome da defesa dos direitos do cidadão. É nessa linha a crítica de Dias (1999), que afirma que

O projeto que passa a ser, na prática, hegemônico entre os que se declaram socialistas — o nome comunista é rapidamente abandonado — é o da possibilidade realizável, da utopia possível, vale dizer, a perpetuação do projeto capitalista ainda que tendencialmente controlado. Essa é a ilusão, ou melhor, o fetiche dominante na política das esquerdas atuais. O projeto da democracia formal e seu componente fundamental — a cidadania — passam a dominar o seu imaginário e as suas ideologias. (DIAS, 1999, p. 81).

Esse é o marco teórico e conceitual que nos permite colocar o termo “cidadãos” como um marcador da moderação discursiva dos deputados que aqui analisamos.

Já a busca pelo termo “trabalhadores” está vinculada à ideia marxista desenhada desde o Manifesto Comunista, onde está consignado que “a sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado.” (ENGELS; MARX, 2005, p. 40-41). A partir dessa consigna societária, o desenvolvimento histórico e político conheceu o erguimento de partidos que visavam representar os trabalhadores, de revoluções que almejaram libertá-los e levá-los ao poder. O ideário trotskista não é particular em relação a isso. No entanto, a ideia da revolução permanente (ver item 3.1 desta tese), como já vimos, coloca essa classe como protagonista de todas as mudanças, ao contrário de outras variantes do marxismo que pregavam alianças mais ou menos estratégicas e mais ou menos permanentes com setores da burguesia. Assim, nos parece que buscar o termo “trabalhadores” e suas variantes nos dá um bom indicativo da manutenção da vinculação dos parlamentares ao ideário trotskista⁸².

Para definir as locuções que manifestassem a vinculação à classe trabalhadora deveriam ser buscadas, não foi possível nos restringirmos apenas ao termo “trabalhadores”. Procedemos, então, da seguinte forma: tomados os projetos brasileiros em seu conjunto, fizemos a busca pelas palavras que mais se repetiam, sendo que 9.902 palavras se repetiam ao menos duas vezes. Nessa lista de palavras, efetuamos uma primeira busca por locuções representativas de atores sociais presentes nos projetos e suas justificativas, bem como termos que expressassem uma orientação ideológica.

A análise de frequência de palavras feita pelo *software* NVivo12 nas proposições brasileiras resultou em 22.186 termos com mais de três letras. Analisamos e categorizamos os primeiros 9.402 termos mais recorrentes (que apresentavam ao menos duas repetições, o equivalente a 42,32% do total de

⁸² Não ignoramos que a discussão acerca do ator/sujeito fundamental no marxismo é mais complexa do que isso. Lessa (2005, p. 106), apenas para citar um exemplo, sustenta que “há, em Marx, uma diferenciação da função social do proletariado e dos outros assalariados fundada na distinta inserção na estrutura produtiva de cada classe social.”, o que resultaria em uma distinção também política. No entanto, verificamos que os termos classe operária, proletariado e classe trabalhadora são utilizados pelas organizações trotskistas de maneira relativamente indistinta, podendo, assim, representar o núcleo central da ideia marxista de luta de classes, ao menos para os propósitos desta tese.

palavras). A análise de frequência de palavras, feita também com o auxílio do *software* NVivo12, resultou em uma lista de 42.929 palavras com mais de três caracteres nas proposições argentinas. Para atingirmos os mesmos 42,32%, analisamos e categorizamos 18.168 palavras.

O resultado para os projetos dos dois países, no que se refere aos atores sociais e políticos presentes, foi de 417 termos nos projetos argentinos e 148 nos projetos brasileiros. Agrupamos os atores sociais por tipos: trabalhadores em geral, trabalhadores específicos, governo, patrões, cidadãos, instituições, nações, estudantes, igreja, militares, judiciário, política, repressão, família, diversidade sexual, diversidade étnica e criminosos.

Três tipos aparecem com mais de 5% de ocorrências no total dos projetos (considerando os projetos brasileiros e argentinos conjuntamente): a- trabalhadores em geral, com 9,75% dos termos; b- cidadãos, com 8,92%; e c- patrões, com 7,24%. Esses números já expressam mais um cotejamento dos termos encontrados em português e espanhol, buscando seus correspondentes em ambas as línguas e eliminando aqueles pouco significativos que podem não encontrar correspondentes nos dois países. Aqui, no entanto, uma primeira conclusão parcial: 25% das palavras escrutinadas referem-se a trabalhadores, cidadãos e patrões, o que, por si só, já é significativo.

No grupo “trabalhadores”, agregamos os seguintes termos que podem corresponder a designações genéricas de trabalhadores: trabalhadores, trabalhador, empregados, categoria, empregado, categorias, funcionários, aposentados, trabalhadora, desempregado, desempregados, assalariados, aposentado, massas, empregada, assalariado, pessoal, trabalhadoras, funcionário, empregadas, classe, demitidos, terceirizados, operários, operário, trabajadores, trabajador, empleados, categoría, empleado, categorías, funcionarios, jubilados, trabajadora, desocupado, desocupados, asalariado, jubilado, masas, empleada, asalariado, personal, trabajadoras, funcionario, empleadas, clase, despedidos, tercerizados, operarios, operario, obrero, obreras e obrera.

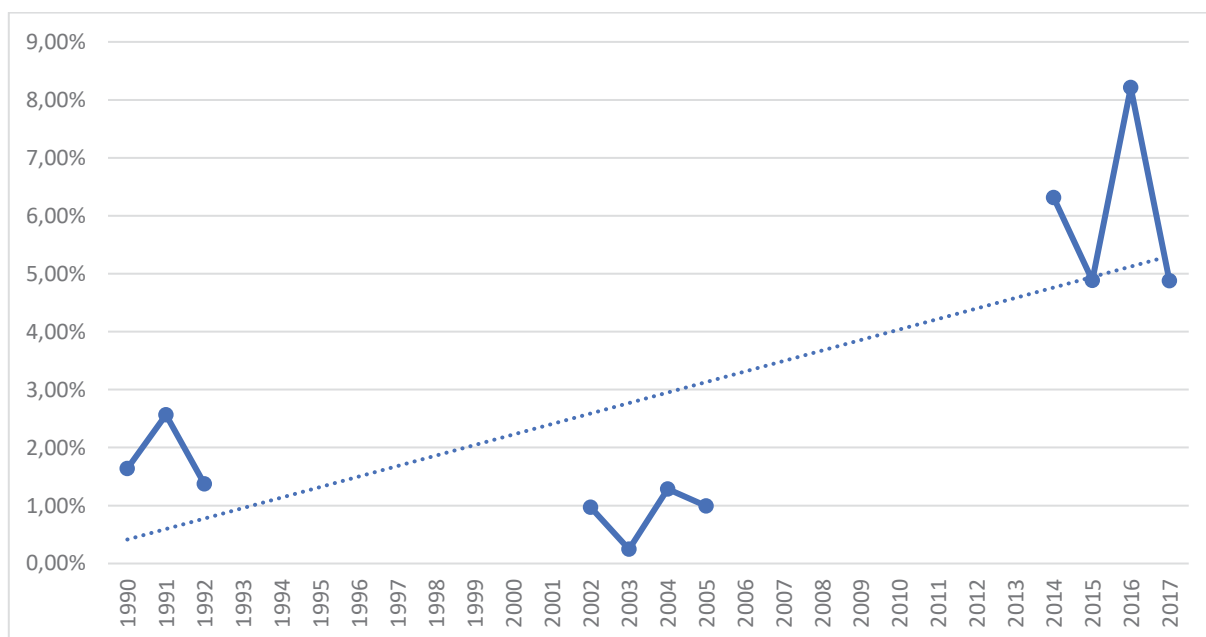
Mas ainda aqui, mais um filtro é necessário para que façamos a análise apenas dos termos que indubitavelmente correspondam ao ator social “trabalhadores”, uma vez que, por exemplo, o termo “categoria” pode se referir a uma categoria profissional, mas também a uma categoria de coisas, assim como o termo

classe, que pode designar uma classe de coisas ou aparecer combinado com o termo “trabalhadora”, levando a uma dupla contagem.

A partir da seleção dos termos, com a ajuda do *software* NVivo12, passamos a analisar suas variações no tempo para os diversos recortes de nossa pesquisa. Fizemos o cálculo da taxa de menções a trabalhadores nas propostas legislativas, comparando o percentual de ocorrência de termos que se refiram a trabalhadores em comparação com o total de palavras dos projetos.

Na Argentina, a evolução da taxa de menções a trabalhadores nos projetos de lei está retratada no gráfico 3, que apresenta uma variação linear positiva, ou seja, um crescimento no tempo da menção a trabalhadores, mas com características peculiares a cada período em que os trotskistas se fizeram representar no parlamento.

GRÁFICO 3 - Taxa de menções a trabalhadores entre deputados argentinos.



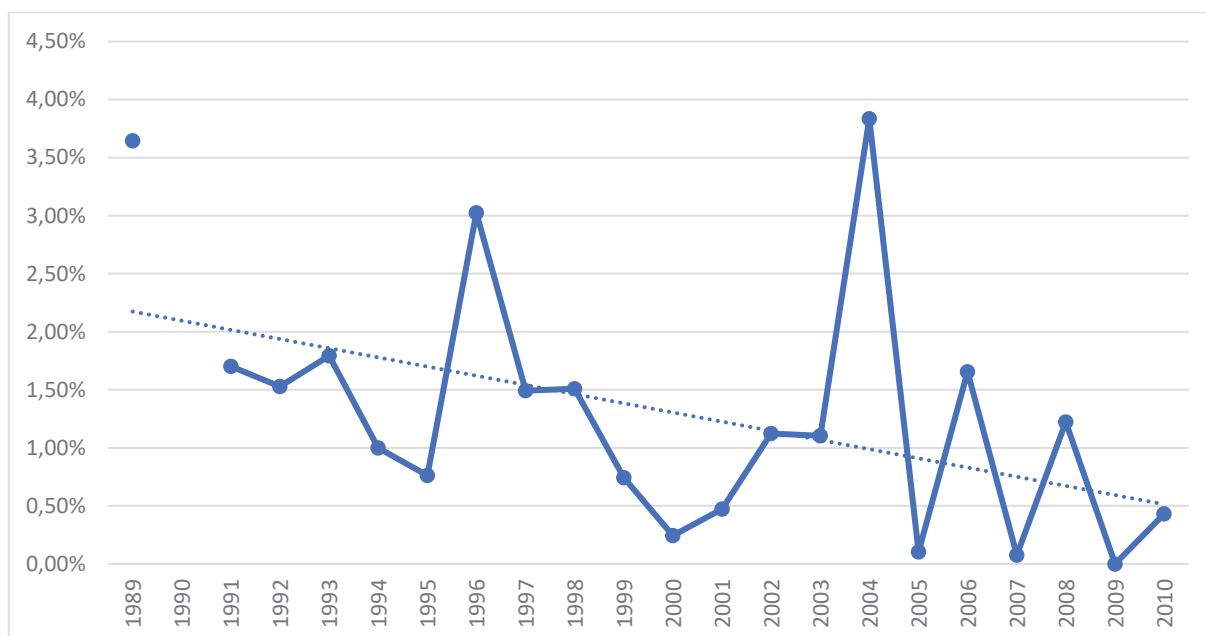
Fonte: Elaboração própria do autor

No primeiro mandato (1990 a 1992), de um deputado morenista, eleito pelo MAS e que no meio do mandato saiu dessa organização para fundar o MST, temos uma variação de 1,64%, no primeiro ano, a 1,37%, no último ano, com um pico de 2,57%, no ano intermediário. O segundo mandato, de uma deputada recrutada no movimento de direitos humanos e que não era membro de uma organização trotskista até sua candidatura pelo MST, é o período com a menor taxa média de menção a trabalhadores na Argentina, com uma média anual de 0,87%. Por fim, o último período,

mais recente, de deputados eleitos pela FIT (PO, IS, PTS), é o de maior referência a trabalhadores, com números percentuais que variam de 4,88 (o menor) a 8,21 (o maior).

Já no Brasil, a evolução da taxa de menção aos trabalhadores nas propostas legislativas está expressa no gráfico 04, que apresenta uma variação linear negativa, com a referência aos trabalhadores diminuindo ao longo do tempo.

GRÁFICO 4 - Taxa de menções a trabalhadores entre deputados brasileiros.



Fonte: Elaboração própria do autor.

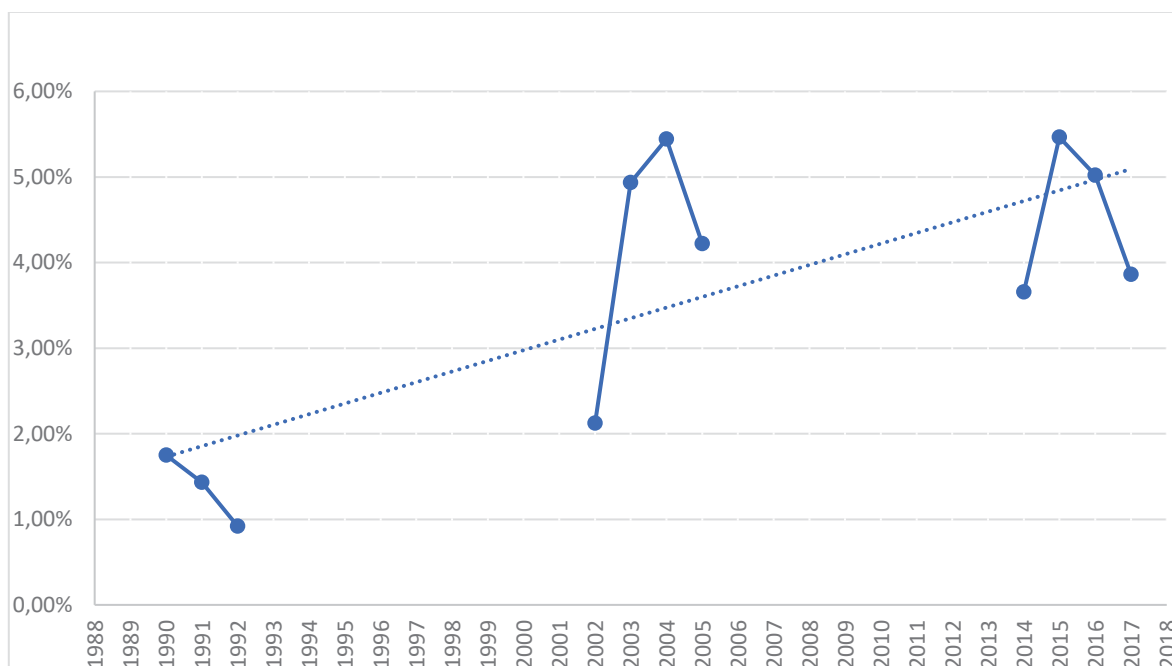
Se a tendência geral é de diminuição da menção a trabalhadores, dois picos chamam a atenção, em 1996 e 2004. Em 1996, os dois deputados da DS apresentaram projetos de lei relativos a normas trabalhistas, em especial um que tenta restringir as demissões imotivadas, levando a uma alta taxa de menções aos trabalhadores. Já o pico de 2004 representa uma conjuntura mais específica. Nesse ano, os deputados da DS já não mantêm mais relação com o trotskismo, fazendo com que os projetos considerados em nossa pesquisa sejam apenas aqueles apresentados por Luciana Genro e Babá, que rompidos com o petismo e o governo de Lula, dedicam esse ano a diversos projetos de lei relativos ao valor do salário mínimo, à proteção das atividades sindicais, entre outros subtemas, que fazem a taxa de referência aos trabalhadores subir consideravelmente, atingindo seu maior patamar no Brasil (3,84%).

Efetuamos o mesmo procedimento descrito acima com o termo “trabalhadores” para procurar as referências a cidadãos e termos correlatos nas propostas legislativas. Chegamos ao fim com a seguinte seleção de termos a terem sua frequência medida: beneficiário, brasileiro, brasileiros, cidadã, cidadão, cidadãos, cidadãs, compradores, comunidade, comunidades, concidadãos, consumidor, consumidores, contribuinte, contribuintes, excluídos, habitante, habitantes, homem, homens, humanidade, humanos, humildes, indigentes, indivíduo, indivíduos, minorias, miseráveis, moradores, mulher, mulheres, pessoa, pessoas, pobre, pobres, população, populações, povo, povos, residentes, sociedade, usuárias, usuário, usuários, vulneráveis, argentino, argentinos, beneficiario, ciudadana, ciudadanas, ciudadano, ciudadanos, compradores, comunidad, comunidades, conciudadanos, consumidor, consumidores, contribuyente, contribuyentes, gente, gentes, habitante, habitantes, hombre, hombres, humanidade, humano, humildes, indigentes, individuo, individuos, minorias, miserables, mujer, mujeres, oprimidos, persona, personas, población, poblaciones, pobre, pobres, pueblo, pueblos, residentes, sociedade, usuária, usuário, usuários, vecinos, vulnerables.

Aqui, mais uma vez, tomamos o cuidado de verificar se cada termo significava, em suas ocorrências concretas, os atores sociais que buscávamos, cuidando para não contabilizar termos como, por exemplo, “argentino”, quando referia-se a “Correio argentino”, por exemplo

Os três períodos de presença dos trotskistas argentinos no parlamento apresentam a taxa de frequência do termo “cidadão” em seus projetos de lei conforme o gráfico 5. Note-se que a variação linear é ascendente. Podemos perceber que, enquanto o primeiro período apresenta uma queda, o segundo período e o terceiro são bastante irregulares, mas em um patamar bem mais alto que o primeiro.

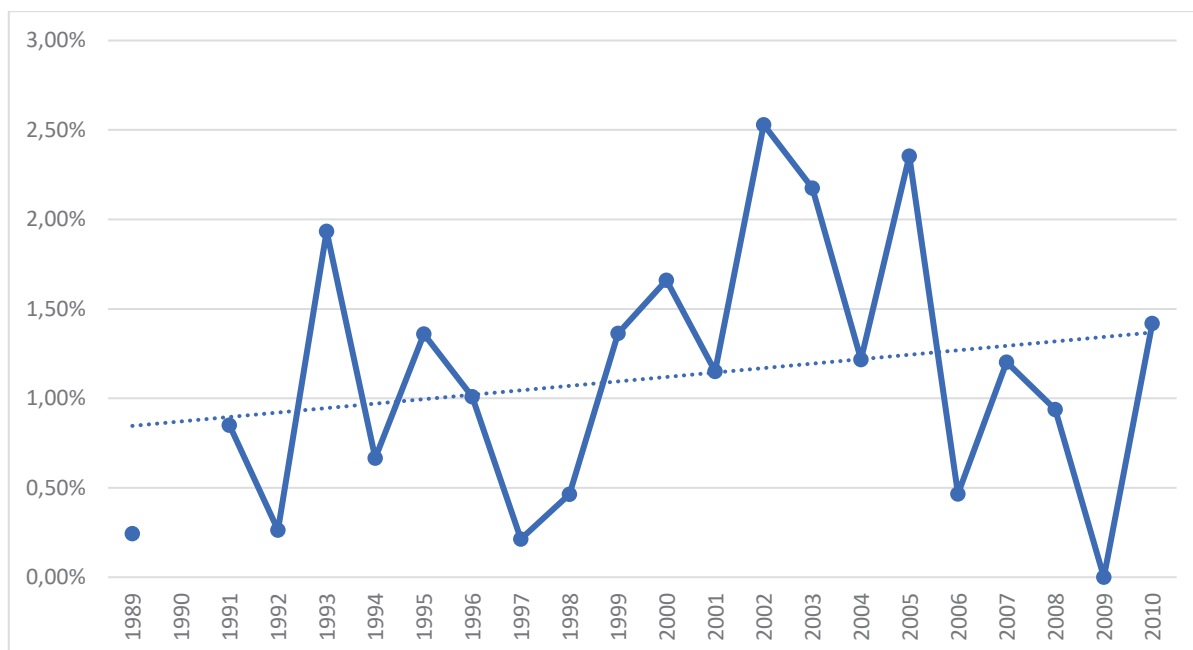
GRÁFICO 5 - Taxa de menções a cidadãos na Argentina.



Fonte: Elaboração própria do autor.

Já no Brasil, como se vê no gráfico 06, a variação linear também é positiva, apesar do gráfico bastante irregular.

GRÁFICO 6 - Taxa de menções a cidadãos no Brasil.

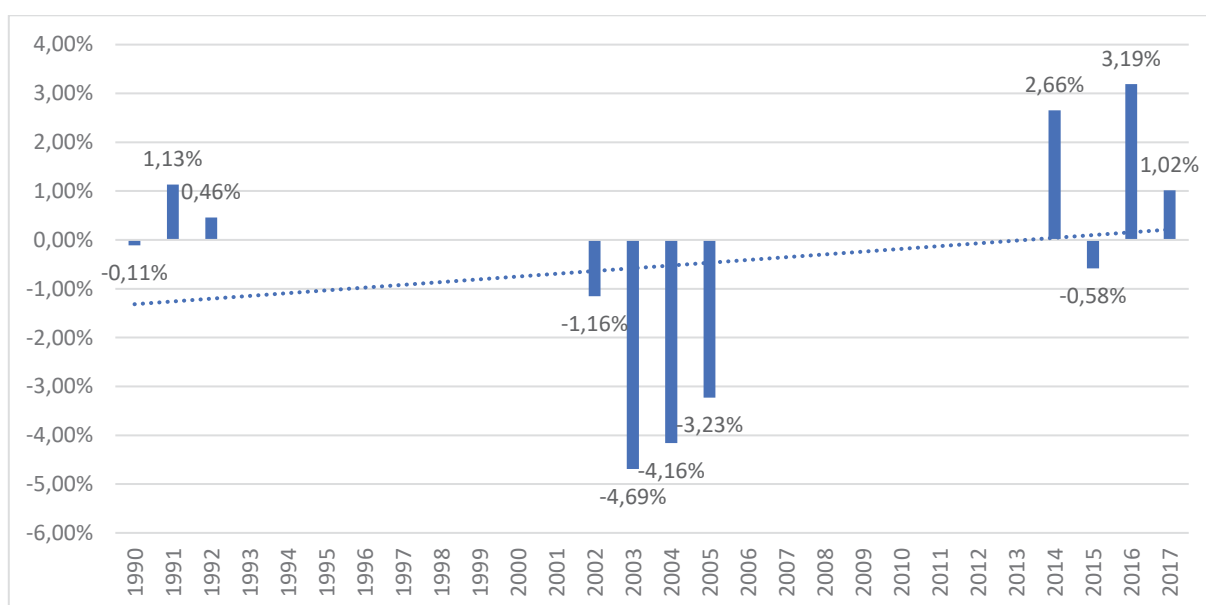


Fonte: Elaboração própria do autor.

Mas, para finalizarmos essa mensuração, ainda é preciso apresentar os dados de outra forma. Não basta verificar a evolução da taxa de menção a trabalhadores e cidadãos, pois isso nos dá uma parte importante da informação, mas não toda a informação. Com a variação, da maneira como mostramos, podemos ver a mudança ocorrendo no tempo, o que é importante, mas ainda ficamos sem saber quando se fala mais de cidadãos e quando se fala mais de trabalhadores e em qual intensidade.

Para resolver essa questão, calculamos a diferença entre o percentual de menções a trabalhadores e cidadãos, no Brasil e a na Argentina. É o que está expresso nos gráficos 07 (para a Argentina) e 08 (para o Brasil). Números negativos expressam mais menções a “cidadãos” e números positivos mais menções a “trabalhadores”.

GRÁFICO 7 - Diferença da taxa de menções a trabalhadores e cidadãos na Argentina.

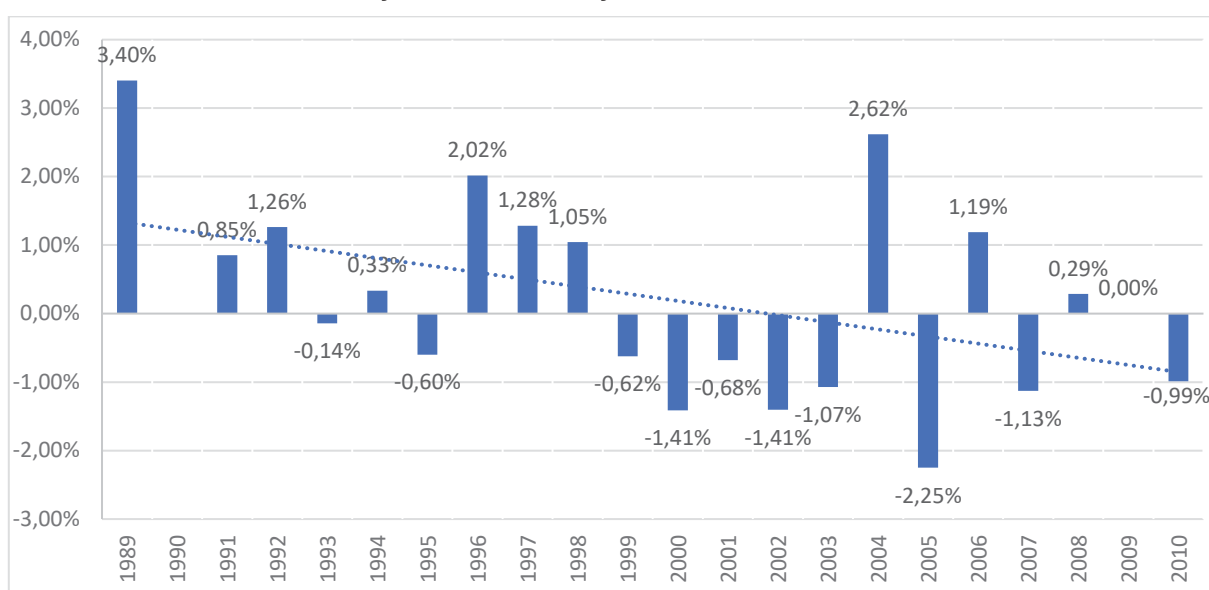


Fonte: Elaboração própria do autor.

O que vemos no gráfico 07, referente à Argentina, é como o mandato intermediário (2002 a 2005), fruto de um recrutamento lateral, menciona muito menos os trabalhadores em comparação aos cidadãos, enquanto os mandatos da FIT, mais recentes, apresentam uma taxa quase contínua de menções a trabalhadores de forma predominante frente a cidadãos, proporcionando, inclusive, a direção ascendente da linha de tendência.

Já no Brasil (gráfico 08), o que temos é o movimento inverso. A partir de 1999, com a eleição de uma bancada representativa da DS/mandelismo, temos um predomínio das menções a termos que remetem à cidadania de modo geral, só interrompida essa tendência após o desligamento desses deputados do trotskismo e a saída de seus projetos de nossa base de dados a partir de 2004. No entanto, um perfil discursivo muito inconstante terá lugar, a partir de então, com o predomínio de trabalhadores ou cidadãos alternando-se a cada ano.

GRÁFICO 8 - Diferença da taxa de menções a trabalhadores e cidadãos no Brasil.



Fonte: Elaboração própria do autor.

Para avaliarmos as locuções ideológicas, fizemos uma análise prévia da recorrência de palavras no Programa de Transição da IV Internacional, tomando esse como um documento de referência para o conjunto dos grupos trotskistas, mesmo que os diversos grupos possam manter interpretações e lugares diferentes para esse documento. Nos orientamos também pela análise que já fizemos do trotskismo no item 3.1 desta tese. Assim, buscamos os termos que indicassem a transposição da ideologia própria dos trotskistas nos projetos de lei, sendo que os termos escolhidos (incluindo seus sinônimos e flexões) foram: revolução, internacional (internacional, internacionais, mundo, mundial, mundiais, planeta, países), imperialismo (imperialismo e imperialista), exploração (exploração, explorados, exploradores) e capitalismo (sistema capitalista, capitalismo, capital). O trabalho teve o apoio, mais uma vez, do *software* NVivo 12.

Buscar a locução “revolução” remete às ideias fundamentais do próprio Trotsky e à sua contribuição mais original ao marxismo, a teoria da revolução permanente (ver item 3.1 desta tese), que conjugaria as mudanças democráticas e socialistas sob a liderança dos trabalhadores. A IV Internacional também nasceu colocando em relevo a necessidade da revolução social, que estaria já atrasada por conta da crise da direção do proletariado (ver item 3.1 desta tese). Em cada país em que os trotskistas ergueram suas organizações e partidos, é a busca da revolução que os move. Busca frustrada, uma vez que os trotskistas não estiveram à frente de nenhuma transformação política revolucionária, mesmo que tenham participado de alguns momentos decisivos em agitações revolucionárias em vários países. Ainda assim, a ideia da transformação revolucionária da sociedade e, por consequência, do sistema político é o que nos permite classificar as ideias trotskistas como antissistêmicas. O vocábulo “Revolução” (sem considerar suas flexões) aparece 47 vezes no Programa de Transição⁸³ (IV INTERNACIONAL, 1979).

A busca pela locução internacional também se justifica com base na acepção trotskista acerca da unidade internacional do capitalismo, da qual derivava qualquer análise a respeito de particularidades nacionais. Como explica LÖWY (1995, p. 75):

Contrariamente a Lenin que examinava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia sobretudo a partir das contradições internas da agricultura, Trotsky o aborda sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista. A formação social russa era tomada como um subconjunto periférico do capitalismo mundial, que formava, de forma determinante, sua estrutura econômica e social.

O método de análise, que parte do âmbito internacional para o nacional⁸⁴, de onde deriva a ideia da impossibilidade de construção do socialismo em um só país, e a própria criação de uma organização Internacional (a IV Internacional), nos dá a dimensão da importância de busca desta locução como traço identificador dos trotskistas.

⁸³ Como por exemplo: “As premissas objetivas da revolução proletária não estão somente maduras: elas começam a apodrecer. Sem vitória da revolução socialista no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser conduzida a uma catástrofe.” (IV INTERNACIONAL, 1979, p. 74).

⁸⁴ Ainda “Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama economia mundial e que serve, afinal de contas, de base ao internacionalismo dos partidos comunistas.” (TROTSKY, 2011, p. 138).

Já a locução “imperialismo” é agregada ao vocabulário trotskista a partir da forma dada a ela por Lenin, consistindo em

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2009, p. 90).

Dessa forma, o imperialismo é um conjunto de características do capitalismo no raiar do século XX. O “imperialismo” é mencionado 16 vezes no Programa de Transição, que além de conter sua definição⁸⁵, o associa frequentemente com a guerra e o traz como um inimigo a ser combatido, sendo assim, como já apontou Bianchi (2000, p. 105), uma categoria ao mesmo tempo política e econômica importante no pensamento político trotskista.

Nesse contexto, requer pouca justificativa tomarmos a locução “capitalismo” como um marcador das ideias trotskistas. Presente 20 vezes no Programa de Transição (IV INTERNACIONAL, 1979), é uma categoria fundamental, que nomeia o sistema econômico que os marxistas almejam substituir. Isso também ocorre com o vocábulo “exploração”, que apesar de aparecer apenas três vezes no documento fundacional da organização trotskista, seria o corolário do uso do próprio vocábulo “capitalismo”, uma vez que está associado a esse sistema, aparecendo inclusive como componente de termos substitutivos a “capitalismo”, como por exemplo “sociedade fundada sobre a exploração” (IV Internacional, 1979, p. 114).

Por fim, a busca desses termos e locuções é a resposta lógica para a pergunta: quem, no parlamento argentino e brasileiro na virada do século XX para o XXI, mencionaria a revolução, o contexto internacional, o imperialismo, o capitalismo e a exploração para justificar a adoção ou a modificação de leis? São esses termos,

⁸⁵ “O imperialismo significa o domínio do capital financeiro. Ao lado dos consórcios e dos trustes, freqüentemente acima deles, os bancos concentram em suas mãos o comando real da economia. Na sua estrutura, os bancos refletem, sob forma concentrada, toda a estrutura do capitalismo contemporâneo: combinam tendências de monopólio com tendências de anarquia. Organizam milagres de técnica, empresas gigantescas, trustes poderosos; organizam também a carestia, as crises, o desemprego.” (IV INTERNACIONAL, 1979, p. 86).

portanto, aqueles capazes de distinguir as ideias originalmente vinculadas ao trotskismo que podemos ver modificarem-se ou não em nossa pesquisa.

No trabalho com as proposições legislativas, uma primeira constatação a que chegamos é que tivemos uma baixa taxa de ocorrência desses termos. Foram apenas 671 ocorrências considerando o total de projetos desta pesquisa. O fato das proposições legislativas e suas justificativas conterem poucos termos ideológicos possui uma possível relação com a natureza desse tipo de texto, destinado a ser lido e a aprovado por outros parlamentares. Uma hipótese é que, se analisássemos jornais das organizações trotskistas ou mesmo materiais de campanha eleitoral desses candidatos, a taxa de ocorrência desse tipo de termos seria maior.

Se tomamos como pressuposto que o tipo discursivo presente nas proposições legislativas já comporta, de saída, um grau acentuado de moderação, em razão do público a que se destina, ainda assim é possível perceber, analisando essa fonte, a variação dessa moderação entre os diversos autores e mesmo a sua variação no tempo.

O primeiro termo buscado foi “revolução”, que em português não registrou uma só ocorrência no conjunto das proposições legislativas. Já em espanhol, *revolución* apresentou melhor sorte, com 15 ocorrências. Ainda assim, acabou descartado como marcador ideológico, uma vez que as ocorrências do termo faziam referência à “revolução tecnológica”, “revolução produtiva”, “revolução libertadora⁸⁶” e até mesmo várias referências à “Revolução Francesa”, mas apenas uma delas à revolução social pregada pelos próprios trotskistas. Isso apareceu somente no projeto de lei 3334/2015, que versava sobre as normas de organização sindical, a qual reproduzimos abaixo o contexto de menção:

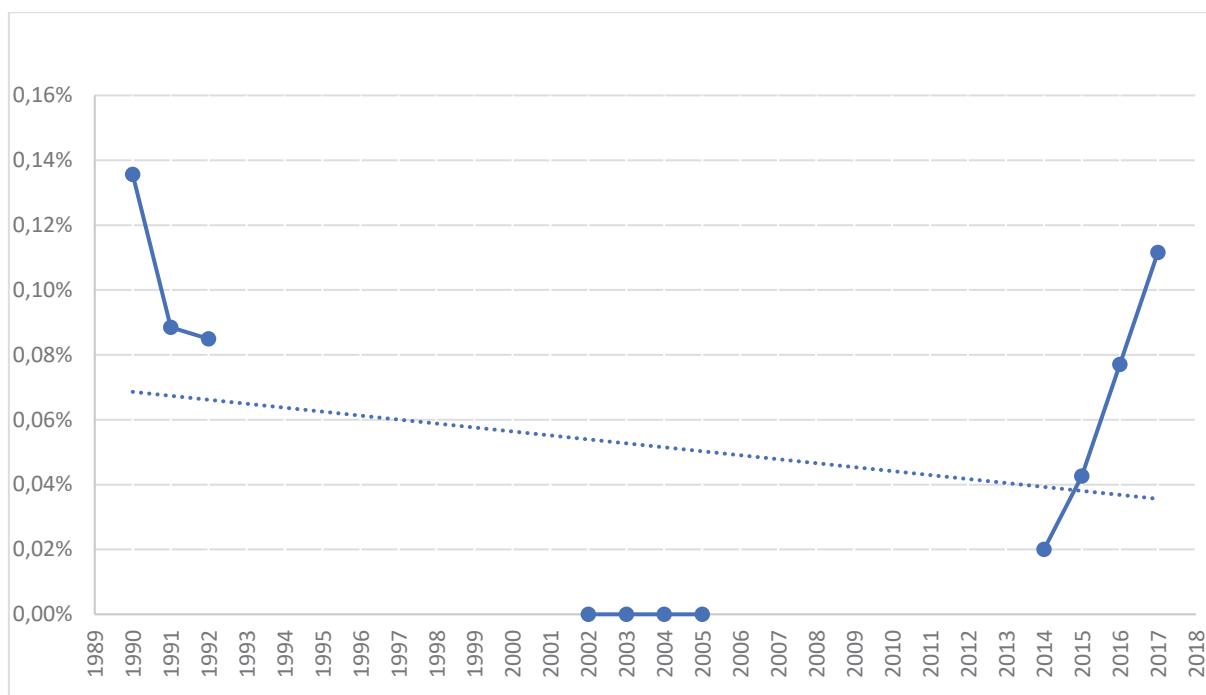
Los términos de la organización sindical de los trabajadores deben ser resueltos por los propios trabajadores mismos. Su objetivo es aminorar la explotación del trabajador por el capitalista y su estado, hasta lograr la abolición de la explotación del hombre por el hombre, tarea que será resuelta por una verdadera revolución social. Como ha sido planteada por la Internacional de los Trabajadores en épocas de Carlos Marx: "La liberación de los trabajadores será obra de los trabajadores mismos". (ARGENTINA, 2015).

⁸⁶ Golpe militar antiperonista ocorrido em 1955.

Assim, mesmo que sejam os profetas da revolução, não é nos projetos de lei que os trotskistas farão essa pregação.

Quando tomamos o “imperialismo” como um marcador ideológico discursivo, obtivemos um melhor rendimento na análise. Foram um total de 67 ocorrências, mas distribuídas de maneira bastante desigual, aparecendo o termo 53 vezes na Argentina e apenas 14 no Brasil.

GRÁFICO 9 - Taxa de menções a imperialismo na Argentina.

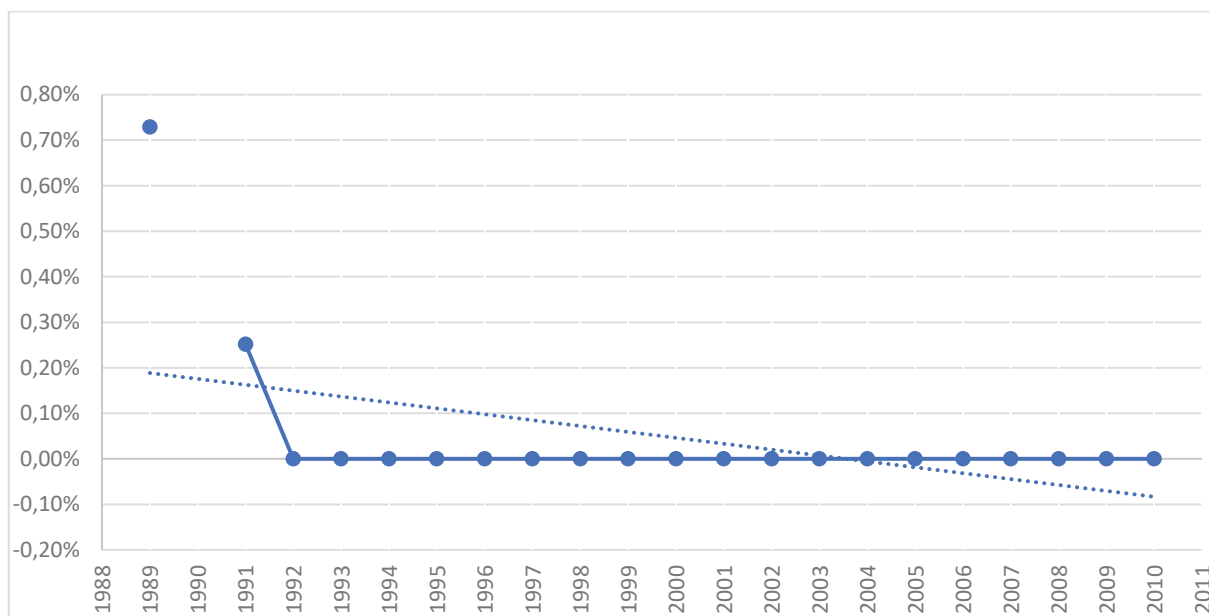


Fonte: Elaboração própria do autor.

Na Argentina, a evolução da taxa de menções ao imperialismo está apresentada no gráfico 09 e mostra uma clara divisão entre os três períodos em que as organizações trotskistas se fizeram representar no parlamento. No primeiro período, do PST/MST, a tendência é de redução da menção ao imperialismo ao longo do tempo. No segundo período, da deputada do MST recrutada fora do trotskismo, a palavra imperialismo está ausente. Já o terceiro período, dos deputados da FIT (PO, IS e PTS), temos uma clara tendência de aumento de emprego do termo “imperialismo” em suas propostas legislativas. A tendência geral é de queda no emprego do termo, uma vez que no primeiro mandato o uso era muito frequente e no último período analisado apresenta crescimento, mas ainda abaixo da taxa registrada no mandato PST/MST do início dos anos 1990.

No Brasil, a taxa de uso auferida para o termo imperialismo está expressa no gráfico 10.

GRÁFICO 10 - Taxa de menções a imperialismo no Brasil.

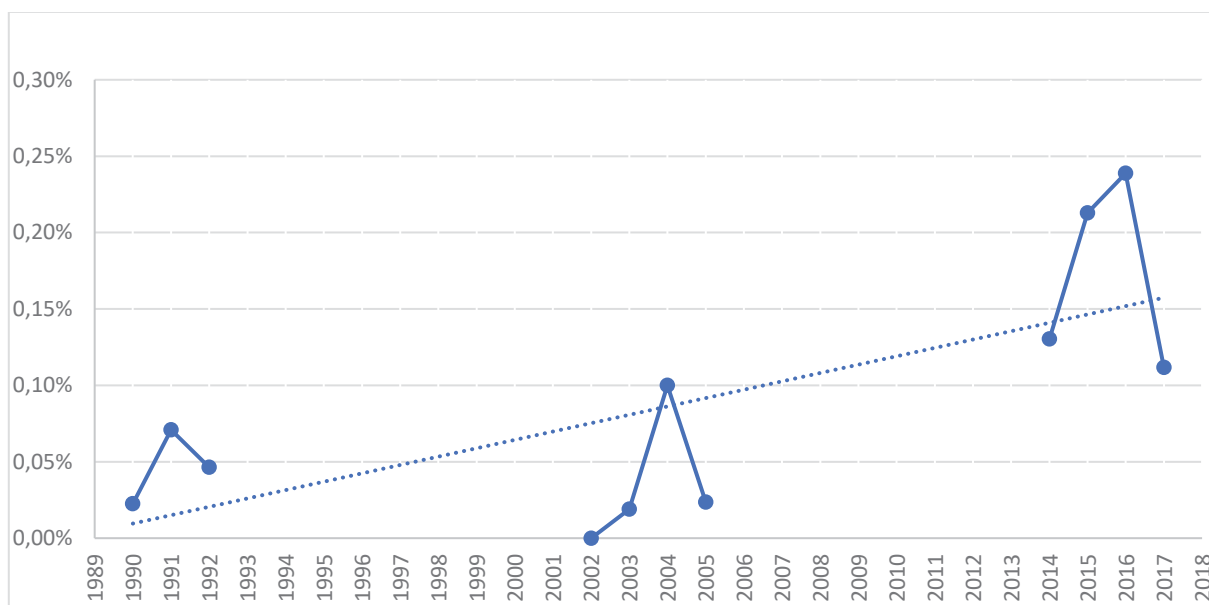


Fonte: Elaboração própria do autor.

Apenas os anos de 1989 e 1991 registraram o uso do termo imperialismo. Apenas o deputado Gradela, da CS, mobilizou esse conceito em seus projetos. No contexto brasileiro, tal achado é significativo. Nenhuma das demais correntes do trotskismo (mandelistas ou lambertistas) mobilizou esse conceito, bem como os próprios morenistas deixaram de fazer uso desse termo em seus projetos de lei.

Quando o marcador é a menção da palavra “capitalismo”, temos na Argentina o resultado expresso no gráfico 11. Os três períodos que registraram mandatos trotskistas na Argentina desenharam o mesmo padrão de crescimento das menções durante o mandato e decréscimo ao final. No entanto, a média de menções avança no tempo, sendo que os mandatos mais recentes, de deputados da FIT, são os que apresentam maior média de uso do termo.

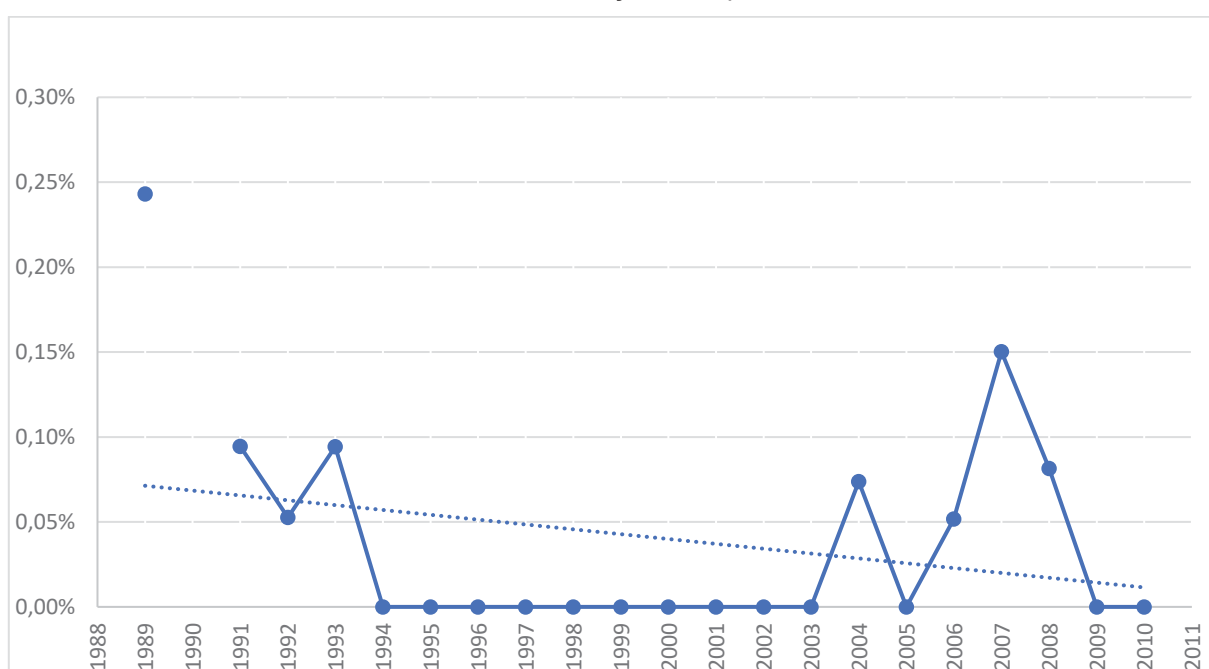
GRÁFICO 11 - Taxa de menções a capitalismo na Argentina.



Fonte: Elaboração própria do autor.

Já no Brasil, depois de um início com muitas menções, mais uma vez por conta dos mandatos da Convergência Socialista, o termo capitalismo desaparece da construção discursiva de 1994 a 2003, período de predomínio dos deputados da Democracia Socialista (Mandelistas), voltando a ser usado após o rompimento desses deputados com o trotskismo, pelos deputados restantes. É o que se vê no gráfico 12.

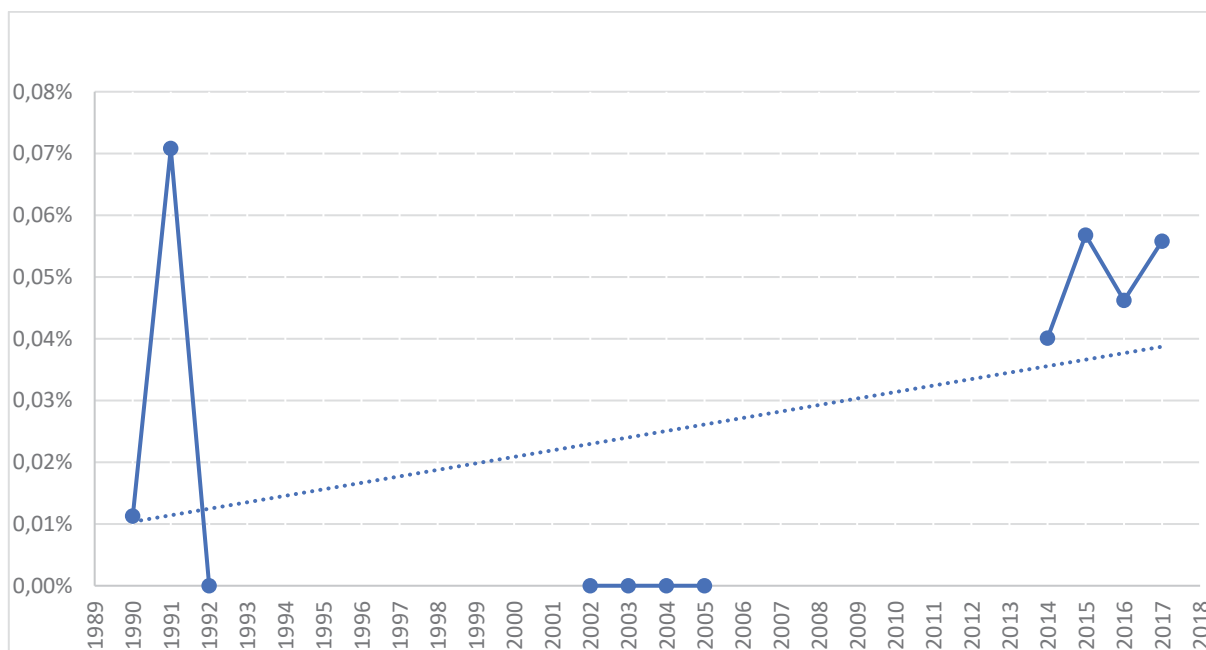
GRÁFICO 12 - Taxa de menções a capitalismo no Brasil.



Fonte: Elaboração própria do autor.

Outro conceito testado, o de exploração, aparece com frequência nos discursos dos deputados pesquisados. Na Argentina, como mostra o gráfico 11, o padrão é parecido com o que se viu na análise sobre o “imperialismo”.

GRÁFICO 13 -Taxa de menções a exploração na Argentina.

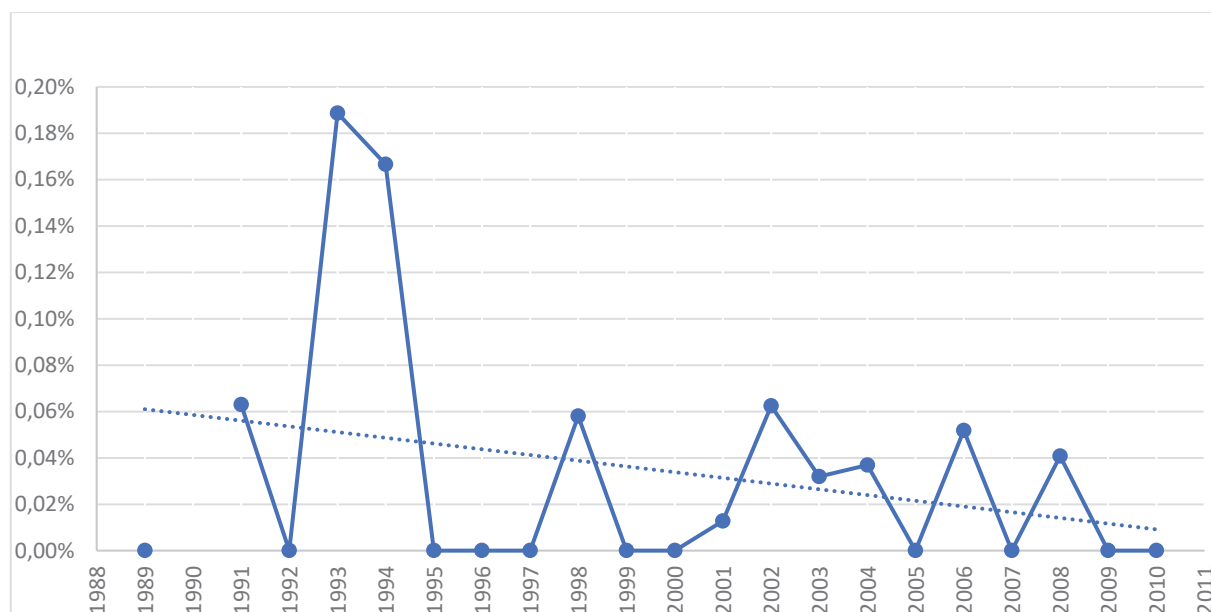


Fonte: Elaboração própria do autor.

Aqui, mais uma vez, temos alguma frequência no primeiro mandato, no início dos anos 1990, o desaparecimento do termo no segundo mandato, e seu retorno nos recentes mandatos da FIT.

No Brasil, como se vê no gráfico 14, em nove anos, o termo exploração não é sequer encontrado, enquanto nos anos restantes existe bastante variação na sua taxa de emprego, desenhando, no entanto, uma linha de tendência decadente no tempo.

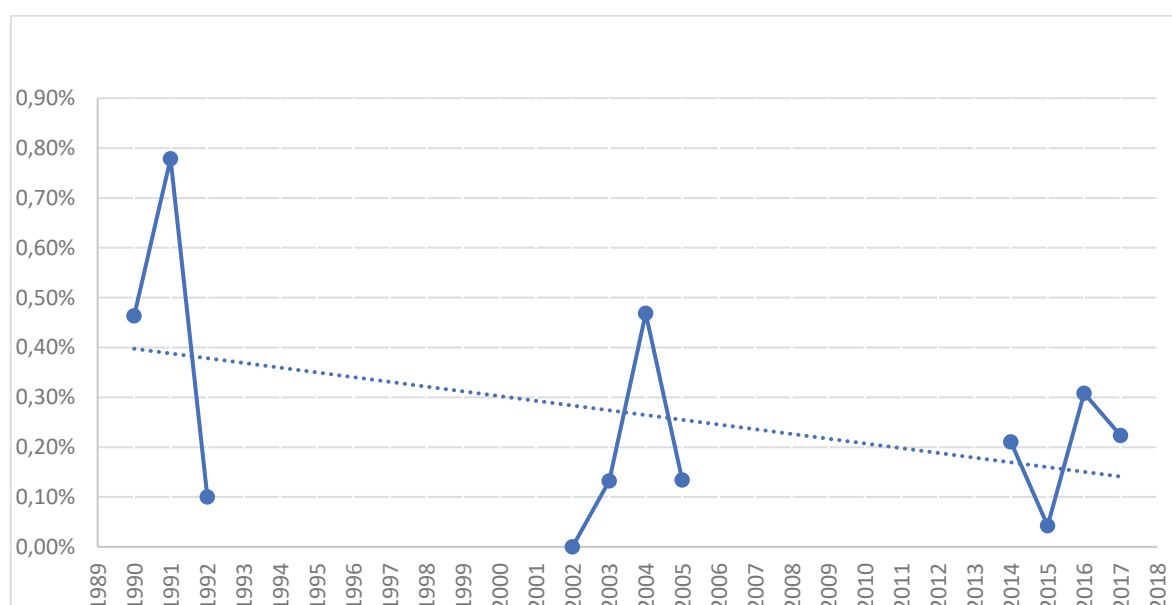
GRÁFICO 14 - Taxa de menções a exploração no Brasil.



Fonte: Elaboração própria do autor.

No último item analisado, a taxa de frequência do termo “internacional”, temos na Argentina o exposto no gráfico 15. A tendência linear é de queda das menções no tempo, com picos durante cada mandato e decréscimo ao final de cada um deles. Mas, ainda assim, esse é um dos itens de maior impacto, visto que, por exemplo, na Argentina, o termo “imperialismo” atinge um pico de 0,13%, “capitalismo”, 0,24%, e “exploração”, 0,07%, enquanto o pico do termo “internacional” é 0,78% e sua média 0,26%.

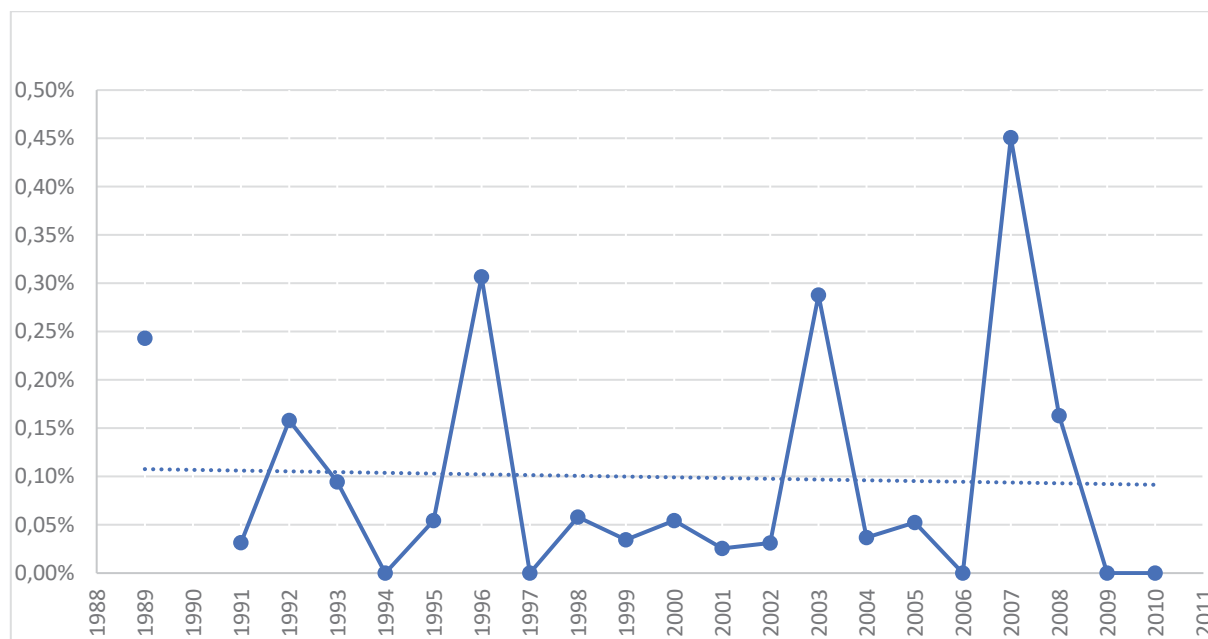
GRÁFICO 15 - Taxa de menções a “internacional” na Argentina.



Fonte: Elaboração própria do autor.

No Brasil, a tendência de emprego do termo “internacional” também é de decréscimo, e a média é inferior à da Argentina (0,10% no Brasil), como se vê no gráfico 16.

GRÁFICO 16 - Taxa de menções a “internacional” no Brasil.



Fonte: Elaboração própria do autor.

Mesmo ausente durante cinco anos, a referência ao cenário internacional é presença mais ou menos constante na elaboração discursiva dos deputados brasileiros, mas apresenta uma leve taxa de declínio e uma taxa bastante inferior à da Argentina.

De toda forma, a menção ao cenário internacional, mesmo que relevante e profundamente ligado à forma de análise e discurso dos trotskistas, é a locução que apresenta menos solidez para nossa análise. Por estarmos analisando proposições legislativas nacionais, não é difícil imaginar que as referências internacionais devam ser mais ou menos frequentes nos projetos de deputados de várias orientações ideológicas, uma vez que referenciar o cenário internacional ou experiências de outros países pode ser um expediente relativamente comum na argumentação de qualquer deputado. Já as taxas de frequências dos termos “imperialismo”, “exploração” e “capitalismo” podem ser resultados mais sólidos acerca da orientação ideológica dos trotskistas.

QUADRO 10 - Variação das locuções ideológicas e atores/sujeitos.

	Brasil	Argentina
Atores/sujeitos		
Trabalhadores	Descendente	Ascendente
Cidadãos	Ascendente	Ascendente
Sujeito predominante com o passar do tempo	Cidadãos	Trabalhadores
Locuções ideológicas		
Revolução	----	----
Imperialismo	Descendente	Descendente
Internacional	Descendente	Descendente
Capitalismo	Descendente	Ascendente
Exploração	Descendente	Ascendente

Fonte: Elaboração própria do autor.

O resultado final da variação das locuções no campo discursivo analisado está expresso no quadro 9. Temos aqui, para os deputados brasileiros, um claro movimento de moderação discursiva marcado pela referência cada vez menor aos trabalhadores e cada vez maior aos cidadãos, sendo que a diferença entre a taxa de uso de trabalhadores e cidadãos é positiva para esse último termo. Há também, ao mesmo tempo, um uso cada vez menor de locuções ideológicas identificadoras do pensamento político trotskista. Isso quer dizer que no Brasil todos os indicadores são coerentes com o aumento da moderação. Na Argentina, no campo dos atores/sujeitos, temos um movimento diferente, com não só o aumento de referência aos trabalhadores, mas também um aumento das referências ao uso do termo cidadãos. No entanto, comparados um contra o outro, registramos ao longo do tempo um saldo positivo para o uso do termo trabalhadores em relação a cidadãos. Já no que tange às locuções ideológicas, há um movimento contraditório, de ascensão das referências ao capitalismo e à exploração e declínio do uso dos termos imperialismo e internacional. Ainda assim, na Argentina, a maioria dos indicadores não indica moderação.

A partir dos dados obtidos, é possível afirmar, até aqui, a confirmação de nossa hipótese inicial, uma vez que o Brasil concentra todos os deputados profissionalizados (mesmo que também tenha um percentual de não profissionalizados), enquanto, na Argentina, todos estão na categoria de não profissionalizados. Assim, temos que no Brasil, onde estão os profissionalizados, o discurso apresenta moderação com o passar do tempo, enquanto na Argentina, onde estão os não profissionalizados, a maioria dos marcadores indica a não moderação.

5.2 SISTEMA, ANTISSISTEMA E PROPOSTAS LEGISLATIVAS

A ideia de conduta ou ideias antissistêmicas é utilizada em diversas investigações, tanto para se referir a agrupamentos de direita (TELLES, 2018; FERRARI, 2012; GOMES, 2017, VINHA, 2018) quanto de esquerda (MODONESI, 2015; REIS, 2013; GOMES, 2017; ROJAS, 2013), mas sem passar do enunciado da definição sartoriana, de que partidos antissistema são aqueles que em sua ação enfraquecem a legitimidade do regime a que se opõem (Sartori, 1982, p. 158). A ação de um partido, capaz de enfraquecer a legitimidade de um regime, pode se dar em diferentes cenários e meios, como, por exemplo, em manifestações de rua, campanhas nos meios de comunicação, conduta administrativa, etc. Mas o que nos importa aqui, em alinhamento com os objetivos de nossa pesquisa, é saber se as proposições legislativas apontam no sentido do enfraquecimento da legitimidade do regime.

Para tanto, é preciso estabelecer como legitimidade e regime são articulados nessa definição sartoriana a respeito das condutas antissistema. Primeiramente, tomamos a definição de legitimidade que

consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. (LEVI, 1998a, p. 675).

Já regime, mais precisamente regime político, se entende como

o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições. (LEVI, 1998b, p. 1081)

Assim, temos que ação antissistema é aquela que busca solapar o consenso e a obediência frente ao Estado, suas instituições e valores.

Seguindo ainda o percurso de Sartori, temos que a conotação mais específica da definição remete ao fato de que um partido antissistema não possui interesse em modificar o governo, se pudesse, mas o próprio sistema de governo ao qual se opõe, por princípio (SARTORI, 1982, p. 158). Assim, fica claro que a conduta antissistema não partilha dos mesmos valores da ordem na qual opera, sendo uma ideologia estranha a essa ordem (SARTORI, 1982, p. 158). Isso parece estar muito próximo de uma conduta revolucionária, mas não é igual, uma vez que os revolucionários estão dedicados ao preparo da revolução, ou seja, seu acento tônico está no porvir, mesmo que desenvolvam também uma atividade antissistêmica. Temos, assim, que nem todo antissistêmico é revolucionário, mas todo revolucionário é também antissistêmico.

Outra ideia relevante de Sartori e que está relacionada ao conceito de partido antissistema é a ideia de “oposição irresponsável”, ou seja, aquele agrupamento político à margem do rodízio do poder, que possui pouca probabilidade de acessar cargos executivos e tende a adotar uma oposição irresponsável, já que não possui expectativa de ter que realizar aquilo que prega (SARTORI, 1982, p. 164). Mesmo partidos não antissistêmicos podem desenvolver uma conduta irresponsável, na medida em que fiquem alijados por muito tempo do poder. No entanto, essa conduta, certamente, é mais provável e recorrente nos partidos antissistêmicos.

Tal conduta também é analisada por Linz (1991), que desenvolve a ideia de oposição desleal ao sistema democrático, “*que cuestionan la existencia del régimen y quieren cambiarlo*” (LINZ, 1991, p. 57). Essa oposição desleal pode ser de vários tipos, como assinala o autor, como, por exemplo, separatistas e anarquistas, que não querem necessariamente a tomada do poder. Já os partidos com pretensões à conquista do poder, como, por exemplo, os comunistas, desenvolvem uma oposição desleal com outros objetivos, revolucionários. Linz (1991, p. 39) defende que uma revolução é caracterizada por uma dupla soberania, quando um governo é colocado sob risco a partir da competição de dois sistemas políticos mutuamente excludentes e tal situação se resolve com a prevalência do novo sistema político.

O próprio Linz (1991, p. 57) indica que essa noção de dupla soberania foi também articulada por Trotsky. E o autor está correto. Trotsky dedica um capítulo de seu livro sobre a revolução russa para discutir o que foi traduzido como “dualidade de

poder”⁸⁷ (TROTSKY, 1977, p. 184-191), em que conceitua essa dualidade como uma situação precária de divisão do poder Estatal entre dois contentores, mesmo que o aparelho oficial estatal permaneça nas mãos dos antigos possuidores (TROTSKY, 1977, p. 185). É assim que ele interpreta a revolução russa na qual se desenrolou a disputa de poder entre os conselhos populares (os soviets) e o governo provisório.

Nesses termos, conduzir uma análise categórica das propostas legislativas apresentadas, classificando-as como sendo ou não sendo antissistêmicas, nos conduziria à conclusão de que quase nenhuma delas preenche os requisitos conceituais capazes de afirmar que alguma das propostas enfraquece a legitimidade do regime a que se opõe. E não é difícil imaginar os motivos. Em primeiro lugar, não é compatível com a ideia de revolução defendida pelos trotskistas que essa transformação radical seria promovida pela aprovação de projetos de lei. Nos marcos da teoria da revolução que anima os trotskistas, a presença no parlamento possui importância tática e estratégica por outros motivos, que não a apresentação de projetos de lei. Isso não significa que as diversas proposições legislativas sejam absolutamente desimportantes, mas mostra que, em geral, elas cumprem outra função - a de vincular demandas mais ou menos imediatas de setores da classe trabalhadora aos mandatos parlamentares, fazendo com que a mobilização pela aprovação dessa ou daquela proposta legislativa propicie mobilização social e crescimento da consciência e organização, podendo ainda reverter isso em crescimento e recrutamento para o próprio partido/organização.

A raiz dessa orientação de conduta pode ser buscada em Lenin, que não recusa ou defende a participação parlamentar por princípio, mas a vê como uma oportunidade. Lenin (1985, p. 67) considera a participação em parlamentos um dos meios para “ensinar, educar e organizar o proletariado em partido de classe independente”⁸⁸, com vistas à revolução. Assim, a participação parlamentar se reveste de um conteúdo pedagógico.

É assim, por exemplo, que enxergam os trotskistas do *Partido Obrero*, na Argentina:

⁸⁷ E segundo o tradutor da obra para o português, comporta o conceito de soberania a partir do termo russo *dvoevlastia*, empregado pelo autor no título do capítulo (Ver Trotsky, 1977, 184).

⁸⁸ O contexto dessa definição é a participação nas eleições de 1917 para a assembleia constituinte, que depois seria fechada pelos *soviets* sob comando bolchevique no ano seguinte.

“la acción parlamentaria fue un factor de desarrollo de la consciencia de la clase obrera. Los proyectos de ley de los parlamentarios revolucionarios desarrollan políticamente las reivindicaciones que surgen cotidianamente de las luchas de los trabajadores y las colocan en un plano de confrontación política.” (RAMAL, 2017, p. 12).

Já a DS, no curso de um debate interno ao PT sobre a estratégia de transformação socialista da sociedade, em 1990, apresenta uma definição diferente. Em primeiro lugar, defende como estratégia um movimento de pinça composto, por um lado, pela ocupação de postos na institucionalidade (incluindo postos parlamentares) e, por outro lado, pela criação do que chama de “poder popular⁸⁹”. Esses dois movimentos se lançariam contra o centro do poder burguês. Trata-se de um ideário antissistêmico, sem dúvida, mas voltado à construção de uma “nova legalidade”, como deixa claro o autor:

esta opção estratégica exige a ruptura com o Estado burguês. Isto é, exige o desmonte de suas estruturas de repressão, dos inúmeros mecanismos da burocracia através dos quais o grande capital faz valer os seus interesses. Exige, além disso, a criação de uma nova legalidade assentada em uma nova concepção de representação política e de exercício de poder. (GUIMARÃES, 1990).

Essa é uma estratégia assumidamente diferente do paradigma bolchevique⁹⁰ e compreende cinco elementos: (1) a construção do partido revolucionário, (2) a criação dos organismos de poder popular, (3) a formação do bloco antimonopolista (a questão das alianças), (4) a ocupação de posições na institucionalidade e (5) o enfrentamento do problema militar (GUIMARÃES, 1990). O ponto específico 4, em relação à ocupação de posições na institucionalidade, remete a sua busca ao “processo de construção da hegemonia, de alteração da correlação de forças entre as classes sociais e do isolamento do grande capital” (GUIMARÃES, 1990), remetendo, ainda, ao conceito de hegemonia. Ainda no que se refere à ocupação de postos na institucionalidade, o autor reconhece um papel negativo, de solapar a dominação do

⁸⁹ Sem dúvida, aqui temos uma forte distinção da DS em relação às outras organizações trotskistas e mesmo em relação a esquerda em geral. “Os organismos de poder popular correspondem à incorporação de dezenas de milhões ao processo da luta de classe. São a força orgânica da revolução. Constituem os instrumentos do aprendizado das grandes massas na arte de governar.” (GUIMARÃES, 1990). Esses organismos de poder popular possuem seus embriões nos conselhos de todo tipo e em especial no Orçamento Participativo.

⁹⁰ Como revela o próprio autor: “Esta hipótese central estabelece um traço de diferenciação nítido entre a experiência brasileira e a experiência bolchevique, onde as possibilidades de acumulação de forças no plano institucional eram bastante reduzidas.” (GUIMARÃES, 1990).

“grande capital” em relação ao aparelho⁹¹ de Estado, mas também um papel positivo, em que a

ocupação de posições nos campos parlamentar e executivo pelos trabalhadores tem já de ir criando referências novas de exercício do poder. Portanto, a própria ocupação de posições na institucionalidade deve ser acompanhada de uma prática que supere os seus limites, as suas distorções (GUIMARÃES, 1990).

Tal posição foi objeto de crítica, no curso desse debate sobre estratégia dentro do PT, por parte de outra organização trotskista, O Trabalho, que, colocando em questão as teses mandelistas, firmou sua posição sobre a participação institucional em marcos muito mais antissistêmicos do que a DS, como se pode ver:

A presença na institucionalidade estatal está a serviço de sua destruição e substituição pela República dos Conselhos, ou ela é instrumento de reforma desse Estado ao qual se encabresta o poder popular (conselhos), transformado em órgão de colaboração e pressão? Que se desculpe o antigo da fórmula, repitamos - reforma ou revolução? (SOKOL, 1991).

Podemos ver, assim, mesmo que sem abranger todos os grupos trotskistas com representação parlamentar, que mesmo aquela definição conceitual leninista a respeito do carácter pedagógico da participação parlamentar não é apropriada de maneira igual pelos grupos trotskistas, podendo encontrar versões mais abrangentes do que seria a participação institucional e versões mais restritivas.

Dado esse contexto, para a análise a respeito do carácter antissistêmico dos projetos, como já dissemos, não seria produtivo adotar uma análise categórica que definisse os projetos como sendo ou não sendo antissistêmicos. Mais produtivo aqui seria verificar o quanto um projeto se aproxima do conceito de antissistema, desenvolvendo uma análise linear dos projetos, classificando-os como mais próximos ou mais distantes do conceito de antissistema.

Assim, um primeiro passo para organizar a análise foi classificar as proposições legislativas de acordo com seu assunto, para que possamos identificar aquele conjunto de projetos com possibilidade de apresentar maior proximidade com uma classificação antissistêmica. Para essa classificação, adotamos a proposição de Amorim Neto e Santos (2002), de dividir os assuntos em oito tipos: administrativos,

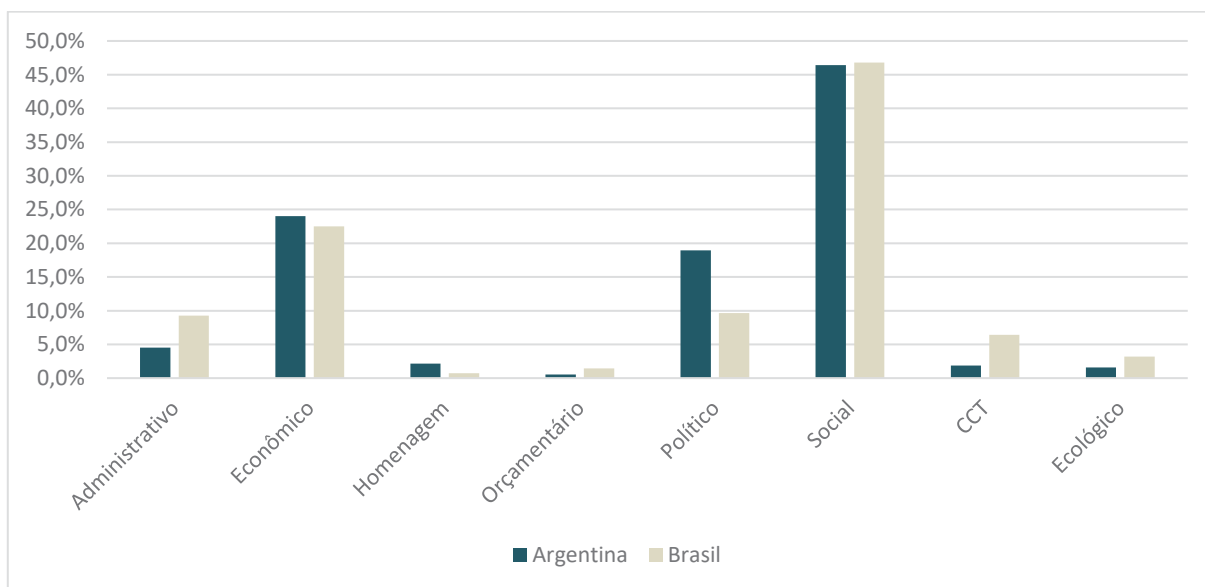
⁹¹ Aqui, mais um conceito importado de outras tradições marxistas.

econômicos, homenagem, orçamentário, político, social, cultura / ciência / tecnologia e ecológico. Essa divisão nos permite responder a uma primeira questão intermediária: sobre o que legislam os parlamentares trotskistas?

5.2.1 O que propõem os deputados trotskistas?

O que se percebe é, em primeiro lugar, que não existe diferença significativa entre os assuntos de produção legislativa brasileira e argentina de lavra dos trotskistas. Nos dois países, os assuntos mais abarcados pelas proposições legislativas são igualmente: social (1º), econômico (2º), político (3º) e administrativo (4º). Esses assuntos concentram 88% da produção entre os parlamentares trotskistas brasileiros e 93% entre os argentinos. E essa é exatamente a mesma ordem de grandeza da produção do conjunto do parlamento brasileiro, entre 1985 e 1990⁹² (AMORIN NETO e SANTOS, 2002, p. 104).

GRÁFICO 17 - Assuntos das proposições legislativas dos deputados trotskistas no Brasil e Argentina.



Fonte: elaboração própria do autor.

⁹² No estudo de Amorin Neto e Santos (2002, p. 104) estes 4 assuntos mais abrangidos somam 90% das proposições. E estão na mesma ordem, ou seja, social (1º), econômico (2º), político (3º) e administrativo (4º).

No assunto mais recorrente, o “social”, quatro assuntos específicos compõem metade dos projetos apresentados. No Brasil, por ordem de recorrência, são mais numerosos os subtemas: direito trabalhista, educação, salário e saúde. Já na Argentina são: direito trabalhista, previdência social, salário e gênero.

Nada inesperado que direito trabalhista seja o assunto específico mais abordado na área social em ambos os países, não só pelo fato de o sindicalismo ser um espaço importante de recrutamento de deputados, mas em razão da própria ideologia trotskista, baseada na luta de classes. Em geral, os projetos ampliam direitos trabalhistas e regulamentam outros em benefício dos trabalhadores, atingindo principalmente trabalhadores da iniciativa privada e, em menor número, os servidores públicos e, também, os trabalhadores desempregados⁹³. Existe, contudo, uma diferença significativa entre os dois países: enquanto no Brasil os projetos específicos sobre direito trabalhista se dividem de maneira mais ou menos igual em todos os períodos, na Argentina eles se concentram (31 de 38) nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

Na Argentina, os temas ligados ao mundo do trabalho (previdência e salário) são ainda os segundo e terceiro mais recorrentes na área social, sempre na linha de ampliação de direitos previdenciários e concessão de aumentos salariais. No Brasil, o tema específico “salário” diz respeito, principalmente, ao reajuste do salário mínimo. Além disso, no Brasil, o tema da educação é o segundo mais recorrente, com as proposições propugnando a criação de instituições de ensino, legislando sobre currículo, financiamento, avaliação, mensalidades, etc. Já no que se refere à “saúde”, o quarto tema específico mais recorrente, as disposições são bastante variadas.

Por fim, no tema social, o subtema “gênero” aparece com alguma relevância na Argentina (mas não no Brasil, onde nenhum projeto foi classificado com esse tema específico). Mas, aqui, uma explicação ligada aos contextos históricos é bastante elucidativa. Embora o feminismo não seja um movimento novo, apenas recentemente os partidos de esquerda estão abraçando as causas relativas a gênero, diversidade sexual e correlatos, e, ainda assim, não sem tensões. Na Argentina, não foi outro o

⁹³ No Brasil, a divisão é: “trabalhadores do setor privado”, 61% dos projetos; “trabalhadores vinculados ao Estado”, 30% dos projetos e; desempregados, 9% dos projetos. Na Argentina, a divisão é: “trabalhadores do setor privado”, 71% dos projetos; “trabalhadores vinculados ao Estado”, 21% dos projetos e; desempregados 8%, dos projetos. Portanto, no Brasil há um pouco mais de atenção com os servidores em geral do que na Argentina, o que se explica pela grande quantidade de sindicalistas do setor público entre os deputados trotskistas no Brasil.

espaço de emergência das demandas feministas e de gênero no debate político se não os partidos trotskistas. O PST de Moreno foi o pioneiro nesse debate (FREGA, 2019, p. 30) nos anos 1970, quando o próprio movimento feminista se estruturava no país. No entanto, como já dissemos, não é sem tensões que esse debate se realiza no interior do próprio trotskismo argentino, já que, por exemplo, o Partido Obrero, em que pese tenha tido uma de suas parlamentares como protagonista nos debates acerca da legalização do aborto no parlamento nacional em 2018, fez do debate acerca da incorporação da linguagem inclusiva e da aproximação entre os conceitos de classe e gênero um dos aspectos da ruptura que enfrentou em 2019⁹⁴.

A maioria dos projetos argentinos referentes aos direitos das mulheres e questões de gênero foi apresentado de 2014 em diante, enquanto no Brasil o último deputado trotskista encerrou seu mandato em 2010 e essa variação de período pode ajudar a explicar essa diferença, ou seja, quando esse tema vai se tornando mais emergente e importante para a esquerda em geral no Brasil, já não existem mais deputados trotskistas⁹⁵. Acrescente-se ainda que fizemos uma classificação apartada para projetos que visavam apenas ampliar o direito ao aborto, assunto específico que aparece em 8% dos assuntos “sociais” entre os projetos propostos pelos trotskistas argentinos e em apenas um projeto (0,4%) por parte dos brasileiros. Aqui, temos uma diferença sensível a respeito da maneira como esse debate está posto nos dois países. No Brasil, a partir do ano 2000, predominou uma ofensiva conservadora contra o direito ao aborto no parlamento (MIGUEL, BIROLI e MARIANO, 2017, p. 232), enquanto na Argentina, ao contrário, o movimento dos “*pañuelos verdes*”⁹⁶ logrou a aprovação do direito ao aborto em 2018 na Câmara dos Deputados, mesmo que depois o projeto tenha sido recusado no Senado, o que mostra que os dois países se encontram em momentos muito diferentes nesse debate.

⁹⁴ E não só o PO se viu com sérias divergências nessa seara. A CIT, a segunda maior organização trotskista internacional, passou por uma divisão em 2019 calcada justamente no debate acerca do lugar que as demandas de gênero deveriam ocupar na pauta dos trotskistas.

⁹⁵ Alguns exemplos sustentam essa nossa afirmativa: Luciana Genro, enquanto deputada federal, não apresentou nenhum projeto que tivesse as mulheres como beneficiárias específicas. No entanto, ao menos desde sua candidatura presidencial de 2014, vocaliza com força as questões de gênero. Outro exemplo são as atuais deputadas trotskistas brasileiras. A deputada federal Sâmia Bonfim, do MES (mesma organização de Luciana Genro), por exemplo, apresentou, até junho de 2019, onze proposições legislativas (PL, PLC e PLP). Dessas proposições, ao menos quatro tratam especificamente de direitos das mulheres.

⁹⁶ O movimento pró-legalização do aborto utilizava lenços verdes como símbolo, enquanto o movimento contrário utilizava lenços azuis (CARMO, 2018)

Na temática econômica, os mesmos três assuntos específicos também representam mais de 50% dos projetos apresentados: estatização/privatização, empregos e impostos. Mas registramos abordagens diferentes no que se refere à estatização/privatização.

Segundo Pena (2008, p. 36), a iniciativa de privatizar empresas públicas surge no contexto posterior à crise capitalista mundial dos anos 1970, que teve como consequência a deterioração das contas públicas da maioria dos países, o endividamento dos governos e o abalo do modelo de desenvolvimento keynesiano, substituído agora por uma ideia de que o Estado deveria participar diretamente o mínimo possível da vida econômica. Vender ativos econômicos estatais atendia, então, à necessidade de gerar recursos para reequilibrar orçamentos e encaixava-se como resposta condizente com a ideologia econômica neoliberal.

Ainda segundo Pena (2008, p. 37-45), no Brasil, a agenda privatista dividiu-se em três períodos: o primeiro nos anos 1980, marcado pela venda de ativos do BNDES; o segundo, iniciado com a Lei Nº 8.031, de 12/04/90, que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND), e o terceiro, marcado pela aprovação da Lei das Concessões, em 1995. Se no primeiro período foram alienadas participações estatais em pequenas e médias empresas, no segundo, teve início um amplo programa de privatizações, que incluiu as emblemáticas siderúrgicas Usiminas e CSN, assim como também a fabricante de aviões Embraer. Com a privatização da mineradora Companhia Vale do Rio Doce e do sistema Telebrás, o programa de privatizações atingiu seu auge entre 1997 e 1998. Os governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram os campeões de privatizações.

Já na Argentina, além de utilizar as privatizações como via para tentar equilibrar o orçamento, a adoção dessa orientação econômica também significou a tentativa do governo Menem (1989-1999) de ganhar a confiança do mercado (LLANOS, 1998, p. 748). Isso porque sua eleição foi marcada por uma forte retórica e simbologia peronista, revertida rapidamente no plano prático e simbólico com a adoção das privatizações em larga escala já no início de seu mandato, entre 1989 e 1992, quando foram apresentados dez dos 16 projetos de privatizações e entraram em vigor nove desses dez projetos apresentados. Durante o governo Menem, o campeão das privatizações, os setores de eletricidade, gás, petróleo, portos, pensões e outros foram colocados sob controle privado.

Durante o ciclo político seguinte, seja no Brasil ou na Argentina, com a chegada ao poder de governos de centro-esquerda, com o PT (2002 – 2016) e os Kirchner (2003-2015), novas privatizações passam a ocorrer em ritmo muito lento no Brasil, mas nenhuma das privatizações do período anterior é revista, enquanto na Argentina setores pontuais (mas não pouco importantes) voltam para as mãos do Estado, seja através da rescisão de contratos de concessão, seja com a criação de empresas estatais de capital misto⁹⁷.

Temos, então, o cenário que nos permite entender uma diferença importante: no Brasil, os projetos que versam sobre privatizações tratam de impedir que as privatizações aconteçam, enquanto na Argentina, majoritariamente, tratam de reestatização. No Brasil, todos os projetos sobre privatizações foram propostos entre 1991 e 1993 e visavam alterar a Lei Nº 8.031/90, que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND), excluindo alguma empresa de seu escopo, para impedir sua privatização. Apenas um projeto propõe a revogação completa dessa lei e a reestatização de todas as empresas privatizadas com base no PND. Mesmo durante os governos do PT, nenhum dos deputados trotskistas sugeriu a revogação do PND ou mesmo qualquer reestatização pontual, o que se mostra alinhado à maneira como os próprios governos petistas tratarão a questão. Já na Argentina, os três períodos de passagem dos trotskistas pelo parlamento, nos anos 1990, em meados de 2000 e a partir de 2014, são marcados por projetos de reestatização ou mesmo estatização.

É simples explicar o motivo pelo qual o Brasil registra projetos que buscam impedir que empresas sejam privatizadas e a Argentina não. No Brasil, as principais privatizações foram feitas sobre o guarda-chuva da lei 8.031/90. Tratava-se, portanto, de votar leis que impedissem que determinada empresa fosse enquadrada nessa legislação para evitar sua privatização. Já na Argentina, as privatizações foram feitas com aprovação legislativa de cada processo específico, ou seja, votava-se uma autorização para privatização de cada empresa. Por isso, para evitar a privatização de uma empresa, não fazia sentido apresentar um projeto de lei impedindo sua privatização, mas sim tentar a reprovação da autorização legislativa pleiteada pelo governo em cada caso específico.

⁹⁷ Aeroportos, correio, energia, transportes e abastecimento de água foram alguns dos setores que voltaram a ter uma importante participação estatal, segundo Chavez (2007, p. 72-74). Eventualmente, as reestatizações eram feitas inclusive para sanear as empresas para posterior nova privatização.

No entanto, nada disso explica o motivo de terem sido apresentados projetos de reestatização e estatização apenas na Argentina, desde os anos 1990, enquanto no Brasil nenhum projeto foi apresentado nesse sentido. Mas duas diferenças podem sugerir uma explicação: a estatização faz parte do vocabulário político argentino mais do que o brasileiro, já que na Argentina até mesmo o governo de centro-esquerda dos Kirchner lançou mão desse expediente, enquanto aqui, no Brasil, o governo petista nunca colocou no cardápio esse tipo de medida.

No que se refere ao emprego, os projetos brasileiros e argentinos são parecidos. Tanto no Brasil quanto na Argentina se busca dificultar demissões, suspender demissões e até proibi-las temporariamente (sem justa causa). Os projetos, por vezes, abrangem todos os trabalhadores ou um setor específico da economia.

Já as proposições sobre impostos são as mais numerosas dentre os deputados brasileiros na área econômica, mas apenas o terceiro subtema mais recorrente entre os argentinos. Nos dois países, cerca de metade das proposições de matéria econômica versam sobre o imposto de renda (*Impuesto a las Ganancias* na Argentina) e sempre apresentam a mesma orientação, de desonerar os mais pobres e taxar os mais ricos, visando uma tributação de caráter progressivo.

As proposições acerca de temas exclusivamente políticos são as terceiras mais numerosas tanto no Brasil quanto na Argentina entre os deputados trotskistas. O tema político específico mais numeroso no Brasil e o terceiro mais numeroso na Argentina são aqueles que se referem a eleições. No Brasil, dois desses projetos endurecem as regras de inelegibilidade para políticos cassados. Os demais versam sobre os mais diferentes temas, indo desde a reformulação do cálculo da proporcionalidade na distribuição de vagas de deputados entre os Estados, passando pela permissão de alistamento eleitoral de militares, pela possibilidade dos brasileiros que moram no exterior elegerem deputados, assim como o estabelecimento de limites de gastos nas eleições. Outros temas específicos com maior número de projetos, na área política, dizem respeito a relações exteriores e à corrupção de agentes políticos.

Já na Argentina, os projetos do tema específico “eleições” dizem respeito aos mais variados assuntos, repetindo-se apenas um projeto acerca da inscrição de imigrantes estrangeiros como eleitores. Os demais tratam de criar um horário eleitoral nos meios de comunicação, aumentar a cota de gênero nas listas de candidatura para

50%⁹⁸ e reordenar a distribuição de cadeiras em relação aos distritos, buscando, assim como no Brasil, uma relação mais equivalente entre número de eleitores e vagas. Uma outra proposição, acerca do financiamento eleitoral, propõe que os custos de campanha sejam arcados exclusivamente com dinheiro público, distribuído de forma igualitária entre todas as coligações inscritas, assim como o tempo de rádio e TV, vetando o financiamento de pessoas físicas ou jurídicas. Adoção da urna eletrônica, o afastamento de cargos comissionados para concorrerem a eleições, bem como o fim da cláusula de barreira de 3% para eleição de deputados são alguns dos outros temas tratados no subtema específico das eleições.

Como se percebe, tanto no Brasil quanto na Argentina a orientação geral dos projetos vai no sentido de aprimorar o sistema eleitoral vigente, com algumas questões específicas que merecem destaque. Primeiro, a apresentação, no Brasil, por uma deputada da DS de um projeto de lei versando sobre o voto dos militares. Segundo o Estatuto dos Militares, já são alistáveis e elegíveis todos os militares com patentes iguais ou superiores a de sargento, estando excluídos, portanto, apenas cabos e soldados. O projeto de lei apresentado visava estender esse direito a essas patentes inferiores. Já na Argentina, o projeto referente ao financiamento das eleições, prevendo seu financiamento exclusivamente estatal, é um aparente paradoxo. Se, como afirma Marengo (2010, p. 822), o modelo de partidos de massa, financiados por militantes voluntários, está em declínio, não é difícil perceber que, ainda assim, os partidos trotskistas guardam na sua relação com os militantes organizados características importantes desse modelo, sendo a proposta de financiamento eleitoral exclusivamente estatal uma aparente contradição. Mas é possível entender essa proposta como uma reação aos modelos de financiamento privado que permitam o financiamento empresarial ou mesmo de pessoas físicas sem limites, o que coloca os partidos de extrema-esquerda em flagrante desvantagem.

Na Argentina, no entanto, mais significativos em quantidade são os projetos, no grande tema da política, que abordam a ditadura militar pela qual o país passou. São um subconjunto de projetos que se inserem nas disputas pela punição dos militares acusados de tortura, na abertura dos arquivos da repressão política, e que preveem a criação de diversas comissões para investigar aspectos específicos da

⁹⁸ O que posteriormente foi alcançado.

ditadura militar. No Brasil, não existe nada parecido em termos de quantidade. Nesse subtema, certamente temos o reflexo dos diferentes processos de transição à democracia pelo qual passaram Brasil e Argentina. Segundo Linz e Stepan (p. 230, 1999), a “Argentina teve a única transição não-pactuada e a mais livre, em termos clássicos, entre nossos quatro casos sul-americanos⁹⁹”. Mesmo que a ditadura argentina não tenha caído em um processo revolucionário (como em Portugal), sua queda em câmera lenta não deixou de ser uma queda, com os militares quase sem margem de negociação dos termos em que se organizaria o novo regime. Isso resultou no julgamento e prisão de boa parte dos envolvidos no golpe e na repressão. Mas não foi um processo sem idas e vindas, já que, entre 1987 e 1990, quatro levantes militares¹⁰⁰ fracassados tentaram impedir esse acerto de contas. E não foi um processo linear, já que leis em 1986 e 1987 (Ponto final e Obediência Devida), assim como anistias instituídas por Carlos Menem, entre 1989 e 1990, tentaram interromper o processo de punição aos torturadores e assassinos. Assim, dos projetos apresentados pelos deputados trotskistas, entre 2002 e 2005, ao menos nove procuravam anular as leis de anistia de 1986, 1987 e os decretos complementares de Menem. Já o caso brasileiro, marcado por uma transição democrática “longa e cerceada” (LINZ; STEPAN, 1999, p. 204), possibilitou aos militares impor, em grande medida, as características do novo regime, resguardando-se de punições e mantendo um papel institucional importante. Não existiram nos governos pós-ditadura brasileiros qualquer ação no sentido de reverter esse arranjo¹⁰¹ e só um projeto apresentado pelos trotskistas brasileiros visava punir os torturadores da ditadura militar.

Aos projetos que classificamos como relativos à ditadura, na Argentina, dentro da área política, juntam-se ainda outros tantos que classificamos como referentes aos direitos humanos e que dizem respeito a indenizações, investigações, normas, etc. Eles se referem, em grande parte, a violações de direitos humanos ocorridos durante a última ditadura militar.

O quadro dos três temas específicos mais recorrentes no tema geral “política” se completa com a anotação de que, no Brasil, o terceiro maior volume de projetos

⁹⁹ Os quatro casos analisados são Brasil, Uruguai, Argentina e Chile.

¹⁰⁰ Chamados de “*carapintadas*”.

¹⁰¹ Talvez o único passo, tímido, que se possa enunciar tenha sido a constituição da Comissão da Verdade, em 2011, e que mesmo sem qualquer poder para punir qualquer um, foi objeto de muitas críticas de setores militares.

diz respeito à “corrupção”. Um deles cria uma “comissão de combate à corrupção” integrada por membros da sociedade civil. Outros acrescentam punições para o crime de corrupção na administração pública.

Apresentado esse resumo dos principais traços da produção legislativa dos trotskistas brasileiros e argentinos, passaremos agora ao exame dos projetos com potencial antissistêmico.

5.2.2 Projetos com potencial antissistêmico

Retomamos, aqui, a discussão, já esboçada no início do item 5.2., a respeito do que seriam projetos antissistêmicos. Também recuperamos a ideia acerca de que essas proposições devem não só apontar no sentido do enfraquecimento da legitimidade do regime (SARTORI, 1982, p. 158), mas também se caracterizar pela “irresponsabilidade” (SARTORI, 1982, p. 164), o que se conjuga com o caráter “pedagógico” da atuação parlamentar defendido por Lenin (1985, p. 67). Por fim, aquilo que aponta no sentido da dualidade de poderes, nos termos expressos por Linz (1991, p. 57) e Trotsky (1977, p. 184-191), também deve ser levado em conta.

Assim, temos um conjunto de filtros que permitem selecionar um pequeno conjunto de projetos com “potencial” antissistêmico. E dizemos “potencial”, pois é disso que se trata, buscar projetos que apontam na direção contrária ao regime, mesmo que em um aspecto lateral, mesmo que sem propor uma mudança gigantesca, mas que possa ser compreendido como portador, em algum grau, de características antissistêmicas.

Certamente, nenhum projeto de lei guarda mais características de potencial antissistêmico do que aquele que determina a convocação de uma nova Assembleia Constituinte. Um projeto (6771-D-2002) com esse teor foi apresentado na Câmara do Deputados da Argentina pela deputada Patrícia Walsh, do MST, em 2002. O projeto previa a reforma integral da Constituição, indo ao coração do sistema político, ou seja, seu regramento mais fundamental. Propôs ainda que a eleição para essa assembleia constituinte se daria nos mesmos moldes das eleições legislativas, mas que a remuneração dos deputados constituintes seria igual a de um professor.

A história constitucional argentina guarda importantes diferenças com a brasileira. Como já vimos anteriormente¹⁰², a constituição argentina segue o modelo norte-americano, estabelecendo apenas o arcabouço legal fundamental de um país organizado com base em um federalismo mais pronunciado que o brasileiro, combinado com um executivo nacional forte. Mas outras diferenças são também importantes. A constituição argentina é a mesma desde 1853, mesmo que tenha sido suspensa em várias oportunidades e sofrido reformas significativas em outras. É através dos instrumentos da suspensão e das amplas reformas que ela absorve as mudanças políticas mais pronunciadas ocorridas por conta dos golpes, derrubadas de presidentes e trocas de grupos dominantes. Mas essas diferenças não diminuem o traço geral comum de relativa instabilidade institucional e uma “instrumentalização da Constituição em face da reprodução de uma dinâmica de um ‘hiperpresidencialismo’” (ENGELMANN; PENNA, 2016, p. 511)¹⁰³.

O contexto de apresentação desse projeto é o momento exatamente posterior ao “*argentínazo*” de 2001, em que grandes manifestações populares provocaram a queda de três presidentes, em sequência. O *argentínazo* não foi um raio em céu azul, mas pode ser explicado pela

“forma de implementação dos ajustes [econômicos, que] significou o desmonte dos instrumentos que poderiam servir como fonte de legitimidade, deixando o Estado impossibilitado de intervir na construção do consenso, restando-lhe, portanto, os instrumentos de coerção.” (ALVES, 2009, p. 129)

Desde 1999 até 2001, já sob o governo de Fernando De La Rúa (FREPASO¹⁰⁴ – UCR), a Argentina havia registrado oito greves gerais e a emergência do *Movimiento Piquetero*¹⁰⁵ (que congrega desempregados e adicionou ao repertório dos movimentos sociais o *corte de ruta* – bloqueio de ruas e estradas – utilizado até hoje). As greves gerais foram reações às reduções de direitos trabalhistas e à dinâmica geral de conflitos salariais, enquanto os *Piqueteros* representaram a ascensão organizativa dos desempregados como movimento social, ou seja, o contexto de implantação da

¹⁰² Ver nota de rodapé 6.

¹⁰³ Esta é a maneira que os autores mencionados se referem a posição de outro autor sobre o assunto: (FREER, 2015).

¹⁰⁴ Frente País Solidário, coalizão que tinha como dirigentes ex-justicialistas críticos de Menem por sua guinada neoliberal.

¹⁰⁵ Cf. Alves (2009, p. 130).

agenda neoliberal pelo governo Menem havia gerado uma resistência popular que só se acentuava quanto mais o modelo piorava os indicadores sociais, em especial após a emergência da crise econômica mexicana de 1994, que afetou diversos países, inclusive a Argentina.

Acosado por uma severa crise econômica, por uma oposição peronista que controlava o Senado e uma tênue maioria na Câmara dos Deputados, a administração De La Rúa adotou o *corralito* (sequestro das contas bancárias) como última medida para deter a crise econômica, o que foi a gota d'água para a paciência dos argentinos, que sob o lema *!Que se vayan todos!*¹⁰⁶, realizaram gigantescas manifestações em dezembro de 2001, seguidas de intensa repressão policial. Frente às fortes manifestações, De La Rúa apresentou sua renúncia em 20 de dezembro. Em um rápido intervalo de tempo, três presidentes provisórios sucederem-se, e, na tentativa de estabilizar a situação, um acordo entre os três principais partidos, Justicialista, FREPASO e UCR, é escolhido, via parlamento, o senador peronista Eduardo Duhalde (ex-vice de Menem e ex-governador provincial) como novo presidente. A sombra do *Argentinazo* pairou sobre todo o governo de Duhalde e não por acaso foi a morte de dois militantes *piqueteros* em um ato de repressão a um *corte de ruta* que levou à antecipação das eleições em seis meses, em 2003.

Após a crise de 2001, existia na esquerda argentina e mesmo no amplo espectro do “progressismo”,

“quienes plantearan la necesidad de una reforma constitucional cuyo filo principal iba en el sentido de un carácter más “directo” de la democracia; no era claro el diseño de la propuesta, pero el espíritu que la animaba era de rechazo al sistema representativo”. (MOCCA, 2008, p. 137).

Foi nesse contexto marcado pela sombra do *Argentinazo*, da crise institucional e econômica, que o projeto de convocação de uma Assembleia Constituinte foi apresentado pela deputada do MST, em outubro de 2002.

Essa proposta de realização de uma assembleia constituinte guarda relação com o programa de fundação da IV Internacional. Faz parte, portanto, do “cardápio” de soluções orientadas ideologicamente do trotskismo. O programa da IV Internacional advoga a luta pela Assembleia Nacional Constituinte como uma palavra

¹⁰⁶ “(...) sintetizando a ruptura do consenso por parte dos sujeitos em luta” (ALVES, 2009, p. 138).

de ordem democrática nos países “atrasados”, tomando como exemplo a Índia e a China da década de 1940, ligando essa orientação com a luta pela emancipação nacional e a reforma agrária (IV INTERNACIONAL, 1979, p. 102). É o mesmo sentido do que já discutimos como a teoria da revolução permanente, em que as palavras de ordem democráticas se ligam também à luta pelo próprio socialismo, em um único movimento (IV INTERNACIONAL, 1979, p. 103). Assim, para os trotskistas, a proposição de uma Assembleia Constituinte é mais do que a simples renovação das instituições. É parte da luta pela própria revolução nos países menos desenvolvidos, estando aí não só o seu potencial caráter antissistêmico, mas também revolucionário.

Outro projeto com potencial antissistêmico é o que trata do direito ao voto de militares de baixa patente no Brasil. Em dezembro de 1980, o novo estatuto dos militares foi sancionado e entrou em vigor, através da lei 6.880/80, disciplinando em um único instrumento legal as formas de ingresso, a hierarquia, disciplina, cargos, funções, deveres, direitos, a estrutura da remuneração e das pensões (mas não seus valores). Em suma, é o estatuto legal que disciplina toda a vida funcional dos membros das forças armadas brasileiras.

Do ponto de vista dos direitos políticos, o estatuto não veta a participação de militares em atividades políticas, e isso nem seria coerente com o contexto, já que nesse período histórico o Brasil vivia sob o governo do general João Figueiredo. A única restrição trazida pelo documento é a de que o uniforme militar não seja usado em manifestações políticas, bem como suas designações hierárquicas não sejam usadas para participar do debate público. No entanto, a lei também proíbe a participação em manifestações coletivas sobre atos de superiores, assim como também as de caráter reivindicatório ou político. Desenha-se, assim, uma normatização que impede que os setores mais numerosos e de menor patente possam pressionar ou fazer valer sua opinião por meio de seu número - em manifestações públicas -, em atendimento ao próprio princípio da hierarquia, com forte repercussão nos seus direitos políticos. E isso fica mais claro ainda no artigo do estatuto que trata do alistamento eleitoral, permitido aos oficiais, guardas-marinha ou aspirantes a oficial, suboficiais ou subtenentes, sargentos ou alunos das escolas militares de nível superior para formação de oficiais, mas vetado aos militares de baixa patente. Cabos, taifeiros e soldados, justamente os únicos postos sem poder de comando, são aqueles que também não poderiam se alistar como eleitores.

Se o anticomunismo é uma ideologia relativamente duradoura (mesmo que anacrônica atualmente) nas instituições militares (FERREIRA, 2011, p. 4), tendo sido o pano de fundo ideológico do apoio militar ao golpe de 1937 e um dos grandes motivadores do golpe de 1964, a relação da esquerda com os militares e o lugar que ocupam as forças armadas na ideologia de esquerda é menos linear. Diversas organizações e partidos marxistas insistiram em ter as forças armadas como espaço de recrutamento e intervenção política ao longo da história brasileira. O PCB, por exemplo, manteve um importante trabalho de recrutamento no exército pelo menos até 1935, quando o levante frustrado de guarnições militares daquele ano, sob sua influência, ajudou a consolidar o anticomunismo institucional das forças armadas. Até 1964, os próprios trotskistas do Partido Operário Revolucionário mantinham um trabalho de recrutamento de militantes no exército e na aeronáutica (LEAL, 2004, p. 255-264). Mesmo durante a ditadura, casos esporádicos de recrutamento para organizações guerrilheiras, como o caso de Carlos Lamarca, foram registrados.

A matriz do marxismo bolchevique, ao qual o trotskismo pertence, possui a questão militar como parte de suas preocupações. A própria revolução russa não foi feita senão com base na participação de operários, camponeses, mas também numerosos soldados politicamente organizados em conselhos. O programa da IV Internacional, feito às portas da segunda guerra mundial, propugna pela instrução militar dos trabalhadores, pela criação de escolas de formação de oficiais para trabalhadores, bem como pela criação de milícias populares (IV INTERNACIONAL, 1979, 95).

Esse é o contexto histórico, político e ideológico no qual podemos entender o projeto 4.311/2001, apresentado pela deputada da DS Ana Corso (PT). Possibilitar o ingresso de militares de baixa patente no pleno gozo dos direitos políticos é o objetivo expresso na justificativa do projeto, o que guarda relação com a ideia de que a base das forças armadas, composta por pessoas vindas do meio popular, deveria estar ao alcance das eleições, da campanha e, por conseguinte, da disputa das ideias expressas nos momentos eleitorais. O potencial antissistêmico contido nesse projeto vai na direção do enfraquecimento da legitimidade do regime, mesmo que indiretamente, na medida em que o lugar, inclusive constitucional, das forças armadas

está ligado à defesa da ordem e das instituições. Nesse sentido, o projeto favorece o debate político e potencializa a possibilidade de recrutamento em seu interior¹⁰⁷.

Ainda no campo da disputa pelo monopólio do uso legítimo da violência, questão de fundo em última instância no projeto anterior, um outro projeto com potencial antissistêmico foi o que propôs, no Brasil, o deputado da Convergência Socialista Ernesto Gradela (então no PT), com o projeto de lei 1395/1991. O projeto propôs a liberação do porte de arma para diretores de associações, sindicatos, federações e confederações de trabalhadores ou pequenos proprietários rurais. Também estabelecia que os sindicatos poderiam conceder o porte de arma para seus diretores e para outros trabalhadores a serviço do sindicato. A justificativa do projeto mencionava a frequente morte de sindicalistas rurais brasileiros, a exemplo de Chico Mendes, e sugeria que, com a liberação do porte de arma, os sindicalistas teriam, ao menos, a chance de se defender.

Acostumados no Brasil recente ao debate sobre a maior ou menor liberalização da posse e do porte de armas, onde, grosso modo, os grupos mais à direita defendem o direito do “cidadão de bem” armar-se para a defesa de sua vida e de seus bens, em face de ousadia cada vez maior dos bandidos; e a esquerda, por outro lado, em geral, busca a limitação do porte de armas, argumentando sobre sua ineficácia para combater o crime (e pelo contrário, como essa medida pode até aumentar a violência), e pelas prerrogativas do Estado na área de segurança pública, que não devem ser repassadas ao cidadão. Em suma, temos um debate público centrado no eixo da criminalidade.

Já o projeto apresentado não possui a criminalidade como eixo, mas está atravessado por uma concepção de luta de classes, amparada nos pressupostos ideológicos do próprio trotskismo (mas dos comunistas em geral também). O bolchevismo não é pacifismo, no sentido em que mesmo quando se opôs à 1ª Guerra Mundial não o fez com argumentos pacifistas. Os bolcheviques lideraram uma

¹⁰⁷ O que o projeto aparentemente ignora é que os militares de baixa patente já votavam em 2001, quando a proposta foi apresentada. Mesmo que o Estatuto Militar de 1980, copiando os termos da Constituição de 1967, proíba o voto dos militares de baixa patente, a Constituição de 1988 tornou esse dispositivo da lei letra morta, na medida em que vetou o alistamento eleitoral apenas aos conscritos (em serviço militar obrigatório), algo que o projeto expressamente não pretende modificar. Talvez isso explique o motivo da retirada do projeto pela própria autora um pouco mais de um mês depois de sua apresentação. De toda forma, não foi possível ter certeza sobre essa motivação, pois o ofício (OF. DOC. N° 80/GAB.DEP.AC) que requer o arquivamento, da própria autora, não menciona o motivo.

sangrenta guerra civil na Rússia pós-revolução de 1917. A ideia de que a violência é um instrumento legítimo em determinadas condições políticas é próprio do bolchevismo (mas não só dele). No programa de fundação da IV Internacional, está consignado, nesse sentido, que “é necessário propagar a ideia da necessidade da criação de destacamentos operários de autodefesa” (IV INTERNACIONAL, 1979, 88), e ainda que é “necessário lançar a palavra de ordem de milícia operária como única garantia séria para a inviolabilidade das organizações, reuniões e imprensa operária” (IV INTERNACIONAL, 1979, 89), assim como “o armamento do proletariado é o elemento constituinte indispensável de sua luta emancipatória” (IV INTERNACIONAL, 1979, 88).

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, foram mortos no campo brasileiro, de 1985 até 2005, um total de 81 sindicalistas, 62 “lideranças”, 61 assentados e 173 sem-terra, entre outros, contabilizando um total de 1.296 mortes, se incluirmos outras categorias de vítimas ligadas aos trabalhadores (ZIMMERMAN, 2010, p. 157-158). Assim, é possível compreender que, frente ao contexto de mortes violentas das quais os sindicalistas são alvo, o trotskismo tenha como possível solução o armamento dos sindicalistas. E a leitura do projeto deixa claro que não se trata apenas da ideia de armamento individual, para uma defesa individual contra uma possível violência individual. Nada impede, no projeto proposto, que os sindicatos formem grupos de pessoas armadas com a missão de proteger seus diretores, patrulhar acampamentos rurais, ou mesmo escoltar piquetes de greve. E essa conclusão não escapou ao atento relator¹⁰⁸ do projeto na Câmara dos Deputados, que, em sua manifestação contrária, assinalou que

ao promover a distribuição de portes de armas aos diretores e a outros membros das entidades que menciona, está sua proposta promovendo a formação de milícias armadas. (BRASIL, 1991).

Se o Estado é, em uma acepção weberiana, aquele que “reivindica o monopólio do uso legítimo da força física”¹⁰⁹ (WEBER, 1993, p. 56), o potencial

¹⁰⁸ Deputado Aldir Cabral do PTB do Rio de Janeiro. Era formado em direito e delegado da Polícia Federal. Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/74828/biografia>

¹⁰⁹ Não poderíamos deixar passar sem menção que Weber começa a discutir a relação entre Estado e violência citando uma frase que atribui a ninguém menos que Trotsky, que teria dito em Brest Litovski (nas negociações de paz da Primeira Guerra Mundial) que “Todo Estado se funda na força” (Trotsky apud Webber, 1979, p. 56).

antissistêmico do projeto apresentado consiste em pretender entregar os meios de praticar a violência, com mais eficácia, às organizações sindicais¹¹⁰.

O subtema da ditadura militar, como já dissemos no item 5.2.1 desta tese, agrupa diversos projetos na Argentina e apenas um no Brasil. Mas nesse subtema, também temos projetos com potencial antissistêmico, se considerarmos que a forma como se arranhou a punição ou não punição dos militares na redemocratização diz respeito a características fundamentais das democracias nascentes no Brasil e Argentina. A maneira como esse assunto foi tratado perfilou arranjos institucionais democráticos mais ou menos tutelados e, portanto, democracias mais ou menos livres, na medida em que é o reflexo de como aquela elite militar que governava no período anterior entrou para a nova ordem democrática: na cadeia, cumprindo pena pela violação da democracia e dos direitos humanos, ou nos quartéis, como tutoras, em última instância, da ordem pública.

Já discutimos as linhas gerais das diferenças entre Brasil e Argentina no que se refere à transição democrática e ao lugar dos militares na democracia, no item anterior desta tese. Agora, vamos analisar como alguns projetos de lei dos deputados trotskistas buscaram interferir nessa questão.

No Brasil, com sua transição tutelada, apenas um projeto de lei de lavra dos trotskistas aborda a questão. Trata-se do projeto de lei 7430/2010 de Luciana Genro do MES, já como deputada do PSOL. A Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) brasileira dispôs que seriam anistiados todos aqueles que cometeram “(...) crimes políticos ou conexo com estes (...)” e define crimes conexos como “(...) os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”, o que serviu para deixar impunes todos os torturadores e assassinos que, a partir de seus postos no aparelho estatal, cometeram todo tipo de violência e desrespeito aos direitos humanos.

Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF),

¹¹⁰ Não nos escapa que, para Weber, o Estado pode tolerar o uso da violência por grupos ou indivíduos fora do Estado (Webber, 1979, p. 56). No entanto, é o fato dele - o Estado - ter a prerrogativa de tolerar ou não esse uso da violência por fora dele mesmo que o coloca como “única fonte do direito a violência” (Webber, 1979, p. 56). Assim, poderíamos caracterizar como uma conduta inequivocamente antissistêmica a formação de milícias sindicais sem o aval do Estado. Mas, aqui, falamos apenas em potencial antissistêmico porque o projeto busca o aval do Estado, ou seja, sua tolerância, através de um projeto de lei, para a obtenção dos meios de praticar a violência.

argumentando que os crimes cometidos por agentes do Estado poderiam ser classificados como crimes comuns, de modo a permitir-se a punição desses agentes, e ainda, que tal tipo de anistia seria incompatível com os princípios da Constituição de 1988. O pleito foi derrotado no STF¹¹¹ por cinco votos a dois, em 2010.

Dessa derrota, nasceu o Projeto de Lei da deputada Luciana Genro. O projeto procurou estabelecer que os “crimes conexos” mencionados na Lei da Anistia não abrangeriam os “(...) crimes cometidos por agentes públicos, militares ou civis (...)”, de modo a permitir a punição dos agentes estatais, derrubando o principal argumento esgrimido naquele julgamento no STF, de que a Lei de Anistia seria válida para perseguidos e perseguidores. Na justificativa do projeto, a deputada esclarece que a sua redação, bem como o teor da própria justificativa fora obra do advogado Fábio Konder Comparato¹¹², que havia atuado como advogado da OAB no julgamento mencionado.

Já na Argentina, os militares tentaram se autoanistiar com a *Ley 22.924/1983*, revogada logo no início do governo Alfonsín, o que permitiu, por exemplo, o julgamento e a condenação da maioria dos membros das Juntas Militares que governaram o país. A agitação e revolta nos quartéis¹¹³ fez com que fossem aprovadas anistias parciais em 1986 (*Ley de Punto Final* 23.492/1986) e 1987 (*Ley de Obediencia Debida* 23.521/1987). Já o governo de Carlos Menem (1989-1999) utilizou-se de suas prerrogativas presidenciais para anistiar diversos condenados por crimes durante a ditadura (entre eles os ditadores Viola e Videla).

A deputada Patrícia Walsh, do MST, apresentou um projeto de lei (3684-D-2003) no ano de 2003 visando revogar as leis do *Punto Final* e da *Obediencia Debida* e quatro projetos visando revogar os decretos de anistia. O projeto de lei que visava revogar as leis de anistia foi apresentado com mais dez deputados (da esquerda peronista que então apoiavam o recém-empossado Nestor Kirshner e mais um do partido Autodeterminación y Libertad – AyL – do então ex-trotskista Zamora). O projeto, apresentado em 12 agosto de 2003, logrou rápida aprovação na Câmara e no

¹¹¹ Registre-se que foram chamados a se manifestar no processo e deram parecer contrário ao pedido da OAB o Senado Federal, a Advocacia Geral da União (sob o governo Lula e tendo como chefe da AGU o atual ministro do STF Dias Toffoli) e a Procuradoria Geral da República (PGR). A Associação de Juizes para a Democracia (AJD) opinou favoravelmente.

¹¹² Professor aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹¹³ Promovidos pelos chamados militares “*carapintadas*”. Foram quatro revoltas militares, sendo uma em 1987, duas em 1988 e a última no final de 1990.

Senado, foi sancionado e em setembro do mesmo ano já era lei (25.779/2003). A partir de então, o próprio judiciário passou a ser acionado e retomou os julgamentos de criminosos da última ditadura.

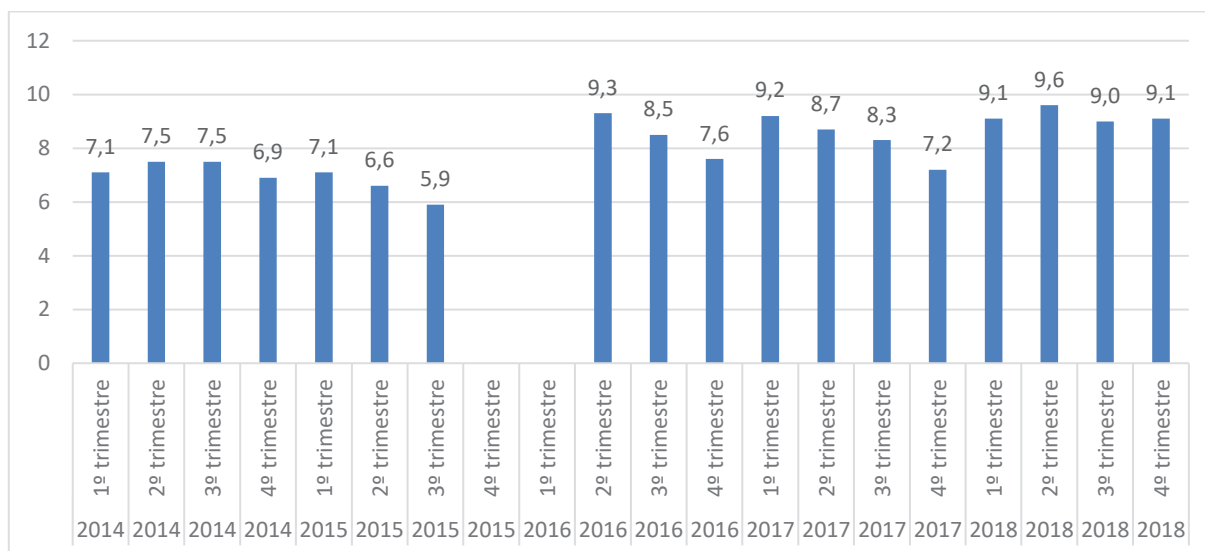
Outra ordem de projetos guarda algum potencial antissistêmico: os projetos de assuntos econômicos. Não pretendemos aqui mergulhar a fundo nas relações entre economia e política, mas não podemos deixar de mencionar que autores como Lipset (1967), Marx, Weber e diversos outros propõem diferentes formas de ver essa relação. No entanto, o que nos basta aqui é assumirmos que intervenções profundas, radicais e em sentido contrário à política econômica em vigor possuem potencial desestabilizador da ordem política. Isso ocorre na medida em que a legitimidade do sistema se assenta também na sua capacidade de realizar uma determinada política econômica, em consonância com os interesses e ideias de ao menos uma fração significativa da elite econômica e/ou política. Vejamos, então, exemplos em que os deputados trotskistas propuseram projetos de lei com impacto econômico, que apontavam claramente em sentido contrário às políticas econômicas em vigor.

O primeiro subtema na área econômica que congrega projetos com potencial antissistêmico é voltado à proibição de demissões. Na Argentina, os deputados da FIT apresentaram oito projetos de lei, entre 2014 e 2017, visando proibir temporariamente as demissões no país. Os projetos proíbem todas as demissões sem justa causa em todas as atividades econômicas. Não é possível, contudo, relacionar diretamente a apresentação desses projetos com um aumento súbito do desemprego. Primeiramente, porque os dados não são confiáveis, já que a própria página do *Instituto Nacional de Estadística e Censo* (INDEC), o órgão oficial de estatísticas na Argentina, alerta que seus dados entre 2007 e 2015 devem ser vistos com reservas¹¹⁴. De toda forma, os dados disponíveis não mostram aumento do desemprego; pelo contrário, mostram uma diminuição no final do período Kirchnerista, quando esses projetos começaram a ser apresentados. Já no período Macri, quando esses projetos continuam a ser apresentados, até o final de 2017 (em 2015 e 2016), temos um comportamento cíclico do desemprego em relação aos trimestres, com acréscimo no início do ano e diminuição ao final. Isso só se modifica em 2018, quando o

¹¹⁴ “se advierte que las series estadísticas publicadas con posterioridad a enero 2007 y hasta diciembre 2015 deben ser consideradas con reservas”. Fonte: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Institucional-Indec-InformacionDeArchivo-6>

desemprego passou, efetivamente, a manter-se em um patamar alto durante todo o ano.

GRÁFICO 18 - Taxa de desemprego na Argentina, de 2014 a 2018.



Fonte: Indec. Dados compilados pelo autor.¹¹⁵

Já no Brasil, apenas dois projetos, que também proíbem demissões sem justa causa, pelo prazo de seis meses, foram apresentados. Ambos são de autoria da deputada Luciana Genro, do MES, já no PSOL, em 2008. Também, aqui, parece não existir relação entre a apresentação desse tipo de projeto de lei e um aumento nas taxas de desemprego, uma vez que a taxa de 2008 seguia a tendência de decréscimo observada nos últimos anos, sendo a menor taxa desde o pico registrado em 2003.

TABELA 16 - Taxa de desemprego no Brasil, de 2003 a 2008.

Ano	Taxa de desemprego
2003	12,3
2004	11,5
2005	9,8
2006	9,6
2007	9,3
2008	7,9

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do IBGE.

¹¹⁵ Não existem dados do Indec para o quarto trimestre de 2015 e o primeiro de 2016.

Assim, o caráter desses projetos, de intervenção direta da ordem econômica, com o grau de radicalidade com que estão desenhados, pode ser classificado como portador de potencial antissistêmico, uma vez que interfere de forma abrupta na ordem econômica.

Ainda no que diz respeito ao tema econômico na Argentina, tivemos diversos projetos de estatização de empresas. Foram 28 projetos apresentados nos anos de 1990 (três), 1991 um), 1992 (cinco), 2003 (um), 2004 (dis), 2005 (cinco), 2014 (quatro), 2015 (um), 2017 (seis). Todos os deputados trotskistas argentinos, de todas as tradições trotskistas, propuseram projetos com a intenção de reestatizar ou estatizar empresas. Aqui, mais uma vez, se trata de medida que encontra correspondência no próprio programa de fundação da IV Internacional, que advoga que, mesmo que não esteja na ordem do dia a implantação do socialismo, não se deve deixar “de reivindicar, apresentando-se à ocasião, a expropriação de certos ramos da indústria” (IV INTERNACIONAL, 1979, p. 85) e especialmente os bancos.

No entanto, no Brasil, apenas o deputado Cyro Garcia, (Convergência Socialista/PT), apresentou (1992) um projeto de lei revogando a lei de desestatização e restituindo as empresas privatizadas ao Estado. Já explicamos acima como as privatizações foram peça fundamental do arranjo econômico dos anos 1990, tanto no Brasil quanto na Argentina, e a revisão desse processo, reestatizando empresas, ou mesmo estatizando empresas que nunca foram estatais, vai na contramão da política econômica então vigente, apresentando claro potencial antissistêmico.

Ao mensuramos a quantidade relativa de projetos com potencial antissistêmico no conjunto da produção legislativa analisada, concluímos que a quantidade de proposições com essa característica é muito baixa, como já dissemos. Apenas 48 projetos (7,3%) dos 656 que compõem nossa base de dados apresentam potencial antissistêmico.

A divisão entre Brasil e Argentina também é bastante desigual, como se vê na tabela 17. Na Argentina, o percentual de projetos com potencial antissistêmico é muito maior do que no Brasil.

TABELA 17 - Projetos com potencial antissistêmico no Brasil e Argentina.

País	Potencial antissistêmico	Neutro
Brasil	2,1% (n=06)	97,9% (n=274)
Argentina	11,2% (n=42)	88,8% (n=334)

Fonte: Elaboração própria do autor.

Se tomarmos a divisão dos deputados em mais ou menos profissionalizados, (quadro 8), temos uma divisão das proposições com potencial antissistêmico que demonstra que quanto menos profissionalizado o deputado, maior a possibilidade de propor projetos com potencial antissistêmico. É o que veremos na tabela 18.

TABELA 18 - Projetos com potencial antissistêmico no Brasil e Argentina, segundo o nível de profissionalização.¹¹⁶

País	Profissionalização	Pot. Antissis.	Neutro
Brasil	+ Profissionalizado	1,6% (n=4)	98,4% (n=242)
	- Profissionalizado	3,6% (n=2)	96,4% (n=54)
Argentina	+ Profissionalizado	—	—
	- Profissionalizado	11,2% (n=78)	88,8 (n=643)

Fonte: Elaboração própria do autor.

Até aqui, é possível afirmar com segurança que o nível de profissionalização em relação ao caráter das proposições legislativas faz diferença. Realizamos ainda mais um teste, alinhando os deputados do mais ao menos profissional, de acordo com o índice de profissionalização apurado no quadro 08. Usamos o número de ordem (1 a 25, dado que nosso número de parlamentares é de 25) e buscamos testar a correlação com o percentual de projetos com potencial antissistêmico apresentado por cada deputado. O resultado do r de Pearson para esse teste foi de -0,7959, indicando uma correlação negativa moderada (quase forte) entre a ordem de profissionalização

¹¹⁶ Aqui, estamos contando o número de vezes que cada deputado propõe/assina um projeto. Portanto, o número total de proposições não bate com o número total de proposições analisadas, pois estamos contabilizando quando os deputados assinam juntos um projeto, contando uma proposição para cada um, já que o objetivo é medir a quantidade de projetos antissistêmicos que cada deputado assina.

e o percentual de projetos com potencial antissistêmicos apresentados, ou seja, quanto mais profissionalizado, menos projetos com potencial antissistêmico.

Mas poderíamos nos perguntar ainda se o fato de no Brasil e Argentina estarem instaladas diferentes tradições trotskistas faz diferença nessa conduta. Na Argentina, temos deputados morenistas e pós-morenistas (MAS, MST, PTS e IS) e deputados do Partido Obreiro (de Altamira), enquanto no Brasil temos deputados morenistas (pelo PT, PSOL e PSTU), deputados mandelistas (pelo PT) e uma deputada lambertista (pelo PT). O único grupo que permite uma comparação é o dos morenistas com deputados em ambos os países, funcionando como grupo de controle. Tal comparação (tabela 19) deixa claro que, na Argentina, a proporção de projetos antissistêmicos é maior mesmo, ao compararmos um grupo de deputados da mesma tradição trotskista.

TABELA 19 - Projetos com potencial antissistêmico entre deputados morenistas, no Brasil e Argentina.

País	Potencial antissistêmico	Neutro
Brasil	5,3% (n=5)	94,7% (n=89)
Argentina	11,9% (n=35)	88,1% (n=258)

Fonte: Elaboração própria do autor.

Olhando mais de perto, no entanto, é possível comparar ainda os morenistas mais e menos profissionalizados no Brasil e Argentina, para que possamos ter em conta se, mesmo dentro desse grupo de controle - e mais homogêneo -, a diferença entre profissionalizados e não profissionalizados importa. Aqui, o dado parece contraditório, apontando que não existe diferença entre os morenistas brasileiros, do ponto de vista da profissionalização em relação ao percentual de projetos com potencial antissistêmicos apresentados (Tabela 20).

TABELA 20 - Projetos com potencial antissistêmico entre deputados morenistas no Brasil e Argentina, segundo o nível de profissionalização.¹¹⁷

País	Profissionalização	Pot. Antissis.	Neutro
Brasil	+ Profissionalizado	5,3% (n=3)	94,7% (n=54)
	- Profissionalizado	5,4% (n=2)	94,6% (n=35)
Argentina	+ Profissionalizado	-	-
	- Profissionalizado	11,9% (n=35)	88,1 (n=258)

Fonte: Elaboração própria do autor.

Mas é possível refinar ainda mais o grupo de controle, comparando apenas as organizações/partidos que fazem parte da mesma organização internacional no Brasil e Argentina, dentre as morenistas, com base nas informações já reunidas dos Quadros 1, 2 e 3. Assim, é possível comparar a produção legislativa das deputadas Luciana Genro (MES), no Brasil, e de Patrícia Walsh (MST), na Argentina, uma vez que as duas estiveram vinculadas à mesma organização internacional, que atende pelo nome de “Corrente movimento” (pelo menos até 2017). Também é possível comparar a produção legislativa do deputado Babá (CST), no Brasil, e do deputado Giordano (IS), na Argentina, uma vez que os dois pertencem à Unidade Internacional dos Trabalhadores (UIT). Assim, descartamos dessa análise os deputados do PTS argentino, ainda mais pelo afastamento deles de uma identidade propriamente morenista, e também os deputados da CS brasileira, o que custaria mais a comparar com o curto período em que Zamora esteve no MAS argentino, e resultaria em apenas um pequeno número de projetos comparáveis.

Nesse grupo de controle mais refinado, a hipótese de nossa tese parece mais bem amparada (tabela 21). A vantagem dessa comparação é que se trata da mais homogênea possível e aquela que mais minimiza a diferença nacional. Já vimos que a identidade política do militante trotskista se orienta primordialmente por sua organização internacional. Assim, comparar dois deputados, mesmo que em países diferentes, mas pertencentes à mesma organização internacional, deve representar o

¹¹⁷ Aqui, estamos contando o número de vezes que cada deputado propõe/assina um projeto. Portanto, o número total de proposições não bate com o número total de proposições analisadas, pois aqui estamos contabilizando quando os deputados assinam juntos um projeto, contando uma proposição para cada um, já que o objetivo é medir a quantidade de projetos antissistêmicos que cada deputado assina.

menor grau possível de interferência da variável “nacionalidade”. Desse modo, fica clara a interferência da variável “profissionalização”, uma vez que nas duas comparações os mais profissionalizados apresentam menor percentual de projetos com potencial antissistêmico.

TABELA 21 - Projetos com potencial antissistêmico entre deputados morenistas da mesma organização internacional, no Brasil e Argentina.

Dep.	País	Profiss.	Pot. antissis	Neutro
Babá	Brasil	+ Profissionalizado	-	100% (n=16)
Giordano	Argentina	- Profissionalizado	26,3% (n=5)	68,4% (n=13)
Luciana	Brasil	+ Profissionalizado	6,8% (n=3)	93,2% (n=41)
Patrícia	Argentina	- Profissionalizado	9,7% (n=14)	90,3% (130)

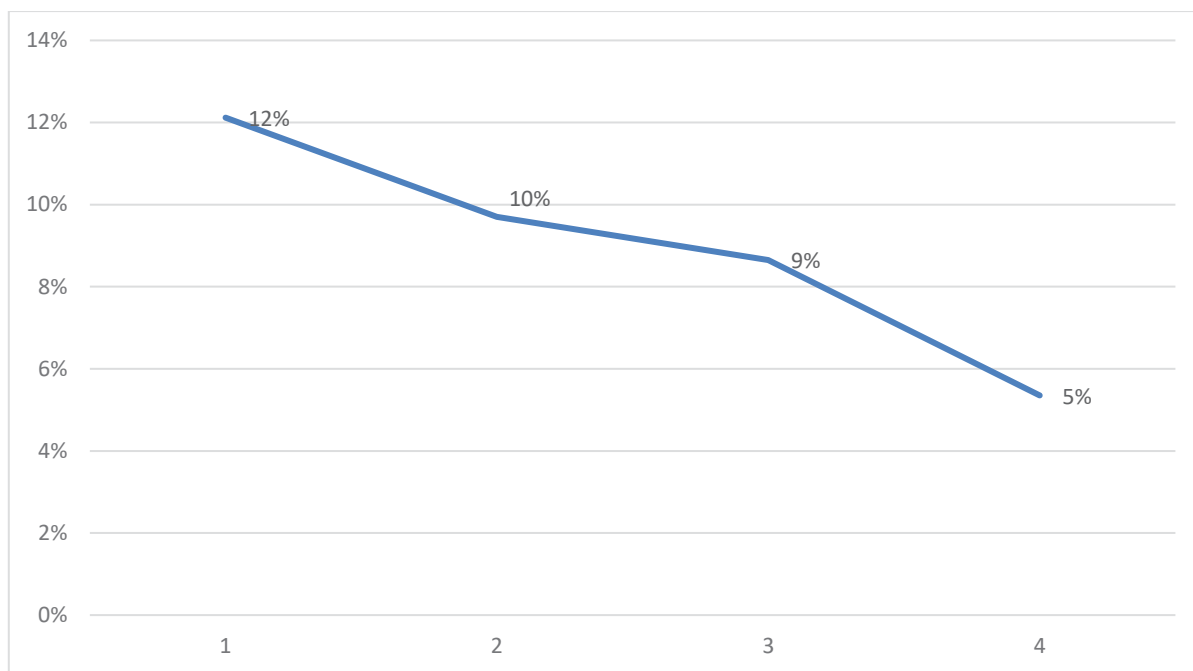
Fonte: Elaboração própria do autor.

É possível ainda testar se o transcorrer dos mandatos representa atenuação na conduta de apresentação de projetos com potencial antissistêmico entre os deputados que o fizeram, ou seja, se o ímpeto antissistêmico se arrefece ou não com o passar dos anos na Câmara Federal. Nesse sentido, agrupamos os 13 deputados que apresentaram projetos com potencial antissistêmico, sendo 11 dentre os menos profissionalizados e dois entre os mais profissionalizados. Calculamos, então, o percentual de projetos antissistêmicos apresentados em cada um dos quatro primeiros anos de mandato. Por fim, calculamos uma média geral para cada ano, para o conjunto dos 13 deputados.

Dentre aqueles que apresentam projetos com potencial antissistêmico, o comportamento médio foi apresentá-los no início dos seus mandatos, diminuindo o percentual desse tipo de projeto com o decorrer do mandato (gráfico 19). O *r* de Pearson para esta correlação é de $-0,9819$, demonstrando uma forte correlação entre o avanço dos anos do mandato e a diminuição da apresentação de projetos com potencial antissistêmico. A *outlier* mais significativa aqui é a deputada Luciana Genro, cujo mandato é mais longo que os outros deputados do grupo e só apresentará

projetos com potencial antissistêmico nos sexto e oitavo anos de mandato, após sair do PT e fundar o PSOL ¹¹⁸.

GRÁFICO 19 - Percentual de projetos com potencial antissistêmico apresentados nos quatro primeiros anos de mandato dos deputados com esse tipo de ocorrência.



Fonte: Elaboração própria do autor.

Postos esses resultados, a partir do caráter das proposições legislativas apresentadas, é possível afirmar, com base na maior parte dos indicadores, que:

- a) O sucesso na carreira política está positivamente correlacionado com a moderação política, na medida em que os deputados estudados que atingem maior profissionalização são os que menos apresentam projetos com potencial antissistêmico;
- b) Mesmo aqueles deputados com conduta mais antissistêmica são afetados pelo tempo de mandato, apresentando mais moderação no fim de um mandato do que no início deste;

¹¹⁸ A saída do PT para o PSOL não necessariamente explica esse comportamento, uma vez que o deputado Babá também foi expulso do PT em 2003, indo fundar o PSOL. Nem por isso, apresentou qualquer projeto com potencial antissistêmico, nem antes de sua expulsão, nem depois.

- c) A tradição à qual pertence o deputado trotskista importa menos no processo de moderação política, na medida em que deputados da mesma tradição (e da mesma organização internacional) podem apresentar comportamentos distintos em relação à moderação.

Esses achados apontam na mesma direção de nossa hipótese, ou seja, a profissionalização política está positivamente relacionada com a maior moderação de conduta e ideias, na medida em que os projetos possuem algum potencial para diminuir a lealdade ao sistema (SARTORI, 1982, p. 158). Esses projetos são menos frequentes entre aqueles que possuem uma carreira mais longa e de sucesso. No entanto, mesmo aqueles deputados que os apresentam com mais frequência, vão mitigando essa conduta no decorrer do mandato, acentuando a moderação.

5.3 TAXA DE SUCESSO LEGISLATIVO

Discutir as taxas de aprovação de propostas legislativas nos faz tangenciar, de maneira mais concreta, o amplo campo dos estudos legislativos, já bastante consolidado na Ciência Política e, em especial, na Ciência Política norte-americana. Quando se trata de discutir especificamente os parlamentos latino-americanos e seu papel legislativo, a ideia de que são espaços sem grande importância na iniciativa de definição de políticas públicas (MORGENSTERN; NACIF, 2002) parece incontornável.

No entanto, essa primeira conclusão é mais verdadeira para o Brasil do que para a Argentina. Isso porque no Brasil por volta de 75%¹¹⁹ das leis aprovadas são de iniciativa do executivo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001), enquanto na Argentina, ao contrário, quase 60%¹²⁰ dos projetos convertidos em leis possuem parlamentares

¹¹⁹ Para Freitas (2013, p. 37) este número é de 63% se excluirmos as iniciativas em matéria orçamentária, que são exclusivas do executivo.

¹²⁰ Catterberg e Palanza (2012, 16) detalham assim a distribuição entre propostas e aprovações: “durante el período legislativo 128 (correspondiente a 2010) ingresaron un total de 3.442 proyectos de ley (2.260 por la Cámara de Diputados, 1.182 por el Senado). No obstante, apenas 32 fueron presentados por el Ejecutivo, 14 de los cuales fueron sancionados - una tasa de éxito legislativo del 44%, relativamente baja comparada con la tasa promedio del Ejecutivo, cercana al 60% en Argentina para la totalidad del período 1983-2011 (...). Del total de proyectos fueron sancionados a la fecha de elaboración de este trabajo 34 (21 iniciados en la Cámara de Diputados y 13 en el Senado). Durante el período legislativo 129 (2011) ingresaron al Congreso 2.388 proyectos de ley (1.533 por la Cámara Baja y 835 por el Senado), 49 pertenecientes al Ejecutivo. En este caso 23 proyectos fueron sancionados, pertenecientes 15 al Ejecutivo (11 iniciados en la Cámara Baja y 12 en el Senado).”

como propositores (CALVO, 2013, 32). Considerando apenas os anos em que parlamentares trotskistas estiveram ocupando mandatos de 1990 a 2017, o percentual de projetos aprovados de iniciativa de parlamentares é de 60% do total, enquanto o executivo é autor de apenas 40% dos projetos aprovados¹²¹.

E tendo por objeto a produção legislativa de parlamentares vinculados a ideias antissistêmicas, temos em conta também que sua preocupação é mais obstruir e atrasar a produção legislativa da maioria do que preocupar-se em propor projetos de lei e aprová-los (KOß, 2015). Outro fator relacionado a esse a ser levado em conta nessa análise é que, ao menos no Brasil, é mais provável que um parlamentar aprove um projeto de lei de sua autoria sendo da base do governo do que da oposição (DARRIEUX, 2019, 281). E os parlamentares objeto de nossa pesquisa foram quase 100% do tempo oposição aos governos nacionais brasileiros e argentinos, com exceção do início do primeiro governo Lula, no Brasil.

Independentemente do que expusemos acima, dos constrangimentos institucionais, das motivações e cálculos, é possível assumir sem maiores problemas que ter um projeto de sua autoria aprovado é um desenlace positivo e desejado por um deputado. E em que pese as diferenças de formação de coalizões governantes, de funcionamento legislativo, e mesmo eleitorais, entre Brasil e Argentina, não é difícil assumir que aprovar uma proposição legislativa, é indicador de um lugar de destaque do parlamentar, o que é provavelmente mais difícil ser alcançado por deputados vinculados a ideologias radicais como o trotskismo. Podemos inferir também - e confirmar essa inferência é o objetivo deste subitem da tese - que a maior taxa de sucesso legislativo pode estar associada à maior profissionalização parlamentar e, por conseguinte, à maior moderação política. É o que veremos.

Do ponto de vista do sucesso legislativo, os deputados trotskistas no Brasil e Argentina apresentam a seguinte quantidade de projetos aprovados na Câmara, no Senado e convertidos em Lei (tabela 22).

¹²¹ Segundo dados compilados pela Câmara de deputados da Argentina e disponíveis em: https://www.hcdn.gob.ar/secparl/dgral_info_parlamentaria/dip/estadisticas_parlamentarias/estad_parlam.html

TABELA 22 - Total de projetos propostos por trotskistas, aprovados na Câmara, Senado e convertidos em Lei.

País	Aprovados na Câmara	Aprovados no Senado	Convertidos em Lei
Brasil	10	02	1
Argentina	23	11	10
Total	43	13	11

Fonte: Elaboração própria do autor.

Esse total já denota uma diferença importante na quantidade de projetos aprovados no Brasil e Argentina. Mas essa diferença fica ainda mais aparente quando calculamos a proporção de projetos aprovados em relação aos apresentados no Brasil e Argentina, como se vê na tabela 23.

TABELA 23 - Percentual de projetos aprovados na Câmara, Senado e convertidos em Lei, em relação ao total apresentado.

País	Aprovados na Câmara	Aprovados no Senado	Convertidos em Lei
Brasil	3,51%	0,70%	0,35%
Argentina	6,10%	2,92%	2,65%

Fonte: Elaboração própria do autor.

Assim, a taxa de sucesso dos deputados trotskistas na aprovação de projetos de lei na Argentina é efetivamente maior do que no Brasil. Isso já prediz uma possível correlação negativa entre profissionalização e taxa de sucesso, uma vez que na Argentina temos apenas parlamentares com baixo índice de profissionalização entre os trotskistas, enquanto no Brasil, os dois tipos. Para testarmos tal hipótese, calculamos o r de Pearson entre o percentual de projetos aprovados na Câmara de cada país e a escala de profissionalização previamente calculada e o Quadro 8 desta tese (tabela 24).

TABELA 24 - r de Pearson entre o percentual de projetos aprovados na Câmara por deputado e a escala de profissionalização.

País	r de Pearson	Interpretação
Brasil	-0,1550	Desprezível
Argentina	0,2800	Desprezível
Total	-0,0034	Desprezível

Fonte: Elaboração própria do autor.

Devido aos baixos valores e a direção contraditória, é possível afirmar que não existe uma correlação entre a aprovação dos projetos apresentados e a maior ou menor profissionalização dos parlamentares trotskistas, mesmo quando fazemos o cálculo separado por país.

Para fins de controle, fizemos ainda mais um teste, buscando a correlação apenas do número de dias que cada parlamentar ficou no exercício do mandato. Isso porque, se não é possível afirmar que a dimensão da profissionalização (que leva em conta, na nossa escala, a carreira pregressa e a carreira posterior dos deputados), talvez seja possível estabelecer uma correlação entre a experiência como deputado federal (expressa em dias de mandato) e a maior ou menor aprovação de projetos de lei (tabela 25).

TABELA 25 - r de Pearson entre o percentual de projetos aprovados na Câmara por deputado e o número de dias de mandato de cada deputado.

País	r de Pearson	Interpretação
Brasil	0,1873	Desprezível
Argentina	0,4775	Fraca
Total	0,2579	Desprezível

Fonte: Elaboração própria do autor.

Mesmo com resultados um pouco melhores, não é possível afirmar com base neles que exista uma correlação entre a taxa de sucesso e a quantidade de dias que um parlamentar ficou no mandato, para os deputados em questão.

O único teste que apresentou um significado melhor, mas ainda assim não satisfatório, foi o que operamos buscando a correlação entre o total de projetos

apresentados e a quantidade de projetos aprovados, cujos resultados estão expressos na tabela 26.

TABELA 26 - r de Pearson entre o percentual de projetos aprovados na Câmara por deputado e o total de projetos apresentados por cada deputado.

País	r de Pearson	Interpretação
Brasil	0,3284	Fraca
Argentina	0,6719	Moderada
Total	0,3401	Fraca

Fonte: Elaboração própria do autor.

Assim, mesmo colhendo um resultado mais significativo em relação à Argentina, concluir que a explicação da aprovação dos projetos está vinculada à quantidade de projetos apresentados é quase não explicar nada.

Um outro cálculo mais simples ainda mostra que temos, aqui, uma realidade fática oposta à nossa hipótese acerca da relação entre profissionalização e aprovação de projetos. Ao dividirmos os parlamentares entre mais profissionalizados e menos profissionalizados e calcularmos o percentual de projetos aprovados em relação ao número de projetos apresentados, temos o resultado expresso na tabela 27.

TABELA 27 - Percentual de projetos aprovados por grupo de parlamentares.

Grupo	% de projetos aprovados em relação aos apresentados
Mais profissionalizado	2,38%
Menos profissionalizado	3,19%

Fonte: Elaboração própria do autor

Conforme a tabela 27 mostra, o grupo de parlamentares menos profissionalizados aprova mais projetos que o mais profissionalizado.

A resposta para o motivo da maior taxa de sucesso na Argentina, bem como da maior taxa de sucesso entre os menos profissionalizados fica aberta. Ainda assim, podemos sugerir uma hipótese. Já vimos (CALVO, 2013; CATTERBERG, PALANZA, 2012) que na Argentina a taxa geral de sucesso na aprovação de projetos iniciados por parlamentares é maior do que no Brasil. A Argentina concentra mais deputados

com menor profissionalização do que o Brasil, o que interfere no cálculo acerca da correlação entre profissionalização e taxa de sucesso, não permitindo, em razão dessa significativa diferença entre Brasil e Argentina, considerar a taxa de sucesso para discutir a relação entre profissionalização e moderação.

6 CONCLUSÃO

Buscamos discutir neste trabalho o alcance e a validade da proposição weberiana a respeito da profissionalização política, de que ela comporta também um chamado à moderação como forma de conduta típica do profissional da política. Para tanto, fizemos um estudo de caso, tomando como objeto os deputados trotskistas brasileiros e argentinos presentes nas câmaras de deputados de ambos os países, do fim de suas últimas ditaduras até 2017.

Trabalhamos com a hipótese positiva de que a profissionalização seria capaz de acarretar moderação, expressa na diminuição de uma conduta antissistêmica. A escolha das produções legislativas como base de dados (ou fontes de pesquisa) mostrou-se adequada, pois representa a produção parlamentar mais típica, mesmo que para esses parlamentares específicos a proposição de leis esteja longe de ser a prioridade de seus mandatos, como vimos. Ainda assim, os projetos são reveladores de uma visão de mundo e de uma determinada conduta política.

Construímos nossa pesquisa começando por estabelecer, a partir de sua história e ideias, o quão antissistêmico é o trotskismo, seja do ponto de vista do seu ideário (ligado à derrubada da ordem vigente), quanto em relação à sua conduta, em que pese a pluralidade organizativa que marca esse movimento de ideias. Captamos, por certo, variações e nuances, mostrando que existe um trotskismo plural do ponto de vista do ideário e da conduta, mas que pode ser classificado, sem maiores problemas, no campo antissistêmico. Foi o que fizemos no capítulo 3 desta tese. Vimos que o trotskismo se propõe a desafiar não só a ordem vigente, mas também o *status quo* da própria esquerda.

Usando os instrumentos típicos da sociologia política, no capítulo 4, investigamos o perfil social dessa elite particular. Captamos diferenças entre as diversas tradições em que se dividem os trotskistas nos dois países estudados e também o contraste entre aqueles que atingiram um maior grau de profissionalização e aqueles menos profissionalizados. Foi a partir desse mergulho na composição social desse grupo parlamentar que foi possível passar à análise de suas carreiras e a construção de uma escala de profissionalização, amparada pela literatura pertinente, que nos permitiu resolver a questão a respeito de quem, no mundo real, é mais ou menos profissionalizado, podendo tornar operacional uma das categorias teóricas que orientaram a pesquisa.

Por fim, a análise das proposições parlamentares, no capítulo 5, mostrou que as diferenças entre os mais profissionalizados e os menos profissionalizados pode ser captada tanto do ponto de vista da análise de conteúdo (atores e termos orientados ideologicamente no texto dos projetos) quanto do ponto de vista do “caráter dos projetos”, onde pudemos analisar a distribuição dos projetos com potencial antissistêmico. No entanto, a análise da taxa de aprovação dos projetos, indicador que poderia mostrar maior moderação e sucesso por parte dos mais profissionalizados, acabou se mostrando infrutífera, em razão da diferença significativa entre as Câmaras brasileira e argentina, o que impediu uma comparação mais objetiva.

Foi possível, assim, constatar que existe uma relação entre a maior profissionalização política e a maior moderação e consequente mitigação da conduta antissistêmica, confirmando nossa hipótese inicial. Mas antes de avançarmos em considerações a respeito dessa conclusão, alguns achados inesperados merecem uma menção.

“Os comunistas do livro”, com seu apego ancestral à palavra e aos princípios, sobreviveram ao século XX, ao isolamento e à perseguição política e continuam existindo no século XXI. Se olharmos a política apenas pelo prisma das eleições e grandes disputas eleitorais, podemos dizer que os trotskistas são inexpressivos e residuais. No entanto, mesmo sobre esse prisma é espetacular que exista, mesmo que residualmente, uma tradição marxista que se apresenta em quase todas as eleições presidenciais no Brasil e na Argentina, que eleja deputados e deputadas e que sustente partidos que fazem um contraponto à esquerda hegemônica nesses dois países. Se tomarmos a política como a luta pela conquista e divisão do poder, ou seu estudo como a investigação a respeito de quem, por que e como lutam aqueles que possuem o poder político como objetivo, podemos afirmar que os trotskistas estão entre os objetos de estudo mais cheios de possibilidades.

A escolha desse objeto trouxe vantagens. Como trata-se de deputados que compartilham um corpo de ideias bem delimitado no mundo da política, foi possível compará-los, inclusive em países diferentes, aferindo como a profissionalização afeta suas condutas.

Mas ao mesmo tempo, isso trouxe desafios. Durante toda a pesquisa, tivemos que enfrentar a seguinte questão: será que a diferença de condutas se deve aos contextos nacionais? Ou ainda (e aqui o grande desafio desse objeto) as diferenças

de conduta dizem respeito às diferentes tradições trotskistas, que se expressam na miríade de organizações e “internacionais” trotskistas?

O objeto, manejado a partir das ideias que produziu (afinal mensurar termos ideológicos e o caráter dos projetos de lei era estar olhando para as suas ideias), mostrou-se com grande potencial de investigação. As diferenças nacionais só pesaram quando saímos do campo das ideias para o campo das possibilidades de ação política, essas mais sujeitas aos constrangimentos institucionais. Dessa forma, quando tentamos medir o sucesso na aprovação dos projetos de lei, não foi possível seguir a comparação sem grande influência do contexto institucional de funcionamento dos respectivos parlamentos.

Já a questão das tradições em que se dividem os trotskistas aponta diferenças mais importantes. Qualquer observador do cenário da esquerda em geral e do trotskismo em particular concordará que, por exemplo, a DS é mais moderada do que o PO, não sendo nenhuma novidade apontar essa constatação. No entanto, mesmo que houvesse um ponto de partida que não fosse igual para todos os deputados na escala de moderação, pudemos ver que a moderação está positivamente relacionada com a profissionalização. Onde conseguimos medir essa alteração transcorrendo no tempo, foi possível perceber que, independente do ponto de partida, o ponto mais avançado (no tempo) de carreira (ou de mandato) comporta mais moderação que o início, mesmo para aqueles menos moderados (que, por exemplo, apresentaram projetos com potencial antissistêmico). Dessa forma, para além das distinções entre os grupos trotskistas, podemos afirmar que a profissionalização é acompanhada pela moderação, como regra geral.

Do ponto de vista da relação entre a progressão na carreira e a moderação, nossos achados apontaram uma clara relação entre a maior profissionalização e moderação. Quanto mais duradoura a carreira política menor é a propensão a permanecer vinculado ao trotskismo. Esse achado é mais expressivo quando destacamos aquele grupo que obteve passagens pelo executivo e que, regra geral, abandonou o trotskismo para poder chegar a postos de comando fora do parlamento.

Assim, se podemos afirmar que a profissionalização em geral está vinculada à moderação, isso pode ser dito mais ainda quando esse profissional almeja um posto executivo. A diferença de ênfase do processo de moderação que afeta carreiras exclusivamente parlamentares e carreiras que migram para o executivo possui vínculo com a natureza do mandato e a abrangência da base eleitoral necessária para a

conquista do mandato: é possível eleger-se deputado conquistando um nicho de eleitores propensos a votar em um representante radical, mas só em condições muito excepcionais é possível eleger-se para o executivo com um perfil radical. Analisar a produção legislativa já nos permitiu verificar a ocorrência da moderação, mas (e fica aqui uma sugestão para futuras pesquisas), analisar a trajetória, campanha e governo desses trânsfugas do radicalismo político pode, futuramente, reforçar as conclusões que apresentamos nesta tese.

Também a análise do caráter potencialmente antissistêmico dos projetos de lei reforçou nossa hipótese inicial. Vimos como os deputados com carreiras mais longas foram os que apresentaram menos projetos com potencial antissistêmicos. Vimos como, mesmo os que apresentavam projetos antissistêmicos, o faziam mais no início do mandato e menos no fim. Reforçamos ainda a ideia de que importa mais a distinção entre os mais profissionais e os menos profissionais do que qualquer outra clivagem (como a tradição específica a que pertencem ou a nacionalidade).

Seguindo o fio sartoriano, vimos que a conduta antissistêmica se expressa pelo não compartilhamento dos valores e princípios que organizam o regime político. Vimos também que a conduta antissistêmica visa solapar o consenso e a obediência frente ao Estado. Não é possível afirmar que a conduta geral dos mandatos parlamentares antissistêmicos que analisamos deixe de ser antissistêmica com a profissionalização, mas é possível afirmar que ela se torna mais moderada. Não analisamos aqui o conjunto das atividades de um mandato parlamentar, que compõe-se, além da atividade legislativa propriamente dita (de proposição de normas jurídicas), de discursos, trabalho de relatoria, proposição de emendas orçamentárias, votações, comunicação com suas bases eleitorais e militantes, relação com sua organização/partido de origem, relação com movimentos sociais, etc. Vimos, com base na literatura pertinente, que a principal atividade de um parlamentar de oposição é impedir a aprovação de projetos de interesse do governo, e podemos afirmar que, para esses parlamentares antissistêmicos e revolucionários, agrega-se a isso o caráter pedagógico do exercício do mandato parlamentar.

Assim, nossa conclusão não é uma sentença indiscutível sobre o lugar que o exercício de mandatos parlamentares ocupa na estratégia dessas organizações, mas a constatação de que a maior profissionalização leva a algum grau de moderação. Outras pesquisas podem se dedicar a procurar esses traços de moderação em outras

funções do mandato parlamentar (como o comportamento nas votações, por exemplo), para confirmar ou refutar nossa tese.

Tendo a pesquisa confirmado sua hipótese, fica aberta a pergunta acerca dos mecanismos que fazem com que essa moderação ocorra. Sem ter tido tal questão como objeto de preocupação nesta tese, não podemos senão lançar algumas indagações para pesquisas futuras: Qual será o lugar do prestígio pessoal e do destaque, como liderança, sobre a conduta de parlamentares geralmente oriundos de movimentos sociais, quando alçados a condição de políticos profissionais? Qual o peso do apego à remuneração e aos pequenos (e grandes) privilégios disponíveis no exercício do mandato? Qual o impacto da adoção de uma conduta mais moderada para alcançar melhores resultados no desempenho do mandato e poder responder de forma mais pragmática à própria base social à qual o parlamentar está vinculado?

Já vimos com DAMAMME (1999, p. 58) que são menores as diferenças entre dois deputados, um revolucionário e outro não, do que entre um deputado revolucionário e um militante de seu partido. O que conseguimos demonstrar nesta tese é que esse processo de afastamento entre o deputado revolucionário e suas ideias iniciais ocorre de forma processual, lenta e discreta, mas de modo perceptível. A profissionalização, que é processual, não gera a moderação em todos, nem na mesma velocidade para todos que afeta; mas afeta a maioria, mesmo entre deputados alinhados com ideias antissistêmicas.

REFERÊNCIAS

IV INTERNACIONAL. Programa de transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional. p. 69-119. In: Lenin, V.I., TROTSKY, Leon. **A questão do programa**. São Paulo: Kairós, 1979.

ABRANCHES, S.H. "Presidencialismo de coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro". **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v.31, n.1, p. 5-34, 1988,

ALCÁNTARA, M. **A profissionalização da política**. Curitiba: CPOP-PPGCP/UFPR, 2016.

ALESSIO, C. D. B., Los orígenes de la cuarta internacional en argentina: Liborio Justo y el caso del grupo obrero revolucionario y la liga obrera revolucionaria. **Diálogos Revista Electrónica de Historia** San José, n. 18, p. 199-223, Jan/Jun. 2017. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=43952199007>>. Data de consulta: 8 de novembro de 2018.

ALEXANDER, R. J. **International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement**. Durham: Duke University Press, 1991.

ALMEIDA, M. T. 2003. **Liga Comunista Internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil: 1930-1935**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ALVES, D. S. **Neoliberalismo, democracia e crise na América Latina: a gênese do Argentinazo (1976-2001)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

AMORIN NETO, O; SANTOS, F. A produção Legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação. p. 91-139. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, FAPERJ, 2002.

ANDRADE, E. O. 1997. **O partido obrero revolucionario e a revolução boliviana de 1952**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

ANDRADE, E. O. Trotsky e o período tardio da revolução mexicana. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 114, p. 11-21, 2010.

ANGELO, V. A. **A trajetória da Democracia Socialista, da fundação ao PT**. São Carlos: EduFSCAR, 2008.

ARGENTINA. Honorable Cámara de Diputados de la Nación Argentina. **Proyecto de ley nº 3334**, de 10 de junho de 2015. Autores: Néstor Antonio Pitrola; Pablo Sebastian Lopez, Honorable Cámara de Diputados de la Nación Argentina, Buenos Aires, 19 jun. 2015. Disponível em <<https://www.hcdn.gob.ar/proyectos/textoCompleto.jsp?exp=3334-D-2015&tipo=LEY>> Acesso em 30 de agosto de 2017.

ARMELINO, M. Los sindicalistas en el parlamento argentino (2013-2015). **Agenda Política**, São Carlos, v. 4, n. 3, p. 267-290, 2017.

ARQUIDIOSECE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

AZEVEDO, R. Memória: medo e Liberdade. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, p. 1-5, Jul/Ag/Set, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BENSAID, D. **Trotskismos**. Lisboa: Edições Combate, 2008.

BIANCHI, A. Apresentação de um esboço bibliográfico: Trotsky em português. **Cadernos AEL**. Campinas, p. 223-410. N° 22/23, primeiro e segundo semestre de 2005.

BIANCHI, A. **Arqueomarxismo: comentários sobre o pensamento socialista**. São Paulo: Alameda, 2013.

BIANCHI, A. O marxismo de León Trotsky: notas para uma reconstrução teórica. **Ideias**, Campinas, 14(1/2), p. 57-96. 2007.

BIANCHI, A. O primado da política: revolução permanente e transição. **Revista Outubro**. São Paulo. N° 5, v 5, p. 101-115. 2000.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BOLOGNESI, B; MEDEIROS, P. L. Aspectos motivacionais do recrutamento político: um estudo inicial dos candidatos a deputado federal no Brasil (2010). **Paraná Eleitoral**, Curitiba, v. 3, p. 100-123, 2014.

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. P. 163-202

BRASIL. Câmara dos Deputados (Comissão de defesa nacional) Parecer. Autor: Aldir Cabral. In.: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 1395**, de 27 de junho de 1991. Autor: Ernesto Gradella. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 27 jun. 1991. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1144128&filename=Dossie+-PL+582/1991. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014.

BROUÉ, P. O movimento trotskista na América Latina até 1940. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 12, n. 22/23, p. 165-196, 2005.

CALVO, E. Representación Política, Política Pública y Estabilidad Institucional en el Congreso Argentino, in.: ACUÑA, Carlos, **Instituciones y actores de la política argentina**, Buenos Aires: Siglo XXI. 2013.

CAMARERO, H. El Cordobazo y sus perspectivas en el análisis y la intervención del trotskismo (1969-1972). In.: Jornadas de Sociología, 10., 2013, Buenos Aires, **Acta Acadêmica**, Buenos Aires: UBA, 2013b. Disponível em <<http://cdsa.aacademica.org/000-038/278.pdf>>. Acesso em 05 mar. 2018.

CAMARERO, H. El período formativo de un intelectual: Milcíades Peña y el trotskismo en las décadas de 1940-1950. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**. Buenos Aires, nº 3, p. 9-33, 2013a.

CAMARERO, H. Una experiencia de la izquierda en el movimiento obrero. El trotskismo frente a la crisis del peronismo y la resistencia de los trabajadores (1954-1957). **Razón y Revolución**, Buenos Aires, nº 3, p. 1-31, 2014.

CAMPOS, J. R. **O que é trotskismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017.

CANON, J. P. **A história do trotskismo norte-americano**. São Paulo: Edições ISKRA, 2013.

CARDOSO, A.; GINDIN, J. O movimento sindical na Argentina e no Brasil (2002-2014). **Sociedade e Estado**, Brasília, n. 1, v. 32, p. 13-37, 2017.

CARMO, M. Como a pressão das mulheres abriu caminho para a legalização do aborto na Argentina. BBC News Brasil. São Paulo, 14 junho 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44485436>> Acesso em 22 de setembro 2018.

CARNOVALE, V. **Los Combatientes: história del PRT-ERP**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

CASTRO, R. F. de. **A oposição de esquerda brasileira (1928-1934). Teoria e práxis**. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 1993.

CATTERBERG, G.; PALANZA, V. Argentina: dispersión de la oposición y el auge de Cristina Fernández de Kirchner. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 32, n. 1, p. 3-30, 2012.

CERDEIRA, B. **Breve história da corrente trotskista morenista no Brasil**. Disponível em: http://www.pstu.org.br/partido_materia.asp?id=9130&ida=58. Acesso em 10 out 2017. 2008.

CHAVEZ, D. Hacer o no hacer: los gobiernos progresistas de Argentina, Brasil y Uruguay frente a las privatizaciones. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires n. 207, p. 63-79, 2007.

CHILCOTE, R. H. Trotsky and Development Theory in Latin America. **Critical Sociology**, Detroit, n° 35 (6), pp. 719-741. 2009b.

CHILCOTE, R. H. Influências trotskistas sobre a teoria do desenvolvimento da América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, Florianópolis, v. 40, n. 1, 2009a.

COGGIOLA, O. L. A. **Historia del Trotskismo en Argentina (1929-1960)**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina (CEAL), 1985.

COGGIOLA, O. L. A. **O Trotskismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COGGIOLA, O. L. A. **Historia del trotskismo en Argentina y América Latina**. Buenos Aires: RyR, 2006.

COGGIOLA, O. L. A. O trotskismo no Brasil (1928-64). In: MAZZEO, A. C. e LAGO, M. I. (Orgs) **Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX**, São Paulo: Cortez, 2003. p. 239-270

CUÉ, C. I. Forte mobilização na Argentina para impedir a libertação de torturadores. **El País**. Madri, 9, maio, 2017. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/08/internacional/1494270912_963305.html> Acesso em: 05 Jul 2017.

CZUDNOWSKI, M. M. Political Recruitment. Micropolitical Theory. In: GREENSTEIN, F. I. e POLSBY, N. W. (orgs.). **Handbook of Political Science**. Vol. 2, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In.: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110

DAMAMME, D., Professionnel de la politique, um métier peu avouable. In M. Offerlé, ed. **La profession politique: XIXe-XXe siècles**¹. Paris: Belin, 1999. p. 37–67

DANTAS, E. G.; ROEDER, K. M. A seleção de candidatos no PSTU nas eleições gerais de 2014. **Newsletter do Observatório de Elites Políticas da UFPR**. n. 2.4, 2015.

DEMIER, F. A. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2012.

DEMIER, F. A. Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro. **Revista Outubro**, São Paulo, n.º 13. p. 59-78, 2005.

DEUTSCHER, I. **Trotsky: o profeta armado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984a.

DEUTSCHER, I. **Trotsky: o profeta banido**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984b.

DEUTSCHER, I. **Trotsky: o profeta desarmado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

DIAS, E. F. O possível e o necessário: as estratégias da esquerda. **Revista Outubro**, São Paulo, nº 3, p. 74-83, 1999.

DIAS, M. B. **A Extrema-Esquerda no Brasil: as organizações partidárias marxistas e suas definições pragmáticas nos anos 1950**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

DARRIEUX, R. S. P. Os governos PSDB e PT: uma análise dos projetos de lei do executivo e do legislativo aprovados entre 1995 e 2014. **E-legis**, Brasília, n. 28, p. 266-292, jan./abr. 2019.

ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ENGELMANN, F.; PENNA, L. R. Constitucionalismo e batalhas políticas na Argentina: elementos para uma história social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, p. 505-524, mai./ago. 2016.

FARIA, M. M. **Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição a história do trotskismo no Brasil: A experiência do Movimento Convergência Socialista. 2005**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FERRARI, Marcela. A constituição do menemismo na província de Buenos Aires **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 8. Brasília, p. 101-127, mai./ago. de 2012.

FERREIRA, B; SANTOS, B, C, C. Cidadão. p. 41-58. In.: Feres Júnior, J. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

FERREIRA, P. R. **O Brasil dos trotskistas (1930-1960)**. Cadernos AEL. N° 22/23, Campinas, p. 11-53, Primeiro e segundo semestre de 2005.

FERREIRA, P. R. **Os trotskistas (PSR) em 1946: Uma ultra-esquerda brasileira**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FREER, J. B. Élités, Path Dependency y la falta de un Pacto Constitucional estable en Chile y Argentina: um análisis comparativo-histórico. **Política – Revista de Ciência Política**. Santiago de Chile, vol. 50, no 2, p. 63-86, 2015,

FREGA, M. Que el capitalismo y el patriarcado caigan juntos. Apuntes sobre las potencialidades, límites y desafíos de los feminismos en la experiencia argentina reciente. **Revista THEOMAI**, N° 39, Buenos Aires, p. 21-38, primeiro semestre 2019.

FREITAS, A. M. de. **O presidencialismo da coalizão**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Relatório ICJBrasil** 1º semestre/2017. Rio De Janeiro: FGV, 2017.

GALASSO, N. **Aportes críticos a la historia de la izquierda argentina**. Buenos Aires: Nuevos Tempos, 2007.

GALINDO, J. F. R. **O trotskismo no campo em Pernambuco**. Dissertação. (Mestrado em história) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

GALLO, A. Los partidos de izquierda ante la encrucijada electoral. Adaptación y electoralismo del Frente de Izquierda en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. **KAIROS. Revista de Temas Sociales**. San Luiz, Año 21. N° 39. Junio de 2017b.

GALLO, A. Partidos de izquierda y regulación estatal sobre la vida partidista. Análisis del impacto de las nuevas normatividades electorales en Argentina. **Dialética Libertadora**. Bogotá, pp. 106 - 127. 2015.

GALLO, A. Un paso decisivo. Los partidos de izquierda después de la reforma electoral en argentina. **POSTData**, Buenos Aires, V. 22, n. 1, p. 233-271, Abr./Set. 2017a.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, p. 165-208, 2012.

GOMES, M. O compromisso histórico e as repercussões sociopolíticas em Itália: antagonismos e consensos. **Revista Estudos do Século XX**, n. 17, p. 181-198, 2017

GENRO, L. **Entrevista concedida ao autor**, Porto Alegre. 13 jan. 2017.

GONZALEZ, E. **El trotskismo obrero e internacionalista en Argentina**. Buenos Aires: Fundación Pluma, 2006.

GONZALEZ, E. **El trotskismo obrero e internacionalista en Argentina**. Tomo I: del GOM a la Federación Bonaerense del PSRN. Buenos Aires: Editora Antídoto, 1995.

GRANATO Neto, N. N. Revisitando o marxismo de Ernest Mandel. In: VII Colóquio Internacional Marx e Engels, 2012, Campinas. CEMARX. **Anais do VII Colóquio Internacional Marx e Engels**, v. 1, 2012.

GUIMARÃES, J. A estratégia da pinça, **Revista Teoria & Debate**, São Paulo, nº 12, 1990 Disponível em <<https://teoriaedebate.org.br/debate/estrategia-politica-do-pt/>> Acesso em 01 de maio de 2019.

GUIMARÃES Jr, M. C. P.; LOPES, T. C. O Desenvolvimento Desigual e Combinado: paralelos entre as obras “História da Revolução Russa” de Trotsky e “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini. **Rebela**, Florianópolis, v.6, n.2. mai./ago. p. 396-410, 2016.

GUTIERREZ, A. C. G. **O trotskismo e o capitalismo neoliberal no Brasil: Democracia Socialista, PSTU e O Trabalho – uma análise das campanhas eleitorais de 1998 e 2002**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, 2004.

HARNECKER, M. **O Sonho era possível: A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas**. Havana/São Paulo: MEPLA/Casa América Livre, 1994.

JARREAU, P. Pierre Lambert, dirigeant trotskiste. **Le Monde**, Paris, 18 de janeiro de 2008. Disponível em <http://www.lemonde.fr/disparitions/article/2008/01/18/pierre-lambert-dirigeant-trotskyiste_1001021_3382.html>. Acesso em 27 março 2018.

KAREPOVS, D. **Nos subterrâneos da luta (um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

KAREPOVS, D.; LEAL, M. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In.: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs). **História do marxismo no Brasil**. V 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 153-234.

KAREPOVS, D.; MARQUES Neto, J. C.; LÖWY, M. Trotsky e o Brasil. In.: MORAES, João Quartim de (Org). **História do marxismo no Brasil**. V 2. Campinas, Editora da Unicamp, 1995. p. 229-245

KAREPOVS, D.; MARQUES Neto, J. C.; Os trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas: 1930-1966.. In.: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (Orgs). **História do marxismo no Brasil**. V 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p 109-166

KOß, M. The Origins of Parliamentary Agenda Control: A Comparative Process Tracing Analysis. **West European Politics**. v. 38, n. 5, p. 1062-1085, 2015.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Edusp, 2003.

LEAL, M. **À esquerda da esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEMINSKI, Paulo. **Distraídos venceremos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LENIN, V.I. **Que fazer?** Lisboa: Editorial Stampa, 1975.

LENIN, V. **Ilusões Constitucionalistas**. São Paulo: Kairós, 1985.

LENIN, V.I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2009.

LESSA, S. “Centralidade ontológica” do trabalho e “centralidade política” proletária. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 13/14, p. 106-121, , 2005.

LEVI, L. . Regime político. In.: BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998b.

LEVI, L. Legitimidade. In.: BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998a.

LINZ, J. B. **La quiebra de las democracias**. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1991.

LINZ, J. B.; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo, Paz e Terra: 1999.

LIPSET, S. **O Homem Político**. Rio de Janeiro, Editora Zahar: 1967.

LISBOA. R. B. Notas críticas dos trotskistas brasileiros acerca do Estado Novo: primeiros apontamentos. **História em Revista**, Pelotas, v. 19, p. 340-350, dez. 2013.

LISBOA. R. B. **Revolução e realidade social na imprensa trotskista brasileira dos anos 1930**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

LLANOS, M. El presidente, el Congreso y la política de privatizaciones en la Argentina (1989-1997). **Desarrollo Económico**, n 38(151), p. 743-770, 1998

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, v. 1, n. 01, p. 70-80, 1995.

MACEDO, E. A. Os trotskistas do Movimento Democrático Brasileiro ao Partido dos Trabalhadores: o debate no “Em Tempo” e a formação da DS. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 13, p. 74-82, 2013.

MACEDO, E. A. **Os trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MACEDO, E. A. Surge uma estrela: o posadismo e o nascimento do Partido dos Trabalhadores. p. 476-493. In: VIIIª Jornada de História de las Izquierdas, 2015,

Buenos Aires. **Actas del VIIIª Jornada de História de las Izquierdas**. Buenos Aires: Cedinci - Unsan, 2015.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MANTIANTINI, M. **El trotskismo y el debate em torno a la lucha armada**. Buenos Aires: Frederico Cormik editor, 2014.

MARENCO DOS SANTOS, A. **Não se fazem mais elites como antigamente: Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MARENCO DOS SANTOS, A; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 22/64, p. 93-113, 2007.

MARENCO, A. Quando leis não produzem os resultados esperados: Financiamento eleitoral em perspectiva comparada. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 4, p. 821-853, 2010.

MORGENSTERN, S.; NACIF, B. **Legislative Politics in Latin America**, Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MARIE, J. J. **O Trotskismo**. Editora Perspectiva. São Paulo: 1990.

MARQUES Neto. J. C. **Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil**. São Paulo: Paz e terra, 1993.

MATHIAS, S. K. O projeto militar de distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 04-05, p. 149-159, 1995.

MICHELS, R. **Os partidos políticos**. São Paulo: Ed. Senzala. 1972.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.; MARIANO, R. O direito ao aborto sem debate legislativo brasileiro: uma grande conservadora na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 230-260, abr. 2017. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000100230&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 junho 2019.

MIRANDA, C. **Rastros em el silencio: el trotskismo frente a la Triple A y la dictadura**. Buenos Aires: Ediciones Alternativa, 2006.

MIRANDA, V. A. R. **Dois trotskismos num partido de massas: as trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT de 1978 a 1992**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, 2014.

MODONESI, M. Depois de Ayotzinapa: as esquerdas mexicanas entre a subalternidade e o antagonismo. **Revista Outubro**, n. 24, 2º semestre de 2015.

MOCCA, E. Las dos almas de la izquierda reformista argentina. **NUEVA SOCIEDAD** Nº 217, set/out 2008.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 2(3), p. 11-26. 2003.

MOURA, P. T. C. A FIT como possibilidade programática e eleitoral: o resgate das Frentes Classistas. In.: VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, 2015. **Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas: Cemarx-Unicamp, 2015.

MUSTAPIC, A. M. Argentina: la crisis de representación y los partidos políticos. **América Latina Hoy**, v. 32, p. 163-183, 2002.

OLIVEIRA, T. **“Reorganização do movimento trotskista no Brasil – a formação da Organização Socialista Internacionalista (1968–1976)”**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

OSUMA, F. **De la revolución socialista a la revolución democrática: las prácticas políticas del Partido Socialista de los Trabajadores-Movimiento al Socialismo durante la última dictadura 1976-1983**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata; Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 2015.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PASQUINO, G. Trotskismo. In.: BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. p. 1260-1267

PELLICCIOTTA, M. M. B. **Liberdade... e luta: considerações sobre uma trajetória política (anos 1970)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PENA, F. E. **Das privatizações às parcerias público-privadas: o Brasil numa perspectiva comparada**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008.

PEREIRA Neto, M. L. **Olavo Hansen**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PEREIRA Neto, M. L. **Outras histórias: Contribuição a história do trotskismo no Brasil, 1952-1966: o caso do POR**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PÉREZ, G. J.; NATALUCCI, A.. La matriz movimientista de acción colectiva en Argentina: la experiencia del espacio militante kirchnerista. **América Latina Hoy**, v. 54, p. 97-112, 2010.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, V 52, n 2, p. 301-303, 2009, 52. Disponível em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21817690002>> Acesso em 13 de julho de 2017.

PERISSINOTTO, R. M.; VEIGA, L. F. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 49-66, 2014.

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 5, n. 10, jan. 2012. ISSN 1981-2434. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1493/893>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

POLISCHUK (2016) **¿Todo trotskista es divisible por dos? La reforma de las PASO y la construcción del FIT en la Argentina (2009-2013)**. Dissertação

(mestrado em Ciência Política), Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires., 2016.

PUTMAN, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação FGV editora, 1993.

RAMAL, M. Prólogo. p. 9-19. In: PITROLA, Néstor. **La fuerza de la Izquierda em el congreso: del kirchnerismo al macrismo, tres años de lucha política**. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2017.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; BASTOS, M.T. (2014). O discurso dos #ProtestosBR: análise de conteúdo do Twitter. **Galáxia**, São Paulo, n°. 14 (28), pp. 199-216.

REIS, G. S. A social-democracia do MAS boliviano. **Revista De Sociologia e Política**, Curitiba, V. 21, n° 48: p. 67-83, Dez. 2013.

RIDENTI, M. S.. Ecos de Trotski na esquerda armada brasileira. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 2, p. 93-95, 1997.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ROJAS, C. A. A. O que são os movimentos antissistêmicos? **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 7, n°. 13, jul. 2013. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/2503/1473>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ROJAS, G. A. **Os socialistas na Argentina (1880-1980): um século de ação política**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROJAS, G. A.; WANDERLEY, S. L. A. O Parlamentarismo Revolucionário na Argentina. Crise institucional, ruptura e ressignificação da representação política. In.: XI Encontro da ABCP, Curitiba, 2018. **Anais do XI Encontro da ABCP**. Curitiba, 2018. Disponível em <https://cienciapolitica.org.br/__arquivos/encontro-abcp-2018/arquivos/BYPG.pdf> acesso em 10 de outubro de 2018.

ROJO, A. Los orígenes del trotskismo argentino: de los años 30 al surgimiento del peronismo. Elaboraciones teórico-políticas y vínculos con la clase obrera. **Revista**

Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda, Buenos Aires, p. 104-125, nº 1, 2012

ROSINHA, Dr. **Entrevista concedida ao autor**. Curitiba, 2016.

SARTI, I. A lei de ferro de Michels e o pluralismo: a democracia na guerra fria. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba V. 20, nº 44: p. 73-81 nov. 2012.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1982.

SILVA, A. J. **Comunistas e trotskistas: A crítica operária à revolução de 1930**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

SILVA, A. O. **História das Tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)**. 2ª ed. Revisada e ampliada, São Paulo: s. ed., s/d.

SILVA, A. O. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades**. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

SOKOL, M.. De volta para o futuro. **Revista Teoria & Debate**, São Paulo, nº 13 1991. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/debate/estrategia-politica-do-pt/> Acesso em 01 de maio de 2019.

SOUZA, L. M. T. A. **A profissionalização da oligarquia no Brasil: um estudo sobre a estrutura da carreira política dos senadores na primeira república**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SPRENKELS, R. Ambivalent Moderation: The FMLN's Ideological Accommodation to Post-War Politics in El Salvador. **Government and Opposition**, V. 54, nº. 3, p. 536–558, 2019.

STUTJE, J. W. **Rebell zwischen Traum und Tat Ernest Mandel (1923-1995)**. Hamburg: VSA, 2009.

TARCUS. H. Silvio Frondizi: um francotirador marxista. p. 131-154 In.: DUBKIN, C. **Fundadores de la Izquierda argentina**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.

TELLES, H. Democracia de democratas insatisfeitos e a emergência dos alternative right (AR). **Em Debate**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.25-30, abril 2018.

TEZCÜR, G.M. (2010), The Moderation Theory Revisited: The Case of Islamic Political Actors', **Party Politics**, n. 16(1), p. 69–88, 2010.

TONET, I. Cidadania ou emancipação humana. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n° 44, p. 1-3, 2005.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

TROTSKY, L. **A teoria da revolução permanente**. São Paulo. Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann. 2011.

TROTSKY, L. **A revolução permanente**. São Paulo: Livraria editora ciências humanas Ltda, 1979.

TROTSKY, L. **A revolução traída**. São Paulo: Global Editora, 1980.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

WICKHAM, C.R., The Path to Moderation: Strategy and Learning in the Formation of Egypt's Wasat Party', **Comparative Politics**, n. 36(2): p. 205–228, 2004

WHITING, M.. Moderation without Change: The Strategic Transformation of Sinn Féin and the IRA in Northern Ireland. **Government and Opposition**, n. 53(2), p. 288-311, 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Competitiveness Report 2017–2018**. Genebra: World Economic Forum. 2017.

VINHA, L. M. da. A vitória eleitoral de Donald Trump: uma análise de disfunção institucional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, n. 66, p. 7-30, jun. 2018.

ZAMBROSI, F. B. **Terra ou morte: trajetória intelectual e revolucionária de Hugo Blanco (1958-1972)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2017.

ZIMERMAN, A. Governos democráticos e as vítimas da luta pela terra. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, [S.l.], n. 7, p. 153-167, out. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/3911/2552>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

ZIZEK, S. Prólogo: Terrorismo y Comunismo, de Trotsky, o desesperación y utopia em el turbulento año de 1920. p. 5-43. In.: TROTSKY, L. **Terrorismo e comunismo: réplica a Karl Kautsky**. Ediciones Akal, Madrid: 2016

.

APÊNDICE 1 ESCALA DE PROFISSIONALIZAÇÃO

Deputado	Vereador antes de dep Fed.	Dep. Est. Antes de Dep. Fed	Dep. Fed Reeleito	Anos como Dep Fed	Vice pref. Depois de Dep. Fed.	Pref. depois de dep	Vice gov. depois de dep. Fed.	Governador depois de Dep Fed	Senador depois de Dep. Fed.	Ministro depois de Dep. Fed.	Secr. Estado depois de Dep. Fed.	3º escalão depois de dep. Fed.	Dep. Est. Depois de Dep Fed.	Ver. Depois de Dep. Fed.	Anos de mandatos eletivos	Anos de carreira total	índice de prof.	Relação com o trotskismo
Nathalia Ines Gonzalez Seligra	0	0	0	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,15	0,1	0,35	Trotskista
Juan Carlos Giordano	0	0	0	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,15	0,1	0,35	Trotskista
Cyro Garcia	0	0	0	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,30	0,2	0,70	Trotskista
Nicolás Del Caño	0	0	0	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,30	0,2	0,70	Trotskista
Mirian Bregman	0	0	0	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,30	0,2	0,70	Trotskista
Soledad Souza	0	0	0	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,30	0,2	0,70	Trotskista
Patricia Walsh	0	0	0	0,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0,5	0	0,90	0,6	2,40	Ruptura
Nestor Pitrola	0	0	1	0,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,60	0,4	2,40	Trotskista
Luiz Zamora	0	0	0	0,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,20	0,8	2,80	Ruptura
José Avenzoar Arruda	0,8	0	0	0,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,20	0,8	3,20	Trotskista
Pablo Sebastian Lopez	0	0,9	0	0,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,80	1,2	4,30	Trotskista
Ernesto Gradella	0,8	0	1	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,80	1,2	5,30	Trotskista
Maria Laura Sales Pinheiro	0	0	1	0,9	0	0	0	0	0	0	0	0,2	0	0	1,35	2,2	5,65	Ruptura
Ana Corso	0,8	0	0	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0,2	0	0,3	2,40	1,8	5,70	Ruptura
Oriando Desconsi	0	0	1	0,6	0	1	0	0	0	0	0	0,2	0	0	1,50	1,5	5,80	Ruptura
Miguel Rosseto	0	0	0	0,4	0	0	0,6	0	0	1,5	0	0,2	0	0	1,20	2	5,90	Ruptura
Luciana Genro	0	0,9	1	0,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,40	1,6	6,70	Trotskista
João Grandão	0,8	0	1	0,8	0	0	0	0	0	0	0	0,2	0,5	0	1,95	1,6	6,85	Ruptura
Lindemberg Farias	0	0	0	0,6	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	2,85	1,9	8,35	Ruptura
Tarcísio Zimmerman	0	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0,5	0	2,55	1,7	8,75	Ruptura
Babá	0,8	0,9	1	0,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,3	3,00	2	8,80	Trotskista
Raul Pont	0	0,9	0	0,2	0,5	1	0	0	0	0	0	0	0,5	0	3,60	2,4	9,10	Ruptura
Ana Júlia Carepa	0,8	0	0	0,2	0,5	0	0	2	2	0	0	0,2	0	0,3	2,70	2,2	10,90	Ruptura
Dr. Rosinha	0,8	0,9	3	1,6	0	0	0	0	0	0	0	0,2	0	0	3,90	2,9	13,30	Ruptura
Walter Pinheiro	0,8	0	3	1,4	0	0	0	0	2	0	0,5	0	0	0	3,60	2,5	13,80	Ruptura